



Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
l62	Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-268-5 DOI 10.22533/at.ed.685191604 1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os artigos organizados neste livro retratam o objetivo proposto de demonstrar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica nas áreas da Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente a educação, a administração e o direito.

O livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” está organizado em 03 volumes. Este 2º volume reúne um total de 24 artigos, sendo na 1ª parte, 10 artigos voltados especificamente para as Ciências Humanas, com destaque especial à educação e tecnologias, história, políticas públicas para a educação, estudos de casos, uso da internet na educação e saúde docente.

E na 2ª parte, voltada às Ciências Sociais Aplicadas, temos 10 artigos que irão discutir temas como consultorias, gestão de clima organizacional, formação de empreendedores, estudos de casos, tecnologia e empreendimento, marxismo, turismo e Libras, seguidos por mais 04 artigos que apresentam debates e resultados dentro do contexto jurídico com temas como a análise da legislação trabalhista e do Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, discussão sobre a linguagem jurídica e politização do judiciário.

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas federais e estaduais, distribuídas entre 10 estados, com destaque para as regiões norte e nordeste, que mais contribuíram neste 2º volume.

Assim fechamos este 2º volume do livro “Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, socializando resultados de pesquisas e inovações e dando continuidade a disseminação do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A BIBLIOTECA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO (RO): CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO	
<i>Zillanda Teixeira Rodrigues Stein</i> <i>Kétilla Batista da Silva Teixeira</i> <i>Jussara Santos Pimenta</i>	
DOI DOI 10.22533/at.ed.6851916041	
CAPÍTULO 2	10
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS COLÉGIOS MILITARES DO EXÉRCITO EM 2014	
<i>Tarso Rocha Lula Pereira</i> <i>Gilberto Magalhães da Silva Filho</i> <i>Marke Geisy da Silva Dantas</i>	
DOI DOI 10.22533/at.ed.6851916042	
CAPÍTULO 3	27
FILOSOFIA DA CIÊNCIA, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
<i>Januário Rosendo Máximo Júnior</i> <i>Meirecele Calíope Leitinho</i>	
DOI DOI 10.22533/at.ed.6851916043	
CAPÍTULO 4	36
DOCÊNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS AUTORAIS DIGITAIS EDUCACIONAIS	
<i>Gabriela Teles</i> <i>Thayana Brunna Queiroz Lima Sena</i> <i>João Ítalo Mascena Lopes</i> <i>Paloma Lopes de Melo</i> <i>Robson Carlos Loureiro</i> <i>Luciana de Lima</i>	
DOI DOI 10.22533/at.ed.6851916044	
CAPÍTULO 5	46
AS CAMADAS DE MEMÓRIA DO CAMPUS DA ESDI E SEUS ANTECEDENTES	
<i>Romulo Augusto Pinto Guina</i> <i>Karolyne Linhares Longchamps Fonseca</i> <i>Yasmin Machado Oliveira</i> <i>Aline d'Able de Barros</i>	
DOI DOI 10.22533/at.ed.6851916045	
CAPÍTULO 6	61
O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA NA HORA-ATIVIDADE DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Zenilda Costa</i> <i>Karine Kévine da Rocha Sousa</i>	

CAPÍTULO 7 75

O USO DO FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ENSINO. EXPERIÊNCIAS DA MONITORIA DE REDAÇÃO PUBLICITÁRIA I E II

Clara Larissa Sales Maia

Ítalo Antônio Gonçalves Oliveira

Nicacio Ramon Braga Lira

DOI 10.22533/at.ed.6851916047

CAPÍTULO 8 79

DA DECADÊNCIA À REQUALIFICAÇÃO DO PARIS N' AMÉRICA

Rafaela Guimarães Espinheiro

Simone de Nazaré Dias Pena Lima

DOI 10.22533/at.ed.6851916048

CAPÍTULO 9 85

AXÉ ABASSÁ DE OGUM: O CULTO A OXUM E A LAGOA DO ABAETÉ

Caroline Stender Moraes Santana

Fernanda Reis Pereira Santos

DOI 10.22533/at.ed.6851916049

CAPÍTULO 10 102

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Estefanni Mairla Alves

Ruth Maria de Paula Gonçalves

Antônio Dario Lopes Junior

DOI 10.22533/at.ed.68519160410

PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CAPÍTULO 11 118

A INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA COMO FUNDAMENTO PARA A CONSULTORIA INTERNA

Ana Sara Leite Santos

DOI 10.22533/at.ed.68519160411

CAPÍTULO 12 130

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA GESTÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA ONG

Joema Vitória Rêgo Rocha

Francisca Fabiana Menezes Lira

DOI 10.22533/at.ed.68519160412

CAPÍTULO 13 138

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: A FORMALIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO COMPLEXO ARTESANAL DE AQUIRAZ-CE

Francisco Sávio de Oliveira Barros

Jéssica Maria Chaves Menezes

DOI 10.22533/at.ed.68519160413

CAPÍTULO 14	151
COOPTANDO GESTÃO NA QUALIDADE DE VIDA: ECOEFICIÊNCIA COLABORATIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO	
<i>Arnaud Velloso Pamponet</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160414	
CAPÍTULO 15	167
GESTÃO DAS AÇÕES EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ONG POSTO DE PUERICULTURA SUZANE JACOB	
<i>Bruna Renata de Lima Gomes</i>	
<i>Marcela Lima do Nascimento</i>	
<i>Maria Carolina Araújo Rizzi</i>	
<i>Mara Águida Porfírio Moura</i>	
<i>Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160415	
CAPÍTULO 16	177
INTENÇÃO DE USO DE APLICATIVOS E A GERAÇÃO DE VALOR: INOVANDO NO RAMO DE LAVANDERIAS DOMÉSTICAS	
<i>Danilo Augusto de Souza Machado</i>	
<i>Rodrigo Lopes Nabarreto</i>	
<i>Luiz Silva dos Santos</i>	
<i>Debora Mendonça Monteiro Machado</i>	
<i>Leonel Cezar Rodriguez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160416	
CAPÍTULO 17	196
A TEORIA DO IMPERIALISMO MARXISTA DE LENIN NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI	
<i>Sinedei de Moura Pereira</i>	
<i>Alexandre Silva de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160417	
CAPÍTULO 18	205
O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PIDV) DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS NO CENÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS (2014 - 2017)	
<i>Beatriz Stefani Rosa de Moura</i>	
<i>Gerusa Coutinho Ramos</i>	
<i>Nathalia Carvalho de Lima Pessoa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160418	
CAPÍTULO 19	220
TURISMO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A HOTELARIA CARIOCA	
<i>Erika Conceição Gelenske Cunha</i>	
<i>Cícera Olinta da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160419	

CAPÍTULO 20	240
GERAÇÃO Z E BABY BOOMERS: COM QUANTAS PEÇAS JEANS SE FAZ UM GUARDA-ROUPA?	
<i>Onnara Custódio Gomes</i>	
<i>Livia Lopes Custódio</i>	
<i>Thelma Valeria Rocha</i>	
<i>Vivian Iara Strehlau</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160420	
CAPÍTULO 21	246
(DE)FORMAS NO SISTEMA JURÍDICO TRABALHISTA COM O ADVENTO DA LEI 13.467/17: ANOTAÇÕES CRÍTICO-ANALÍTICAS PAUTADAS NA RELAÇÃO CAPITAL <i>VERSUS</i> TRABALHO	
<i>Luana da Silva Dias</i>	
<i>Betânea Moreira de Moraes</i>	
<i>Pedro Hiago Santos Marques</i>	
<i>Francisco Ayslan Regino da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160421	
CAPÍTULO 22	260
A LINGUAGEM JURÍDICA COMO BARREIRA AO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA: A NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO DA POPULAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS	
<i>Luís Henrique Bortolai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160422	
CAPÍTULO 23	273
A POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO E SUAS CONFLUÊNCIAS SOB O PRISMA DA PEC DA BENGALA	
<i>Vinicius Araújo Silva</i>	
<i>Michelle Asato Junqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160423	
CAPÍTULO 24	289
O CÓDIGO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: AS INTERPRETAÇÕES JURÍDICAS POSSÍVEIS PARA OS AMBIENTES DE INOVAÇÃO BRASILEIROS DE NATUREZA PÚBLICA	
<i>Carolina Leite Amaral Fontoura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.68519160424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	311

A BIBLIOTECA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO VELHO (RO): CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Zillanda Teixeira Rodrigues Stein

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

Kétila Batista da Silva Teixeira

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho - RO

Jussara Santos Pimenta

Universidade Federal de Rondônia, Departamento
de Ciências da Educação

Porto Velho - RO

RESUMO: Este trabalho explicita os resultados da pesquisa realizada que teve como objetivo mapear as escolas municipais da zona urbana de Porto Velho/RO que contemplam a biblioteca em seu espaço, tomando como referência o último Censo Escolar. Em seguida fomos a campo para verificar as condições de instalação e funcionamento de cada biblioteca escolar. Com esse levantamento constatamos que das quarenta e sete (47) escolas municipais da região urbana, vinte (20) escolas declararam ter biblioteca escolar. Esse número sofreu variações, uma vez que visitadas essas escolas e feita a coleta de dados, observamos apenas doze (12) escolas com biblioteca, sendo seis (06) com BE em funcionamento e seis (06) desativadas, por falta de recursos humanos. Além disso, foram detectados outros problemas como, por exemplo, a estrutura

física inadequada, as condições de instalação e funcionamento precárias e o acervo que é pouco diversificado, assim como também a ausência de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Para fundamentar e alcançar ainda mais conhecimento em relação a temática abordada nos respaldamos nos estudos de Teixeira (2002), Milanesi (1994), Fragoso (2006), Campello (2012), dentre outros. Subsidiar, ainda, a legislação brasileira, como a Lei nº 12.244/2010, e diretrizes nacionais e internacionais, como por exemplo, o Manifesto IFLA/Unesco, documento que dispõe sobre a estruturação física e de acervos para a BE. Essa pesquisa vem contribuir para a compreensão do papel da biblioteca escolar e como o município vem desenvolvendo as questões relativas à sua estruturação nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca escolar. Instalação. Funcionamento.

ABSTRACT: This paper explores the results of the research carried out to map the municipal schools of the urban area of Porto Velho / RO that contemplate the library in their space, taking as reference the last School Census. Then we went to the field to check the conditions of installation and operation of each school library. With this survey we verified that of the forty-seven (47) municipal schools of the urban region, twenty (20) schools declared to have a

school library. This number changed since we visited these schools and collected data, we observed only twelve (12) schools with a library, six (06) with BE in operation and six (06) deactivated due to lack of human resources. In addition, other problems were detected, such as inadequate physical structure, precarious conditions of installation and operation, poorly diversified collection, as well as lack of accessibility for people with special needs. In order to base and reach even more knowledge regarding the subject matter, we have supported the studies of Teixeira (2002), Milanesi (1994), Fragoso (2006), Campello (2012) and others. They also subsidized Brazilian legislation, such as Law 12244/2010, and national and international guidelines, such as the IFLA / Unesco Manifesto, which provides for the physical structure and collection of assets for BE. This research contributes to the understanding of the role of the school library and how the municipality has been developing issues related to its structuring in schools.

KEYWORDS: School library. Installation. Operation

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho visa evidenciar a pesquisa realizada pelo subprojeto do PIBIC intitulado “A Biblioteca nas Escolas Públicas de Porto Velho (RO): Condições de Instalação e Funcionamento”, nas escolas municipais urbanas de Porto Velho que comporta a biblioteca escolar em seu espaço, abrangendo questões como recursos físicos, recursos humanos, funcionamento, recursos informativos, para melhor compreender como a BE está organizada e sendo utilizada pelas instituições e pela comunidade escolar, bem como os cuidados para sua utilização tanto pela instituição escolar quanto pelo sistema de ensino.

A pesquisa foi realizada em parceria com o Grupo de Pesquisa, que vem ao longo de um tempo se preocupando com a situação precária na qual se encontram as bibliotecas, visto que esta é parte integrante da formação do aluno em toda sua plenitude, pois a mesma funciona como dinamizador de conhecimento propiciando ao aluno subsídios para sua evolução crítica e consciente. Como assegura Campello (2002),

A biblioteca escolar é sem dúvida o espaço por excelência para promover experiências criativas de uso de informação. Ao reproduzir o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca pode, através de seu programa, aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia-a-dia, como profissional e como cidadão (p. 11).

A BE é um ambiente na escola que é a primeira a perder seu funcionamento por qualquer crise que ocorra, por falta de sala, falta de profissionais, entre outros. Dessa maneira entende-se que este espaço é visto como algo desnecessário ou mesmo com pouca importância para a comunidade escolar. Fato preocupante, que nos leva a crer a ausência de conhecimento em relação ao que é ser uma biblioteca escolar e sua

função deixa a desejar para o alcance dos objetivos esperados, uma vez que o *staff* escolar deveria ter ciência sobre o papel da BE e conferir o devido valor que a mesma merece, trazendo a ela meios para seu funcionamento com qualidade.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar nossa pesquisa nos respaldamos em teóricos importantes que nos provocam quanto ao papel imprescindível da biblioteca, temos políticas públicas de cunho internacional como o Manifesto da IFLA/Unesco colocando de forma clara a organização da biblioteca, expondo e perfilando de maneira elevada a estrutura e sua dinamicidade. As diretrizes impostas pelo manifesto dispõem em sua política a relevância de um trabalho colaborativo entre o bibliotecário e a escola com seus agentes, união essa que potencializa a missão que a BE deve abordar.

A política deve ser inteligível e praticável. Não deve ser escrita apenas pelo bibliotecário, sozinho, mas em colaboração com a equipa docente e os gestores educativos. O esboço deve ser estudado de forma alargada por toda a escola e apoiar-se numa discussão exaustiva e aberta. O documento e os planos subsequentes devem especificar o papel da biblioteca [...] (p. 04).

No Brasil temos a Lei 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização da biblioteca nas instituições do país. Essa Lei é a mais recente que temos, e enfatiza a organização dos estados para implantar e adequar as bibliotecas escolares nessas instituições e, para tanto, cabe aos representantes políticos a ordenação necessária para o alcance da meta estipulada conforme explicito na Lei.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (2010, p.01).

Para aprimorar e fomentar o acervo das bibliotecas escolares foi instituído pelo MEC, Ministério da Educação, em 1997, o PNBE Programa Nacional Biblioteca da Escola com o foco de alimentar a BE, dando acesso a obras de literatura infanto-juvenil aos alunos, assim como fornecendo materiais de referência para os docentes.

Com base nos fundamentos abordados e entre outros verificados ao longo dessa jornada científica, inferimos o quão relevante se faz a presença de uma biblioteca viva e ativa no ambiente escolar. Contudo proporcionar ao usuário um ambiente bem estruturado, com acessibilidade, agradável e instigante é parte integrante para consolidar seu papel.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa se insere na abordagem qualitativa, uma vez que se inclui em procedimentos descritivos, além de estar fundamentada em estudos teóricos para melhor compreensão do elemento abordado ao longo da investigação colhida, realizando assim um estudo bibliográfico, que é, segundo Lakatos e Marconi (1991, p.158):

[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A partir da abordagem qualitativa ampliamos o leque para investir em nossa pesquisa, além da exploração bibliográfica, investimos na confecção do instrumental de coleta de dados, optando pelo questionário, que foi organizado de forma semiestruturada, com questões objetivas e respostas diretas e outras dando liberdade para o pesquisado colocar seu ponto de vista e dessa forma enriquecendo a coleta de dados.

4 | RESULTADOS E CONCLUSÃO

4.1 Estrutura física e funcionamento das Bibliotecas Escolares de Porto Velho (RO)

Realizamos o mapeamento das escolas municipais urbanas de Porto Velho que comporta a biblioteca em conjunto com o Grupo de Pesquisa formado pela Orientadora Dra. Jussara Pimenta, grupo esse que tem como intuito destacar a significância que a biblioteca escolar tem e como este espaço está sendo dinamizado, organizado, estruturado, pela rede municipal de educação do município de Porto Velho (RO).

Para início do levantamento dos dados, utilizamos do Censo Escolar 2015 disponibilizado pela SEMED - Secretaria Municipal de Educação, como suporte para coletar as informações necessárias para o caminhar da presente pesquisa. Por meio dos dados fornecidos tivemos acesso ao número de escolas urbanas que pertencem à rede municipal, e a partir deste ponto, delimitamos as instituições escolares que contemplam a biblioteca em seu espaço.

Ao todo são quarenta e sete (47) escolas municipais da região urbana, dado concebido no censo escolar, e total de vinte (20) escolas apenas que declararam ter biblioteca escolar. Mas esse número sofreu variações, uma vez que visitadas essas escolas e feita a coleta de dados, notamos a falta de espaço que a BE tem na instituição escolar, encontramos apenas doze (12) escolas com biblioteca, sendo seis (06) com BE em funcionamento e seis (06) desativadas, por falta de recursos humanos.

Como destacado acima, exporemos, a seguir, os resultados obtidos através da pesquisa realizada neste período de um (1) ano. Evidenciando as escolas com bibliotecas em atividade e denominando-as como E1, E2, E3, E4, E5 e E6, por questões éticas.

4.1.1 Recursos físicos

Ao pensar em uma biblioteca escolar levamos em consideração diferentes pontos, o inicial é a estrutura física, o tamanho do espaço, seu mobiliário, entre outros, que visam garantir um atendimento eficaz para seus usuários.

O design da biblioteca escolar é fundamental no modo como a biblioteca serve bem a escola. O aspecto estético contribui para a sensação de bom acolhimento, bem como para o desejo da comunidade escolar de passar tempo na biblioteca (IFLA 2006, p. 09).

Em nosso projeto nos atemos a identificar como as BE estão estruturadas, se estão atendendo as normas que se exigem para o funcionamento das mesmas e nos deparamos com a precariedade na maioria das instalações visitadas. Das 06 escolas que comportam a BE em seu espaço identificamos uma que não há espaço próprio, a escola E1 denominada assim por nós para preservar sua identidade. A mesma está anexada juntamente com a Supervisão e Orientação, funcionando também no mesmo espaço a Sala de Vídeo, e alternando atividades como o programa “Mais Educação” e ainda servindo como espaço de leitura da escola. A partir deste dado se percebe que a biblioteca escolar não tem seu valor reconhecido. A justificativa que levou a essa condição do espaço, segundo a gestão escolar, é a necessidade de mais salas de aula devido ao grande número de alunos matriculados. De acordo com o que encontramos, a BE se apresenta como uma “salinha de leitura”, seu mobiliário é precário contendo apenas duas prateleiras acomodando os livros, o que interfere no atendimento de seus usuários de forma plena o que compromete o atendimento ao público escolar e minimiza o seu papel.

As outras 05 escolas com BE possuem espaço próprio, no entanto, nenhuma das bibliotecas escolares estão estruturalmente adequadas para seu funcionamento, pois como exigido a biblioteca escolar deve possuir espaço que acomode seus usuários “no nível básico: assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos”. Conforme pudemos verificar, as salas de BE não possuem espaço satisfatório para atender ao nível exposto, o que tornar o trabalho oferecido incerto e impreciso.

Em relação às instalações físicas é extremamente necessário que a biblioteca conte com espaço físico adequado dentro da escola, para seu uso exclusivo, com boas condições de iluminação, ventilação, segurança e ausência de umidade (NASCIMENTO e FILHO, p. 04).

Não obstante a falta de mobiliário, a iluminação, a localização da BE e a ausência de acessibilidade são fatores condicionantes na precarização da estrutura física encontrada nas bibliotecas escolares do município. Na E6 a biblioteca se encontra no Segundo Piso, e para chegar até ela é apenas por escadas o que dificulta o acesso de usuários com deficiência física. Conforme o Manifesto da UNESCO, a biblioteca deve manter “localização central, em piso térreo se possível; concepção adequada às necessidades especiais de utilizadores da biblioteca portadores de deficiências”. Ou seja, favorecer condições aos usuários para seu uso.

A seguir, trazemos uma tabela que resume a condição das bibliotecas escolares visitadas durante a presente pesquisa:

BIBLIOTECA ESCOLAR	ESPAÇO PRÓPRIO	ESTRUTURA FÍSICA
E1	NÃO	INSUFICIENTE
E2	SIM	INSUFICIENTE
E3	SIM	INSUFICIENTE
E4	SIM	REGULAR
E5	SIM	INSUFICIENTE
E6	SIM	INSUFICIENTE

Tabela 01

Fonte: A autora.

4.1.2 Recursos informativos

O acervo nas bibliotecas em funcionamento é composto em sua grande maioria por livros, seu material é pouco diversificado, apenas nas E3 e E6 constam em seu acervo livros em Braille. A falta de multiplicidade e neste quesito a falta de multiplicidade de informativos na biblioteca escolar causa incoerência na função que a BE dever ter, uma vez que limita o campo de pesquisa, dinamizando pouco o conhecimento produzido. De acordo com IFLA 2006:

[...] a biblioteca escolar deve adquirir materiais para o lazer, como por exemplo literatura de grande popularidade, música, jogos de computador, videocassetes, DVD, revistas e posters. Este tipo de materiais pode ser seleccionado com a colaboração dos alunos para se garantir que reflecte os seus interesses, gostos e cultura, sem ultrapassar os limites razoáveis dos padrões éticos (p. 10).

Em relação às possibilidades que um bom acervo pode influenciar Rodrigues, Teixeira e Pimenta (2015, p. 02), destacam:

Nas possibilidades contidas no seu acervo, no poder de criar novos mundos, inventar novas possibilidades, de emancipar, de fazer refletir, de dar asas à imaginação, de conectar pessoas e culturas. Se as palavras movem o mundo, também dão nascimento ao novo ao profano e ao sagrado. Reinventam o cotidiano, o saber, o ensino, a escola.

Por meio do instrumento de coleta notamos a escassez de material e a falta

de organização orçamentária para a aquisição de acervo suficiente para atender os usuários principais e eventuais. De acordo com a Lei Nº 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, em seu parágrafo único:

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

No entanto, o acervo das bibliotecas escolares em funcionamento, em sua maioria, não atende a esse quesito exigido na lei. Com as informações colhidas a E5 possui 356 títulos em sua BE, número muito pequeno para atender a comunidade escolar. As E2 e E6 possuem um número suficiente de volumes, contudo o material disponível em grande quantidade são os livros didáticos e paradidáticos, coleções disponíveis e encaminhadas às escolas pelo PNBE. Revistas, gibis, dentre outros informativos, não há ou é em quantidade menor.

BIBLIOTECAS ESCOLARES	ACERVO
E1	NÃO INFORMADO
E2	3.000
E3	NÃO INFORMADO
E4	NÃO INFORMADO
E5	356
E6	2.000

Tabela 02

Fonte: A autora.

No tocante ao material tecnológico notamos a escassez na existência destes, pois em nenhuma das BE pesquisadas há rede *WIFI*, e quase todas não há computadores, fato esse que corrobora para o precário funcionamento da biblioteca, como podemos atentar nas recomendações do Manifesto/IFLA 2006:

A biblioteca escolar desempenha uma função importante enquanto portal para a nossa sociedade actual, cada vez mais baseada na informação. Por esse motivo, deve disponibilizar acesso a todos os equipamentos necessários: electrónicos, informáticos e audiovisuais (1999, p. 09).

Sendo assim, a biblioteca escolar tem que se adequar à sociedade e caminhar junto aos processos que estão sendo desenvolvendo além das quatro paredes das escolas. Ficar estagnada no tempo, faz com que ela venha a se configurar como “museu” guardando o passado e não dinamizando o conhecimento, salientando que se faz inerente a união destes dois serviços.

4.1.3 Recursos humanos

A situação encontrada em relação aos responsáveis pelas bibliotecas escolares se configura de forma incerta, uma vez que os profissionais que atuam neste espaço não são qualificados para efetuar um atendimento e um trabalho na conservação e organização da BE e principalmente como mediadores no processo de dinamização e pesquisa auxiliando no ensino e na aprendizagem. Os profissionais que estão à frente da BE são professores readaptados por questões de saúde e em vésperas da aposentadoria pelo fato de a biblioteca escolar ser vista pelos gestores e pelos profissionais como um local de “descanso”, são remanejados, até que se recuperem. Ainda no Manifesto/IFLA 2006:

A riqueza e a qualidade dos recursos da biblioteca dependem dos recursos humanos disponíveis dentro da biblioteca escolar e para lá dela. Por este motivo, é de grande importância dispor de pessoal com boa formação e alta motivação, incluindo um número suficiente de elementos adequado à dimensão da escola e às suas necessidades específicas de serviços de biblioteca (p. 12).

A citação acima vem ao encontro da importância de uma BE bem equipada com uma estrutura física de qualidade, materiais em grande escala e profissionais capacitados para darem vida e dinamicidade a esse ambiente.

BE	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	TEMPO DE TRABALHO
E1	PROFESSORA	-	-
E2	ARTES INDUSTRIAIS	ENCARREGADA DA BIBLIOTECA	02 ANOS
E3	TÉCNICO BIBLIOTECÁRIO	TÉCNICA ADMINISTRATIVA	24 ANOS
E4	PROFESSORA	“BIBLIOTECÁRIA”	01 ANO
E5	EDUCAÇÃO FÍSICA	ATENDENTE DE BIBLIOTECA	05 MESES
E6	PEDAGOGA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	25 ANOS

Tabela 03

Fonte: A autora.

Das 06 bibliotecas escolares em funcionamento 05 apresentam em seu quadro de funcionários professores com formação docente em desvio de função, apenas na E3 a responsável é técnica administrativa e, segundo informações, com formação em técnico bibliotecário.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados constatamos o quão desvalorizada está a

biblioteca escolar por gestores, professores, usuários e pelo sistema educacional, pois não priorizam a BE como importante para a construção do conhecimento e, por conseguinte o seu papel na construção da formação cidadã. Por meio do mapeamento realizado nas escolas municipais que trazem a BE em sua estrutura, detectamos inúmeros problemas em suas condições de instalação e funcionamento, o que caracteriza a precariedade ao acesso de material informativo dificultando a dinamização dos conhecimentos produzidos e deixadas à margem pela instituição escolar, pelos educadores e pelos gestores, perdendo seu caráter educativo servindo somente com um lugar de guardar livros, um mero “depósito”.

Esperamos que esse trabalho possa influenciar os responsáveis pela gestão da rede municipal, equipes gestoras das instituições, professores, como ressalta Cruz (1979, p. 842), sugerindo “[...]algumas medidas visando uma mudança da situação atual”, dando à BE a devida valorização, subsidiando e norteando para a que surjam planejamentos eficazes em busca de resgatar esse espaço da apatia em que se encontra na rede municipal de Porto Velho (RO).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.244, de 24 de Maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União, Brasília. 2010.

CAMPELLO, B. S. et al. **A Biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CRUZ, Vilma A. Gimenes da; WELFENS, Irma A. I. Lorenzo. **Avaliação das bibliotecas escolares de 1º grau da cidade de Londrina.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., 1979, Curitiba. Anais... Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. v. 2, p. 841-851.

FRAGOSO, Graça Maria. **Biblioteca na escola.** Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.7, n. 1, p. 124-131, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO. **Sobre bibliotecas públicas.** Disponível em: <www.ifla.org/files/assets/school-libraries/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em 10 de Julho de 2016.

MILANESI, L. **O que é biblioteca.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASCIMENTO, A. M.; FILHO, C. M. C. **Retrato das bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino do Município de Ribeirão Preto - SP.** Biblionline, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007.

RODRIGUES, Z. T.; TEIXEIRA, K. B. S.; PIMENTA, J. S.. **Bibliotecas escolares: investigando a produção acadêmica em educação.** In: VIII Seminário de Educação - ‘De que falamos quando falamos em educação?’, 2015, Rolim de Moura (RO). VIII Seminário de Educação -. Rolim de Moura: Universidade Federal de Rondônia, 2015. V. único. p. 133-143.

TEIXEIRA, E. **Política educacional e biblioteca escolar.** In: Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo, RS: UPF editora, 2002.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NOS COLÉGIOS MILITARES DO EXÉRCITO EM 2014

Tarso Rocha Lula Pereira
Gilberto Magalhães da Silva Filho
Marke Geisy da Silva Dantas

RESUMO: O trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência na alocação dos gastos públicos com educação no 9º ano, a série final do ensino fundamental, nos Colégios Militares do Exército, sendo tomados como referência de estudo os anos de 2009 e 2011. A amostra da pesquisa foi composta pelas 12 unidades que fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil. Para análise da eficiência nos gastos com educação foi utilizada a análise envoltória de dados (DEA), tendo-se como insumos as variáveis despesa com educação, número de alunos matriculados e número de professores (insumos). E, como produto, o IDEB dos colégios para o ano de 2009 e 2011. Os resultados da pesquisa mostraram que para o ano de 2009 sete colégios (58,34%) foram considerados eficientes e para o exercício de 2011 apenas quatro unidades (30%), mediante o modelo DEA – BCC. Quando analisado através do modelo CCR cinco colégios (41,67%) se mostraram eficientes, já em relação a 2011 apenas três (25%). Pode-se destacar que os colégios que apresentaram maior alocação de recursos não, necessariamente, se apresentaram eficientes indicando a necessidade de uma melhor

gestão dos recursos por parte dos gestores frente a essas organizações. Os resultados aqui apresentados podem ser definidos como uma análise de eficiência relativa, uma vez que as escolas foram consideradas eficientes quando comparadas com os outros colégios que compõem a amostra da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Militar. Eficiência. Gasto Público. Educação.

ABSTRACT: The current paper aims to assess the efficiency on the allocation of public expenditure in education on the 9th year, the final grade of fundamental education, in the Army Military Schools. It was taken as a reference the study of the years 2009 and 2011. The research sample was composed by the 12 units, which are part of the Military School System in Brazil. To assess the efficiency on the education expenditure it was used the Data Envelopment Analysis (DEA) and the inputs used were the variables expenditure on education, number of enrolled students and number of teachers (input). As for the product it was considered the Index of Basic Education Development (IDEB) of the schools in the years 2009 and 2011. The results of the research show that in the year 2009 seven schools (58.34%) were considered efficient and in the year 2011 only four units (30%) according to the DEA – BCC model. When analyzed through the CCR

model, 5 schools (41.67%) have shown effective once in 2011 only three schools did (25%). It can be noticed that the schools that presented bigger resource allocation did not necessarily presented themselves as efficient, which indicated the need of a better resource management by the managers in charge of the organizations. The results hereby presented may be defined as an analysis with relative efficiency for the schools were considered efficient when compared to other schools which are part of the research sample.

KEYWORDS: Military School; Efficiency; Public Expenditure; Education.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve um maior interesse na investigação dos aspectos sociais e econômicos da educação. De acordo com Cabugueira (2002), alguns aspectos podem ser utilizados para explicar este fenômeno como, por exemplo, o aumento da aplicação de recursos na educação, a relação entre a educação e as oportunidades sociais afetando a qualificação social e a distribuição da riqueza e, por último, as relações entre a educação e o crescimento econômico.

A literatura, em geral, reconhece a existência de uma inter-relação entre os níveis de educação e de desenvolvimento socioeconômico de um país (CALEIRO, 2010). Diante disso, a aplicação de recursos públicos na educação pode proporcionar um maior nível de desenvolvimento de um país, além de permitir a capacitação do estudante para que, diante da complexidade do mundo real, possa orientar suas ações e fazer opções conscientes no seu dia a dia.

A educação pode ser considerada como elemento fundamental para que as pessoas possam melhorar sua condição de vida e promover o desenvolvimento do ambiente em que estão inseridas. (SILVA; SOUZA e ARAUJO, 2013).

Garantir qualidade e eficiência é uma das preocupações recentes da política educacional do país. Nas últimas décadas, o Brasil conquistou algumas melhorias nos indicadores do seu quadro educacional, como o aumento da escolaridade média da população, a diminuição da evasão escolar, do trabalho infantil e maior cobertura do ensino fundamental (DELGADO; MACHADO, 2007). No entanto, quando comparados com os resultados de outros países, o nível de educação do Brasil ainda está abaixo daqueles em desenvolvimento.

A avaliação dos gastos com educação apresenta-se por ser de grande importância, visto que a implementação inapropriada de políticas públicas nessa área poderá acarretar em aumento de escolaridade sem aumento de capital humano, sendo este um elemento essencial para o desenvolvimento social e econômico de um país. (SAVIAN; BEZERRA, 2013).

A eficiência econômica é definida como a maneira de obter os maiores ganhos no produto, recorrendo ao mínimo possível de insumos. Nos parâmetros educacionais, implica obter o melhor possível em termos do desempenho dos alunos nos exames

de proficiência nas matérias básicas, dados os recursos que sua escola possui em termos de infraestrutura, custo por aluno, qualificação de professores, salas de aula e equipamentos.

O Brasil utiliza, desde 2005 como avaliação da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e o resultado das escolas municipais e estaduais, sempre apresentou grande discrepância, o que tem incentivado pesquisas a avaliarem os dados apresentados para buscarem *insights* que auxiliem tomadores de decisão a viabilizarem a educação com a melhor aplicação do recurso público.

Dentre as várias instituições de ensino público do país, os Colégios Militares, compreendido por doze unidades e distribuídas por vários Estados brasileiros, ocupam um papel importante na educação nacional que oferecem ensino fundamental e médio. Estes fornecem educação há mais de quinze mil jovens, o que representa uma das mais antigas instituições de ensino do país, tendo o primeiro Colégio sido fundado no ano de 1889, no Estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto nos parágrafos acima, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de eficiência dos gastos públicos com o ensino fundamental nos Colégios Militares do Exército?**

Para responder o problema proposto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a eficiência na alocação dos gastos públicos com educação no 9º ano, a série final do ensino fundamental, nos Colégios Militares do Exército, sendo tomados como referência de estudo os anos de 2008 e 2010 para os dados dos Colégios, com os seus resultados obtidos no IDEB nos anos de 2009 e 2011.

Esse tipo de avaliação é importante, pois mostra se as políticas educacionais nessa área estão propiciando uma escolarização de qualidade e, conseqüentemente, melhorando o bem-estar social, além de expor a necessidade de revisão das práticas de gestão nos Colégios pertencentes ao Sistema Colégio Militar do Brasil, para que haja um melhor aproveitamento dos recursos.

No Brasil, ainda são poucos os trabalhos que procuraram analisar o nível de eficiência nos gastos públicos com educação, dentre as pesquisas realizadas destacam-se os trabalhos de Delgado (2008); Lopes, Neto, Barbosa & Holanda et al. (2008); Zoghbi, Mattos, Rocha e Arvate (2011); Wilbert e D'Abreu (2013); Savian e Bezerra (2013); Silva, Souza e Araújo, (2013). Deste modo, o estudo em questão procura suprir essa lacuna existente de trabalhos no país e servir de fonte de informação para futuras pesquisas.

Este artigo se encontra estruturado da seguinte forma: posterior à seção introdutória é apresentado o referencial teórico pertinente à temática pesquisada, seguido pelos procedimentos metodológicos e, na sequência, análise dos dados e as considerações finais

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são abordados aspectos referentes à: a relação entre desenvolvimento socioeconômico e a educação, avaliação quanto à educação oferecida no Brasil e o reflexo nos Colégio Militares do Exército, tendo em vista o gasto público aplicado por estes com a finalidade de conhecimento de seus custos, com análise de sua eficiência.

2.1 Educação e Desenvolvimento Socioeconômico

Baseado em Fracalanza (1999), já existe um consenso em relação ao fato de que a educação representa elemento de fundamental importância para viabilizar o crescimento econômico. Barro (1991), Benhabib e Spiegel (1994), Sala-i-Martin e Barro (1995) Sala-i-Martin (1997) afirmam existir forte correlação entre a educação e a taxa de crescimento do PIB per capita entre os países.

Segundo Ozturk (2001), o desenvolvimento só é alcançado mediante investimento em capital humano, que além de melhorar a qualidade de vida do indivíduo, seus reflexos se estendem para toda a sociedade, e ainda, segundo o mesmo autor, a educação aumenta a produtividade e a criatividade das pessoas, e promove o empreendedorismo e os avanços tecnológicos.

Durante várias décadas, as agências de desenvolvimento têm colocado grande ênfase no ensino básico, como determinante para melhorar o crescimento econômico e reduzir a pobreza e a ausência de evidências empíricas que comprovem a importância do ensino superior e sua relação com o desenvolvimento. No entanto, evidências recentes indicam que o ensino superior é um fator determinante para o desenvolvimento e pode contribuir para melhorar a saúde de uma nação, reduzir o crescimento da população, melhorar a tecnologia e fortalecer a governabilidade (BLOOM; CANNING e CHAN, 2006). Como exemplo dos benefícios do ensino superior para a economia de um país, alguns observadores destacam o salto da Índia no cenário econômico mundial como decorrente de seus esforços bem-sucedidos de longas décadas para fornecer alta qualidade, o ensino superior tecnicamente orientado para um número significativo de seus cidadãos.

Quer seja na educação básica ou na educação superior, a análise de sua eficiência é referência para se verificar a qualidade dos investimentos na área pública. Diante do exposto, pode-se afirmar que o principal determinante do padrão de vida de um país é o quão bem ele consegue desenvolver e utilizar as habilidades e conhecimentos, promover a saúde e educar a maioria da sua população. No Brasil, uma das preocupações recentes da política educacional tem sido garantir qualidade e eficiência. Nas últimas décadas, o País conquistou algumas melhorias nos indicadores do seu quadro educacional, como o aumento da escolaridade média da população, a diminuição da evasão escolar e do trabalho infantil, e maior cobertura do ensino fundamental (DELGADO, 2008).

Para a avaliação da educação nacional foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o objetivo de avaliar a qualidade da educação no país, sendo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007.

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio) com informações sobre rendimento escolar (FERNANDES, 2007).

A relação entre fluxo e aprendizagem resultantes desse indicador, permite segundo Gouveia, Souza e Tavares (2009) verificar dois objetivos essenciais da política educacional, refletindo em todo sistema educacional que são eles: contenção do abandono escolar; garantia da aprendizagem efetiva.

Conforme Fernandes (2008) a relação entre fluxo e aprendizagem, será representado por escores que variam de 0 a 10, e o seu cálculo será representado abaixo:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} \cdot P_{ji}; \quad 0 \leq N_{ji} \leq 10; \quad 0 \leq P_{ji} \leq 10 \quad \text{e} \quad 0 \leq IDEB_{ji} \leq 10 \quad (1)$$

Onde:

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

2.2 Educação nos Colégios Militares do Exército

Os Colégios Militares do Exército ocupam um importante papel na educação do país. O primeiro deles foi fundado, ainda no período imperial, no ano de 1889, com sede no Rio de Janeiro, com o nome de Imperial Colégio Militar da Corte. Tinha como principal objetivo a educação assistencial, e sua criação se deu mediante esforços do ministro da guerra Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, inspirado em planos do Duque de Caxias (SOARES, 2002).

Baseado em Rosa (2012) após a fundação do primeiro colégio militar, essa instituição passou a gozar de grande prestígio entre a sociedade, resultante do ensino de alta qualidade. E o grande prestígio adquirido pelo colégio motivou o exército a espalhar uma rede de colégios militares pelo Brasil.

Segundo as Normas de planejamento e Conduta do Ensino (NPCE) do exército brasileiro de 2005, o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) subordina-se diretamente à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) à qual cabe supervisionar, controlar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do Sistema (Silva, 2005).

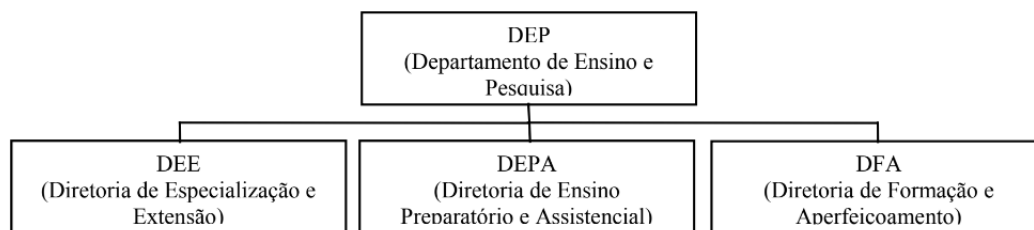


Figura 1 - Organograma de ensino no Exército brasileiro

Fonte: SILVA, Fernando Monteiro. Análise do perfil dos colégios militares baseado em dados de rendimentos de ensino. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em engenharia de produção. UFSM, Santa Maria - RS, 2005, p. 20.

Atualmente o Sistema Colégio Militar do Brasil é composto por doze estabelecimentos ou unidades que são eles: Colégio Militar do Rio de Janeiro (1889); Colégio Militar de Porto Alegre (1912); Colégio Militar de Belo Horizonte (1955); Colégio Militar de Salvador (1957); Colégio Militar de Curitiba (1958); Colégio Militar de Recife (1959); Colégio Militar de Fortaleza (1962); Colégio Militar de Manaus (1972); Colégio Militar de Brasília (1978); Colégio Militar de Juiz de Fora (1993); Colégio Militar de Campo Grande (1993) e Colégio Militar de Santa Maria (1994). Proporcionando educação de alta qualidade a aproximadamente 15 mil jovens.

2.3 Eficiência nos Gastos Públicos

A função primordial da Administração Pública é empregar com eficiência os recursos públicos obtidos por meio dos tributos em favor do bem-estar social, garantindo os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988, como direito à vida, à educação, à saúde, à segurança e ao lazer.

No entanto, os recursos disponíveis para suprir essa demanda são limitados, exigindo dos gestores públicos uma maior eficiência na alocação dos recursos de modo a atender às exigências da população.

A limitação de recursos públicos disponíveis para atender as crescentes demandas por parte da sociedade e o aumento do interesse desta em avaliar a maneira como estão sendo empregados os recursos públicos, fez surgir uma maior vontade por parte dos pesquisadores e instituições do uso de ferramentas na avaliação dos programas sociais. De maneira geral, existem várias abordagens de eficiência. O conceito de eficiência refere-se ao uso racional dos meios dos quais se dispõe para alcançar um objetivo previamente determinado. Ou seja, é a capacidade de alcance das metas estabelecidas, com o mínimo de recursos disponíveis e tempo, obtendo sua otimização (MALENA; BATISTA FILHO; Oliveira e Castro, 2013).

Afonso, *Schuknecht* e *Tanzi* (2006) avaliaram a eficiência do setor público dos novos Estados-membros da União Europeia em relação aos mercados emergentes. Para medir os escores de eficiência foi utilizado o DEA, e para medir a influência de fatores não discricionários ou ambientais foi utilizada a regressão *Tobit*. O estudo

concluiu que a eficiência dos gastos em novos membros da União Europeia é bastante diversificada, especialmente em comparação com o grupo de melhor desempenho dos mercados emergentes na Ásia. A análise econométrica mostra que maior renda, a competência do serviço público e os níveis de ensino, bem como a segurança dos direitos de propriedade, parecem facilitar a prevenção de deficiências no setor público.

Herrera e Pang (2005) analisaram a eficiência dos gastos públicos dos países em desenvolvimento, a partir de uma amostra composta por 140 países no período de 1996 e 2002. A técnica utilizada foi a análise de envoltória de dados (DEA) e os resultados da pesquisa mostraram que os países com níveis de despesa superiores apresentaram escores de eficiência inferiores.

No Brasil, o número de pesquisas que abordam a eficiência na aplicação dos recursos públicos ainda é reduzido. Uma das dificuldades enfrentadas quando se pretende analisar eficiência reside em definir uma métrica que consiga conjugar vários indicadores em um único, capaz de traduzir a eficiência da gestão pública.

A ideia básica para se medir eficiência na aplicação de recursos públicos, consiste na definição de uma referência ou padrão para que seja possível fazer comparações com a finalidade de se questionar se algo está sendo eficiente ou ineficiente (DINIZ et al., 2012).

2.4 Estudos Nacionais Sobre Eficiência

No Brasil, as pesquisas que investigaram a eficiência dos gastos públicos de uma maneira geral utilizaram a análise de envoltória de dados (DEA). Conforme Wilbert e D'Abreu (2013), o DEA pode ser utilizado sempre que se pretende analisar de maneira quantitativa a eficiência. Nesse sentido, existem inúmeros trabalhos com aplicações diversas, no Brasil e no exterior, desde indicadores sociais à avaliação de empresas (WILBERT; D'ABREU, 2013).

Souza e Macedo (2008) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar os desempenhos das clínicas que integram a Odontologia Central do Exército para o exercício de 2005. Para atingir o objetivo proposto foram desenvolvidos dois modelos, sendo confrontados os insumos (materiais diretos e custos indiretos relevantes) com a receita e, em seguida, os mesmos insumos com o número de pacientes atendidos. A pesquisa concluiu que é possível o emprego do DEA para avaliar a eficiência relativa, proporcionando subsídios para o processo decisório.

No trabalho de Faria, Jannuzzi e Silva (2008) utilizou-se o modelo BCC (*Banker, Charnes & Cooper*, 1984), para verificar a relação entre gastos públicos e indicadores sociais nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento. Foram utilizados dados de sessenta e dois municípios fluminenses do final da década de noventa e ano 2000, os resultados da pesquisa mostraram que os municípios de São Gonçalo, Japeri, Queimados, Cantagalo, São João de Meriti e Resende em relação à eficiência nas políticas públicas.

Zoghbi et al., (2011) investigaram a eficiência relativa dos municípios paulistas no que diz respeito aos gastos em educação fundamental em 2005 para os municípios do Estado de São Paulo, com o objetivo de buscar uma medida de eficiência/ineficiência do gasto municipal em educação. Para tanto, foram utilizados alguns índices e indicadores de resultados em uma análise de fronteira eficiente, *Free Disposal Hull* (FDH). Os resultados demonstraram que Barretos e Presidente Pudente foram as regiões mais eficientes, por outro lado, Baixada Santista e Ribeirão Preto foram as regiões mais ineficientes, sendo destacado a necessidade da criação de indicadores de mensuração da eficiência/ineficiência não somente para a educação, mas para outras áreas sociais prioritárias.

Silva e Almeida (2012) verificaram a eficiência no uso do FUNDEF dos municípios do Rio Grande do Norte pelos métodos DEA e FDH. Eles concluíram que quanto maior o repasse, maior era a eficiência do município. Já Wilbert e D'Abreu (2013) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar as cidades alagoanas mais eficientes e as menos eficientes no gasto com educação *per capita* e avaliar a qualidade do gasto público com educação nesses municípios no exercício de 2011. A ferramenta utilizada foi a análise de envoltório de dados, e a pesquisa conclui que existe um retorno marginal decrescente no IDEB com o aumento do gasto *per capita*.

Silva, Souza e Araújo (2013) verificaram a eficiência dos gastos públicos com o ensino fundamental nas capitais brasileiras nos anos de 2007 e 2009, utilizando o DEA. Seus resultados indicaram não haver relação entre a eficiência e a qualidade do ensino das capitais investigadas, uma vez que as capitais que apresentaram os maiores resultados no IDEB não foram as mesmas consideradas eficientes.

Savian e Bezerra (2013) investigaram a eficiência dos gastos públicos com a educação nas séries iniciais do ensino fundamental nos municípios do Estado do Paraná, nos anos de 2005 e 2009, através da aplicação da técnica Análise Envoltória de Dados (DEA), os achados da pesquisa indicaram que em sua maioria os municípios do Paraná se mostraram ineficientes na aplicação dos recursos públicos na educação.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

Levando em consideração o objetivo da pesquisa, pode-se classificá-la como descritiva, baseando-se em Gil (2002, p. 42) que afirma que esse tipo de pesquisa tem com objetivo [...] “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, pois conforme Gil (2002), o estudo exaustivo de um ou poucos objetos permite um conhecimento amplo e detalhado sobre eles, o que estabelece base para futuras investigações, podendo ser aplicado a um ambiente, a um sujeito ou a uma situação em particular, se restringindo

a um grupo específico, tendo se utilizado, também, de pesquisa documental que, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é decorrente de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Quanto à abordagem do problema essa se caracteriza como quantitativa, uma vez que foi utilizado o modelo não paramétrico do DEA para análise dos dados. No entanto, mesmo considerando-se que a essência do trabalho é quantitativa, não se excluiu a análise qualitativa no momento em que se analisa o nível de eficiência da alocação dos recursos públicos.

3.2 População e Amostra

A população é composta por doze unidades que fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), sendo analisadas as doze unidades de ensino militar na presente pesquisa.

3.3 Técnica de Análise dos Dados

A presente pesquisa faz uso do método não paramétrico da *Data Envelopment Analysis* (DEA), Análise Envoltória de Dados ou Teoria de Fronteira, para medir a eficiência dos gastos públicos da educação dos Colégios Militares do Exército.

Esse tipo de método mede a eficiência relativa, uma vez que se analisa somente os Colégios pertencentes ao Sistema Colégio Militar do Brasil. Assim, um Colégio é considerado eficiente de acordo com a amostra pesquisada, bem como os insumos e produtos utilizados na análise.

Souza e Macedo (2008) afirmam que a Análise Envoltório é um método desenvolvido por *Charnes, Cooper e Rhodes* (1978) e *Banker, Charnes e Cooper* (1984) baseado nos estudos de *Farrel* (1957) que tem como objetivo medir a eficiência através da programação linear.

Diniz (2012) defende a DEA como uma metodologia bastante útil no cálculo de eficiência, e um instrumento adequado na área da educação, quanto à definição da função de produção, pois os resultados proporcionados são capazes de apontar os municípios mais eficientes (benchmarks), como também os que são ineficientes.

Segundo *Cooper, Seiford e Zhu* (2004), trata-se de uma técnica não paramétrica utilizada em processos de otimização, cujo objetivo é analisar comparativamente unidades produtivas independentes, desde que tais unidades utilizem os mesmos tipos de insumos (fatores a serem minimizados) e produtos (fatores a serem maximizados) em níveis distintos de consumo e produção, fornecendo a eficiência relativa das unidades de tomada de decisões – *Decision Making Units* (DMUs), geralmente representadas por empresas, departamentos, setores ou instituições. Em princípio, é utilizada quando a presença de múltiplos insumos e produtos torna difícil a tomada de decisão por parte de diretores ou gerentes das organizações.

A vantagem dos modelos DEA não paramétricos é sua flexibilidade. Eles assumem poucas hipóteses sobre o comportamento dos dados e, por isso, não implicam nenhuma forma funcional *a priori* para a fronteira de eficiência. Captam a

melhor prática existente da organização produtiva e fornecem um *benchmark* para as instituições analisadas (DELGADO, 2008).

Existem dois modelos básicos do DEA que geralmente são utilizados nas pesquisas que buscam medir a eficiência: CCR (de *Charnes, Cooper e Rhodes*) e BCC (de *Banker, Charnes e Cooper*).

O primeiro modelo, CCR, também chamado de CRS (*Constant Returns to Scale*), identifica as unidades eficientes e ineficientes, em relação às unidades ineficientes é apresentado a distância destas em relação à fronteira de eficiência. O segundo modelo, o BCC, também conhecido como VRS (*Variable Return to Scale*), utiliza uma formulação que permite a projeção de cada unidade ineficiente sobre a superfície de fronteira determinada pelas DMUs eficientes de tamanho compatível (SOUZA; Macedo, 2008).

3.4 Descrição das Variáveis

A análise da eficiência no âmbito educacional tem sido alvo de diversos estudos no cenário nacional e no exterior, contudo não existe consenso na escolha dos insumos e produtos a serem utilizados para medir a eficiência da tabela abaixo apresenta alguns desses estudos e as variáveis utilizadas para se medir eficiência assim como a ferramenta de análise:

Autores	Insumos	Produtos	Ferramenta
Rosando-Pena, Albuquerque e Marcio (2012)	Gastos com recursos humanos, gastos com despesas correntes e despesas com investimentos.	Taxas de aprovação na 4ª e 8ª série; Notas padronizadas em Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil na 4º e 8º série; Número de matrículas na educação infantil.	DEA Modelo CCR e BCC
Savian e Bezerra (2013)	Gasto com Ensino Fundamental por Aluno; Número de Escolas; Relação Aluno/Professor; PIB per capita municipal.	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	DEA Modelo CCR
D’Abreu e Wilbert (2013)	Gastos com educação <i>per capita</i> dos municípios.	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	DEA Modelo CCR e BCC
Silva, Souza e Araújo (2013)	Despesa com ensino fundamental; número de alunos matriculados; número de professores; número de escolas.	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	DEA Modelo CCR
Herrera e Pang (2005)	Gasto público em educação per capita, taxa de analfabetismo e razão professor – aluno	Matrículas no ensino primário e no ensino secundário; taxa de analfabetismo; número médio de anos na escola, primeiro grau completo; segundo grau completo e escores de aprendizado	DEA e o FDH
Gupta e Verhoeven (2001)	Gasto per capita em Educação	Matrículas no ensino primário, matrículas no ensino secundário e taxa de analfabetismo	FDH

Jayasuriya e Wodon (2002)	Produto per capita, gasto per capita e taxa de alfabetização	Matrículas no ensino primário	Painel
Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005)	Gasto	Matrículas no ensino secundário e escores do Pisa (Programme for International Student Assessment)	FDH

Tabela 1: Relação dos variáveis utilizadas para se medir a eficiência.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Diante da dificuldade e da falta de consenso de quais seriam as variáveis ideais para se medir a eficiência no âmbito educacional, a presente pesquisa utilizou como *inputs* (despesa com ensino fundamental, número de alunos matriculados, número de professores) e como *outputs* (IDEB da 8ª série, atual 9º ano), contudo, é de se destacar que foi utilizado o IDEB de 2009 e 2011 como produtos e os insumos utilizados foram referente ao ano anterior, levando-se em conta que a educação por ser contínua, os insumos consumidos no ano anterior seriam refletidos no IDEB do ano seguinte, mesmo reconhecendo que seria mais preciso utilizar uma média dos anos anteriores, sendo essa metodologia o avanço da presente pesquisa em relação aos trabalhos realizados

Os dados foram coletados por meio do sistema de administração financeira do governo federal (SIAFI), do sítio da transparência pública, do Departamento Geral de pessoal do Exército, como também, por e-mails enviados aos ordenadores de despesas dos Colégios Militares do Exército, O *software* utilizado foi o DEAP V 2.1.

Os dados que foram fornecidos são considerados como estratégicos e sua divulgação é considerada atentatória à segurança nacional. Desta forma, serão analisados numerando os Colégios Militares de forma aleatória, porém sem afetar a análise e seus resultados.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) encontra-se sob o controle da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, por sua vez, subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército- DECEX (Antes chamado de Departamento de Ensino e Pesquisa - DEP).

O estudo busca analisar a eficiência dos gastos públicos com ensino, acrescentando aos escores de eficiência dos Colégios Militares, uma análise de seus resultados no IDEB para verificar quais foram eficientes e conseguiram um melhor aproveitamento de seus insumos.

A Tabela 2 apresenta os dados da pesquisa: despesas com educação, número de alunos matriculados, número de professores e o resultado do IDEB.

Colégios	Gasto com Ensino (R\$)		Nº Alunos		Nº de professores		IDEB	
	2008	2010	2008	2010	2008	2010	2009	2011
1	5.206.767,71	6.001.526,88	502	489	39	41	6,4	7,2
2	6.389.475,18	6.548.241,69	466	468	44	45	6,7	6,7
3	4.219.155,02	4.449.468,22	400	456	37	37	7,1	6,9
4	3.154.789,00	3.477.813,05	470	448	28	29	6,9	7,0
5	8.408.963,41	5.487.627,00	533	524	45	40	6,9	6,8
6	2.979.118,25	3.284.266,94	507	510	33	36	6,5	6,5
7	4.632.719,58	5.114.917,00	505	515	38	40	6,0	6,2
8	2.988.684,14	3.147.026,00	475	473	31	30	6,2	6,6
9	4.381.253,32	4.673.599,10	394	400	40	39	7,1	7,2
10	3.486.214,26	3.471.249,37	450	451	38	37	7,3	6,8
11	5.188.229,47	5.687.845,17	470	470	39	41	6,6	6,6
12	3.058.942,37	3.344.768,05	480	471	32	31	6,4	6,4
Total/IDEB médio	54.094.311,71	54.688.348,47	5.652	5.675	444	446	6,67	6,74

Tabela 2: Número de alunos, professores e o IDEB.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 2 tem-se informação referente ao número de alunos matriculados por colégio, número de professores por colégio referente ao exercício de 2008 e 2010 e os resultados obtidos por cada colégio no IDEB de 2009 e 2011, é de se destacar que foram utilizados esses períodos uma vez que o resultado do IDEB é divulgado a cada dois anos, sendo o último resultado divulgado em 2011.

Os colégios 1, 2 e 6 não foram avaliados em 2009, sendo utilizada na pesquisa a média dos resultados obtidos no IDEB nos exercícios de 2007 e 2011 respectivamente.

Com base nos resultados apresentados pode-se concluir que o número de alunos e número de professores pouco variou em 2010 quando comparado a 2008, assim como o resultado médio no IDEB que permaneceu próximo a 6,7, apesar da pequena variação pode-se aqui destacar que a média dos colégios militares no IDEB é bem superior quando comparado com as médias nacionais que é de 4,0 (2009) e 4,1 (2011) de acordo com o portal do INEP.

Em relação ao gasto anual com educação, pode se perceber um aumento no gasto total com educação de R\$594.036,76 em relação ao exercício de 2008 nas escolas que fazem parte do SCMB. A tabela 3 apresenta a estatística descritiva com média, desvio padrão, valor mínimo e valor máximo.

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Gastos 2008	2.979.118,25	8.408.963,41	4.507.859,30	1.636.078,95
Gastos 2010	3.147.026,00	6.548.241,69	4.557.362,37	1.204.306,22
NºAlunos 2008	394	533	471	41,33
NºAlunos 2010	400	524	472,92	34,05
NºProfessores 2008	28	45	37	5,13

NºProfessores 2010	29	45	37,13	4,93
IDEB 2009	6	7,30	6,67	,39
IDEB 2011	6,20	7,20	6,74	,30

Tabela 3: Estatística descritiva

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação aos resultados apresentados na Tabela 3, é de se destacar que os colégios que exibiram os menores gastos com educação não necessariamente apresentaram menores resultados no IDEB como é o caso do colégio 6 (mostrado na tabela 2) que apresentou menor alocação de recursos com educação para os anos de 2008 e 2010, no entanto, seu resultado no IDEB foi próximo à média da amostra (6,5). Em relação aos resultados apresentados referentes ao IDEB pode-se inferir que o baixo desvio padrão apresentado para os dois anos indica que os resultados apresentados pelos colégios estão próximos da média (6,7).

Colégio	BCC – 2009	CCR – 2009	BCC – 2011	CCR-2011
Colégio Militar 1	0,870	0,888	1	0,866
Colégio Militar 2	0,918	0,880	0,931	0,859
Colégio Militar 3	1	1	0,964	0,934
Colégio Militar 4	1	1	1	1
Colégio Militar 5	0,945	0,806	0,944	0,834
Colégio Militar 6	1	0,990	0,961	0,982
Colégio Militar 7	1	1	0,861	0,844
Colégio Militar 8	1	0,948	1	1
Colégio Militar 9	1	1	1	1
Colégio Militar 10	1	1	0,973	0,999
Colégio Militar 11	0,904	0,921	0,917	0,888
Colégio Militar 12	0,975	0,981	0,936	0,993
Médias	0,967	0,951	0,957	0,933

Tabela 4: Escores de eficiência DEA – BCC VS CCR

Fonte: Elaborada pelos autores (2014).

A Tabela 4 reporta os escores de eficiência para os anos de 2009 e 2011, segundo os dois modelos básicos da Análise Envoltória de Dados, o modelo BCC e o modelo CCR. Os colégios que apresentaram escore igual a 1 (um) se mostraram eficientes na utilização dos insumos considerados na pesquisa frente ao resultado do IDEB, com base nos resultados reportados na tabela 4 quando considerado o modelo BCC sete colégios se mostraram eficientes para o ano de 2009, o que equivale a 58,34% dos colégios analisados, para o ano de 2011 considerando o mesmo modelo quatro colégios (30%) foram considerados eficientes.

Em relação aos colégios 3, 6 e 7 apresentaram aumento no gasto com educação, no entanto, não se mostraram eficientes quando considerado o exercício de 2010, o que nos leva a concluir que os gestores de tais organizações não estão gerindo os

recursos de maneira eficiente.

Quando analisado através modelo CCR cinco colégios (41,67%) se mostraram eficientes. Já em relação a 2011 apenas três colégios (25%) apresentaram escore igual a 1 (um), em relação ao colégio 5 um dado chama a atenção, uma vez que foi a unidade que apresentou a maior redução na aplicação dos recursos (R\$ 2.921.336,41), no entanto, apresentou aumento no resultado do DEA para os dois modelos analisados.

Colégios	2009 – Obtido	2009 – Esperado	2011 - Obtido	2011- Esperado
Colégio Militar 1	6,4	7.3	7,2	7.2
Colégio Militar 2	6,7	7.3	6,7	7.2
Colégio Militar 3	7,1	7.1	6,9	7.2
Colégio Militar 4	6,9	6.9	7,0	7.0
Colégio Militar 5	6,9	7.3	6,8	7.2
Colégio Militar 6	6,5	6.5	6,5	6.8
Colégio Militar 7	6,0	6.0	6,2	7.2
Colégio Militar 8	6,2	6.2	6,6	6.6
Colégio Militar 9	7,1	7.1	7,2	7.2
Colégio Militar 10	7,3	7.3	6,8	6.9
Colégio Militar 11	6,6	7.3	6,6	7.2
Colégio Militar 12	6,4	6.5	6,4	6.8

Tabela 5 : Quadro comparativo IDEB obtido VS IDEB esperado

Fonte: Elaborada pelos autores.

E concluindo a análise dos resultados, a Tabela 5 apresenta um quadro comparativo entre os resultados obtidos pelos colégios no IDEB, e os valores esperados para que as DMUs fossem consideradas eficientes mediante os insumos consumidos. Deste modo, os colégios que apresentaram resultados abaixo do esperado foram considerados ineficientes mediante a Análise Envolvória de Dados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investimento em educação pública tem sido uma das prioridades das políticas públicas nas últimas décadas, sendo destinada grande parcela dos recursos públicos. A educação e os seus aspectos econômicos e sociais são temas abordados em pesquisas nacionais e no exterior, sendo destacada a importância da educação como instrumento gerador de capital humano para os indivíduos e tendo reflexos no desenvolvimento econômico de um país. No entanto, diante da limitação de recursos é preciso que haja eficiência na aplicação de modo que se possa disponibilizar educação de qualidade com o menor sacrifício de recursos.

Para a obtenção dos resultados da pesquisa, foi utilizada a metodologia empírica *Data Envelopment Analysis* (DEA), que calcula o índice de eficiência para os gastos

com educação básica nos colégios militares do exército, deriva as funções da fronteira de produção e seus respectivos escores de eficiência para cada colégio, além de avaliar o desempenho comparado de uma DMU (Unidade Tomadora de Decisão) a um parceiro de excelência (*benchmark*). Os resultados apontados pelo modelo DEA são capazes de identificar os colégios mais eficientes, bem como os ineficientes.

Para se medir a eficiência dos colégios militares a presente pesquisa utilizou como *inputs* (despesa com ensino fundamental, número de alunos matriculados, número de professores) e pelos *outputs* (IDEB da 8ª série, atual 9º ano).

Conclui-se que para o ano de 2009 sete colégios (58,34%) foram considerados eficientes e para o exercício de 2011 apenas quatro unidades (30%) se mostraram eficientes, mediante o modelo DEA – BCC.

Quando analisado através modelo CCR cinco colégios (41,67%) se mostraram eficientes, já em relação à 2011 apenas três colégios (25%) foram eficientes.

A pesquisa contribui no sentido de proporcionar aos ordenadores de despesa uma ferramenta capaz de auxiliar na avaliação da gestão e permitir a tomada de decisões por estes gestores no sentido de maximizar a utilidade dos recursos e proporcionado uma melhor eficiência na alocação dos recursos públicos, avaliação esta apenas realizada em 2014.

Como fator limitador da pesquisa, pode-se ponderar as variáveis consideradas como insumos, uma vez que não existe um consenso de quais variáveis melhor representam a eficiência na educação.

Ressalta-se que os resultados aqui apresentados se limitam aos colégios do Exército pesquisados, não podendo ser estendidas a outros colégios, haja vista que a amostragem empregada neste estudo foi a não probabilística intencional. Outra limitação da pesquisa é a quantidade de anos analisados, de modo que para futuras pesquisas sugere-se ampliar o número de anos a serem analisados e o uso de outras variáveis como *inputs* e *outputs*.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Antonio; SCHUKNECHT, Ludger; TANZI, Vito. **Public sector efficiency: evidence for new EU member states and emerging markets**. Applied Economics, v. 42, n. 17, p. 2147-2164, 2010.

BANKER, R. D., A. Charnes e W. W. Cooper. “**Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis**”, *Management Science*, 30, 1078 – 1092. 1984

BARRO, Robert J. “**Economic Growth in a Cross Section of Countries.**” Quarterly Journal of Economics, 106(2), pp. 407-44. 1991.

_____. Robert J. and Xavier Sala-i-Martin. **Economic Growth**. New York: McGraw Hill, 1995.

BENHABIB, Jess and Mark M. Spiegel. “**The Role of Human Capital in Economic Development: Evidence from Aggregate Cross-Country Data.**” Journal of Monetary Economics, October 1994,34(2), pp. 143-74.

BEUREN, Ilse M. (Org. e colaboradora). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – teoria e prática**. 3ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

BLOOM, David, David Canning and Kevin Chan. **Higher Education and Economic Development in Africa**. Boston: Harvard University, 2006.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. **Contributos Reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento**. 2002. DEPARTAMENTO GERAL DO PESSOAL (DGP). Informações do pessoal. Disponível em: <www.dgp.eb.mil.br>. Acesso em: 15 out. 2014.

CALEIRO, Antônio. **Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?** Departamento de Economia – Universidade de Évora, Portugal. 2010.

CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.11**, aprovada pelas Resoluções nº 1.366/11 e 1.437/13, Brasília; CFC, 2013.

COOPER, W.W., SEIFORD, L. M.; ZHU, J. History, **Models and interpretations**. In Handbook on Data Envelopment Analysis (International Series in Operations Research & Management Science). Springer (Kluwer Academic Publishers), Boston, 2004.

DELGADO, V. M. S. **Estudo sobre um ranking de Eficiência Escolar em Minas Gerais**. *Revista do BNDES*, 15(30), 347-381. 2008.

DELGADO, Victor MS; MACHADO, Ana Flávia. **Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 37, n. 3, p. 427-464, 2007.

DGP. Departamento Geral Do Pessoal. **Informações do pessoal**. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br> Acesso em: em 15 outubro, 2013.

DINIZ, Josedilton Alves. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros**. 2012. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2012.

DINIZ, J. A., Macedo, M. A. D. S., & Corrar, L. J. **Mensuração da Eficiência Financeira Municipal no Brasil e sua Relação com os Gastos nas Funções de Governo**. *Gestão & Regionalidade*, 28(83), 2012

FARIA, F.P.; JANNUZZI, P.M.; SILVA, S.J.da. **Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 42, p.155-177, jan. 2008.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil. Estados, municípios e escolas em 2008**. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2014.

FIRMINO, Rafaelle Gomes. **Avaliação da eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica: um estudo nos municípios paraibanos**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2013.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. **A Gestão do ensino fundamental pelo governo do Estado de São Paulo: uma análise do financiamento e dos indicadores sociais de educação (1980-1993)**. *Educação e Sociedade*, v. 20, n. 69, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, p. 42. 2002.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. **O Ideb e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba**. *Estudos em Avaliação Educacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 45-58, 2009.

GUPTA, S.; Verhoeven, M. **The efficiency of government expenditures experiences from Africa.** Journal of Policy Modeling, v. 23, p. 433-467, 2001.

HERRERA, S. & PANG, G. **Efficiency of public spending in developing countries: an efficiency frontier approach.** Policy research Working paper nº 3645, World Bank Washington, DC, 2005.

JAYASURIYA, R.; WODON, Q. **Measuring and explaining country efficiency in improving health and education indicators.** Washington: The World Bank, 2003.

KAPLAN, R.S.; COOPER, R. Custo e desempenho. **Administre seus custos para ser mais competitivo.** São Paulo: Futura, 1998.

LOPES F. D. A., NETO, N. T, BARBOSA, M. P. & Holanda M. C. **Determinantes da Eficiência dos Gastos Públicos Municipais em Educação e Saúde: O Caso do Ceará.** In E. C.. *Economia do Ceará em Debate.* (p. 57). Fortaleza: IPECE, 2008.

MALENA, D. C. D. C. Q., BATISTA FILHO, J. A., de OLIVEIRA, J. H., & CASTRO, D. T. **Análise situacional da eficiência do gasto público com despesas administrativas no governo do Estado do Tocantins.** *Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, 2013.

OZTURK, İlhan, “**The Role of Education in Economic Development: A Theoretical Perspective**”. Journal of Rural Development and Administration, Volume XXXIII, No.1, pp.39-47. 2001.

ROSANO-PENÑA, Carlos; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo; MARCIO, Carvalho Jose. **A eficiência dos gastos públicos em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos.** *Economia Aplicada*, v. 16, n. 3, p. 421-443, 2012.

SALA-I-MARTIN, Xavier. “**I Just Ran Four Million Regressions.**” National Bureau of Economic Research (Cambridge, MA) Working Paper No. 6252, November 1997.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe – **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.* A. 1, nº 1, 2009.

SAVIAN, Mayá Patricia Gemelli; BEZERRA, Fernanda Mendes. **Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná.** *Economia & Região*, v. 1, n. 1, p. 26-47, 2013.

SILVA, F. M. **Análise do perfil dos colégios militares baseado em dados de rendimentos de ensino.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 2005.

SILVA, J.L.M.; ALMEIDA, J.C.L. **Eficiência no Gasto Público com Educação: Uma Análise dos Municípios do Rio Grande do Norte.** *Planejamento e Políticas Públicas: PPP*, Brasília, v. 2, n. 39, p.221-244, jul, 2012.

SILVA, Maurício Corrêa da; DE SOUZA, Fábila Jaiany Viana; ARAÚJO, Aneide Oliveira. **Análise da Eficiência dos Gastos Públicos com Educação nas Capitais Brasileiras.** *Revista Contexto*, v. 13, n. 24, p. 7-21, 2013.

SOARES, A. M. I. **O colégio militar de Curitiba: a mentalidade desejada.** *Seminário de pesquisa em educação Região sul*, UFPR, Brasil, 4., mesa redonda nº 35. 2002.

SOUZA, Marlone Wilson; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. **Análise da eficiência utilizando a metodologia DEA em organização militar de saúde: o caso da Odontoclínica Central do Exército.** *SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO*, v. 3, n. 2, 2008.

WILBERT, M. D., & D’abreu, E. C. C. F. **Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do Estado de Alagoas.** *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(3), 348-372, 2013.

ZOGHBI, Ana Carolina; MATOS, Enlinson H. C de; ROCHA, Fabiana F.; ARVATE, P. R. **Uma Análise da Eficiência nos Gastos em Educação Fundamental para os Municípios Paulistas.** *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 36, 2011.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA, CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Januário Rosendo Máximo Júnior

Instituto Florence de Ensino Superior

São Luís-Maranhão

Meirecele Calíope Leitinho

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza-Ceará

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender a importância da Filosofia da Ciência no currículo e na formação dos professores dos cursos da área de ciências naturais. Na presente pesquisa, o seu objeto é abordado de forma qualitativa. Trata-se, pois, de uma investigação de natureza exploratório-descritiva cujo *locus* de produção e coleta de dados são os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pensou-se na metodologia interativa como processo hermenêutico-dialético para o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia interativa exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados. Sendo assim, a produção e a coleta de dados deram-se por meio de pesquisa documental e bibliográfica e, também, com realização de questionários e entrevistas com os professores dos cursos em foco, visando obter informações acerca dos seus conhecimentos sobre a dinâmica curricular dos cursos e a importância da Filosofia da Ciência na sua formação. O

que se constatou foi que esses professores possuem pouco conhecimento sobre a Filosofia da Ciência, classificando-o de superficial ou parcial, mas reconhecem a importância dela para sua formação, bem como pensam ser necessária a sua presença no currículo desses cursos. Concluiu-se que um curso de formação de professores, na área de ciências, não pode se preocupar apenas com a formação técnica, com o saber específico e especializado da ciência, pois para ser professor é necessário ter uma formação filosófica que possibilite, no exercício de sua docência, ter condições de desenvolver uma práxis educativa transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da ciência. Currículo. Formação docente.

ABSTRACT: The objective of this work is to understand the importance of the Science Philosophy in the curriculum and in the teachers training of the natural science courses. In the present research, its object is approached in a qualitative way. It is, therefore, an exploratory-descriptive research whose locus of production and data collection are the teacher-training college in Biological Sciences, Physics and Chemistry of the State University of Ceará (UECE). Interactive methodology was considered as an hermeneutic-dialectical process for the development of research. The interactive methodology requires the use of

varied techniques of data collection. Thus, the data production and collection was done through documentary and bibliographical research and also with questionnaires and interviews with the teachers of the courses in focus, in order to obtain information about their knowledge about the curricular dynamics of the courses and the importance of the Philosophy of Science in its formation. What was found was that teachers have little knowledge about Science Philosophy, classified as superficial or partial, but recognize the importance of it for their formation, as well as think that their presence in the curriculum of these courses is necessary. It is concluded that a teacher training course in the field of science can not only concern itself with technical training, with the specific and specialized knowledge of science, because in order to be a teacher it is necessary to have a philosophical formation that, in the exercise of his teaching, to be able to develop a transformative educational praxis.

KEYWORDS: Science Philosophy, Curriculum, Teacher Training.

1 | INTRODUÇÃO

Esse estudo exploratório visou buscar mais informações sobre o campo e os sujeitos da pesquisa, bem como alargar o nosso conhecimento sobre o seu objeto de investigação, que se encontra em processo de construção, no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pois ainda são poucos os estudos na literatura científica, principalmente no nordeste do Brasil, referente à importância da Filosofia, sobretudo da Filosofia da Ciência, no currículo e na formação do professor da área de ciências naturais, considerando que o estudo exploratório aumenta a expectativa do pesquisador em relação ao problema determinado (TRIVINÓS, 1987).

Desta forma, pretendemos ter uma primeira noção sobre a questão central do nosso trabalho a saber: como se constitui a Filosofia das Ciências no currículo, articulada com a formação e prática pedagógica do professor dos cursos de Ciências Biológicas, Física e Química da UECE?

A importância do estudo da filosofia nos cursos de formação de professores de ciências pode se constituir como uma ferramenta indispensável à compreensão dos modelos científicos e à identificação de obstáculos epistemológicos. O conteúdo de filosofia, presente no currículo dos cursos de formação de professores de ciências, pode possibilitá-los a desenvolver uma consciência crítica sobre a ciência e fazer com que eles percebam a importância do aspecto filosófico que deve ter a sua formação.

A discussão sobre a contribuição da Filosofia, mais precisamente da História e da Filosofia da Ciência, acontece no século XIX, com destaque para Ernst Mach (1960) que defendia que o professor deveria ter habilidades para compreender como os alunos entendem os conceitos em ciência, promovendo um ensino com abordagem histórica permeada por uma epistemologia crítica, daí o papel fundamental da filosofia no ensino de ciências. Nesse sentido, pode-se perceber que as recentes reformas

educacionais no país apontam para a História e Filosofia da Ciência como perspectivas a serem levadas em consideração tanto no ensino básico como no ensino superior.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), de 1998, fruto da reforma educacional, apontam para a contextualização histórico-social do conhecimento científico, o que implica na contribuição da História e Filosofia da Ciência. Também nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para os cursos de Licenciatura da área de Ciências da Natureza (2001), a História e a Filosofia da Ciência surgem como conhecimentos a serem integrados ao currículo dos cursos. Além disso, para o conhecimento da disciplina científica urge uma compreensão histórica e filosófica, o que se constitui em um argumento favorável à presença da História e Filosofia da Ciência no currículo dos cursos de licenciatura.

A presença de disciplinas com conteúdos filosóficos mais específicos, como história e filosofia da ciência e até mesmo a disciplina filosofia no seu sentido mais amplo como filosofia geral e ética podem humanizar as ciências e aproximá-las dos interesses pessoais, éticos, culturais e políticos da comunidade. (MATTHEWS, 1992)

Em síntese, (re)pensar/discutir a formação docente para o Ensino de Ciências significa perceber que a valorização do conhecimento científico e tecnológico pela sociedade contemporânea exige, do professor, a realização de um trabalho que rompa com os conceitos que lidam com as Ciências de forma dogmática, acrítica e descontextualizada da realidade global, afim de que ele possa contribuir para o desenvolvimento de cidadãos críticos e cientificamente alfabetizados. Neste sentido, é fundamental que a formação desse professor esteja permeada pela filosofia de modo a garantir sua capacitação no processo de compreensão e discussão acerca da natureza, do ensino e da crítica da ciência, rompendo com aspectos ideológicos e conteúdos ideologizantes que nela se inserem. De acordo com Krasilchik e Marandino (2007, p. 19),

[...] é possível identificar certo consenso entre professores e pesquisadores da área de educação em ciência que o ensino dessa área tem como uma de suas principais funções a formação do cidadão cientificamente alfabetizado, capaz de não só identificar o vocabulário da ciência, mas também de compreender conceitos e utilizá-los para enfrentar desafios e refletir sobre seu cotidiano.

A inquietude, a problematização, a busca por respostas, o não contentamento com o senso comum, que são elementos próprios do filosofar, assim como a busca pela origem e essência das coisas, a epistemologia, a ética e o pensamento crítico presentes na filosofia, formam um instrumental riquíssimo na formação do professor de ciências, pois como diz Tardif (2002, p.54) na sua obra intitulada **Saberes Docentes e Formação Profissional**, o saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (2002, p.54).

A mudança no fazer pedagógico do professor só é possível se houver alargamento

de sua consciência crítica sobre o que ensina e sobre sua prática, dessa forma, é necessário que, no seu processo de formação, esse professor seja conduzido, por meio das disciplinas filosóficas, a desenvolver essa postura. De acordo com Bachelard (1984, p. 7) “A filosofia científica deve ser essencialmente uma pedagogia científica”. A Filosofia deve-se fazer presente e forte na formação de docentes da área de ciências como instrumental intelectual que pode auxiliar na interpretação e no entendimento do desenvolvimento científico.

Para isso, torna-se necessária uma formação filosófica do profissional que, no exercício de sua docência, terá condições de desenvolver uma práxis educativa transformadora, pois a filosofia possibilita uma visão holística, crítica e reflexiva de pensar o homem, a realidade e de compreender a origem, a natureza e o desenvolvimento da ciência.

Pensar em formação docente envolve necessariamente pensar sobre o currículo. A construção do currículo, de seu conteúdo e de suas diretrizes diz respeito ao compromisso maior da ciência com a própria construção da cultura, cidadania e da justiça social. Conforme SILVA (2010, p. 30) “[...] para as teorias críticas do currículo, o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz”.

Desse modo, o currículo tem uma dimensão prática, e por isso não pode ser entendido apenas como uma sequência lógica, uma ordem estruturada de conteúdos em disciplinas, métodos e objetivos. Segundo Sacristán; Gómez (1998), é uma construção peculiar, um instrumento ordenador da socialização e do aparato escolar, de toda prática.

2 | METODOLOGIA

Quando se pensa sobre a Filosofia da Ciência no processo de formação de professores de ciências biológicas, de Física e Química pressupõe-se adotar uma metodologia que possibilite uma investigação que desvele o processo dessa formação, a concepção de currículo imanente a ela, bem como sua relação com o projeto político pedagógico e as diretrizes curriculares nacionais que permeiam a construção de um curso de licenciatura na área de ciências naturais.

No intuito de responder aos questionamentos levantados, esta pesquisa abordará seu objeto de forma qualitativa. Trata-se, pois, de uma investigação de natureza exploratório-descritiva cujo *lôcus* de produção e coleta de dados será os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física e Química da UECE (Universidade Estadual do Ceará), na cidade de Fortaleza-CE.

Neste estudo exploratório foram aplicados questionários com os professores, dos cursos acima mencionados, para que se pudesse traçar um perfil profissional inicial e verificar o nível de conhecimento dos mesmos com a temática da pesquisa

em foco. Na presente pesquisa, que tem como finalidade realizar um levantamento, ainda que incipiente, sobre a tríade: filosofia da ciência, currículo, formação docente na área de ciências naturais, utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, um questionário que foi aplicado a 3 coordenadores e 3 professores de cada curso, além de 2 entrevistas realizadas com um professor do Curso de Ciências Biológicas e um do curso de Física, cursos que apresentam na sua matriz curricular a disciplina de Filosofia da ciência. Com essa amostra, foi possível obter algumas informações importantes que resultou em um primeiro conhecimento sobre o campo e os sujeitos da pesquisa.

A análise dos dados deu-se, primeiramente, com a identificação dos aspectos essenciais, a partir dos questionários aplicados, com a síntese das informações e a condensação dos dados onde foi construído um primeiro quadro de categorias, que foram trabalhadas e sustentaram a interpretação dos dados.

Neste sentido, foram consideradas, em primeiro momento, a coleta de dados com base na literatura com o propósito de confrontar autores, suscitando o diálogo entre suas concepções teóricas que embasaram, para a discussão dos resultados obtidos através dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas, e consequente sustentação para a análise das seguintes categorias conceituais: *Currículo, Formação Docente, Filosofia da Ciência*.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos que, com essa amostra, obtivemos algumas informações importantes que resultaram em um primeiro conhecimento sobre o campo e os sujeitos da pesquisa e possibilitou a testagem dos instrumentos de coleta de dados, já que também foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa exploratória possibilitou a testagem dos instrumentos de coleta de dados, onde verificamos que os sujeitos da pesquisa compreenderam as perguntas que foram formuladas, tanto no questionário como nas entrevistas, verificando também se o vocabulário utilizado sinalizava possíveis correções e reformulações. Isto foi importante para avaliar a adequação dos procedimentos metodológicos, bem como averiguar a pertinência dos objetivos propostos e se estavam sendo contemplados a partir dos instrumentos elaborados.

A análise dos primeiros dados coletados, a partir da aplicação do questionário, demonstrou que a maioria dos professores, nesta amostra, eram doutores, no total de 7 e era completada por 1 mestre e 1 especialista, o que perfazia 9 professores ao todo, sendo que 4 possuem o curso de licenciatura, 3 são bacharéis e 2 possuem ambas as modalidades nos cursos que atuam como professores. Dentre eles, cinco não tiveram nenhuma disciplina filosófica na sua formação inicial e, dos quatro que tiveram, 1 teve a disciplina de filosofia geral, 2 tiveram a disciplina de filosofia da ciência e 1 teve como

disciplina História e Filosofia da Ciência. As disciplinas estavam dispostas no currículo como sendo obrigatórias do núcleo básico, sendo que em 1 caso, aparecia como obrigatória do núcleo específico.

Os dados sinalizam também que mais da metade dos professores tem conhecimento superficial sobre a filosofia de modo geral, mas que a maioria possui conhecimento parcial sobre a Filosofia da Ciência e que os professores que ministram a disciplina de Filosofia da Ciência não têm nenhuma formação específica nesta área.

Os dados coletados demonstraram, também, que todos consideram muito importante o estudo da Filosofia em um curso de formação de professores na área de ciências naturais, porém quando tiveram que justificar essa importância, as respostas se apresentaram com pouco conhecimento sobre a disciplina e enfatizaram aspectos mais gerais dando ênfase a possibilidade da filosofia contribuir para uma prática educativa transformadora porque se constituía como uma reflexão ampla do social, político, econômico e cultural. Apenas uma resposta contemplou a Filosofia da Ciência de uma forma mais específica que apontam para a sua importância no sentido de questionar os fundamentos da ciência, o sentido do universo e da vida, o uso da razão e os caminhos possíveis para o pensar.

As entrevistas realizadas com 2 professores, sendo 1 do curso de Física e 1 do curso de Ciências Biológicas, evidenciaram alguns pontos convergentes e outros divergentes sobre a Filosofia da Ciência, o currículo e a formação de professores.

Sintetizando esses pontos destacamos que ambos os entrevistados escolheram a área de ciências naturais porque sempre gostaram de coisas relacionadas ao meio-ambiente, à natureza, aos fenômenos naturais. Um dos entrevistados tem formação inicial em licenciatura e o outro tornou-se professor na formação continuada. Ambos participaram da elaboração do Projeto Pedagógico (PP) dos seus cursos sendo que um dos entrevistados destacou que houve uma boa interação com os outros professores e que as discussões foram ricas e positivas. O outro, no entanto, chamou a atenção para o fato de alguns professores acharem um absurdo discutir sobre metodologias de ensino, sobre práticas pedagógicas e teorias da educação, pois consideram isto uma perda de tempo, por esta razão quase não houve discussões sobre o PP. Ambos destacaram que muitos professores, nesta área, ainda possuem uma prática dogmática, repetitiva e expositiva e se consideram como detentor do conhecimento e não interagem com os alunos. O que ambos chamaram de prática tradicional de ensino.

Os entrevistados salientaram que a flexibilização e a interdisciplinaridade são características fundamentais em um currículo, sendo que ele não pode ser apenas uma disposição de disciplinas, é preciso olhar o todo, ver a importância e a relação das disciplinas e que esteja voltado para a sociedade. Enfatizam que a ciência e os conceitos científicos devem ser trabalhados de forma dialógica, considerando os fundamentos da ciência e a questão social, abandonando a mera exposição de conteúdo, apesar de afirmarem que grande parte dos professores que eles conhecem

não tem essa prática.

A Filosofia da Ciência aparece de uma maneira não formal para um, sendo buscada por ele, com a finalidade de entender melhor a ciência e o seu desenvolvimento e, para outro, ela apareceu na forma de disciplina em duas ocasiões, na graduação e na pós-graduação. Isto revela que a Filosofia da Ciência ainda não está definida como necessária, nos cursos de licenciatura na área de ciências naturais, quer seja como disciplina, quer seja como tema.

Na questão sobre o ensino de ciências, ambos destacaram que, esse ensino, na área de ciências naturais, deve dá-se com uma abordagem filosófica sobre a ciência, o que para eles significa, questionar e investigar a ciência fazendo com que os alunos aprendam a pensar, concatenar ideias e desenvolver o raciocínio, mas infelizmente isso ainda é raro, pois muitos professores insistem apenas em aulas expositivas com posturas tradicionais de ensino. Ambos afirmam desenvolver uma abordagem filosófica nas suas aulas.

Afirmaram, ainda, saber o que é a filosofia da ciência e a conceituaram de forma semelhante, apesar de um deles não ministrar a disciplina. Para eles ela é: o estudo crítico sobre o conhecimento científico, buscando as origens da ciência e como ela se desenvolveu historicamente. Consideram a disciplina ou área de estudo como fundamental na formação dos professores desta área das ciências, pois, para eles, é preciso ter base filosófica, ver a ciência com um olhar filosófico, porém destacam que os professores formadores não possuem este preparo, por consequência não estão preparando bem os futuros docentes e que se faz necessário que o professor específico desta área possa fazer a interdisciplinaridade, o diálogo entre a filosofia e a ciência.

Por fim, os entrevistados fizeram críticas aos Cursos de Licenciatura na área de Ciências Naturais, no que se refere aos recursos materiais. Segundo eles, as condições concretas que são dadas para trabalhar com seus alunos, no tocante aos instrumentos usados nas aulas práticas, algo que é fundamental, não são satisfatórias. Contudo, essa nos parece ser uma preocupação com as disciplinas, ditas como técnicas no curso, o que sinaliza que os professores, apesar de atuarem em uma licenciatura, apresentam uma preocupação maior com a formação específica, em detrimento daquela de caráter pedagógica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse estudo foi extremamente significativo no tocante ao conhecimento do campo social desta pesquisa e de seus sujeitos, bem como enriqueceu a nossa reflexão sobre as categorias currículo, formação docente e Filosofia da Ciência, pois trouxe, na fala dos professores, suas percepções a partir de suas vivências e práticas.

O estudo identificou que ainda é longo o caminho para que, na prática, a Filosofia da Ciência seja abordada de maneira que possa contribuir significativamente na formação do professor de ciência e modificar a sua maneira de ver e pensar a ciência, especificamente o professor formador, que desempenha um papel relevante na formação e na construção da identidade profissional dos futuros docentes nesta área.

Apesar dos professores reconhecerem a importância da Filosofia da Ciência e afirmarem que ela pode contribuir para uma melhor formação, é necessário conhecê-la para, então, poder abordar a ciência a partir de pressupostos filosóficos, desenvolvendo uma epistemologia crítica, abandonando essa postura cientificista, dogmática e acrítica.

Percebeu-se ainda que se faz necessário não só a elaboração de uma proposta com uma perspectiva interdisciplinar e integradora, onde o currículo apresente-se de forma flexível conciliando tanto aspectos teóricos e práticos da formação, mas sobretudo que esse currículo deixe de ser um documento prescrito e estático, e possa ser vivo e dinâmico, que não só se modifique com a realidade, mas que modifique a realidade.

AGRADECIMENTOS

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 355p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC; SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>>. Acesso em 18 out. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 1.301 de 06/11/2001. Brasília, **Diário Oficial da União**, Seção 1, p.25, 4 dez.2001.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

MACH, E. The science of the Mechanics. La Sale: Open Court Publishing Co., 1960.

MATTHEWS, Michael R. História, Filosofia e Ensino de Ciências: a tendência atual de reaproximação. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, SC. v. 12, n. 3, p. 164-214. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7-84>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto

Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1995.

DOCÊNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS: DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS AUTORAIS DIGITAIS EDUCACIONAIS

Gabriela Teles

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Pedagogia
Fortaleza – Ceará

Thayana Brunna Queiroz Lima Sena

Universidade Estadual do Ceará, Bacharelado em
Geografia
Fortaleza – Ceará

João Ítalo Mascena Lopes

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Física
Fortaleza – Ceará

Paloma Lopes de Melo

Universidade Federal do Ceará, Licenciatura em
Pedagogia
Fortaleza – Ceará

Robson Carlos Loureiro

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual (IUUVI)
Fortaleza – Ceará

Luciana de Lima

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual (IUUVI)
Fortaleza – Ceará

RESUMO: O objetivo desse trabalho é descrever como os licenciandos percebem a relação entre Docência e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) a partir do desenvolvimento de Materiais Autorais

Digitais Educacionais (MADEs), com base na experiência da disciplina Tecnodocência, ofertada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) no semestre 2016.2. Diante da ampla utilização das TDICs em diferentes âmbitos da sociedade, faz-se necessário investigar como estas podem ser integradas aos fazeres docente e discente, considerando a possibilidade mobilizadora de mudanças advindas desta integração. A pesquisa ocorreu com Estudo de Caso, a partir de observação espontânea do desenvolvimento de MADEs por licenciandos organizados em grupos heterogêneos. Foram analisados os dados de três dos sete grupos formados. Subdividiu-se a pesquisa em planejamento, coleta e análise de dados. As observações realizadas nos três grupos foram comparadas, em um processo de triangulação de dados. Verificaram-se dificuldades vivenciadas pelos licenciandos, sendo destacados os aspectos relativos ao trabalho interdisciplinar e ao desenvolvimento de materiais construcionistas. O instrucionismo foi predominante nos MADEs produzidos, demonstrando a percepção dos licenciandos de que a ação docente se centra no professor, em que as TDICs servem de auxílio à transmissão de conhecimentos. Entretanto, ressalta-se que um grupo desenvolveu um MADE construcionista o que pode ter sido mobilizado diante das reflexões desenvolvidas na disciplina

Tecnodocência.

PALAVRAS-CHAVE: Docência, Tecnologias Digitais, Materiais Autorais Digitais Educacionais.

ABSTRACT: The goal of this paper is to describe how the undergraduates perceive the relationship between Teaching and Information and Communication Digital Technologies (ICDT) from the development of Digital Authorial Educational Materials (DAEM), based on the experience of the Technoteaching discipline, offered by the Federal University of Ceará (UFC) in the semester 2016.2. Given the wide use of ICDT in different society spheres, it is necessary to investigate how these can be integrated into the teaching and learning activities, considering the possibility of mobilizing changes resulting from this integration. The research was carried out with Case Study, from spontaneous observation of the DAEM development by undergraduates organized in heterogeneous groups. Data from three of the seven groups were analyzed. The research was subdivided into planning, data collection and analysis. The observations developed in the three groups were compared in a process of data triangulation. There were difficulties encountered by the undergraduates, with emphasis on interdisciplinary work and the development of construction materials. The instructionism was predominant in the DAEM produced, demonstrating the undergraduates' perception that the teaching action focuses on the teacher, in which the ICDT serve as an aid to the knowledge transmission. However, it is noteworthy that a group developed a constructionist DAEM which may have been mobilized in the light of the reflections developed in the Technoteaching discipline.

KEYWORDS: Teaching, Digital Technologies, Digital Authorial Educational Materials.

1 | INTRODUÇÃO

A ampla utilização das TDICs na sociedade contemporânea aparece como elemento regulado pelo próprio modelo social e econômico em vigor, como destacado por Moran (1995). Nesse cenário de valorização do tecnológico digital, os modos de produção e de compartilhamento de informações são modificados, de maneira que, conforme Kenski (1998, p.59), se estabelece uma “nova ordem” nos modos de compreensão e de ação sobre o mundo.

Arelado ao supracitado processo, observa-se o predomínio de um modelo de Docência que ainda se pauta em práticas didático-metodológicas estabelecidas há séculos, desconectado do contexto que o cerca e, portanto, dos agentes que o formam. A perpetuação de tal modelo de Docência, na chamada sociedade do conhecimento, conforme Sibilia (2012, p.53), revela uma situação de espera da escola por seu próprio “atestado de óbito”.

Assim, é possível perceber que, historicamente, a prática docente tem sido planejada, executada e avaliada em consonância com as demandas da governamentalidade, de modo que tem sido utilizada como meio para docilização, adaptação e adequação dos

indivíduos ao contexto em que estão inseridos (LOUREIRO; LIMA, 2018).

Conforme Alves e Batista (2016), o foco do fazer docente tem sido a formação dos cidadãos para a convivência social e para o desempenho de funções trabalhistas, sem o desenvolvimento de reflexões e questionamentos quanto ao ordenamento social vigente e às possíveis transformações que podem ser realizadas.

Uma sociedade formada por *digital natives* (LIMA; LOUREIRO, 2016) demanda o planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações educativas que considerem essa particularidade, não somente como um aspecto de imposição da governamentalidade, mas como uma necessidade evidenciada pelos atores envolvidos.

Nessa dinâmica, ao passo em que o docente persiste em expor os conteúdos, aparecendo como centro da ação docente, contrariamente, os alunos acessam, de maneira instantânea, a um universo de informações que podem ser transformadas em conhecimentos significativos. Assim, ao acessarem com rapidez e facilidade as informações, os alunos passam a questionar a validade da atuação do professor, evidenciando a necessidade de que modificações sejam desenvolvidas.

Lima e Loureiro (2016) reconhecem a situação de contradição e de antagonismo que permeia as práticas docentes e discentes na contemporaneidade, enfatizando a urgência do repensar das práticas didático-metodológicas. Os referidos autores correlacionam esse cenário à formação inicial dos professores, destacando que tal processo não tem fornecido os subsídios necessários para que Docência e TDICs sejam integradas, nos âmbitos teórico e prático.

A formação inicial dos professores tem sido marcada pela “falta de equalização entre o discurso teórico, a prática da docência fundamentada em técnicas e o (des) comprometimento das instituições na formação de licenciandos para atuarem na contemporaneidade [...]” (LOUREIRO; LIMA, 2018, p.14).

Desse modo, compreende-se que o processo de integração entre Docência e TDICs faz-se necessário, desde a formação docente inicial, pelo potencial dinamizador das tecnologias digitais, que favorece a interação e a aproximação entre docentes e discentes, mobilizando o desenvolvimento da Docência como trabalho interativo, reflexivo e flexível, como apontam Tardif e Lessard (2011), e como uma construção social e dinâmica, conforme referendado por Veiga (2006).

Nesse sentido, as TDICs devem ser utilizadas na Docência como elementos que favorecem a construção do conhecimento. Em tal perspectiva, denominada de construcionismo, é reconhecido o valor da descoberta realizada pelo próprio aluno (PAPERT, 2008), sendo este produtor e centro da ação docente (VALENTE, 2001).

Como uma das possibilidades de utilização da perspectiva construcionista na Docência, é possível citar a produção de Material Autoral Digital Educacional (MADE) que se constitui em um material construído por um aprendiz (docente e/ou discente), utilizando equipamento digital, conectado ou não à internet, “com criação, planejamento, execução, reflexão e avaliação” realizados pelo aprendiz de maneira individual ou coletiva (LIMA; LOUREIRO, 2016, p. 630).

Ressalta-se que o processo de desenvolvimento de MADEs se constitui em uma das atividades executadas pelos licenciandos, organizados em grupos heterogêneos, na disciplina Tecnodocência. Em tal atividade, estes sujeitos são mobilizados a construir os materiais autorais, integrando-os ao planejamento, execução e avaliação de práticas docentes a serem realizadas com alunos do Ensino Médio, em momento posterior.

De acordo com Serres e Basso (2009), por meio da elaboração conjunta de materiais digitais, os professores conseguem ter mais conhecimento em relação aos alunos, aspecto favorecedor de um cenário em que o docente tem condições, mais palpáveis e fundamentadas, de propor, realizar e avaliar estratégias didático-metodológicas contextualizadas e conectadas às demandas discentes.

Assim, considera-se pertinente indagar: Como os licenciandos percebem a relação entre Docência e TDICs, a partir da produção de MADEs? Desse modo, o objetivo desta pesquisa consiste em descrever como os licenciandos compreendem a relação entre Docência e TDICs a partir do processo de desenvolvimento de MADEs, com base na experiência da disciplina Tecnodocência, ofertada pela UFC no semestre 2016.2.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de Estudo de Caso, modalidade considerada mais pertinente quando se analisam fenômenos contemporâneos e que não são passíveis de manipulação, tendo como foco a descrição ou a análise do que está sendo investigado (YIN, 2005).

Os objetivos do Estudo de Caso, segundo Gil (2010), são: investigar fenômenos ocorridos em um contexto real; preservar a unidade relativa ao objeto em estudo; descrever o contexto que permeia o fenômeno observado; criar hipóteses ou teorias; descrever e analisar as causas que compõem o fenômeno, considerando a sua complexidade.

Apartir desta modalidade de pesquisa, procedeu-se com a observação espontânea da atividade de produção de MADEs por licenciandos da disciplina Tecnodocência, no semestre 2016.2. Neste tipo de observação, o pesquisador não realiza interferências no ambiente pesquisado (GIL, 2010).

Com relação ao contexto geral de realização da pesquisa, salienta-se que a disciplina analisada contou com a participação de trinta e seis (36) licenciandos, sendo 67,0% do sexo masculino; e 36,1% na faixa etária entre 21 e 25 anos. Verificou-se que 47,2% cursa o 8º ou outro semestre subsequente, evidenciando um cenário de licenciandos em fase de conclusão de curso.

Acerca das áreas de saber vinculadas à disciplina, observou-se a presença de licenciandos de dez diferentes cursos, a saber: Química (35,7%); Matemática (25,0%);

Letras, Letras-Português e Literatura, e, História (7,1% cada); Pedagogia, Letras Português-Inglês, Letras-Inglês, Filosofia e Ciências Biológicas (3,6% cada).

A disciplina Tecnodocência é de caráter optativo e aberta a todos os licenciandos da UFC, tendo como foco de abordagem o processo de integração entre Docência e TDICs, com base em reflexões teóricas e aplicações práticas pautadas na Teoria da Aprendizagem Significativa, na Filosofia da Diferença, na Interdisciplinaridade, na Teoria de Fluxo e no Construcionismo.

É ofertada semestralmente e dispõe de recursos digitais e não digitais. Ocorre por meio de encontros presenciais, no Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE); e de encontros à distância, em que são compartilhados arquivos, informações, conhecimentos pelo grupo da disciplina no *Facebook*.

Uma das atividades desenvolvidas na Tecnodocência consiste no planejamento, produção e avaliação de MADEs por parte dos licenciandos que são organizados em grupos heterogêneos. Desse modo, foram formados setes grupos interdisciplinares, tendo sido escolhidos, de maneira aleatória, três grupos para comporem a presente pesquisa.

A atividade analisada ocorreu no tempo de uma aula (quatro horas), sendo dividida em três momentos: construção do roteiro de planejamento dos MADEs; produção do MADE; e avaliação do material produzido. Neste trabalho foram coletados e analisados dados referentes ao segundo momento da atividade.

A pesquisa organizou-se em três etapas: planejamento, coleta e análise de dados. A primeira foi iniciada em julho de 2016 com a produção dos protocolos de coleta de dados e dos instrumentos de coleta e de análise, bem como da política de armazenamento. Segundo Yin (2005), o protocolo corresponde a um instrumento basilar para a execução do Estudo de Caso, ao passo em que fornece elementos que nortearão o pesquisador em seu processo de coleta e de análise de dados.

Nesta primeira etapa foi desenvolvido ainda o estudo das categorias relacionadas ao estudo, por meio de Pesquisa Bibliográfica. Tal tipo de pesquisa, conforme Gil (2010, p.29-30), é desenvolvida “[...] com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema”.

A segunda etapa foi desenvolvida em setembro de 2016, com a observação espontânea da aula em que os MADEs foram produzidos, tendo sido alocado um bolsista observador em cada grupo interdisciplinar. Os dados foram registrados em diário de campo e organizados em relatórios de observação.

A terceira etapa ocorreu de forma interpretativa por meio da triangulação dos dados observados nos três grupos (STAKE, 1998). Salienta-se a utilização da Análise Textual Discursiva que consiste em um processo de “emersão de novos entendimentos”, pautado em cinco passos: unitarização, categorização, descrição, interpretação e argumentação (MORAES; GALLIAZI, 2011, p. 12).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro grupo observado, denominado de G1, estava composto por dois licenciandos das áreas de Matemática e de Química. Tal grupo selecionou os conteúdos Ângulos e Geometria para comporem o material a ser criado. Diante disso, o G1 optou pela criação de uma enquete, utilizando formulário do *Google Drive*, que foi postada em uma página no *Facebook*, também criada pelo grupo.

No processo de desenvolvimento do material proposto, o G1 apresentou dificuldade em produzir um material que conectasse as áreas das quais o grupo estava composto, de maneira que um dos componentes afirmou que estava se sentindo “confuso sobre essas áreas do saber”. Tal fato pode ser associado ao processo histórico de fragmentação dos saberes em que se tem uma abordagem segmentada das áreas, inclusive na formação docente (LIMA; LOUREIRO, 2016).

A preocupação com o modo como o aluno interagiria com o MADE também foi visualizada pelo observador, apesar de, ao final, o grupo ter produzido um material instrucionista em que, conforme Valente (2001), a tecnologia assume o papel de instruir, transmitindo o conhecimento ao aluno que continua como espectador.

Sampaio e Leite (2013), ao abordarem o contexto de surgimento da Tecnologia Educacional (TE), enfatizam a concepção de que com a inserção das TDICs na Educação, apostou-se no fato de que somente fazer uso de determinados artefatos tecnológicos garantiria o controle, pelo professor, do processo de ensino e aprendizagem. Nessa concepção, tem-se que os instrumentos de trabalho docente são mais significativos do que a prática pedagógica.

Papert (2008) questiona tal perspectiva, pautada no Behaviorismo, em que as TDICs aparecem como máquinas de ensinar que não gestam modificações nas práticas pedagógicas, aparecendo como ferramentas que auxiliam o professor a expor o conteúdo.

Sobre o segundo grupo observado, denominado G2, verificou-se que era formado por licenciandos das áreas de Biologia, Matemática e Química. Os conteúdos que o G2 se propôs a trabalhar no MADE foram Probabilidade; Genética; Forças Intermoleculares; e Compressão de Ácidos.

O grupo desenvolveu o trabalho utilizando *Facebook* e *Podcasts*, tendo sido gravado um *podcast* sobre os conteúdos e com orientações para o desenvolvimento da atividade pelos alunos. O áudio foi gravado, postado na página do *Facebook* criada pelo grupo, tendo sido lançado o desafio de que os alunos visualizassem os casos científicos expostos e produzissem os seus podcasts sobre o que compreenderam, tendo por base os conteúdos.

Assim como no caso do G1, evidenciou-se a dificuldade do grupo em trabalhar interdisciplinarmente, elemento percebido em algumas falas: “Eu não sei nada do que vocês estão falando”; “Como é que vamos juntar os conteúdos”; “Temos muitos conteúdos, o problema é juntar todos os conteúdos”. Observou-se, ainda, que o

grupo produziu um material construcionista, no qual o aluno aparece como produtor (VALENTE, 2001). Destaca-se que o G2 evidenciou, durante toda a execução da atividade, a necessidade de que o MADE se pautasse na perspectiva construcionista, fato percebido em algumas falas: “os alunos precisam participar ativamente do processo”; “é preciso adequar a linguagem do material para que fique acessível ao público”.

Desse modo, percebeu-se que as reflexões teóricas e práticas da disciplina Tecnodocência, mobilizaram o G2, despertando elementos de mudanças quanto ao fazer docente, compreendendo-se a possibilidade e a relevância de que a centralização da ação docente saísse do professor e/ou das TDICs e fosse direcionada ao aluno.

De acordo com Papert (2008), é preciso que as TDICs sejam utilizadas na Docência, no sentido da construção do conhecimento, de maneira que os alunos sejam mobilizados a desenvolverem produtos de seus interesses, seguindo a perspectiva construcionista. Assim, entende-se que Docência e TDICs não devem ser concebidas de maneira isolada, mas em uma relação integradora.

O construcionismo, conforme Valente (2001), baseia-se na Teoria da Espiral da Aprendizagem, formada por quatro estágios: descrição, no qual o aluno descreve o que a máquina precisa executar; execução, em que a máquina executa o que foi descrito; reflexão, em que o aluno analisa o que a máquina executou, desenvolvendo a comparação com o que foi descrito; e depuração, momento em que, caso sejam percebidas incongruências no resultado obtido, o aluno reinicia todo o processo.

O terceiro grupo analisado, nomeado de G3, contou com a participação de licenciandos de Pedagogia, Matemática, Química e Inglês. Os conteúdos definidos pelo grupo abordados no MADE foram Tempo Verbal; Relação professor e aluno; Química no dia a dia; e Equações Matemáticas. O G3 propôs a criação de um grupo no *Facebook* para que os alunos participassem de uma dinâmica denominada “Sei/ Não Conheço”.

Conforme destacado pelos licenciandos, o grupo no *Facebook* serviria para a postagem de questões relacionadas aos conteúdos abordados, de maneira que os alunos deveriam relatar o que sabiam ou não sobre tais questões, tendo-se ainda a possibilidade de serem enviadas novas questões pelos próprios alunos. Percebeu-se a dificuldade do G3 em relação à integração entre as áreas do saber, tendo sido visualizado pelo observador a utilização de um tempo considerável para que fosse estabelecido o consenso sobre o que seria produzido.

Além disso, o grupo criou um material instrucionista. Destaca-se que o grupo debateu aspectos do construcionismo durante a execução da atividade, tendo sido enfatizada a necessidade de que houvesse a produção por parte dos alunos.

Entretanto, o G3 demonstrou ter compreendido que a elaboração de respostas a questionamentos previamente estabelecidos se constituía como uma atividade de construção do conhecimento mediada pela utilização das TDICs.

Valente (2001) destaca que, para que se tenha a perspectiva construcionista,

faz-se necessário que o aluno produza algo que seja de seu interesse pessoal e que apresente correlação com o contexto no qual está inserido, tendo aplicabilidade prática para o próprio aluno.

Para Papert (2008), as TDICs precisam ser utilizadas como instrumentos que favorecem o trabalho e o pensamento, que favorecem a realização de projetos e o planejamento, desenvolvimento e avaliação de novos conceitos. Nessa concepção, as TDICs ultrapassam a ferramenta e o recurso tecnológico, efetivando-se como sistematização do pensamento, com base na qual o indivíduo cria, produz, inova, e não somente responde a questionamentos preestabelecidos.

A partir dos elementos observados, destaca-se a relevância do desenvolvimento de uma formação docente que ultrapasse o âmbito do discurso teórico e que proporcione o desenvolvimento de aplicações práticas de perspectivas que mobilizem os licenciandos a conhecerem e se apropriarem de outras possibilidades de Docência.

Prata (2008) enfatiza a demanda pela reflexão e modificação do processo de formação docente, reconhecendo que os docentes atuam, geralmente, de maneira conectada ao modo como foram formados. Atrelada a esta tese, Coll (2009) ressalta que a tendência existente de que os professores usem as tecnologias digitais para a exposição de conteúdos, está em consonância com os seus pensamentos pedagógicos e, por conseguinte, com o processo formativo a que tiveram acesso.

Destaca-se, assim, que, mesmo diante das dificuldades demonstradas pelos licenciandos em ultrapassar o modelo de Docência historicamente imposto, sinalizaram a preocupação em produzir materiais construcionistas e interdisciplinares, de modo que um grupo produziu um MADE guiado pelo construcionismo. Percebe-se, assim, a relevância das abordagens realizadas na disciplina Tecnodocência.

4 | CONCLUSÕES

A partir dos dados observados, verificou-se a dificuldade dos licenciandos em integrarem Docência e TDICs, de maneira que mesmo diante do desenvolvimento de uma atividade construcionista (produção de MADEs), prevaleceu a utilização da perspectiva instrucionista, em que as tecnologias digitais aparecem como suportes de auxílio ao processo de transmissão de conhecimentos.

Kenski (2007) enfatiza a necessidade de que os indivíduos sejam formados com base no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências que os possibilitem analisar e utilizar, de maneira crítica e reflexiva, os recursos tecnológicos, reconhecendo-se o papel significativo da Escola, da Universidade e do professor diante dessa demanda contemporânea. Assim, aparece como aspecto basilar que as formações docentes sejam repensadas, no sentido de que a integração entre Docência e TDICs apareça como um elemento contemplado.

Outro ponto que não se constituía como foco da pesquisa, mas que apareceu

nos três grupos observados, sendo passível de reflexões, foi a dificuldade dos grupos em desenvolverem um trabalho interdisciplinar, que integrasse as diferentes áreas do saber.

Apesar de tais evidências, considera-se que a realização da atividade de produção de MADEs, desenvolvida na disciplina Tecnodocência, aparece como um desafio gerador de desequilíbrio, elemento considerado basilar para uma Docência pautada na construção, e não na transmissão.

Percebe-se, assim, a necessidade de fornecer aos licenciandos as bases teóricas e práticas para que possam desenvolver um fazer docente mobilizador e conectado à realidade dos alunos.

Destaca-se a pretensão em dar prosseguimento à pesquisa em semestres subsequentes, diante da oferta da disciplina Tecnodocência pelo Instituto Universidade Virtual da UFC.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. das. C. da. S.; BATISTA, A. A. de M. A Influência da Formação Docente nas Práticas Pedagógicas com o Uso do Computador. In: Congresso Regional sobre Tecnologias na Educação, 1., 2016, Brasil, Natal. **Anais...** Natal, 2016.

COLL, C. Aprender y enseñar con las TIC: expectativas, realidad y potencialidades. In: CARNEIRO, R.; TOSCANO, J. C.; DÍAZ, T. **Los desafíos de las TIC para el cambio educativo**. Madrid, España: Fundación Santillana, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

KENSKI, V. M. Novas Tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, s/v, n.8, 1998.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias**: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LIMA, L. de; LOUREIRO, R. C. Integração entre Docência e Tecnologia Digital: o desenvolvimento de Materiais Autorais Digitais Educacionais em contexto interdisciplinar. **Revista Tecnologias na Educação**, Fortaleza, v.17, n.8, p.1-11, 2016.

LOUREIRO, R. C.; LIMA, L. de. **Tecnodocência**: Integração entre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação e Docência na Formação do Professor. Fortaleza: Amazon, 2018.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MORAN, J. M. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v.23, n.126, p.24-26, set./out.1995.

PAPERT, S. **A Máquina das Crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2008.

PRATA, G. C. F. B. Formação Docente: (Re)construindo-se Professor Reflexivo. In: MORAES, S. E. (org.). **Currículo e Formação Docente**: um diálogo interdisciplinar. Campinas: Mercado de Letras, p. 307-316, 2008.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L. S. **Alfabetização Tecnológica do Professor**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SERRES, F.; BASSO, M. V. de A. Mídias Digitais de Comunicação: autoria e aprendizagem de Matemática. In: XV Workshop de Informática na Escola, 15., 2009, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves, 2009.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STAKE, R. E. **Investigación com estúdio de casos**. Madrid: Morata, 1998.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

VALENTE, J. A. A Informática na Educação: Como, Para Que e Por Que. **Revista de Ensino de Bioquímica**, São Paulo, s/v., n.1, 2001.

VEIGA, I. P. A. Docência universitária na educação superior. In: RISTOFF, D; SEVEGNANI, P. (org). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

AS CAMADAS DE MEMÓRIA DO CAMPUS DA ESDI E SEUS ANTECEDENTES

Romulo Augusto Pinto Guina

Universidade Estácio de Sá, curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rio de Janeiro – RJ

Karolyne Linhares Longchamps Fonseca

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

Yasmin Machado Oliveira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

Aline d'Able de Barros

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estácio de Sá
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: A Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) foi fundada em 1963-1964 no bairro da Lapa no Rio de Janeiro iniciando o ensino superior do Design no Brasil. Os 3 terrenos que hoje compõem seu campus possuem muitas camadas históricas de ocupação, tanto anteriores a implantação das edificações atuais, quanto aos usos posteriores. O presente trabalho propõe apresentar as descobertas acerca da memória das transformações da morfologia urbana do campus em questão e do seu entorno imediato. Para tanto foram

levantados os dados iconográficos existentes nos órgãos competentes da cidade do Rio de Janeiro, e analisados para compreender as transformações desde a inauguração do Passeio Público até os dias atuais. Foi preciso estabelecer uma base conceitual para a leitura do lugar, e, para tanto, foi adotada a metáfora do palimpsesto em busca das diferentes camadas da “escrita” arquitetônica e urbanística.

PALAVRAS-CHAVE: História do design. Design e arquitetura. Design e patrimônio. Campus da ESDI. Palimpsesto.

ABSTRACT: The Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) was founded in 1963-1964 in the district of Lapa in Rio de Janeiro beginning the higher education of Design in Brazil. The 3 terrains that today comprise its campus have many historical layers of occupation, both previous to the implantation of the current buildings, and the later uses. The present work proposes to present the discoveries about the memory of the transformations of the urban morphology of the campus in question and of its immediate surroundings. For that purpose, the iconographic data existing in the competent organs of the city of Rio de Janeiro were analyzed and analyzed to understand the transformations from the inauguration of the Public Walk to the present day. It was necessary to establish a conceptual basis for the reading of the place,

and for that, the metaphor of the palimpsest was adopted in search of the different layers of architectural and urbanistic “writing”.

KEYWORDS: History of design. Design and architecture. Design and equity. ESDI Campus. Palimpsest.

1 | INTRODUÇÃO

A Escola Superior de Desenho Industrial foi fundada em 1963 no bairro da Lapa no Rio de Janeiro iniciando o ensino superior do Design no Brasil e, desde então, participa ativamente no ciclo de desenvolvimento desta área do conhecimento e atuação profissional tendo adquirido ao longo dos anos reconhecimento e prestígio como uma instituição de excelência. Por estar situado em uma das mais antigas áreas ocupadas da cidade, seus limites territoriais e suas edificações são o resultado da sobreposição de todas as camadas históricas dos distintos usos, moradores, instituições, estilos arquitetônicos e projetos urbanísticos ali executados. O conjunto de edificações atuais que compõem a ESDI sofreram algumas alterações e acréscimos pontuais desde a sua inauguração, mas em sua maioria são oriundos do uso anterior a escola, o ‘Laboratório Chimico Pharmaceutico’. Além deste fato, a instituição tem em seus limites territoriais outros dois terrenos oriundos de demolições.

As recentes intervenções ocorridas no campus entre os anos de 2015 e 2018, tanto para melhoria da acessibilidade, quanto para criação de um novo acesso a escola pela rua do Passeio, demandou a necessidade de se pesquisar a situação patrimonial do conjunto e do seu entorno, além do levantamento de dados relacionados a legislação específica para obras nesta região administrativa da cidade. As reuniões com os profissionais, professores e representantes da direção da ESDI envolvidos com tais iniciativas demonstraram que não se conhece plenamente a história pregressa deste lugar, e tal falta de conhecimento trazem incertezas de naturezas distintas, tais como a importância arquitetônica deste conjunto do ponto de vista patrimonial (independentemente de instâncias de preservação já vigentes), as técnicas construtivas nele utilizadas, que edificações já ocuparam este espaço e foram retiradas, apenas para citar alguns exemplos. Este cenário se revelou uma oportunidade de aprofundar esta pesquisa histórica acerca do campus e o seu entorno como um projeto de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa de doutorado de um dos autores em desenvolvimento no PPD-ESDI.

Adotando a premissa de que o cadastro arquitetônico é o ponto de partida que permitira as futuras elaborações de planos de ações visando a preservação de bens históricos - os quais devem ser feitos com apuro e exatidão de modo a permitir uma leitura detalhada da evolução do objeto arquitetônico e suas transformações – este projeto foi desenvolvido em parceria com alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá. Diante das especificidades da pesquisa, dos recursos

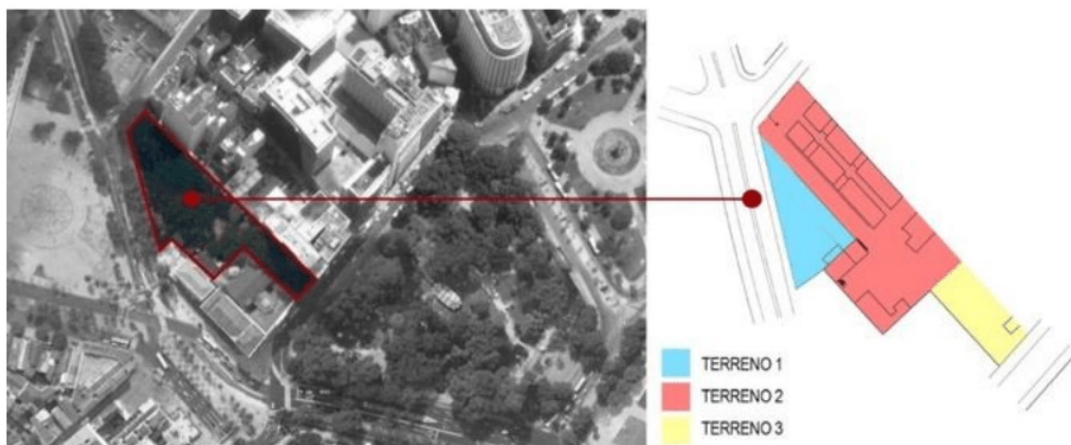
disponíveis, e das normas do setor de Pesquisa e Produtividade da instituição, foram adotados critérios para elaboração de um plano de trabalho que viabilizasse a feitura de um cadastro em camadas históricas com ênfase numa análise morfológica das transformações do lugar ao longo tempo através de representações bi e tridimensionais.

Para o autor José Tito Rojo (1999), a cidade composta pelos seus edifícios e seus jardins devem ser tratados como documentos em si, complexos e ‘polimatericos’ onde somente o conhecimento do que denominamos de cultura de restauração, sua história, sua técnica e suas tecnologias, permitirão uma operação criteriosa. Em seu trabalho, Rojo faz um paralelo entre o palimpsesto e o sítio histórico, sendo palimpsesto o nome que designa um pergaminho ou papiro cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização por seus escribas. Contudo, nunca foi possível eliminar totalmente os escritos anteriores, dotando esta superfície da memória de sua utilização. Partindo deste conceito, Rojo defende que o lugar enquanto sítio histórico é um palimpsesto em si mesmo, sendo possível identificar traços de suas ocupações anteriores a partir de observações criteriosas das possíveis memórias nele inscritas. Em consonância com outros importantes autores como Cesare Brandi (2004), foi adotada como premissa que a memória da passagem do tempo deve ser marcada e documentada visando apontar o seu potencial investigativo.

Não se trata, entretanto, de entender as cidades consolidadas como áreas cristalizadas e impedidas de intervenção; pelo contrario, tratam-se de territórios férteis e ricos de possibilidades de novos usos. O conhecimento da memória de ocupação das cidades adquire, então, outra importante possibilidade: um guia para as transformações do tecido consolidado, respeitando sua memória e potencializando os novos projetos. O campo da arquitetura e do urbanismo está crescendo progressivamente no vetor de atuação nas cidades consolidadas, potencializando as temáticas da re-arquitetura e do patrimônio como questões cernes dos novos projetos.

2 | ENSAIO PARA UM HISTÓRICO AMPLIADO DO LUGAR

Sabia-se de antemão a partir de conversas com pessoas relacionadas direta ou indiretamente a instituição que antes da instalação da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), na quadra compreendida entre a rua Evaristo da Veiga, avenida Republica do Paraguai, rua do Passeio e rua das Marrecas; outras atividades ocuparam o atual perímetro do campus, sendo que a maioria dos edifícios que hoje compõem o conjunto arquitetônica da escola é remanescente destas outras ocupações. Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa foram levantados documentos que esclarecem algumas destas questões, sendo uma delas a composição territorial do espaço. A área considerada do campus da instituição é formada por três terrenos distintos, fato este ilustrado nas figuras 1 e 2 para iniciar a compreensão das camadas da memória que compõem este lugar.



Figuras 1 e 2: Mapa de localização do campus da ESDI no bairro da Lapa, e planta esquemática demonstrando a configuração do campus pelos três terrenos distintos que o compõem. Crédito: Romulo Guina.

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A partir da documentação levantada junto Subprefeitura referente a II Região Administrativa da SMU do Rio de Janeiro, foram mapeados os atuais limites legais dos lotes e seus endereços registrados no banco de dados da Prefeitura. Na figura 2 o terreno de número três é situado à rua do Passeio número 80; o terreno de número dois é situado à rua Evaristo da Veiga número 95; e, por fim, o terreno de número é o trecho residual do antigo terreno situado a rua Evaristo da Veiga número 105, o qual teve seus limites modificados pela abertura da Avenida República do Paraguai. Este preambulo se faz necessário para facilitar a compreensão das sobreposições históricas que se seguirão pelas diferentes ocupações da área pela casa do Conde da Barca e sua Botica, instalações militares como os laboratórios farmacêuticos do Exército Brasileiro, além de uma vila operária. A história pregressa a estas ocupações, a qual coincide com o período anterior a construção do Passeio Público em 1783, é menos documentada e, portanto, mais obscura. A partir deste ponto do trabalho será iniciada uma diacronia da região desde o século XVIII até os dias atuais.

2.1 A Lagoa do Boqueirão e o Convento da Ajuda

Segundo Macedo (2004) a região onde hoje se situa o quarteirão que abriga a ESDI e o Passeio Público eram, respectivamente, uma área de utilização rural e a Lagoa do Boqueirão. Esta lagoa era formada pela foz de rios e seus afluentes que meandravam a região. Apesar da presença dos corpos d'água, a área não constituía uma área alagadiça, de brejo ou mangue, tendo terras férteis e propensas a agricultura. Entre 1745 e 1750 é fundado o Convento da Ajuda pelas monjas clarissas oriundas do Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia. Segundo Jaboação (1862), este foi o primeiro mosteiro feminino do Rio de Janeiro que tinha como regentes as Madres Maria Caetana da Assumpção por abadessa, e a Madre Jozefa Clara de Jesus, por vigária e mestra. A área do convento era uma extensa área territorial para a época,

se estendendo da área da atual Cinelândia até o atual largo da Lapa, o que pode ser observado nas figuras 3 e 4.



Figuras 3 e 4: Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1769 indicando a localização do Convento da Ajuda, e ao lado ampliação do mapa mostrando o convento e a localização aproximada do campus da ESDI dentro dos seus limites. Crédito: Engenheiro Francisco José Roscio.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, adaptada pelos autores.

Como relata Jaboatão (1862), o edifício principal do convento se posicionava mais próximo ao chafariz do Aqueduto da Carioca (atualmente conhecido como Arcos da Lapa) junto a área da atual Cinelândia, enquanto que na porção mais próxima a lagoa do Boqueirão ocorriam atividades de agricultura, criação de animais, artesanato e outras atividades. Percebe-se ainda na figura 4 que a Lagoa do Boqueirão estava presente na paisagem. Segundo Macedo (2004) esta lagoa era utilizada para diversos fins que traziam grande insatisfação para população. Pela natureza salobra de suas águas, era local de despejo de esgoto, restos mortais de animais e até mesmo cadáveres humanos que não tinham direito a um enterro como escravos, indígenas, por exemplo. Esta foi aterrada nas últimas duas décadas do século XVIII, no tempo do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza com as terras do desmorte do Morro das Mangueiras vizinho ao local para construção primeiro parque planejado do país, o Passeio Público. Seu traçado original, estruturas e obras de arte elaborados por Valentim da Fonseca e Silva, mais conhecido como Mestre Valentim.



Figuras 5 e 6: Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1791 indicando o aparecimento do Passeio Público e das transformações urbanas, e ao lado ampliação do mapa mostrando o

convento e a localização aproximada do campus da ESDI dentro dos seus limites pelo número 1. Crédito: Engenheiro Francisco José Roscio.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, adaptada pelos autores.

As terras do convento foram subdividas em duas quadras pela rua das Marrecas que compõe o eixo de acesso principal ao Passeio Público até a fonte das Marrecas (também projeto do Mestre Valentim) situado à rua dos Barbonos (atual rua Evaristo da Veiga). Nota-se pela linguagem cartográfica que a quadra indicada pelo número 1 na figura 6 indica a área onde hoje fica a ESDI ainda com caráter rural e cercado por edificações de borda. Já no final do século XVIII as cartografias existentes indicam a presença de edifícios voltados para atividades militares ao redor do convento e, inclusive, dividindo parte de uma de suas quadras como poderemos ver na figura 7 com a presença do Quartel da Infantaria. Ainda na rua dos Barbonos se instalaram o Hospício e o centro de Recolhimento dos Órfãos, todas atividades promovidas pelo Convento dos Barbonos – edificação esta ocupada pelo atual Batalhão da Polícia Militar desde 1852 (PAIVA, 2012).



Figura 7: Mapa da cidade do Rio de Janeiro entre 1795 e 1815 indicando o aparecimento do Passeio Público e das transformações urbanas. Crédito: Fundação Biblioteca Nacional.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, adaptada pelos autores.

Segundo Abreu (1997) o Convento da ajuda é demolido em 1911 e transferido para o bairro de Vila Isabel, mas antes disso sua extensão já se limitava ao edifício principal que ocupava parte da atual Praça da Cinelândia. Estima-se que a quadra onde hoje está o campus da ESDI já não tivesse mais atividades das freiras desde o início do século XIX. Atribui-se a este fato, tanto o aparecimento do Convento de Santa Teresa, quanto a rápida valorização do solo da região com as melhorias oriundas das obras do Passeio Público. Contudo, tratam-se de dados sem comprovações além das inferidas pelo autor, mas sabe-se que a partir de 1808 a quadra tem oficialmente uma nova ocupação comprovada pelo Conde de Barca.

2.2 O Solar Conde de Barca, a Imprensa Régia e o Supremo Tribunal Federal

Antônio Araújo de Azevedo, conhecido como conde da Barca, foi o primeiro cidadão português a receber este título, ocupando também diversos cargos junto ao governo português, participando do Conselho de Estado, sendo Ministro e Secretário

de Estado de várias pastas. Em 1808 acompanhando a Família Real chega ao Rio de Janeiro e fixa endereço na Ilha Larga d'Ajuda nº 42 (posteriormente rua do Passeio nº 48, e atualmente rua do Passeio nº 80), local onde instalou na mesma edificação sua residência, seu laboratório de química, para que a Junta Real do Comércio pudesse realizar estudos e estimular alguns ramos da indústria nacional, além da sede da Imprensa Régia que funcionava no térreo do edifício em estilo colonial luso-brasileiro (figura 8) onde foi produzido o primeiro jornal do Brasil colônia intitulado 'Gazeta do Rio de Janeiro' (QUEIROZ apud SANTOS, 1944).



Figuras 8, 9 e 10: Fachada do Solar do Conde de Barca por volta de 1820; fachada do Supremo Tribunal Federal no final do século XIX; fotografia do início do século XX mostrando a edificação ao lado do antigo edifício do Automóvel Clube do Brasil. Crédito: Bianca Faro Rodrigues e IMS-RIO.

Fonte: acervo pessoal dos autores e Reserva fotográfica IMS-RIO.

Sabe-se, porem, que apesar do interesse do conde da Barca pela química, seu maior objeto de estudo era a botânica, chegando a desenvolver o cultivo de diversos tipos de plantas nativas e exóticas que foram reunidas no catalogo "Hortos Araujensis". A parte prática das experiências era de responsabilidade do boticário Jose Caetano de Barros, que utilizou as dependências do laboratório para dar aulas de química aos candidatos que desejavam a habilitação profissional de boticário e aulas práticas para os alunos da Academia de Medicina (SANTOS, 2004). De acordo com Santos (2004), pode-se afirmar que o laboratório começou a funcionar ainda em 1808 de acordo com uma correspondência entre Antônio Araújo e Frei José da Costa Azevedo, botânico e mineralogista, onde afirma "meu laboratório principia a trabalhar com utilidade" (Documentos, IHGB). As grandes dimensões do lote que se estendia até a rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga) facilitaram a implementação das diferentes atividades (ver figura 11).



Figuras 11 e 12: Mapa da região do Solar no século XIX mostrando na cor rosa os limites do

terreno do solar; fotografia aérea da cidade entre os anos de 1912 e 1937. Crédito: ambos desconhecidos.

Fonte: acervo pessoal de Rodolfo Capeto e acervo Fundação Biblioteca Nacional, adaptada pelos autores.

Após o falecimento do Conde em 1817, a Imprensa Régia manteve suas atividades no edifício até 1822 quando se mudou para um novo edifício da rua Treze de Maio. A partir deste momento até 1989 a Secretaria dos Negócios da Justiça ocupou o solar e promoveu as reformas de fachadas a partir de 1850 dando ao edifício características ecléticas com forte influência neoclássica - estilo predominante na cidade naquele momento (ver figuras 9 e 10). Segundo Barata (2012), a partir de 1896 o instituto '*Pedagogium*' passou a ocupar o edifício promovendo o ensino aperfeiçoado nas áreas das ciências naturais, química e literatura, servindo de modelo para outros colégios. Seu prestígio e localização fizeram com que o Solar abrigasse a primeira reunião da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897. Barata afirma, ainda, que a edificação ficou de pé até 1937 quando sofreu um grande incêndio e precisou ser demolida, ficando a porção do terreno de frente para o Passeio Público desocupada até a fundação da ESDI.

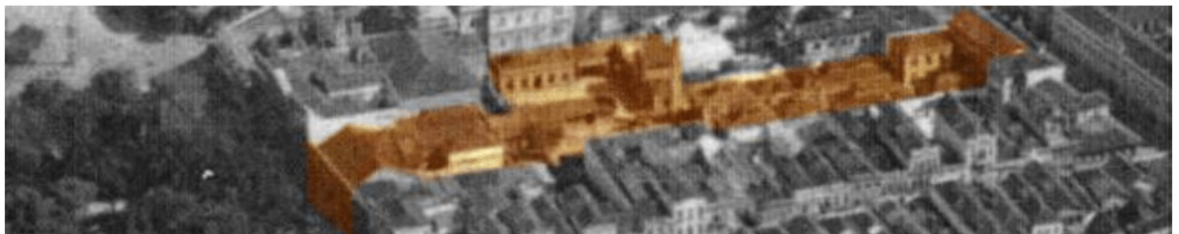


Figura 13: Detalhe ampliado da figura 12. Crédito: desconhecido.

Fonte: acervo Fundação Biblioteca Nacional, adaptada pelos autores.

Contudo, um fato curioso observado nas figuras 12 e 13 é a configuração dos edifícios junto a rua Evaristo da Veiga que indicam já serem pertencentes ao conjunto do Laboratório que seria ali instalado anos após a morte do Conde. O fato curioso se deve ao fato do Solar ainda estar de pé, o que indica três hipóteses possíveis: a primeira de que o terreno foi desmembrado em dois para separação dos usos; a segunda em que o *Pedagogium* e o Laboratório coexistiram no mesmo terreno durante algum tempo; e a terceira é de que, independentemente do possível desmembramento do terreno, o conjunto arquitetônico do Laboratório tenha se instalado parcial ou totalmente em edifícios anexos ao Solar onde, de fato, ocorriam as atividades químicas e botânicas, por exemplo.

2.3 Botica Real Militar e os Laboratórios Químicos Farmacêuticos

Devido a presença da corte portuguesa no Brasil a partir do ano de 1808 e a situação política e econômica do país, os serviços de saúde tiveram de ser melhorados e organizados, de modo a atender às tropas dos Reais Exércitos e Armada de Portugal.

Nesse sentido, o Príncipe Regente D. João sanciona o decreto de 21 de maio de 1808, criando a Botica Real Militar, anexa ao Hospital Militar e Ultramar, instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo. Ao longo dos anos, a Botica Real passa por diversas mudanças organizacionais e de endereço, sendo instalada à rua Evaristo da Veiga nº 29 (atual nº 95), em 15 de dezembro de 1877, pela decisão nº 536, emitida pelo Ministro da Guerra Duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva), onde foi autorizada a transferência do agora então “Laboratório Pharmaceutico” para uma sede própria localizada no referido endereço. A partir dessa data, passa a denominar-se “Laboratório Chimico Pharmaceutico” e sua mudança de sede só se efetiva no ano seguinte. O edifício principal apresentava estilo eclético, com forte influencia neoclassicista e detalhes neogóticos (figura 14).

A partir desta época, ainda que ligado ao Hospital Militar para fins administrativos e disciplinares, essas instruções já davam ao Laboratório certa autonomia técnica. É quando se inicia a obra do então Alferes Farmacêutico Augusto Cezar Diogo, idealizador e organizador do Laboratório como autêntico órgão industrial. Aplicando os conhecimentos adquiridos na comissão especial de viagem à Europa pelo Governo Imperial, o mesmo traçou um plano de modernização das instalações do laboratório, incluindo a criação de um horto para cultivo de plantas medicinais destinadas à utilização nas preparações medicamentosas. Moderniza a maquinaria e amplia a linha de produção. No dia 1º de março de 1880, o Governo Imperial, através do seu Ministro da Guerra, autoriza a construção de pavilhões e edifícios nos quais ficaram instaladas as várias divisões de serviços do Laboratório, de acordo com o plano de Augusto Cezar Diogo. As obras foram concluídas no dia 8 de novembro do mesmo ano, já sob a administração de José Antônio Correia da Câmara Pelotas na pasta da Guerra (Dicionário Histórico-Biográfico).



Figuras 14, 15 e 16: Fachada do edifício principal do Laboratório Chimico Pharmaceutico voltado para rua Evaristo da Veiga; fotos internas do laboratório em funcionamento. Crédito: João Paulo Vieira e Eduardo Pinto.

Fonte: Da Botica Real Militar ao Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, 2010.

No ano de 1924 foi anexada uma Seção de Perfumaria a já existente Divisão de Farmacotécnica, tendo sido produzida uma linha cosmética. Uma rede telefônica integrada e uma rede geral de energia elétrica também foram instaladas neste ano melhorando as condições de trabalho do laboratório. No ano de 1926, a produção

de sabão em barra em escala industrial foi iniciada após criação da seção de saponificação, quando também foi inaugurado o pavilhão para confecção de ampolas e líquidos injetáveis. (PILLAR apud LEFEx 200 anos – história de uma jornada).

Em 1937, pelo decreto-lei nº 77 de 16 de dezembro, o Governo Federal autorizou a venda do imóvel à rua Evaristo de Veiga, onde o Laboratório estava funcionando desde 1878, no ano seguinte, abriu crédito para a construção de uma nova sede. Os argumentos apresentados para essa mudança mostravam que sua localização em zona urbana e residencial era imprópria para o funcionamento da instituição no que se referia à fabricação de produtos químicos. Além disso, a necessidade de instalações mais amplas e modernas se justificava por sua crescente produção para atender às necessidades do Exército. O novo prédio, localizado na rua Licínio Cardoso, no bairro de Triagem, foi concluído em junho de 1939, permanecendo neste local até hoje. (Dicionário Histórico-Biográfico).

2.4 A Escola Superior de Desenho Industrial

A Escola Superior de Desenho Industrial foi oficialmente criada em 25 de dezembro de 1962 pelo Decreto 1.443, mas somente em 4 de janeiro de 1963 foi publicado no Diário Oficial do Estado da Guanabara, disposto na rua Evaristo da Veiga 95. Com o intuito de formação através de uma educação técnica, científica, artística e cultural, o curso de Design da ESDI teve como base no modelo da HfG-Ulm (*Hochschule für Gestaltung Ulm*), escola alemã fundada em 1950 que buscava rever seus ideais da Bauhaus sob a perspectiva da sociedade industrial do pós-guerra, trazendo assim um otimismo ao governo da Guanabara, tendo em vista o momento histórico do qual o Brasil passava, proporcionando incentivo ao processo industrial brasileiro.

As atividades de ensino começaram por volta de 1963, como uma instituição isolada, pertencente a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara. Desde então, iniciou-se os processos de transformações espaciais com as primeiras reformas para o recebimento da instituição. Mas somente em 1964 houve a inauguração da Escola Superior de Desenho Industrial, contando com presenças importantes como a do governador de estado vigente, Carlos Lacerda e o primeiro diretor fundador, arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes, Maurício Roberto. Além das reformas nos pavilhões do antigo Laboratório Chimico Farmacêutico do Exército, a Escola ganhou um pavilhão de exposições que ficava nos fundos do terreno, projetado e construído por alunos, professores e mestres de oficina.

Tendo em vista a memória oral de pessoas ligadas direta ou indiretamente a escola, dado que foi levado em consideração para esta pesquisa, o plantio das árvores de espécies nativas entre as edificações surgira durante a direção de Carmen Portinho. Não há registros sobre se o feito foi, de fato, executado por ela, mas considerando sua proximidade com o paisagista Roberto Burle Marx e muitos dos grandes arquitetos do movimento moderno, nutre-se esta perspectiva. Em 11 de abril de 1975, devido

a fusão do Rio de Janeiro e Guanabara, a ESDI foi incorporada à Universidade do Estado da Guanabara, UERJ.



Figuras 17, 18 e 19: Vista aérea do campus da ESDI; construção do pavilhão de exposições; vista aérea do campus onde percebe-se o dossel formado pelas árvores plantadas no local.

Crédito: acervo ESDI.

Fonte: Site ESDI.

A instituição desenvolveu durante esse tempo, diversos eventos como Bienais Internacionais do Rio de Janeiro, que trouxeram relevância ao curso como aos projetos desenvolvidos, mas além desses eventos acadêmicos, outros eventos marcaram sua trajetória. Durante os anos de 1984 e 2003, a ESDI enfrentou um sério problema com a doação do seu terreno, pelo governo federal, para outra instituição. Acredita-se que esses eventos foram gerados pelo início do projeto Corredor Cultural em 1984.

“Mas só em 1984 que entra em vigor o projeto do Corredor Cultural (1979), que tinha o objetivo de preservar determinados ambientes urbanos de valor cultural do centro histórico do Rio de Janeiro, abrangendo a Lapa, Passeio, Cinelândia, Carioca, Praça Tiradentes, Largo do São Francisco, Saara e Praça XV. Posterior a isso, não houve mudanças físicas tão significativas na região, a última grande intervenção urbanística foi em 1990 no Largo da Lapa, onde foram criadas áreas de calçadas e um passeio central com palmeiras imperiais ligando o Lampadário da Lapa aos Arcos.” (MARTINS, 2008).



Figura 20, 21 e 22: Protestos 1984-2003; edifício MOTOLAB concluído. Crédito: acervo ESDI.

Fonte: Site ESDI.

Desta forma, entendendo o valor histórico local, outras atividades poderiam ser mais produtivas ao turismo, descartando a importância acadêmica da Escola. Pelo o que se sabe, havia a intenção de leva-la para o campus principal da UERJ no bairro do Maracanã. Observamos que a escola levava consigo nomes de arquitetos e engenheiros ligados a partidos comunistas, como Mauricio Roberto e Carmen Portinho, além de inaugurada por Carlos Lacerda, que escapou de atentados políticos por seu

posicionamento. Sendo assim, não há como afirmar, mas pressupor demais interesses nessas ações. Alunos e professores se posicionaram em passeatas, protestos e em idas ao plenário da Câmara dos Vereadores, contra a entrega do terreno.

Toda o movimento estudantil teve resposta e a ESDI pode permanecer em seu campus original, dando continuidade as suas atividades. Outros grandes eventos e mudanças acadêmicas, foram sendo feitas ao longo dos anos, mas somente em 2005, ocorreu uma intervenção física no terreno. Foi construído o MOTOLAB, trata-se de um laboratório de pesquisa e oficina de construção de modelos por prototipagem rápida, construídos e equipados com recursos da Motorola do Brasil. Com sua linguagem mais moderna, traços simples e geométricos, traz um toque moderno ao espaço até mesmo por sua cor vermelha, que se destaca entre os tons cinza dos pavilhões tradicionais. E como último marco físico ao espaço, tivemos a reabertura do acesso à ESDI, desativado há década, pelo Passeio Público e que visa atender as reformulações e aplicações de atividades, criando espaços de convivência e dando um ar mais contemporâneo a nova fachada. Além de indicar um ato de resistência a crise educacional que atingiu a UERJ.

2.5 O Desmonte Parcial do Morro de Santo Antônio

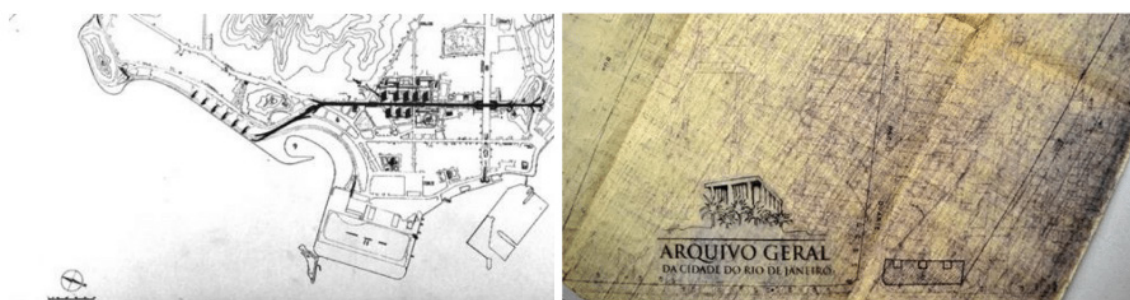


Figura 23 e 24: Plano para o eixo norte-sul; projeto de alinhamento da avenida República do Paraguai não executado. Crédito: Afonso Eduardo Reidy; autor desconhecido.

Fonte: NPD-FAU-UFRJ; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Diversas remodelações do espaço urbano ocorreram ao longo do século XX na região central da cidade, sendo uma o projeto da Esplanada do Morro do Santo Antônio, que levou ao seu arrasamento parcial em 1950, preservando o trecho referente ao Convento de Santo Antônio e funcionamento dos Arcos da Lapa como acesso das linhas bondes de Santa Teresa. Tal intervenção visava viabilizar a abertura da Avenida Norte-Sul (atual Avenida República do Paraguai) em 1965 – ver figura 23. Projetada para ser elevada sobre a República do Chile, tinha objetivo de ligar a região do Passeio e Lapa com áreas próximas a Avenida Presidente Vargas (JOSÉ, C. A. D. 2010, PREFEITURA, D. 2002, VASCONCELOS, E. , BARROS, 2014), redefinindo a quadra onde se localiza a ESDI pela demolição total de alguns lotes e a demolição parcial do número 105 da rua Evaristo da Veiga, gerando um lote “triangular” que hoje

faz parte do conjunto da escola. Percebeu-se através da análise do projeto original, deste documento sem autoria e data do AGRJ (figura 24) e o que foi efetivamente executado, que existem diferenças. Os projetos demonstram que boa parte se não a totalidade dos edifícios que hoje compõem a ESDI e a Escola de Musica da UFRJ seriam demolidos para abertura da via – o que não ocorreu. Acredita-se que a atuação do SPHAN tenha influenciado nas decisões, fato que será mais aprofundado na próxima sessão deste artigo.

3 | ANÁLISE GRÁFICA DE ALGUMAS DAS TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS

As figuras 28 até 38 evidenciam a transição de estilo arquitetônico que a escola sofreu. Na figura 28 é possível ver o laboratório farmacêutico do exército onde o estilo arquitetônico empregado era eclético com forte influencia neogótica, estilo que segue algumas das edificações religiosas e militares na rua Evaristo da Veiga, ao perceber uma imagem interna do laboratório (figura 29) onde o reflexo da esquadria apresenta o mesmo desenho do prédio principal. Nas imagens da obra para a instalação da ESDI, as características dos materiais demonstram as alterações em curso naquele momento.



Figuras 25, 26, 27, 28 e 29: transição de estilo das janelas das edificações da ESDI. Crédito: Yasmin Machado.

Fonte: Acervo pessoal.

Nota-se que o resultado final do campus da ESDI apresenta estilo arquitetônico que difere do utilizado no Laboratório, o que também é evidenciado pelo desenho das duas esquadrias e sua diferença de estilo e composição. A alteração de estilo arquitetônico da Escola traz a tona hipótese de que a nova escola utilizou a necessidade de reformar as instalações para também se desvincular da imagem do passado deste lugar – o que pode estar relacionado a conjuntura política da época.



Na imagem aérea da região antes da abertura da rua república do Paraguai percebe-se que a altura da casa “A” se equipara com a do prédio principal do laboratório farmacêutico que possuía dois pavimentos. Na época da reforma para a instalação da ESDI a casa “A” ainda se encontra com dois pavimentos, porém com a mesma instalada nenhuma das casas apresentam dois pavimentos. A figura 33, por exemplo, apresenta as transformações nos anexos, a morfologia do telhado e a retirada da chaminé. Por fim, a figura 36 apresenta uma síntese através de um diagrama gráfico sequencial das principais transformações morfológica identificadas no conjunto edificado da ESDI.

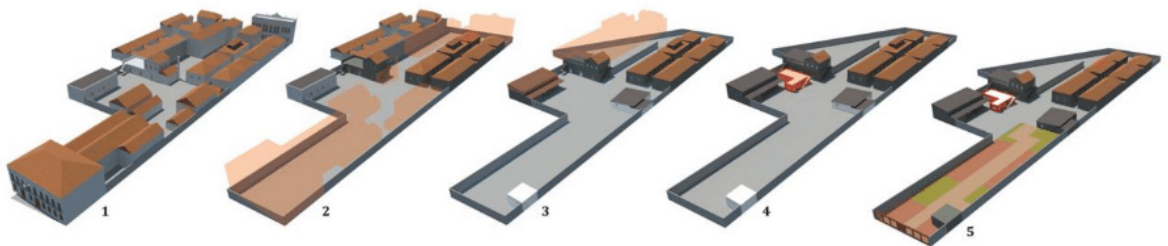


Figura 36: diagrama 1: anterior a 1963; diagrama 2: entre 1963 e 1975; diagrama 3: entre 1976 e 2000; diagrama 4: entre 2000 e 2010; diagrama 5: 2017 até o presente momento. Crédito: Yasmin Machado.

Fonte: acervo pessoal dos autores.

4 | CONCLUSÕES

Este trabalho é um ensaio acerca da experiência do grupo de pesquisa Representações Tridimensionais como Documentos da Memória, no qual a intenção principal foi de demonstrar a interconectividade entre as diferentes camadas da memória deste lugar – possível de ser lida como uma teia de sobreposições de usos e acontecimentos interligados direta ou indiretamente pelo viés do conhecimento, da ciência e do ensino, podendo ser identificado como um *genius loci* deste trecho da cidade do Rio de Janeiro. Muito embora ainda existam lacunas a serem pesquisadas acerca das camadas ainda ilegíveis, foi com grande entusiasmo que as descobertas aqui relatadas foram apresentadas aos atuais diretores da ESDI e seu corpo docente e discente, que pouco sabiam sobre as memórias pregressas dos edifícios que hoje compõem a instituição e seus arredores.

A perenidade de uma edificação demonstra as decisões acerca da sua construção e, principalmente, do seu uso; e a sobreposição dos usos ao longo do tempo determina sua vocação a qual fica impressa na memória urbana. O campus da ESDI é uma oportunidade extraordinária pela sua localização impar num contexto de grandes e importantes transformações e iniciativas – incluindo ela própria, sendo a primeira escola de Desenho Industrial da América Latina. Seus desdobramentos para o futuro

e as recentes transformações podem ser lidas como uma manutenção de espírito do tempo do lugar.

Espera-se que este breve ensaio contribua para construção da história do campus e do seu entorno e que, com isto, seja possível conhecer e reconhecer o seu passado, visando entender o presente, para se projetar o futuro não apenas das edificações, mas da própria instituição.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de KÜHL, Beatriz Mugayar. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

ESDI 2017. **Acevo Escola Superior de Desenho Industrial**. Disponível em: <<http://www.esdi.uerj.br/a-esdi/acervo>>. Acesso em: 29 outubro. 2017.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico, ou, Crônica dos frades menores da província do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiniano Gomes Ribeiro, 1862.

Lei nº 1139 de 16 de dezembro de 1987.

LQFEx 200 anos – história de uma grande jornada. Rio de Janeiro; Agência 2A Comunicação; 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro / Joaquim Manuel de Macedo**; prefaciada por Astrojildo Pereira. Ed. rev. e anotada / por Gastão Penalva. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

RODRIGUES, Antônio; OAKIM, Juliana. **As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Vol. 28, N.1, pp. 19-53.

ROJO, José Tito; PORCEL, Manuel Casares. **Especificidad y dificultades de la restauración en jardineira. PH - Boletín del Instituto Andaluz del patrimonio histórico**. Publicación Trimestral, ano VII, numero 27, Junio 1999, pp. 138-145.

SANTOS, Nadja Paraense dos. **Os Primeiros Laboratórios Químicos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ/ANPUH/Arquivo Público RJ, 2004. v. 1., p. 14. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/semiar/docs/Apresentados_em_eventos/texto_SANTOS-NADJA.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2018.

STF 2018. **Banco de Imagens do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/listarImagem.asp?servico=bancolImagemBibliotecaPastaSTF>>. Acesso em: 14 de fevereiro. 2018

VIEIRA, João Paulo; PINTO, Eduardo. **Da Botica Real Militar ao Laboratório Químico Farmacêutico do Exército**. Rio de Janeiro; Agência 2A Comunicação; 2010.

O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA NA HORA-ATIVIDADE DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Zenilda Costa

Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de
Educação de Itapipoca
Itapipoca - Ceará

Karine Kévine da Rocha Sousa

Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de
Educação de Itapipoca

Lara Crisley Alves Domingues

Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de
Educação de Itapipoca

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo caracterizar a hora-atividade de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental no âmbito das políticas de desenvolvimento profissional e valorização do magistério. Com base no Plano Nacional de Educação 2014-2020, o estudo faz um recorte das propostas de formação docente e suas implicações para as atividades realizadas em 1/3 da jornada de trabalho, cujo tempo denominamos de hora-atividade. Autoformação, autonomia e aprendizagem da docência são categorias que permeiam o estudo das metas do PNE voltadas para o desenvolvimento profissional e valorização do magistério, articulado com a lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Com base na pesquisa qualitativa, reunimos os primeiros dados da pesquisa de campo em busca de caracterizar as práticas dos docentes

na hora-atividade, no intuito de observar as possibilidades de aprendizagem da docência nas ações desenvolvidas. Os primeiros resultados dão conta de que esse tempo, ainda que usado para realizar atividades de reforço com alunos em defasagem de aprendizagem na leitura e na escrita por parte considerável de professores, a hora-atividade trouxe condições que favoreceram aos professores desenvolver o tempo de planejamento em meio a diferentes iniciativas de aprendizagem da docência tendo em vista melhorar as práticas pedagógicas, diminuir o volume de trabalho que os professores levam para fazer em casa e consequente descanso, evidenciando a concretização da valorização do magistério, ainda que em meio a contradições e ameaças de desmonte de conquistas que repercutem na valorização da carreira.

PALAVRAS-CHAVE: Hora-atividade. Políticas de formação. Aprendizagem da docência. Autoformação.

ABSTRACT: This present article aimed to characterize the time-activity of teachers in the initial years of Elementary School in the scope of professional development policies and valorization of the teaching. Based on the National Education Plan 2014-2020, the study makes a cut of the teacher training proposals and their implication of the activities carried out

in 1/3 of the working day, whose time we call time-activity. Self-training, autonomy and apprenticeship of teaching are categories that pervade the study of the goals of PNE aimed at professional development and valorization of the teaching, hinged with the Nacional Salary Professional Act (PSPN) legislation. Based on to the qualitative research, we gathered the first data of the field research in order to characterize the practices of the teachers in the hour-activity, in order to observe the possibilities of teaching learning in the developed actions. The first results says that this time although used to carry out reinforcement activities with students in the learning discrepancy in reading and writing by a considerable number of teachers, time-activity brought conditions that conducive teachers developing the planning time among different learning initiatives of teachers. Thus, in order to improving pedagogical practices, to reduce the amount of work that teachers take to do at home and consequent rest, emphasizing the accomplishments that reverberate in career enhancement.

KEYWORDS: Time Activity. Training Policy. Teaching Learning. Self-training.

1 | INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Lei N° 11.738/2008, referente ao Piso Salarial Profissional (PSPN) observamos que a mídia tem destacado diferentes resistências à sua concretização na conjuntura das políticas do desenvolvimento profissional docente, que teve o enfoque principal no acompanhamento da meta salarial por parte dos estados e municípios. Pouco se ouve falar, entretanto, a respeito de adequação à jornada de trabalho que destina um terço da carga horária de hora-atividade, especificamente para “formação, avaliação e planejamento”, conforme previsto no inc. V do art. 67 da LDB 9.394/1996.

Em recente estudo sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) observa que não se sabe ao certo em que proporção a Lei do PSPN está, de fato, sendo efetivada (BRASIL, 2015). O dossiê, organizado pelo Caderno Cedes sobre as políticas educacionais e as metas do novo PNE constata que em 2014 a Lei do PSPN deixou de ser cumprida em sete estados. Em 14 estados essa legislação não foi cumprida de modo integral, com destaque para a ausência de ajustamento da jornada de trabalho, quando o professor deve ter um terço de hora-atividade (PIOLLI, 2015).

Em nosso estudo com foco na aprendizagem da docência da hora-atividade, interessa-nos caracterizar não somente o quantitativo de práticas de estudo adotado pelos professores na hora-atividade, mas de pensar com eles sobre os significados construídos nesse âmbito, sobre outras formas de pensar a formação no sentido amplo da autoformação e aprendizagem permanente em diferentes tempos e lugares. Neste trabalho reunimos os estudos preliminares dessa investigação, situando a hora-atividade no contexto das últimas políticas de formação concretizadas na Lei do (PSPN) e no Plano Nacional de Educação, articulados aos primeiros dados acerca

da caracterização da hora-atividade dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas municipais de Itapipoca.

O estudo levanta algumas questões, cujo trabalho ora publicado apresenta elementos iniciais para a compreensão inicial do conjunto de atividades realizadas na hora-atividade, sobretudo os aspectos que apontam para as perspectivas de autoformação, autonomia e consequente aprendizagem da docência: quais os significados dessas políticas no dia a dia da profissão de professor, situados na jornada de trabalho em que a Lei garante o direito de desenvolver ações que não devem ter como foco a interação com os alunos? Que condições dignas surgiram em decorrência da implantação de um terço da jornada de trabalho? Quais os impactos da hora-atividade na valorização da carreira? Como se constitui a aprendizagem da docência nessa conjuntura?

Neste artigo, reunimos documentos e estudos que nos auxiliam na contextualização da hora-atividade no âmbito das políticas de formação situadas no desenvolvimento profissional e valorização do magistério. Com base na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2010), elaboramos e aplicamos um questionário para a construção do perfil inicial da hora-atividade nos anos iniciais, no intuito de identificar as atividades realizadas, aquelas de maior preferência por parte dos professores e as possibilidades de interação entre pares, tendo em vista apreender os modos de aprendizagem da docência.

Neste sentido, buscamos contextualizar esse direito historicamente reivindicado pelos professores dentre os demais indicativos da valorização do magistério anunciado no Plano Nacional de Educação (PNE), como estudo inicial do projeto de pesquisa “desenvolvimento profissional docente: aprendizagem da docência na hora-atividade dos anos iniciais”.

2 | O CONTEXTO DA HORA-ATIVIDADE NAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As reflexões sobre o contexto das políticas educacionais voltadas para a formação docente estão situadas no âmbito do movimento que culminou na elaboração do Plano Nacional de Educação 2014-2020. Essas políticas voltadas para a valorização da carreira docente tiveram antecedentes que demarcaram garantias anunciadas já na LDB 9.394/1996. A Lei 11.739/2008 que regulamentou o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores concretizou 1/3 da jornada de trabalho dos professores para atividades extra-sala, cujo tempo denominamos de hora-atividade.

A LDB recomenda que haja “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho” (Art. 76, § V). A Lei do PSPN delimita o “limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”, mas não faz menção à natureza da atividade definida na LDB. Assegura, porém, que deve ser desenvolvida em 1/3 da jornada de trabalho, que não

deverá ser “em interação com os alunos” (Art. 2º, § 4). Com base na LDB, o estudo realizado pelo INEP compreende a carga-horária de 1/3 como o tempo que deve ser destinado à formação, planejamento e avaliação (BRASIL, 2015).

O estudo realizado por Pereira (2014) sobre 1/3 de tempo da jornada de trabalho nas escolas públicas de Santa Catarina denomina esse tempo de “hora-atividade”, em contraposição ao tempo denominado de hora-aula. É dessa fonte que tomamos essa expressão, no sentido de condensar o que o professor faz fora da sala de aula, no tempo integrado à jornada de trabalho. Nessa carga horária, dentre as atividades de estudo/formação, planejamento e avaliação, interessa-nos compreender e caracterizar as aprendizagens da docência entrelaçadas e desenvolvidas na perspectiva do desenvolvimento profissional, particularmente os sentidos construídos pelos professores sobre o que ora denominamos de hora-atividade.

Compreendemos o desenvolvimento profissional como processo construído na aprendizagem da docência, que pode ser constituído de processos formativos ao longo da vida, como também situado na esfera da inserção na carreira docente. No mesmo sentido, o “profissionalismo estendido” significa que a aprendizagem docente é um “processo contínuo que ocorre ao longo da trajetória dos professores que não se limita aos espaços formais e tradicionais de formação” (REALI, 2009, p. 20). Nessa direção, a aprendizagem profissional da docência, é compreendida como um “processo complexo, contínuo, situado, e que sofre a influência de inúmeras variáveis” (REALI; MIZUKAMI 2012, p. 09).

Esse ponto de vista de pensar a formação e a prática docente que entrelaça aprendizagem e desenvolvimento profissional tem fundamento na perspectiva do “conhecimento em construção”, que concebe o saber escolar não apenas como conteúdo erudito ou proveniente da cultura científica, mas englobam os conhecimentos socialmente produzidos por alunos, professores, gestores, família e grupos culturais dos quais esses sujeitos fazem parte. Neste sentido, a profissão docente não se reduz ao domínio de determinados conteúdos a serem transmitidos para os alunos. Aprender a ser professor envolve diferentes fases da vida. A formação inicial e continuada consiste em apenas alguns dos momentos do processo formativo. Os conhecimentos encontram-se distribuídos em diferentes momentos da trajetória de vida (MIZUKAMI ET AL, 2010, p. 12).

Esse modo de conceber o desenvolvimento profissional docente como aprendizagem ao longo da vida dialoga com a ideia do processo de autoformação, uma vez que “considera a necessidade de estabelecer um fio condutor que vá produzindo sentidos por meio de nexos entre a formação inicial, a continuada e as experiências vividas” (MIZUKAMI, 2010, p. 16). Consoante Pontes (1998), essa ótica situa o projetos de formação docente em suas potencialidades, concebendo o professor como sujeito ativo na gestão da prática pedagógica (PONTE, 1998; DAMASCENO; THERRIEN, 2000)

Com base em estudos do MEC e do INEP (BRASIL, 2014; 2015), fizemos um

recorte das metas 15 a 19 do PNE, por tratarem especificamente da valorização e desenvolvimento da carreira docente. Reunimos elementos significativos que contribuam para construirmos categorias que nos auxiliem a pensar com os professores sobre as condições de aprendizagem da docência na hora-atividade, no sentido de fomentar a cultura de análise da prática pedagógica pela interação entre pares, e possível desenvolvimento da autonomia da formação docente.

O PNE considera a valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais. A meta 15 visa garantir que todos os professores possam ter formação específica em nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. A estratégia 15.13, entretanto, orienta para o desenvolvimento de modelos de formação profissional que valorize a experiência prática. Essa expressão no plural significa que os “modelos clássicos de formação”, dentre eles a licenciatura (Candau, 2007) pouco respondem às atuais demandas da profissão.

Por outro lado, quando destacam a leitura e outros modos de acesso à formação, corre-se o risco de desvincular a formação da responsabilidade do poder público. Nesse caso, garantir a formação inicial na universidade, considerando outros modos de acesso ao conhecimento, contextualiza a proposta no âmbito dos estudos sobre formação permanente e autoformação (DEMO, 2006; PINEAU, 1988). Segundo Pineau (1988), a autoformação é abordada numa perspectiva de autonomização educativa, definindo-a como a apropriação por cada um do seu próprio poder de formação. Nesse sentido, a autoformação possibilita, na prática do professor, uma recontextualização de seus conhecimentos, em função da valorização de estratégias mais abertas à autonomia da aprendizagem.

Essa postura de desenvolvimento profissional docente torna o professor um crítico de sua própria trajetória educacional, tornando-o capaz de tomar iniciativas e ter opiniões próprias. A realidade da defasagem na formação inicial, no entanto, exige atuação direta das políticas públicas para diminuir o grande número de professores que estão no exercício da docência sem a formação superior específica na área de conhecimento em que atua. A partir do acesso a um curso de nível superior na área em que atua, é possível que haja melhoria na prática pedagógica? Essa questão é polêmica, uma vez que, para cumprimento da LDB 9.394/1996, muitas prefeituras contrataram faculdades públicas e privadas para ofertar esses cursos específicos na modalidade à distância ou aos finais de semana.

A formação continuada no modo clássico (CANDAU, 1996), de treinamentos e capacitações, tem sido caracterizada pelas políticas de formação para melhorar a prática pedagógica e também para manter os professores atualizados frente às mudanças educacionais. Pode-se entender que as políticas de formação docente no ensino superior, principalmente nas licenciaturas, necessitam de redimensionamento de modo a universalizar o acesso nas áreas curriculares em que os docentes atuam em condições de desenvolver a cultura de investigação sobre a prática.

Para que isso de fato ocorra, é necessário estabelecer estratégias que garantam a oferta de cursos nas áreas curriculares que apresentam menor investimento na formação, mas que são exigidas nas práticas da sala de aula. São cursos cuja oferta é quase inexistente nas regiões interioranas. Segundo Demo (2006), esses eventos geralmente estão desvinculados da aprendizagem da docência e pouco impactam em mudanças positivas da sala de aula.

Candau (1996) tenta romper com o modelo de formação continuada clássica que tem como *lócus* de formação a universidade. A autora afirma que é preciso reformular esse modelo de formação deslocando o lugar da formação privilegiada para a própria escola, pois dessa forma a referência fundamental da formação continuada será o reconhecimento e a valorização do saber docente.

“Considerar a escola como *lócus* de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores.” (CANDAU, 1996, p.144)

Em 2013, segundo os dados do INEP (BRASIL, 2015), havia quase 50% dos professores do Brasil que não tinham acesso à formação superior específica na área em que estavam exercendo a docência. No Nordeste, essa disparidade é ainda maior, sendo que é ampliada quando os dados são organizados pela localização das escolas em cidades do interior, predominantemente na zona rural. A meta 15, neste sentido, aglutina múltiplas abordagens de formação, mas destaca a formação inicial como fundamento que municia o professor a conceber e argumentar sobre a necessidade de outros tempos e modos de formação.

Nosso pressuposto é que a formação inicial indique elementos que demarcam o percurso de aprendizagem da docência que o professor poderá construir no que denominamos de formação continuada, mas particularmente, o que Pineau (1988) conceitua de autoformação, incluindo aí a hora-atividade, à qual temos o interesse em caracterizar. Levamos em consideração esse quadro característico do Nordeste apresentado pelos estudos do INEP e, mais precisamente, a realidade da formação docente em municípios do interior cearense.

Ainda que as políticas de formação docente presentes no atual PNE indiquem a necessidade de múltiplos modelos de formação em um percurso permanente, oferecendo diferentes ferramentas para que o professor desenvolva sua autonomia de autoformação, há um consenso, retificado pelo INEP, de que os eventos formalmente constituídos de formação continuada exigem um enquadramento no padrão clássico, com carga horária certificada e que contemple as áreas definidas no currículo escolar (BRASIL, 2015).

Neste sentido, o professor encontra obstáculos para inserir na sua hora-atividade eventos com outros saberes e formatos, os quais não se pautam no modelo clássico da formação continuada, que possam ampliar sua visão de aprendizagem pela

inserção nas práticas de currículos culturais (ALBUQUERQUE, 2004) presentes nos movimentos sociais e em experiências estéticas educativas não escolares.

A exigência do currículo prescrito (GENTIL & SROCZYNSKI, 2014) cerceia, inclusive, outros modelos alternativos de formação que o currículo escolar exige do professor: a prática de leitura e o uso pedagógico das mídias digitais, que são artefatos cada vez mais presentes na escola e na vida dos alunos, mas explorados superficialmente pelos docentes como ferramenta de ensino-aprendizagem. Reiteramos, entretanto, que no âmbito das escolas do interior cearense falta o básico da formação; o que por vezes impede a busca de outras práticas formativas pela articulação de conhecimentos provenientes das práticas sociais.

A meta 16 destaca a necessidade de formação em nível de pós-graduação. Não menciona, no entanto, a prática de pesquisa; o que pode resultar em certificação massiva, destituída da prática investigativa. As estratégias 16.3, 16.4 e 16.5 incentivam de modo explícito o desenvolvimento da autoformação, pelo uso das mídias digitais e outros recursos para a formação, reforçando a ideia de autonomia relativa dos professores em construir seus projetos de formação (MORIN, 2012).

Ainda que oriente para a oferta de cursos no nível de pós-graduação, a meta 16 aponta mais uma vez para a necessidade de ofertar cursos na área em que os docentes atuam. Nesse contexto de precarização, a formação específica desemboca num treinamento de conteudismo (DEMO, 2006), desvinculados da problematização da escola e consequente caráter investigativo da formação. Assim são ofertadas bolsas de estudo, cujos cursos privados são previamente contratados pelas prefeituras para aulas nos finais de semana, incluindo sábados e domingos. Os programas do livro, do incentivo a leitura e acesso a outros bens culturais são também assegurados na mesma meta.

A meta 17 aborda a valorização do magistério por meio do salário. A análise de metas do PNE realizado pelo INEP (BRASIL, 2014) considera que a Lei do Piso (PSPN), ratificado pelo atual PNE, constitui-se um dos maiores avanços para a valorização profissional. Apesar de não resolver por si só o problema, torna a carreira mais atraente por atingir dois pontos nevrálgicos: o salário e a jornada de trabalho que historicamente tem exigido do professor um tempo ampliado fora do horário de trabalho.

A meta 18 tem como foco a valorização do magistério por meio da implantação do plano de cargos e carreira, como termômetro de atração dos jovens para as licenciaturas e consequentemente para as escolas. Mas não é qualquer plano. A proposta deve ter o PSPN como referencia. Essa parte nos interessa, tendo em vista que a valorização da carreira implica no reconhecimento da hora-atividade exclusiva para estudos, planejamento e avaliação; carga horária de trabalho que não deve ser usada como tempo de interação com os alunos. A meta considera que essa perspectiva de valorização da carreira repercute na educação, promovendo condições mínimas de cidadania e acesso a uma profissão por parte dos alunos. Esse parâmetro de educação

como desenvolvimento da condição do exercício pleno da cidadania, se é válida para os alunos, deve também valer antes de tudo para os professores.

Anterior a esse debate sobre o impacto da hora-atividade como uma das condições para a valorização da carreira profissional docente, importa-nos apreender as ideias dos professores a respeito de critérios para sua condição de cidadão. Esse aspecto abre um pressuposto de que as características de aprendizagem da docência na hora-atividade possam apresentar maior consistência, articulado às histórias de vidas dos professores, perspectiva metodológica a ser adotada no segundo momento do estudo.

Garantir a gestão democrática é o centro da meta 19. Segundo a análise do INEP sobre o PNE (BRASIL, 2015), esse conceito tem sido polissêmico e multidimensional. Isso se deve à falta de definição dessa modalidade de gestão por parte dos estados e municípios desde a Constituição de 1988, cuja exigência foi estabelecida na LDB 9.394/1996. Segundo estudos de Farias e Rabelo (2009), o discurso da gestão democrática se reveste dos dispositivos de participação e descentralização, mas o controle torna-se mais sofisticado por conta das metas estarem atreladas a interesses e financiamentos externos. Por outro lado, estudos de Therrien e Sousa (2000) consideram o docente como gestor da prática pedagógica no sentido de que a autonomia relativa e a autoformação são elementos intrínsecos a aprendizagem da docência.

Esse aspecto da gestão democrática se insere no nosso estudo, uma vez que a definição e efetivação da hora-atividade não constitui uma ação isolada da docência. Torna-se eixo articulador e regulador da dinâmica coletiva do sistema de ensino, cujo desenho toma as cores da perspectiva de gestão adotada nas escolas, nos municípios, estados e União. Neste sentido, é interessante caracterizar os modos como a gestão delineia as ações da hora-atividade, uma vez que os professores exercem uma autonomia relativa na sua atuação profissional.

3 | CARACTERÍSTICAS INICIAIS DA HORA-ATIVIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A primeira aproximação do campo empírico foi realizada com a aplicação de questionários para 43 professores pedagogos, sendo que 72% possuem pós-graduação. Desse grupo, 67% são professores efetivos. 74% se autodenominam de “Professor 1” (P1), 17% diz atuar como “Professor 3” (P3), 3% disseram ser “Professor 4” (P4) e 6% não responderam. Aqueles que se autodenominaram de P1, se consideram Professor Titular da sala de aula, por ministrarem disciplinas integradas às avaliações externas.

Os professores que se autodenominaram de P3 e P4 declararam que o número após a consoante “P” significava a quantidade de salas nas quais eles estão designados a ministrar disciplinas não valorizadas no currículo, por não serem

cobradas nas avaliações externas. A menor ou maior valorização está vinculada a sua atuação docente no currículo escolar. Estudos desenvolvidos por Damasceno e Therrien (2000) à época do sistema Telensino, demonstram como a cultura docente é constituída de forma diferenciada, de acordo com a valoração dos conhecimentos do currículo. Os docentes se fundamentam no modo como esses conteúdos são concebidos socialmente (2000).

Segundo comentários dos docentes, os gestores determinam para o coletivo do corpo docente que o P1 é o titular da sala, enquanto que os demais professores são concebidos com uma função secundária. Segundo Farias e Rabelo (2009, p.67) “a liderança na execução local das políticas pode centralizar decisões ou pode compartilhar as ações”.

A implantação da Lei do PSPN nos anos iniciais, se por um lado, favoreceu a garantia da hora-atividade incluída na jornada de trabalho, distribuiu a prática curricular em diferentes mãos. Esse rompimento com a polivalência isolou os professores que ensinam em uma mesma turma, uma vez que a hora-atividade do P1 é concedida sob a condição do P3 ou P4 assumirem a sala. Nosso estudo tem interesse em verificar quais as condições que a hora-atividade oferece aos professores para aprender em interação a partir das problemáticas da sala de aula.

Em relação ao tempo de experiência no labor docente, 38% dos professores possuem até 05 anos experiência em sala de aula, 19% afirmam possuir de 5 a 10 anos, 42% informaram ter mais de 10 anos e 1% não respondeu. Percebemos que a maior parte possui uma prática laboral de mais de 10 anos, o que pressupõe uma condição de análise sobre o impacto antes e após a implantação da hora-atividade dentro da jornada de trabalho. Neste aspecto, 81% dos docentes informaram que possuíam experiência há 3 anos; 4% possuíam 2 anos; 1% tinham 1 ano; 14% não responderam. Embora a experiência anterior possa fazer a diferença, a experiência posterior é fundamental ainda que, uma vez que sua implantação ocorreu em 2013.

Em relação ao tipo de atividade desenvolvida em 1/3 do tempo da jornada de trabalho, o questionário apresentou questões de múltipla escolha, as quais os professores foram convidados a assinalarem mais de uma opção. Os dados evidenciaram que 61% afirmam que ministram aula nesse tempo; como reforço escolar para os alunos de baixo aprendizado; 56% fazem planejamento coletivo; 16% marcaram o item formação e 65% indicaram a prática de leituras. 28% informaram que elaboram projetos pedagógicos, 77% planejam individualmente, 44% vêem mídias educacionais e somente 2% assinalaram o item “outros”.

Em estudo realizado por Pereira (2014) sobre a prática de pesquisa em parceria com a universidade na hora atividade, no contexto das escolas da Região Sul, esse tempo é utilizado de modo flexível e com pouca exigência, caracterizado pelo controle pessoal. No caso do nosso estudo, o foco é voltado para as atividades que os docentes dizem realizar no seu cotidiano, na perspectiva de observar os aspectos da autonomia e autoformação na aprendizagem da docência.

Quanto a atividades de preferência, somente 12% afirmaram preferir planejar sozinhos, enquanto que 88% preferem planejar com o colega e 5% sinalizaram para o desejo de planejar em casa. Quando a interação entre pares, 58% afirma que há facilidade, mas nessa etapa da pesquisa não conseguimos verificar como essa interação acontece entre professores da mesma sala de aula. Quanto à autonomia, apenas 10% apontaram ingerência da gestão nas atividades desse tempo. No que diz respeito a atividades relativas a estudo propriamente dito, 47% prefere utilizá-lo para leituras; 21% fazem outros cursos, 35% organizam portfólios, 53% veem vídeos do youtube e 32% fazem produções de textos

Nessa etapa de estudo, ainda não adentramos nas particularidades de algumas atividades que nos são caras para apreendemos os processos de autoformação e autonomia, que possam ter implicações para a aprendizagem da docência. Esse aprofundamento requer uma discussão mais ampla sobre os tipos de leituras, de cursos e vídeos de preferência desses docentes. Quanto aos portfólios, é possível que essa atividade esteja vinculada às tarefas de avaliação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Conseguimos, entretanto, iniciar um processo reflexivo com esses professores, no sentido de motivá-los para o debate em relação aos diferentes aspectos de aprendizagem da docência entre as experiências anterior e posterior à Lei do PESP.

Os comentários registrados após as respostas objetivas apresentaram outros elementos que detalham as opções de atividades selecionadas, tanto aquelas registradas como ações que fazem no cotidiano, quanto àquelas que foram destacadas pela preferência dos professores.

Utilizo o meu terço de planejamento para pesquisar e organizar atividades (...). Vejo vídeos sobre dificuldades de aprendizagem e inclusão." (P1-B)¹

Intencionalmente não havíamos inserido o elemento “pesquisa” como opção a ser assinalada, no intuito de observar a livre manifestação dessa prática por parte dos professores. De todos os comentários, três professoras fizeram referência à prática de pesquisa como busca de conteúdo e material didático para as aulas. Estudos desenvolvidos por Lüdke (2012) dão conta do distanciamento de objetivos da prática de pesquisa na universidade e no cotidiano da prática docente. O desenvolvimento de pesquisa acadêmica em parceria com os professores da escola básica constitui fonte mútua de aprendizagem investigativa que produza sentido para a profissão docente e promoção da cultura de análise das práticas educativas.

Em dois depoimentos sobre o uso do tempo para ver vídeos, observamos como as mídias digitais constituem uma das principais fontes de busca de material para o enriquecimento da aprendizagem voltada para a docência. O uso das mídias é também concebido como ação de pesquisa, vinculado aos conteúdos de ensino. As metas 15 e 16 que abordam sobre os modelos de formação e disponibilidade dos diferentes

1. Os comentários dos professores estão com identificação codificada.

recursos de acesso aos bens culturais, inclusive de portal eletrônico com diferentes materiais didáticos, orientam que esses recursos têm como objetivo favorecer a cultura da investigação.

Ainda que 16% tenham assinalado o item “formação”, os professores não destacam essa prática como ação consciente de formação ou pesquisa. Compreende que tudo está no âmbito do planejamento, no sentido da pesquisa com objetivos voltados para as demandas da sala de aula. O destaque dado a essa atividade, no entanto, revela que, com a disponibilidade do planejamento como jornada de trabalho, esse tempo deixa de ser uma atividade formalizada e prescritiva, para ser um momento, senão de pesquisa enquanto cultura de análise das práticas, uma condição de estudo e aprendizagem da docência.

O sentido do “reforço” na hora-atividade significa *acompanhar individualmente o aluno no desenvolvimento da leitura e escrita* (P1-B), com os alunos de baixo rendimento (P1-A; P1-C). É perceptível que os professores não sabem ou são orientados a distorcer o sentido da Lei do PSPN que determina no Art. 2º, § 4 que um terço da jornada de trabalho, não deverá ser “em interação com os alunos”. De acordo com o estudo do INEP realizado em 2015, além de não saber ao certo sobre aqueles estados e municípios que na prática estão pagando os salários dos professores nos parâmetros dessa lei, são quase inexistentes os estudos que dão conta do uso dessa carga horária da jornada de trabalho para as atividades determinadas pela lei, sem que haja desvio de finalidade.

Sobre a interação entre pares, os professores comentaram que o modo como a hora-atividade é distribuída, não favorece a interação entre os professores que atuam dentro da mesma sala de aula. É notório que a interação entre pares (P1, P2, P3) não é reconhecida pelos demais professores em seus informes descritos. Existe a interação P1 e P1 na hora do planejamento entre professores que atuam em salas diferentes. O modo como os horários são organizados, no entanto impede que os Professores 1, 2 e 3 se encontrem frequentemente para a troca de saberes sobre a mesma turma de alunos com os quais trabalha no cotidiano:

Nas horas de atividades, planejo minhas aulas individualmente sem qualquer ajuda ou orientação. (P3-A)

Quanto a interação com o P2, não acontece, pois os dias de planejamento não coincidem, não tendo assim como haver contato durante os planejamentos. (P1-A)

[...] devido o momento que estamos na sala de plano, os nossos P3 estão em sala de aula, então isso dificulta nossa interação. (P1-D)

Na minha hora-atividade planejo com outros professores P1 que estão disponíveis [...] (P1-E)

É importante perceber que essa realidade de isolamento não é desejável pelos professores. 77% dos professores fazem o planejamento individual, mas apenas 12% demonstram preferir continuar fazendo dessa forma. Observamos, entretanto, que a

interação é concretizada entre os professores que juntos saem das salas no mesmo horário. Neste momento, não foi possível observar outras formas de interação entre os professores que trabalham na mesma sala.

Identificamos, porém, que nem tudo ocorre da mesma forma para todos os professores. Há quem diga que existe respeito na observância do cumprimento da lei, onde a carga horária de 1/3 é destinada somente para o planejamento. Com o tempo mais amplo, observamos um comentário mais coerente em ressaltar que diminuiu o volume de trabalho que o professor levava para casa, contribuindo para o “descanso mental”. Com isso o professor tem “*mais tempo para aprender e trocar experiências.*” (P1-B).

Palavras como incentivo, planejamento, troca de experiências, reforço, pesquisa, leitura e organização são frequentes nos comentários dos docentes. A partir desses dados podemos acolher a ideia da escola como *lócus* da formação como advoga Candau (2007). A aprendizagem da docência entra em ação no cotidiano escolar a partir do momento em que o docente aprende, desaprende, reestrutura o aprendido e, faz descobertas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo construiu um panorama da hora-atividade no âmbito das políticas de formação docente com enfoque na Lei do PSPN e do Plano Nacional de Educação 2014-2020. Essa perspectiva, articulada aos dados iniciais que caracterizaram as diferentes ações desenvolvidas pelos professores na hora-atividade dos anos iniciais, dão conta de que o sentido do planejamento que antes da Lei do PSPN tinha um caráter prescritivo do currículo formalizado, passou a constituir um espaço de estudo por meio de leituras, acesso a vídeos e troca de experiências.

Por outro lado, confirmamos a ausência de interação entre os professores que atuam na mesma sala de aula; o que limita o desenvolvimento da cultura de investigação entre os professores, objetivo presente no PNE, quando orienta para a promoção de outros modelos formativos na perspectiva da autoformação. Por fim, a hora-atividade definida pela LDB nem sempre se realiza na prática, uma vez que as exigências das avaliações externas pressionam os professores a realizarem um segundo tempo de interação pedagógica com alunos em dificuldades de aprendizagem.

Os próximos passos da pesquisa poderão trazer outros indícios que nos indique percursos de autoformação da hora-atividade, a partir da construção de memoriais reflexivos. Pressupomos, deste modo, a identificação de cartografias de autoformação presentes em narrativas da hora-atividade, tendo em vista a autonomia presente nas autorias formativas de aprendizagem da docência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luiz Botelho Cultura, educação e novas identidades. In: ALBUQUERQUE, Luiz Botelho (Org.). **Culturas, currículos e Identidades**. 1ed. Fortaleza, CE: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2004, v. p. 195-212.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei N° 9.393/1996). Brasília, 1996
- BRASIL. **Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica** (Lei N° 11.739/2008). Brasília, 2008.
- BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL, MEC. **Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: LINHA DE BASE**. – Brasília, DF: INEP, 2015.
- CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: tendências atuais. In REALI, A. M. de M. R. e MIZUKAMI, M. da G. N. (Orgs.) **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUSCAR, 1996.
- DAMASCENO, M.N. e THERRIEN, J. **Artesãos de outro ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000
- DEMO, Pedro. **Formação permanente e tecnologias educacionais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- FARIAS, I. M. S. de; RABELO, Clotenir Damasceno. Políticas de formação docente e gestão local: democratização dos processos decisórios? In: SALES, J. A. M. de; BARRETO, M. C.; FARIAS, I.M.S. de. (Org.). **Docência e formação de professores: novos olhares sobre temáticas contemporâneas**. Fortaleza: EdUECE, 2009. p. 59-69
- LUDKE, Menga. A complexa relação entre o professor e a pesquisa. IN ANDRÉ, Marli (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus 2012.
- GENTIL, Heloisa Sales e SROCZYNSKI, Claudete Inês. Currículo prescrito e currículo modelado: uma discussão sobre teoria e prática? **Revista Educação em questão**, Natal, v. 49, n. 35, p. 49-74, maio/agosto, 2014
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).
- MIZUKAMI, M. da G. Nicoletti, et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 128
- PEREIRA, Antônio Serafim. E por falar em educação ... Ensino, formação e gestão. Criciúma, SC: UNESC, 2014
- PINEAU, Gaston. A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério

da Saúde. Depart. dos Recursos Humanos da Saúde/ Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 63-77.

PIOLLI, Evaldo. A valorização docente na perspectiva do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 483-491, set.-dez., 2015

PONTE, J. P. (1998). Da formação ao desenvolvimento profissional. In **Actas do ProfMat 98** (pp. 27-44). Lisboa: APM

REALI, A.M. de M. R. e MIZUKAMI, M. da G. N. (Orgs.) **Desenvolvimento profissional da docência: teorias e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2012

_____. A.M. de M. R. Políticas públicas e desenvolvimento profissional de professores: a escola como foco de formação. In MIZUKAMI, M. da G. N. e REALI, A.M. de M. R. (Orgs.) **Teorização das práticas pedagógicas: escola, universidade e pesquisa**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 17-34

TERRIEN, Jaques e SOUSA, Angela T. A racionalidade prática dos saberes da gestão pedagógica da sala de aula. In CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

O USO DO FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE ENSINO. EXPERIÊNCIAS DA MONITORIA DE REDAÇÃO PUBLICITÁRIA I E II

Clara Larissa Sales Maia

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Fortaleza - Ceará

Ítalo Antônio Gonçalves Oliveira

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Fortaleza - Ceará

Nicacio Ramon Braga Lira

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Fortaleza - Ceará

RESUMO: O presente artigo científico tem como objetivo explicar o uso da rede social *Facebook* como instrumento de aprendizagem no contexto do ensino superior. Com esse propósito, foi realizada uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo ancorada no estudo bibliográfico, mesclando noções de aprendizagem, inteligência coletiva e cibercultura. A partir da análise, percebeu-se o uso de ferramentas tecnológicas e das redes sociais na internet como um adicional ao ambiente de aprendizado acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Facebook, cibercultura, redação publicitária, monitoria

1 | INTRODUÇÃO

O ensino superior tem como base uma formação plural e com técnicas que

levam o discente a buscar conhecimento além da relação existente em sala de aula, contemplando a relação entre teoria e prática. Ao longo dos anos, com o surgimento das tecnologias de informação, fez-se necessária uma adequação do sistema acadêmico à nova realidade vivenciada pelos estudantes. Segundo matéria da revista *Exame* (2015), 90% dos jovens brasileiros possuem ao menos um perfil em alguma rede social. Observando essa tendência, é possível constatar que, em relação às salas de aula, as redes sociais são plataformas de que proporcionam um grande alcance para disseminação de informações.

A conectividade proporcionada por esses grupos e redes sociais *online* como o Facebook levam a uma interação maior entre os indivíduos onde, através desses meios, é possível uma troca de informações importantes. Ao ser usada pelo meio acadêmico, pode levar a construção de novas formas de aprendizagem e utilizando-se do conceito de inteligência coletiva trabalhado por Levy (1996) onde, através de discussões é possível a troca de conhecimento e formulação de novos conceitos. Este artigo visa descrever a experiência do uso do Facebook como ferramenta de aprendizado para os alunos das turmas de Redação Publicitária I e Redação Publicitária II. Com o objetivo de mostrar as

possibilidades de interação entre os alunos e as práticas das disciplinas.

2 | METODOLOGIA

Através da temática apresentada, se faz necessária uma busca por informações coesas e que comprovem a pertinência do estudo apresentado. Além disso, também é preciso explanar sobre a experiência do uso da rede social *Facebook* como mecanismo de aprendizagem. Baseado nessas informações, a metodologia envolve um alinhamento de informações de cunho qualitativo.

Seguido dessas informações, para que exista um bom entendimento sobre o tema desenvolvido, torna-se útil um esclarecimento abrangente que leve o leitor a uma compreensão plena sobre o assunto. Trabalhando com esses fatos, a produção científica caminha para uma pesquisa descritiva que apresenta detalhes cruciais para o entendimento da relação entre a aprendizagem e o *Facebook*.

A técnica buscada para a execução desse trabalho é o estudo bibliográfico. Articulando essa técnica, juntamente com as características metodológicas anteriores, faz-se possível uma articulação completa entre teoria e prática, levando a conclusões assertivas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As instituições de ensino superior são espaços onde a construção do conhecimento ganha destaque. Ao ingressar nesse meio, é possível perceber novas formas de construção do aprendizado além da relação habitual aplicada no ensino escolar.

Ao fazermos uma análise sobre a dinâmica desses espaços, percebe-se que a formação de conceitos e, conseqüentemente, o aprendizado deles constitui-se, principalmente, sob uma intercâmbio de informações entre docentes e discentes, remetendo-nos a definição desenvolvimento potencial onde Vygotsky (1996) refere-se a capacidade de aprender com outros indivíduos.

Seguindo essa premissa, torna-se aplicável a relação entre esse tipo de desenvolvimento e a construção de uma inteligência coletiva onde Lévy (1999) explana sobre a partilha de ideias e de propriedade intelectual onde permite que outras pessoas compartilhem ideias e que obtenham melhoria significativa através da colaboração.

Contextualizando a realidade contemporânea, o curso de Comunicação Social com habilidade em Publicidade e Propaganda, recentemente reformulou a sua matriz, adaptando-se principalmente ao avanços tecnológicos, que vem cada vez mais ditando os rumos da comunicação. Baseado nisso, buscou-se como experiências de ensino e aprendizagem nas disciplinas de Redação Publicitária I e Redação Publicitária II o incentivo ao uso dessas inovações tecnológicas.

É possível perceber que, ao longo das últimas décadas, as redes sociais quebraram o paradigma de que apenas serviriam para relações superficiais e se demonstraram algo mais complexo. Logo, alguns mecanismos foram criados para simularmos com objetividade atividades do dia a dia, tais como os grupos fechados, que funcionam como fóruns no qual um ou mais administradores adicionam os demais membros e são responsáveis pela manutenção do conteúdo postado.

Como podemos armazenar informações nas redes sociais e discutir sobre elas em outros momentos, os grupos do *Facebook*, servem como uma extensão da sala de aula e também um fichário *online* onde o aluno pode pesquisar algum tópico discutido que em um próximo exercício será útil.

Partindo desses princípios, utilizamos o Facebook como ferramenta de aprendizagem nos encontros de Grupo de Ensino Dirigido (GED). Funcionando como um grupo fechado e secreto, o acesso era permitido apenas aos alunos que cursavam as disciplinas de Redação Publicitária I, ofertada no terceiro semestre do curso de Publicidade e Propaganda, e Redação Publicitária II, ofertada no quarto semestre do curso.

Devido a ausência desses alunos nos encontros presenciais do GED - Grupo de Estudos Dirigidos, recorremos ao Facebook para uma maior interação e troca de informações entre nós, monitores, e eles, alunos. Durante todo o semestre de 2017.1, realizamos atividades relacionadas ao conteúdo visto em sala de aula. Trata-se de uma forma de reforçar o que foi dito através de exemplos e em um outro espaço.

Notou-se uma participação significativa desses alunos que antes não participavam colaborativamente dos encontros realizados após a aula. As atividades foram elaboradas de acordo com o conteúdo apresentado na respectiva aula. Como exemplo, tivemos a atividade sobre a aula de conteúdo “slogan”. A atividade instigava a diferenciação entre “slogan” e “título”, que na publicidade possuem uma certa semelhança. Os alunos teriam que saber diferenciar uma frase da outra caracterizando “título” ou “slogan”. O envolvimento da turma foi significativo por fugir de uma forma de educação linear e ocupar outros espaços para educar. A repercussão se deu em sala de aula no encontro posterior à atividade, gerando assim uma maior assimilação do conteúdo e uma forma aprendizagem também eficaz.

4 | CONCLUSÃO

A utilização do Facebook como uma ferramenta de sustentação e aprimoramento de conteúdo é de grande contribuição para a vida acadêmica dos universitários. Notamos que os resultados parciais deste estudo permitiram mostrar que os alunos se adaptam melhor às tecnologias quando vão ao encontro de seus interesses e necessidades pessoais.

Vivemos em um mundo repleto de estímulos onde muitas vezes esquecemos

de perceber as novas formas de aprender. Assim como o Facebook, surgirão outras redes de sociabilização e comunicação futuramente e não devemos fechar os olhos para elas. A educação deve acompanhar o indivíduo. Aprender tem que ser prazeroso, uma edificação para o aluno. Consideramos que esta pesquisa não se encerra aqui. Avançaremos o nosso estudo para contemplar essas novas formas e meios de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

EXAME. **90% dos jovens brasileiros possuem pelo menos um perfil próprio em rede social.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/90-dos-jovens-brasileiros-possuem-pelo-menos-um-perfil-proprio-em-rede-social/>> Acessado em 28 de agosto de 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

Patrício, Maria Raquel; Gonçalves, Vítor (2010). **Facebook: rede social educativa?** In I Encontro Internacional TIC e Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação. p. 593-598. ISBN 978-989-96999-1-5

Patrício, Maria Raquel; Gonçalves Vítor (2010). **Utilização educativa do facebook no ensino superior. I Conference learning and teaching in higher education.**

SILVA, Marco. **Cibercultura e educação: a comunicação na sala de aula presencial e online". In: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia.** Vol. 3, nº 37, p.69-74, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

DA DECADÊNCIA À REQUALIFICAÇÃO DO PARIS N' AMÉRICA

Rafaela Guimarães Espinheiro

Faculdade Faci Wyden

Belém – Pará

Simone de Nazaré Dias Pena Lima

Faculdade Faci Wyden

Belém – Pará

RESUMO: O intuito desta pesquisa é descrever a importância que o prédio Paris N' América, considerado patrimônio histórico-cultural possui, expondo sua história, seus elementos arquitetônicos e fazendo um paralelo desde sua inauguração até sua venda. A abordagem utilizada referiu-se ao Histórico-Estrutural, fornecendo informações desde a era da borracha, na cidade de Belém do Pará, até a contribuição qualitativa e quantitativa de dados essenciais para a realização de um projeto de qualidade histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística. A revelação da situação atual do entorno do edifício, determinando a necessidade de um projeto de requalificação, propondo um novo uso a loja Paris N' América, para que volte a ser um lugar de grande movimentação e admiração por parte dos paraenses.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio-Histórico. Paris N' América. Projeto de requalificação.

ABSTRACT: The purpose of this research is to describe the importance of the building Paris

N 'America, considered historical and cultural patrimony, exposing its history, its architectural elements and making a parallel from its inauguration to its sale. The approach used referred to the Historical-Structural, providing information from the rubber era, in the city of Belém do Pará, to the qualitative and quantitative contribution of data essential for the realization of a project of historical, architectural, urban and landscape quality . The revelation of the current situation surrounding the building, determining the need for a requalification project, proposing a new use of the store Paris N 'America, so that it returns to be a place of great movement and admiration on the part of the Paraenses.

KEYWORDS: Patrimony-Historical. Paris N 'America. Re-qualification project.

1 | INTRODUÇÃO

Belém do Pará possui uma riqueza gigantesca quando falamos em patrimônio histórico, como a era da borracha, em meados do século XIX, possibilitou um grande desenvolvimento econômico e social na região amazônica e com isso um grande processo de desenvolvimento urbano, concebendo edifícios monumentais. Entre eles está o prédio comercial Paris N' América, construído durante três anos e

inaugurado em 1909 pelo comerciante português Francisco de Castro, apaixonado por Paris, que sonhava em trazer o glamour europeu para Belém e, portanto, encomendou o projeto idêntico a uma galeria localizada na França, a Lafayette, trouxe da Europa também alguns materiais para a construção da edificação, a obra custou na época 800 contos de réis (neste período era considerado uma alta quantia).

Na loja eram vendidos tecidos importados vindos da Europa (inclusive de Paris), chapéus, perfumes e maquiagens. A loja atendia aos desejos da elite paraense, das damas da sociedade que queriam sempre estar de acordo com as tendências da moda parisiense e lá era o local onde se achava tudo que havia de novidade.

O prédio fica localizado em uma rua tradicionalmente comercial na Santo Antônio n 132, no bairro da Campina, no Centro Histórico de Belém (Figura 1).

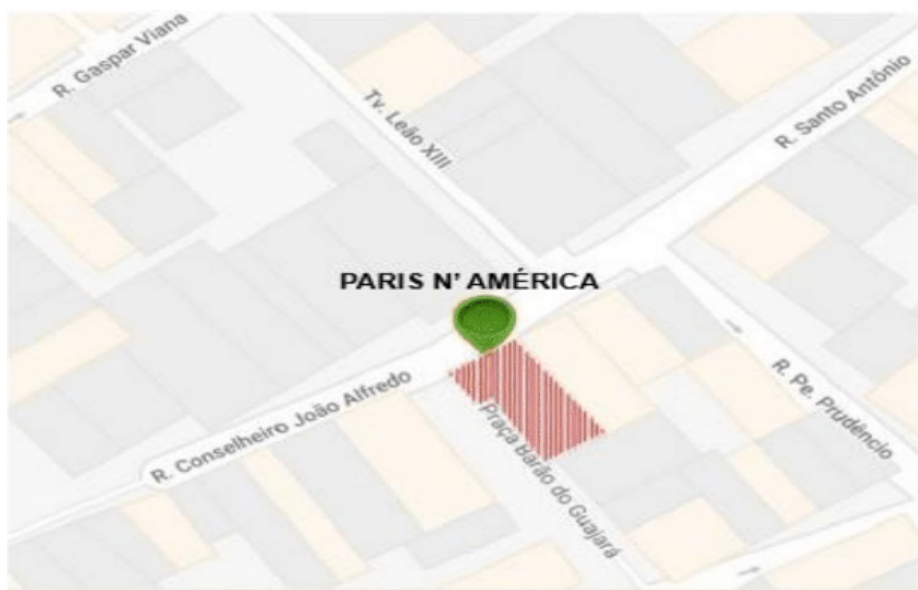


Figura 1: Mapa de localização do Prédio Paris N' América.

Fonte: Google Maps.

De acordo com o jornal local (1991), o projeto previu um prédio com características de um palacete assobradado (Figura 2), com quatro pavimentos, sendo os dois primeiros ocupados pela loja, o terceiro pela residência, e um quarto, a mansarda – a residência dos funcionários da época. Ainda no quarto pavimento, uma escada conduz ao mirante, ponto estratégico sugerido para avistar a chegada de suas mercadorias no cais do porto (Foto 1).



Figura 2: Bilhete Postal do prédio Paris N' América, sem data.

Fonte: Acervo pessoal da família Henriques, 3 geração após Francisco de Castro.



Foto 1: Vista do telhado no prédio Paris N' América, e cúpula da torre do relógio.

Fonte: IPHAN, 1994.

Em todos os pavimentos, as misturas de várias escolas estilísticas dão o tom ao ecletismo. A escada de entrada é *Art-Nouveau*, confeccionada em ferro trabalhado com traços sinuosos e motivos florais (Foto 2). Dessa mesma escola são as pinturas em azulejos, louças e os estuques em gesso da decoração dos forros (Fotos 3 e 4). Do neoclássico podem ser observados a fileira de esferas em concreto sobre a platibanda, assim como o telhado em mansarda feito de telhas francesas, com a presença de águas furtadas, e os torreões do relógio e do mirante. Há, ainda elementos neogóticos presentes na residência.

A loja sempre tentou adaptar-se as novas necessidades que o comércio exigia, fazendo promoções e virando até uma loja de departamento, quando surge esse novo conceito entre 1830 e 1840 na França e na Inglaterra. Em Belém era o que ficava mais próximo aos shopping centers nos dias atuais.

Quando se inicia o processo da chegada dos *shopping centers* em Belém em 1993, o comércio central e antigo de Belém entra em decadência, e o Paris N' América tem sua venda anunciada em 1994. Como o prédio já havia sido tombado, houve grande preocupação por parte dos órgãos como IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), que quando o prédio fosse vendido não houvesse a descaracterização da sua imponência e a representatividade da significância da história dessa construção.



Foto 2: Escada *Art-Nouveau*.

Fonte: IPHAN, 1994.



Foto 3: Banheiro do edifício Paris N' América.

Fonte: Aline Elleres, 2017.



Foto 4: Estuques em gesso no forro.

Fonte: IPHAN, 1994.

2 | METODOLOGIA

A abordagem utilizada nesta pesquisa será a histórico-estrutural, visando aprofundar os valores e significados referentes ao edifício Paris N' América, buscando todos os momentos de mudanças sociais, econômicas, políticas e entre outros. Todas essas transformações servirão como base para apreender qualitativamente e quantitativamente como a cidade de Belém modificou-se ao longo do tempo, desde a era da borracha, com a construção do edifício até os dias atuais.

Os elementos histórico-estruturais fornecem informações cruciais para realizar um projeto que pretende não somente conserva-lo, mas agregá-lo a vida contemporânea, renovando completamente o uso da edificação, pois esta abordagem se refere a uma análise de longo prazo, identificando diversas variáveis que contribuíram a formação, modificação e adaptação do edifício na metamorfose que a cidade de Belém do Pará sofreu ao longo dos anos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente é nítido quando chegamos ao local vemos quanta imponência, beleza e história que o edifício nos transmite. O mesmo tem como uso nos dias de hoje a venda de tecidos populares, a edificação se encontra em um entorno destinado a venda de bugigangas, comprometendo seu esplendor, já que a realidade é de um entorno sujo, com falta de higiene e iluminação (Foto 5).



Foto 5: Situação atual do entorno do Paris N' América.

Fonte: Google Maps.

4 | CONCLUSÕES

A proposta é desenvolver um projeto de requalificação na loja Paris N' América, destinando os dois primeiros pavimentos a uma livraria e cafeteria, e os dois últimos pavimentos serem reservados para um hostel, para que volte a ser um lugar de grande movimentação e admiração por parte dos paraenses, onde este patrimônio volte a ter a sua significância, tanto como uma edificação singular quanto com a inserção de uso que contribua para a valorização deste Patrimônio Histórico.

REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **IBPC atentado quanto ao “Paris N' América”**. Prédios será vendido por **US\$ 2 milhões**. Província do Pará. Belém, p 0g,1994.

FERREIRA, Maria Henriques; SOARES, F. A. H. . **A loja Paris N'América na Época da Belle Époque**. In: 9º Colóquio de Moda - 6ª Edição Internacional, 2013, Fortaleza. 9º Colóquio de Moda - Comunicação Oral - EIXO 3 CULTURA, 2013.

FERREIRA, Rachel Sfair C. **Preservação E Gestão Da Paisagem Urbana Do. Centro Histórico De Belém (CHB): Uma Análise à Luz dos Elementos Estruturais e Processuais do Espaço**. Como Instância e Produção Social. PAPERS DO NAEA (UFPA), v. 340, p. 3-43, 2014.

SILVEIRA, Rose. **Um testemunho da história. Duas arquitetas paraenses conseguiram desvendar o mistério da arquitetura da loja Paris N' América**. Caderno Liberal Cartaz, Jornal O LIBERAL, Belém, p. 01, 1991.

AXÉ ABASSÁ DE OGUM: O CULTO A OXUM E A LAGOA DO ABAETÉ

Caroline Stender Moraes Santana

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Ruy Barbosa– Wyden, bolsista de iniciação científica. Salvador - Bahia

Fernanda Reis Pereira Santos

Mestre em História e orientadora do Projeto de Iniciação Científica, Professora do Centro Universitário Ruy Barbosa - Wyden. Salvador – Bahia

RESUMO: A proposta do Projeto de Iniciação Científica Axé Abassá de Ogum: O Culto a Oxum e a Lagoa do Abaeté é evidenciar a importância da Lagoa do Abaeté e os seus aspectos naturais para a realização de ritos originários do Candomblé, e a representação do local como espaço sagrado. A Lagoa situa-se no Parque Metropolitano Lagoa e Dunas do Abaeté, no bairro de Itapuã (Palavra de origem Tupi-guarani. (Ita – pedra, puã – ponta) Pedra de ponta), no município de Salvador, no estado da Bahia, no Brasil, e faz parte de uma das únicas Áreas de Proteção Ambiental (APA) da cidade. A partir disso, conceitua-se o candomblé e o desenvolvimento das nações no país, e o porquê da influência tão forte do Ketu, sendo uma das únicas cultuadas nos terreiros de candomblé quando se é perguntado, quando na verdade, é uma religião majoritariamente mista, devido a miscigenação que ocorre no período da escravidão e dos métodos de resistência

adotados pelos negros escravizados. Após a exposição dos dois conceitos, parte-se para a explanação do contexto histórico do Abassá de Ogum e a sua relação com o Culto a Oxum realizado na Lagoa do Abaeté.

PALAVRAS-CHAVE: Oxum, Abaeté, Lagoa, Candomblé.

ABSTRACT: The proposal of the Axé Abassá de Ogum Scientific Initiation Project: The Cult of Oxum and the Abaeté Lagoon is to highlight the importance of the Abaeté Lagoon and its natural aspects for the realization of rites originating from Candomblé, and the representation of the place as a space sacred. The Lagoa is located in the Parque Metropolitano Lagoa e Dunas do Abaeté, in the Itapuã neighborhood, in the municipality of Salvador, in the state of Bahia, Brazil, and is part of one of the city's only Environmental Protection Areas (EPA). From this, the candomblé and the development of the nations in the country is conceptualized, and the reason for the strong influence of the Ketu, being one of the only ones worshiped in the candomblé terreiros when one is asked, when in fact, it is a religion mostly mixed, due to the miscegenation that occurs in the period of slavery and the methods of resistance adopted by enslaved Negroes. After the exposition of the two concepts, one starts to explain the historical context of the Abassá of Ogum and its relation

with the Cult to Oxum realized in Abaeté Lagoon.

KEYWORDS: Oxum, Abaeté, Lagoa, Candomblé.

1 | INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como principal proposta demonstrar a conexão do candomblé com a Lagoa do Abaeté, e a sua correlação com o Ilê Axé Abassá de Ogum, descrevendo como se deu a origem do bairro Itapuã, como ocorreu sua demarcação, o surgimento da religião de matriz africana na Bahia e o qual o significado de Oxum para o candomblé, a origem do Abassá de Ogum, sua relação com a Lagoa e como se dá o culto a Oxum e sua motivação.

No presente trabalho é descrito como ocorre o desenvolvimento do contexto histórico de Itapuã e a importância cultural do mesmo para os moradores, como se deu sua divisão e demarcação, sendo um dos primeiros bairros de Salvador, a partir de pesquisas acadêmicas, foi possível notar que o bairro é considerado existente a partir de 1552, sendo uma das primeiras doações de terra no Brasil, que possuiu importante papel na economia da recente cidade e local de desembarque de escravos. Após isso, percebe-se como ocorreu a aparição da Lagoa do Abaeté como local de lavagem de ganho e vendas de mercadorias, estando inclusa no Parque Metropolitano Lagoa e Dunas do Abaeté, local de uso religioso e possuidor de diversas lendas sobre sereias e encantos.

É possível observar a construção das nações no Brasil e o porquê da nagoização ter sido tão intensa, como é descrito no livro de Nicolau Parés, e por Valéria Amim, que descreve a chegada dos negros do continente africano no país. Mais à frente, é explicado o que é o candomblé e o seu desenvolvimento, retratando a primeira casa de candomblé na Bahia. É exposto quem é Oxum e a sua importância para a religião afro-brasileira, descrevendo como ocorre o seu culto, pelo que é representada e o seu ambiente de influência, sendo prioritariamente na fertilidade feminina.

Apresenta-se a origem do Ilê Axé Abassá de Ogum, sua localização e a importância do terreiro para a resistência afro-religiosa, a partir do primeiro obstáculo enfrentado por Mãe Gilda, primeira sacerdotisa do terreiro e que veio a falecer devido a diversos ataques de intolerância religiosa que sofreu. É apresentado o Culto a Oxum realizado na Lagoa do Abaeté e a ligação com o Abassá de Ogum, sendo Jaciara a responsável pelas entregas dos presentes e a motivação.

Os métodos utilizados para chegar ao resultado foram entrevistas, fotografias, pesquisas e leituras em jornais, artigos e livros, onde foram realizadas visitas ao Arquivo Público do Estado da Bahia, à Fundação Gregório de Matos, à Casa da Música e ao Ilê Axé Abassá de Ogum, onde foi possível angariar os dados explicitados nessa pesquisa, buscando embasar-se em autores como Nicolau Parés, Valéria Amim, Andrea Castro, Renato da Silveira, Pierre Verger, entre outros, obtendo, a partir disso,

referências para a construção do texto, buscando atribuir solidez às informações.

2 | ITAPUÃ

Analisar o contexto histórico de Itapuã (Palavra de origem Tupi que significa “pedra que ronca” ou “pedra de ponta”, sendo ambos os significados voltados à economia de pesca presente no local. É um nome com diversas grafias, mas, nesse texto, será utilizada a grafia Itapuã) e o seu papel cultural para moradores e visitantes da região é de demasiada importância, pois, por muitos anos, foi utilizado como local de veraneio para os colonos e participava, também, da economia de Salvador, como meio de sobrevivência para moradores da época, tendo como, por exemplo, a pesca de peixes, servindo como alimento e sustento financeiro, e a pesca de baleias (SILVA, 1993), chamada de *pirapuama* (SANTOS, 2014), vendida em sua maior parte para as ganhadeiras, que após temperá-las, vendiam nas ruas da capital e nas vilas do recôncavo (OLIVEIRA, 2009).

Havia em Itapuã, provavelmente por sua forma geográfica – uma ponta, tendo vista para o mar por quase todos os lados -, a função de observação de navios veleiros, atualmente onde se localiza o Farol, tendo sido construído com um acesso direto ao quartel, para auxiliar na navegação dos navios que iriam chegando à cidade de Salvador, por conta dos riscos que o mar oferecia naquela região oferecia. O bairro era dividido em Porto de Cima e Porto de Baixo, a divisão era feita por um riacho localizado próximo ao mercado de rua, as suas dimensões eram bem maiores, o bairro tinha uma extensão que chegava a Boca do Rio. Os moradores costumavam sair de Itapuã para vender suas mercadorias, principalmente as ganhadeiras, que conseguiam peixes através dos pescadores (ARQUIVO PÚBLICO, 1887, 1889).

Itapuã era demarcado pela Igreja de Nossa Senhora e de São Francisco. Os limites de Itapuã eram as fronteiras com Pirajá e Santo Antônio. Entre os séculos XVI e XIX, houve a instalação dos engenhos de açúcar, tendo Itapuã como parte deles, sendo propriedade do Coronel Francisco J. de Matos Ferreira e Lucena a Fazenda Jaguaripe de Cima, atualmente onde se localiza a Fazenda Grande, que fazia parte da Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, depois, em 1857, passando a ser propriedade do Senhor Manoel da Conceição Torres (PEREIRA, não datado).

O local era remetido como uma ilha, por ser cortado por um rio e formar um grande pedaço de terra cercado por água. Na obra de Paulo Guimarães Silva, foi encontrada a informação que indica que Itapuã começa em 1552, quando se torna propriedade do povo de Salvador, no governo geral de Tomé de Souza, sendo umas das primeiras doações dos donos de terra realizadas no Brasil (SILVA, 1993). Era um local em que se realizava a captura de baleias até meados do século XX (COMERLATO, 2010) e extração de seu óleo, com finalidades de iluminação da cidade de Salvador, venda e exportação para o exterior.

Como o bairro era local de desembarque de escravos, Ihe eram trazidos haussás, vindos do Sudão Central (REIS, 2014) (atual região no norte da Nigéria), dos Grandes Lagos, pois a pesca era uma atividade comum para eles, africanos mulçumanos. Uma forte característica e herança presente em Itapuã é a forma que os pescadores costumam costurar suas redes, em losangos ou formas retangulares. A função da pesca no bairro foi passada por muitos anos, de geração em geração, sendo uma das atrações do bairro, onde as pessoas podem observar em sua orla os pescadores realizando suas atividades, tanto na sereia de Itapuã, quanto na Rua da Música, onde se localizam os postos referentes à Colônia de Pescadores.

Salvador era dividido em algumas freguesias, sendo Itapuã uma delas, com o nome de Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Itapuã (SILVA, 1993), doado a Garcia D'Ávila, por Tomé de Souza, conhecida atualmente como Santo Antônio, Pirajá e Itapuã, estendendo-se pela costa litorânea, onde criava gado e plantava cana-de-açúcar (PEREIRA, não datado). Sendo a Fazenda de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, referência para os locais que o cercavam. Quando Garcia D'Ávila morre, suas terras são doadas ao Mosteiro de São Bento e para a Santa Casa da Misericórdia.

“Já em 18 de maio de 1609, Garcia D'Ávila deixou em testamento uma sesmaria, para o Mosteiro de São Bento e parte para a Santa Casa de Misericórdia, havendo o Mosteiro de São Bento, em 3 de março de 1614, por escritura de transação com a Santa Casa de Misericórdia adquirida a totalidade de terras que foram dadas a Garcia D'Ávila em Itapoan, porque o Mosteiro possui a posse mansa e pacífica há mais de duzentos anos, fazendo o registro em 23 de dezembro de 1858” (PEREIRA, não datado, não paginado).

Então, Itapuã passa a ser propriedade do Mosteiro de São Bento em sua totalidade. Em 1625, houve a construção da Capela da Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, com uma estrutura de palha, a partir de uma imagem encontrada, sendo categorizada como paróquia apenas em 1815, como citado por Oliveira.

“Itapuã se transforma numa vila de pescadores, reunindo escravos africanos, índios remanescentes e seus descendentes crioulos e mestiços, que aí constituíram, por volta de 1625, uma capela de palha dedicada a Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, que em 1646 é erguida em alvenaria, tomando a forma que possui hoje” (OLIVEIRA, 2009, p. 57).

Em 1763, o quilombo do Buraco do Tatu, um dos principais quilombos de Salvador foi destruído por uma expedição militar portuguesa. Em 1814, Itapuã sofre um ataque, onde foram mortos moradores e casas foram incendiadas, devido a Revolta Escrava de 1814 que vinha acontecendo na cidade. Mas, os rebeldes foram barrados por militares e moradores quando chegavam a Santo Amaro de Ipitanga, atual Lauro de Freitas (REIS, 2014). Já em 1917, o Mosteiro vende suas sesmarias de Santo Antônio, Pirajá e Itapuã a Salvador.

“Posteriormente, em 16 de janeiro de 1917, o Mosteiro de São Bento vendeu a

sesmaria situada em Santo Antonio, Pirajá e Itapoan ao Município de Salvador, declarando que parte destas terras estava aforada a diversos foreiros e rendeiros, transferindo as dívidas dos ocupantes das ditas terras para o Município de Salvador que poderia cobrar e dar quitação das terras” (REIS, 2014, p. 79).

Moradores retratam Itapuã em 1940 como um local com pouca iluminação, onde as luzes nas ruas se apagavam às 9 da noite, e à meia noite dentro das casas, mas com o passar dos anos essa realidade foi sendo alterada, já que a moradia do bairro era composta por veranistas, vereadores e outras pessoas com alto poder aquisitivo. No começo da urbanização da cidade de Salvador, em Itapuã as pessoas ainda tinham que ir a pé para o centro da cidade, podendo utilizar o trajeto da praia, ir através da Boca do Rio e chegar ao Cabula, ou até mesmo através da estrada velha do aeroporto. Com o passar dos anos, começaram a utilizar a loba como meio de transporte, que saía de manhã e só retornava à noite, após isso, caminhões passaram a ser utilizados, aproximadamente três, e revezavam de hora em hora. Os ônibus foram implantados apenas com o doutor Osvaldo Mendes, quando começou a circulação, e saía de hora em hora (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 1887, 1889).

O bairro permanece com a história ainda forte entre os moradores. Devido a sua forte economia pesqueira, Itapuã possui duas feiras livres, uma na Rua Genebaldo Figueredo, e outra na Avenida Dorival Caymmi, onde pescadores vendem diversos tipos de mercadorias, tem também a Colônia de Pescadores Z-06, fundada em 1956 e atualmente possui mais de 1500 colonos inscritos, como dito na entrevista realizada com o Presidente da Colônia, em Itapuã.

Na década de 1960, o bairro de Itapuã era bastante frequentado, haviam diversas festas populares, como a Festa de Iemanjá, que acontece no dia 2 de fevereiro, onde pescadores organizam o espaço na Rua da Música para que visitantes consigam contribuir com a celebração, onde o presente é entregue apenas no final da tarde. Havia, também, o Terno de Reis, a Chegança, Festa de 2 de julho e de 7 de setembro. O local era composto por casas de palha e barro, o Abaeté possuía mais área verde, o contato com a natureza era mais direto.

O Calendário de Itapuã acontece da seguinte forma, em fevereiro, acontecem as festas de Iemanjá, Lavagem de Itapuã, Festa da Baleia Cor de Rosa, Festa da Baleia Jubarte, Travessia do Abaeté, Lavagem de Dona Niçu, em maio acontece o Cozinhado das Ganhadeiras, em junho, o dia Nacional do Meio Ambiente, São Pedro, Santo Antônio das Lavadeiras do Abaeté, em setembro, o dia da Árvore, Lavagem da Casa das Lavadeiras, e a Caminhada Ecológica.

3 | LAGOA DO ABAETÉ

Desde a década de 1930, a Lagoa do Abaeté (Nome de origem Tupi significa “terrível”, “sem forma”, “assustador”. Existindo, também, outro significado a partir do

trabalho de Edelweiss (especialista na língua Tupi), “homem equilibrado, homem de valor”), era, então, uma paisagem ligada à comunidade dos pescadores de Itapuã e aos fiéis do Candomblé (OLIVEIRA, 2009). O Parque Metropolitano do Abaeté, como é comumente conhecido, foi criado em 22 de setembro de 1987, com 1.800 hectares, por decreto estadual (OLIVEIRA, 2009, p. 84). Quando criado, estava sofrendo processo de degradação ambiental, devido ao crescimento sem planejamento do bairro de Itapuã. Atualmente, o Parque possui uma área de 2.551.710m², composto por dunas e vegetação nativa (OLIVEIRA, 2009, p. 84.). É utilizado por diversos terreiros como local sagrado.

Na parte mais elevada de Itapuã, está o Parque Metropolitano Lagoa e Dunas do Abaeté, atualmente conhecido como Abaeté, faz parte de uma das únicas Áreas de Proteção Ambiental (APA) da cidade. Foi primeiramente conhecida como local de uso das Ganhadeiras de Itapuã, grupo cultural que existe desde 2004, utilizavam a lagoa para lavar roupas para os veranistas, vender peixe, pamonha, bolo, acarajé, tendo o ambiente como principal fonte de renda. É famosa também por possuir águas escuras e areal branco ao seu redor.

Ao redor da Lagoa eram realizadas serenatas, oferendas e presentes para Oxum, aconteciam sambas, festas de São João, quebra pote, pau de sebo, pois os moradores se reuniam e realizavam as celebrações. Costumavam dizer que a água da Lagoa era pesada e puxava as pessoas para dentro dela, ocorria muito afogamento, era comum ouvir no bairro sobre a existência de uma sereia, sendo uma:

“Paisagem enraizada na tradição do lugar, a Lagoa do Abaeté, antigo sítio sagrado das religiões afro-brasileiras em Salvador, foi o objeto de uma sobreposição de significados, em que ao imaginário original indígena, de mistérios e perigos, somou-se a sacralização das águas como morada de divindades femininas, pelas comunidades religiosas afro-brasileiras, atraindo fiéis que aí realizavam rituais de oferendas e presentes” (OLIVEIRA, 2009, p. 77).

O Abaeté passou por algumas reformas e reordenamentos devido ao seu crescimento descontrolado, em 1992 (JORNAL A TARDE, 20 DE MAIO 1992), o governo do estado da Bahia ordenou a desocupação de 300 ha, sendo que as maiores invasões ocorriam por pessoas com alto poder aquisitivo, construindo casas grandes, de luxo, assim como é possível observar atualmente na região que é ocupada pelo bairro de Stella Maris, diversos condomínios em locais que costumavam fazer parte do Abaeté, mas que foram obtidos de forma mais irregular e intensa do que as construções da população de baixa renda.

Sendo a o Abaeté, no bairro de Itapuã, um dos locais mais conhecidos através das músicas de artistas como Dorival Caymmi, Caetano Veloso e Vinícius de Moraes, a Lagoa teve, durante o período de revitalização, grande parte da sua naturalidade restaurada, com arborização, instalação de gramado e a recuperação da vegetação nativa. No Abaeté existe ainda o Centro Cultural Casa da Música, com intuito de

preservar a memória musical de Salvador, lá se encontra a fóbica utilizada por Dodô e Osmar, quando deram origem ao trio elétrico em 1950.

Até os dias atuais, o local onde se localiza a lagoa permanece com a imagem de uso das ganhadeiras, lavadeiras e pescadores, sendo ainda possível visualiza-los no local. Por ser um ambiente afastado do grande movimento urbano, sendo intitulado como um parque natural acaba se tornando um lugar onde as pessoas passam a frequentar para realizar os seus cultos religiosos, nos diversos locais onde é possível encontrar o areal branco.

Permanece na lagoa o mito da sereia, mãe d'água, entre outros, fazendo parte de um imaginário social e de uma produção simbólica, como citado por Guimarães:

“(...) as histórias fantásticas de uma mulher magnífica, de cabelos longos, que se penteava ao luar nas noites agitadas dos pescadores, e finalmente no mito da mãe d'água. Uma incursão breve neste imaginário social é a própria narração das origens do Abaeté, índio belo e forte, noivo de uma jovem mulher. Quando se banhava na lagoa, despertava a paixão na mãe d'á-gua, que, ao saber do seu casamento, arrastou-o para o fundo das águas durante uma destas ocasiões. O corpo nunca foi encontrado. A noiva, após o desaparecimento, principalmente em noites de luar, sentava-se à beira da lagoa para chorar sua perda” (SILVA, 1993, p. 127).

De acordo com o que foi dito acima, é possível notar a existência de histórias acerca da Lagoa e da sua origem, relatos ainda contados entre os moradores mais velhos do bairro, onde dizem existir uma sereia que atrai homens e pescadores para o fundo da água, fazendo com que os corpos não retornassem mais à beira do Abaeté, também conhecido como um índio. Essa é apenas uma das diversas lendas que circundam a história da Lagoa do Abaeté, sendo um local utilizado para rituais de candomblé, especificamente ao Orixá (Designação das divindades cultuadas pelos iorubas, ancestrais divinizados que se transformaram em forças da natureza e que fazem de intermediários entre os homens e as forças naturais e sobrenaturais) Oxum, divindade feminina da água doce, Oxum representa a riqueza, o amor e a fertilidade, no Ketu, assim como ocorre no Axé Abassá de Ogum (Nome em Ioruba que significa “Força do Barracão de Ogum”) anualmente, no mês de dezembro, o presente de da Iyalodé, em que ocorre a celebração das divindades femininas do Ketu, oferecendo música, presentes e comidas.

4 | CONCEITO DE NAÇÃO

Nação era um termo utilizado para denominar grupos de regiões estrangeiras, normalmente africanos escravizados que estavam sendo traficados, como dito por Parés, “o termo nação era utilizado, naquele período, por traficante de escravos, missionários e oficiais administrativos das feitorias europeias da Costa da Mina, para designar os diversos grupos populacionais autóctones” (PARES, não datado, p. 23),

sendo importantes determinantes o idioma, religião e a política do local, sendo que parte dos escravos tinham suas nações definidas de acordo com o porto de embarque, atualmente divididas em três principais, sendo o nagô voltado ao culto aos Orixás, jejes voltados aos Voduns e, angolas voltados aos Enquices, ou Inquices, tendo cada uma delas um idioma, ritmo de tambor, danças e oferendas diferentes (BELLINI; SOUZA; SAMPAIO, 2006).

De acordo com Valéria Amim, os primeiros povos a chegarem ao Brasil foram os angolanos e os congueses, e acabaram dando origem aos primeiros candomblés, em 1630, também conhecidos como calundus e, como havia grande existência de negros angolanos, acontece o exórdio da nação Angola. A segunda nação a chegar ao Brasil veio da região de Dahomé, nomeados pelos lorubás como Jejes, que significa forasteiro, formados por fons e mahins. Os últimos a chegarem ao Brasil foram os Nagôs e lorubás e, como desembarcaram em grande número e formaram a maior nação de população de escravos na Bahia, por volta de 1820, obtiveram maior importância nas pesquisas e, ocasionaram a origem do candomblé Ketu, atualmente sendo o mais conhecido e cultuado entre os terreiros (AMIM, 2009).

“As nações que chegaram ao Brasil no período em que ocorria o tráfico de escravos eram os Bantus divididos em dois subgrupos: angola-congoleses e moçambiques, originários da região do centro-sul do continente africano. Os lorubás ou Nagôs-Sudaneses foram divididos em três subgrupos: iorubas, jejes e fanti-ashantis, trazidos do sudoeste do continente africano, sendo os iorubas o principal grupo étnico em alguns estados, como Ogun, Osun e Oyo, e os jejes, um povo que habita o Togo, Gana, Benim e vizinhanças, denominados pelo povo fon, éwé, mina, fanti e ashanti. Os Guineanos-Sudaneses Muçulmanos dividiam-se em quatro subgrupos: fula, mandinga, haussás e tapas, possuindo mesma origem que os sudaneses, distinguindo apenas no fato de serem convertidos ao islamismo” (AMIM, 2009, p. 72).

De acordo com o exposto acima, é possível observar a heterogeneidade dos grupos africanos que desembarcaram no Brasil durante o período da escravidão, podendo ser percebida a relevância dos outros grupos étnicos além dos iorubás, que obtiveram maior importância por existirem em maior número, devido a sua chegada em massa, sendo assim maior objeto de estudo, erroneamente sendo considerados superiores às outras nações.

Nos Candomblés (Determinado por certo período como calundu e batuque, Candomblé é uma religião de origem afro-brasileira, que começou a ser cultuada com o tráfico marítimo de africanos escravizados ao Brasil, sofrendo influências regionais, inclusive de índios, onde são realizados cultos às divindades oriundas das nações angola, ketu e jeje) da Bahia, há uma predominância nagô ou ioruba nos terreiros, processo conhecido como nagoização, abordado no fim do século XIX, nas décadas de 1930 e 1970, sendo que, isso ocorre devido à supervalorização dessa nação em específico por pesquisadores da religião desde o período em que a mesma começou a ser cultuada em uma maior proporção, trazendo em segundo plano as nações como

jeje, congo e angola. Enquanto nesse período o jeje possuía a mesma importância que a nagô ou ketu, um exemplo de pesquisadores que supervalorizavam o ketu é Nina Rodrigues, que retratava o candomblé como de origem unicamente ioruba-nagô, onde somente em outra pesquisa concluiu que a religião havia sido constituída, também, por outras nações (LIMA, não datado).

5 | CANDOMBLÉ

Presente no território brasileiro desde o início da colonização, procedendo principalmente de regiões como a Nigéria, Benim, Angola, Congo e Moçambique o Candomblé é uma religião de origem africana, mas que, devido à grande miscigenação entre os escravos trazidos do continente africano e, devido às transformações que ocorreram no seu desenvolvimento, difundiu-se como uma religião afro-brasileira. A palavra candomblé origina-se de candombe, (negro, em banto) e ilê (casa, mundo em ioruba), significa “casa de negro” (CASTRO, 2014, p. 9), é uma religião de matriz africana, politeísta, desenvolvida no Brasil, tendo sua criação no período da escravidão, onde os primeiros cultos foram realizados na Bahia.

As descrições acerca do termo Candomblé remetem certamente a práticas religiosas distintas, oriundas, a princípio, de diferentes origens africanas, associada a uma modalidade de rito e diferenciadas no Brasil através das “nações” de Candomblé (AMIM, 2009). Como dito por Valéria Amim, o Candomblé na Bahia é relacionado a diferentes tipos de rituais e nações, tornando-se difícil a explicação do que seja de fato, trazendo uma existente questão em relação a misticidade do Candomblé. Na realização dos ritos, é necessária a presença de um Babalorixá (Sacerdote, “pai do Orixá”, do Ketu), ou Yalorixá (Sacerdote, “mãe do Orixá”, do Ketu.).

“Os orixás, em princípio, seriam ancestrais divinizados que em vida foram capazes de feitos que lhes garantiram um vínculo e um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento e as águas. Essas forças divinas contribuíam para afirmar o poder dos reis ou chefes locais, estando seus cultos ligados à ocupação territorial desses líderes políticos” (PAIVA, 2009, p. 27).

Como descrito por Kate Lane Paiva, os Orixás (Designação das divindades cultuadas pelos iorubas, ancestrais divinizados que se transformaram em forças da natureza e que fazem de intermediários entre os homens e as forças naturais e sobrenaturais) representam as forças da natureza, sendo a base da religião e, são celebrados em ritos e festas, chamados “xirê” (Festas onde os adeptos celebram os Orixás do Ketu), os ritos são feitos com objetos, comidas e vestimentas que os representam no período em que viveram na Terra e, durante os procedimentos, as pessoas iniciadas, nomeadas como “yawo”, permanecem em estado de transe (Quando as energias das divindades incorporam nas pessoas.).

A primeira casa de Candomblé em Salvador foi a Casa Branca do Engenho Velho,

tendo como principal orixá o Airá Intilé (Orixá considerado o rei do trovão, assim como Xangô, porém em sua forma mais velha, no Candomblé Ketu), datada nos meados do século XIX, formada por mulheres que utilizavam da religião para profetizar sua fé com junção ao sincretismo da religião católica. A Casa permanece no mesmo local e foi tombada como patrimônio histórico do Brasil (BAPTISTA; PAULA; GONÇALVES, p. 2007). Segundo Renato da Silveira, havia grande dúvida em relação à data da criação da Casa Branca e, segundo os estudos realizados, foi fundada em 1789 (2006, p. 93).

Na Capital da Bahia, após um mapeamento dos terreiros, aproximadamente 1.408 terreiros foram catalogados através de uma ação realizada pelo Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia, a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Reparação de Salvador (OLIVEIRA, 2013), sendo possível a existência de muito mais terreiros com o passar dos anos após esse estudo.

“O cuidado e a preocupação com a natureza são princípios do candomblé, visto que as divindades estão diretamente mescladas à natureza (...). Neste sentido, para as comunidades religiosas do candomblé, além da reverência à natureza, preservá-la é auto-preservação. Seus integrantes ressaltam a importância da relação entre os cuidados com o meio ambiente e as práticas religiosas dos terreiros, observando que os lugares demarcados pelas realizações de oferendas se tornam cada vez mais restritos e, em função de perseguições, os cuidados com eles precisam ser redobrados” (BAPTISTA, 2014, P. 205-206).

Portando, devido ao exposto acima, é visto que o Candomblé e as pessoas pertencentes e praticantes da religião possuem uma estrita ligação com a natureza, buscando demonstrar sempre respeito e a necessidade da preservação da mesma por ser uma das bases do Candomblé, sendo diretamente ligada aos Orixás.

6 | OXUM

Oxum é um Orixá ou divindade do Ketu, no Candomblé, que tem ligação com os rios e lagoas, tendo seu nome em um rio na Nigéria, em *Ijexá* e *Ijebu* (VERGER, 1981). É conhecida principalmente por sua beleza, encanto e sua riqueza, cantada por diversos artistas da música popular brasileira, sendo comumente retratada como símbolo de riqueza e de amor. Oxum possui o título de pessoa mais importante entre todas as mulheres da cidade “Ìyálòdè”, em ioruba, e exerce seu poder na água doce, ambiente necessário para que haja vida na terra (VERGER, 1981). No Candomblé, existem diversos contos sobre os orixás, com intenção de demonstrar e justificar as suas características e reforçar a crença das pessoas iniciadas na religião. No caso específico da nação Ketu, o termo usado para se referir às narrativas míticas sobre os orixás é itan. A crença dos iniciados nos poderes de suas divindades (BATISTA, 2014). O itan sobre como Oxum se tornou Ìyálòdè é descrito por Nailah Neves:

“...em suma conta-se a história que quando o mundo foi criado e todos os orixás

vieram para o Aiye, os oborós fizeram reuniões de deliberação onde as yabás não eram bem vindas. Eles dividiram os cargos e tudo entre eles. Oxum ofendida com a exclusão das mulheres resolveu se vingar. Como dona da fertilidade e dos rios, ela secou os rios impedindo assim que qualquer coisa nascesse no solo e tornou todas as mulheres inférteis quase acabando com a vida no Aiye. Os oborós não entendendo o porquê nada estava dando certo foram consultar Olodumarê. Olodumarê logo percebeu que Oxum foi excluída das reuniões e aconselhou que ela e as outras yabás deveriam ser convidadas, pois sem o domínio da natureza que pertencem a elas, como a fecundidade nada poderia ir à diante. Então os oborós convidaram Oxum e depois de muita insistência ela aceitou. As mulheres voltaram a serem férteis, os rios voltaram a encher e o Aiye voltou a ter vida” (VELECI, 2017, p. 19).

Dessa forma a história de como Oxum se tornou Ìyálòdè é contada em livros e em terreiros, como uma mulher sábia e vingativa, buscando sempre o reconhecimento entre os outros Orixás, dona da fertilidade e da fecundidade, da prosperidade, da água doce, como rios, lagoas e cachoeiras. Como dito por Milena Batista, o termo utilizado para se referir é o itan, trazendo parte da história do que foi vivido na ancestralidade pelos orixás, conhecidos por terem vivido na forma humana após a criação da terra, dando origem a rios e montanhas, onde são descritas, também, as comidas oferecidas aos mesmos, sendo parte de um ritual, onde são cantadas músicas concernentes respectivamente, sendo necessário processos que ocorrem antes, durante e depois, como descrito na citação abaixo:

“Os alimentos oferecidos aos orixás, voduns e nkisis fazem parte de todo o processo ritual, isto é, ocorrem antes (aquisição de animais, coleta de plantas, preparação das oferendas, dos axés da matança e das folhas), durante (comidas oferecidas às divindades e distribuídas aos participantes) e depois” (BATISTA, 2014, p. 159).

Portanto, o candomblé possui a necessidade de diferentes ritos, comidas, danças, tipos de folhas, entre outros, mostrando a necessidade da sobrevivência e conservação da natureza e do conhecimento acumulado e pesquisado durante a vivência das nações que existiram ao longo do tempo. Como exemplo o omolocum, comida oferecida a Oxum descrita abaixo:

“Trata-se do omolocum, que é um alimento carinhosamente preparado com feijão fradinho, bastante dendê (popo), cebola (alubaça), camarão seco, sal (ió) e com ovos cozidos para enfeitar. Em seguida, coloca-se em uma vasilha enfeitada com um laço de cor amarela ou dourado (cores da preferência da divindade). No momento da oferenda, geralmente realizam-se pedidos e, em forma de conversa com o orixá, realiza-se um paó, que é bater palmas em tom bem baixo, uma maneira ritual de demonstrar respeito” (BATISTA, 2014, p. 163).

Sendo Oxum parte dos Orixás, ela tem suas oferendas específicas e cantigas nos rituais referentes à mesma, como referido por Milena Batista, descrevendo o omolocum, a comida mais comum quando se trata de Oxum, comumente descrita em livros e artigos da mesma forma, podendo ser realizado de diferentes formas nos

terreiros, devido à tradição de cada local. Sendo o conhecimento algo obtido com o passar do tempo, a permissão dos pais ou mães de santo para tal é de grande importância, pois possuem o costume de não ensinar ou permitir a visualização dos rituais a pessoas não praticantes da religião ou que passaram a frequentar há pouco tempo.

Ijexá, o ritmo popularmente concernente a Oxum, possui o nome de uma região da África, onde corre o rio Oxum. Nos terreiros, é tocado nos atabaques apenas com as mãos, não utilizando dos aguidavis (Vareta ou pequena galha retirada da árvore aroeira, para serem utilizados como baquetas de percussão nos ritos de Candomblé), e possui o ritmo marcado pelo agogô. Milena Batista diz em seu texto que as danças, os toques e as cantigas para Oxum são denominados ijexá, termo que se refere a uma subdivisão da nação nagô, distinguível por pequenas particularidades de culto (2014, p. 167), sendo rapidamente associado a mãe da água doce, o ritmo pode ser aplicado às danças de outros Orixás, mas, não são diretamente ligados a eles, como acontece com a Ìyálóòde.

Na África, o presente de Oxum é entregue em uma cabaça cortada, com tecidos e artefatos em um festival, o presente é levado somente por mulheres nomeadas como Arugbá Osun (Aquele que carrega a cabaça de Oxum). O evento ocorre anualmente, nomeado de Osun Osogbo Festival que retorna a cada noventa e duas semanas yorùbá, perdendo um dia em cada ano solar normal e dois dias a cada ano solar bissexto, com duração de duas semanas, em que as pessoas colocam os presentes no Rio Osun, onde há um local designado ao culto de Oxum e outros Orixás, em que desde 2005 foi nomeado como patrimônio mundial da UNESCO.

7 | AXÉ ABASSÁ DE OGUM

Em 1988, nas cercanias da Lagoa do Abaeté, foi fundado e registrado o Axé Abassá de Ogum sendo propriedade de Gildásia dos Santos e Santos, nomeada popularmente como Mãe Gilda, assentado proximalmente ao final da linha dos ônibus do bairro Itapuã.

A Yalorixá Gildásia foi iniciada em 1976, no terreiro intitulado como Oyá Samboraji Lobê, vinculado diretamente à nação Jeje, tendo como responsável a Yalorixá Elza Barbosa Ferreira, anteriormente localizado na Travessa Boa vista, também em Itapuã, não sendo possível encontrá-lo atualmente no espaço a que pertencia, possuindo divergência quanto ao seu ano de inauguração, em 1988, o mesmo ano em que Gildásia registrou o seu terreiro, mas sabe-se que esse erro pode ser decorrente da irregularidade nos registros de terreiros de candomblé, em que muitos tardam a exarar e regularizar os cadastros. Mãe Gilda nasceu em 1936, em 1988 registrou o terreiro e em 21 de Janeiro de 2000, decorrente de diversos casos de agressão moral motivados por intolerância religiosa, sofreu um infarto, ocasionando o seu falecimento.

Após o passamento da Yalorixá, sua sucessora foi Jaciara, herdeira biológica e iniciada no terreiro, sendo a mais antiga filha de Oxum presente no terreiro, iniciada em 1987 e denominada como Yalorixá em 1994, assumindo a casa em 2006 após o término do período de luto (Na religião de matriz africana, após o falecimento de um sacerdote ou sacerdotisa do terreiro, é necessário haver um período de luto no terreiro, em que não pode ser realizada nenhuma atividade festiva durante o período de no mínimo um ano, sendo solicitada a autorização do Ifá e dos Orixás para retomar as atividades normalmente. Ifá é o Orixá da adivinhação e do destino, a quem todos consultam para saber de suas obrigações e o que deverá ser cumprido, um oráculo que pode ser consultado através do jogo de búzios) em respeito à Gildásia, tempo determinado pelos Orixás, através de jogo de búzios.

A partir da conversa com a responsável pelo terreiro, se tornou possível observar a forma com que o local e os filhos estão envolvidos com ações políticas, estando à frente de caminhadas religiosas e afins, onde é possível perceber a motivação e a determinação de obter respeito.

No dia 21 de Janeiro, data de falecimento da Mãe Gilda e decretado como Dia Nacional do Combate a Intolerância Religiosa, filhos da casa, pessoas pertencentes a outros terreiros, o bloco Malê Debalê e adeptos da religião vão ao Abaeté e realizam rituais onde está localizado o busto de Mãe Gilda, obra realizada em homenagem a sua identidade de luta em relação à intolerância religiosa no período em que se encontrava como ativista.

Atualmente, há uma extensão para o quilombo caipora, onde é realizado um trabalho com 30 mulheres, onde o terreiro oferece cursos de percussão e cozinha e também o presente de Oxum. O Abassá (Terreiro, casa de composição mista Jeje e Ketu) de Ogum possui cerca de 100 filhos regulares que frequentam e contribuem com a continuidade do axé e as atividades que nele são realizadas.

8 | O PRESENTE DE OXUM

Após a Yalorixá Jaciara responsabilizar-se pelo terreiro, Oxum se torna um dos principais Orixás regentes da casa, ao lado de Ogum, que deu origem ao nome do terreiro e o regente e orientador de Mãe Gilda, que permanece presente e respeitado por todos os integrantes do terreiro, onde visitantes e participantes podem observar o seu assentamento (Assentamento é o local em que se concentra a energia dos Orixás, no Candomblé Ketu). Oxum é o principal Orixá de Mãe Jaciara, para quem ela dedica sua vida religiosa.

Os fieis em contato com os seus Orixás proporcionam o Axé, as oferendas e sacrifícios fortalecem o Axé, os ritos garantem a distribuição do Axé e toda essa realização acontece através de um sistema de oferta e devolução (BARBOSA, não datado). Portanto, é primordial o acontecimento dos constantes ou regulares contatos

entre as pessoas e os Orixás para que tudo ocorra da melhor forma e que o axé (Força sagrada dos orixás e dos praticantes do candomblé, que se renova de acordo com que ocorrem oferendas) não perca a sua essência, permanecendo forte e constante, podendo continuar a proteger os devotos do terreiro e estabelecer a eles uma vida próspera.

No terreiro de candomblé Axé Abassá de Ogum, o presente de Oxum é realizado anualmente, desde 1988, no segundo sábado do mês de dezembro como forma de agradecimento pelo ano passado, pelas conquistas e obstáculos ultrapassados nesse ciclo. O presente é realizado de forma ecológica, em que é proibido pela Yalorixá que utilizem objetos que não sejam biodegradáveis, permitindo somente objetos que sejam facilmente dissolvíveis ou que sejam comestíveis, como a comida que é oferecida a Oxum, sendo sua refeição favorita o Omolocum (Comida feita com feijão fradinho, azeite de dendê, cebola, camarão seco e ovos). Esse presente foge do tradicional, afamado por sua característica composta por muitos enfeites, espelhos, frascos de perfumes, maquiagens, entre outros, que são colocados junto ao presente, compondo sua decoração, como dito por Janaina Aguiar, “o que as pessoas levam como presentes são coisas que expressam a característica do feminino destas divindades: são perfumes, flores, espelhos, pentes, bijuterias, tudo arrumado em cestos, barcos ou mesmo levados em sacolas que são colocados no mar” (AGUIAR, 2014, p. 1166). No Abassá, foi informado que o presente é colocado em um balaio de palha, composto no seu interior por comida seca (Comida oferecida ao Orixá onde se ausenta o ato de sacrificar animais) e flores, materiais esses que podem servir de alimento para os seres vivos habitantes daquela região, e no seu exterior é enfeitado com outros componentes decorativos, como dito anteriormente, biodegradáveis, e perfumes que são despejados na água, não sendo permitido a entrega de materiais compostos com vidros ou plásticos.

Cada Orixá é cultuado de uma maneira e possui gestos e preferências bem particulares; desde a comida que lhe é oferecida à vestimenta que o fiel deve usar nos rituais e dias de festa (BARBOSA, não datado). Sendo assim, cada Orixá possui uma identidade única, em que os devotos devem adequar-se aos seus gostos e peculiaridades, respeitando-os de forma igual, referindo-se a eles como se fossem os seus pais e mães.

9 | MOTIVAÇÃO

Tanto para a Yalorixá do Axé Abassá de Ogum, Jaciara, quanto para os iniciados da casa e abiãs (Participantes ainda não iniciados, mas que frequentam e se dedicam regularmente ao terreiro), Oxum está diretamente ligada à maternidade, ao útero e iniciação dos yawôs, sendo considerada a mãe do primeiro yawô iniciado no candomblé e mãe do principal centro energético do corpo humano, também vinculada

à água doce que compõe rios, lagoas e lagos, sendo os principais elementos naturais do candomblé. As festas realizadas no terreiro e os presentes oferecidos são para agradecer e pedir que as mulheres permaneçam férteis e saudáveis, e que as águas continuem puras.

“Como detentores de forças da natureza, os Orixás têm a incumbência de reger o universo, cada qual com uma responsabilidade, segundo as suas especificidades. Assim, Oxum é a força regente dos rios; (...) Os seres humanos, possuem um elo de ligação com o seu Orixá (cada um a sua maneira) de tal forma, que é dessa relação que se pode manter o equilíbrio ou desequilíbrio do universo” (BARBOSA, não datado, p. 83).

Sendo assim, Oxum, uma das regentes do universo, ficando incumbida a ela a responsabilidade sobre a fertilidade feminina, permitindo que as mulheres tenham filhos e possuam um útero saudável e que os rios continuem impolutos, mantendo um equilíbrio nos locais em que são realizados os cultos concernentes a ela. Esta lagoa constitui a marca tanto de um grupo social como de uma prática religiosa pertencente, historicamente, aos afro-brasileiros (SILVA, 1993, p. 129). Seguindo essa linha de pensamento estabelecida por Daniela Barbosa, Mãe Jaciara de uma forma indireta segue o mesmo raciocínio, em que a atual zeladora do Abassá de Ogum, demonstra em sua fala um enorme respeito ao relacionar e considerar a Lagoa do Abaeté como um terreiro de candomblé ao ar livre, onde existe uma direta conexão com a natureza, sendo um ambiente que traz sensação de paz e ligação com o sagrado e que, a motiva a realizar ações sociais para a recuperação da área, onde realiza passeatas e mutirões de limpeza, incentivando e conscientizando sobre a preservação da natureza que compõe o Abaeté e dá forte identidade religiosa e social ao bairro Itapuã, sendo referência para terreiros de candomblé e outras religiões para que realizem cultos, batismos e afins. Devido aos aspectos de descaso social atualmente presentes, é utilizado, também, o Quilombo Caipora, localizado no distrito de Pitanga de Palmares, em Simões Filho, que compõe a Região Metropolitana de Salvador, local onde a zeladora comunicou realizar oficinas e minicursos direcionados às mulheres do local, buscando capacitá-las.

Uma atitude meritória que pôde ser observada durante as pesquisas no terreiro é a devoção e a permanência quando se trata de colocar o Presente de Oxum na Lagoa do Abaeté, em que mesmo existindo locais alternativos e que poderiam substituí-la para que o culto permaneça acontecendo, e mesmo havendo esse ritual em outros locais, diante de todas as premissas, o Presente continua acontecendo no Abaeté anualmente, dando continuidade a um culto foi engendrado por Mãe Gilda, fundadora do Abassá, e passado para a sua filha, Jaciara, progênita e sucessora do terreiro, dando continuidade a um ritual que acontece e é realizado por vários terreiros, fazendo deste culto parte que integra a cultura existente na localidade e que faz parte da identidade do bairro Itapuã.

Como responsáveis por reger o Aiyê, as divindades iorubanas são invocadas através dos cultos, oferendas e sacrifícios, e dessa forma, mantêm também um relacionamento com seus filhos – que são iniciados através de uma série de rituais (BARBOSA, não datado). Assim como descrito por Daniela, ocorre no Abassá, onde os cultos a Oxum são realizados em uma tentativa de invocar e buscar sua energia para perto, para agradecê-la e realizar pedidos, sendo uma prática anual.

“Este movimento de defesa ecológica, mesmo que fortemente marcado por situações sociais de exclusão, por manipulações políticas e por interesses econômicos externos, exprime a natureza do vivido nesta cidade, de suas crenças, de suas representações do mundo, de seus valores e normas tradicionais, através de práticas religiosas e tradições vivas, presentes em Itapuã e na cidade em geral” (SILVA, 1993, p. 118).

Portanto, é possível perceber que mesmo que haja dificuldades, poluição e afins, a devoção a Oxum e o costume do presente permanecem vivos, em que o período de luto ou qualquer razão externa não são causadores, justificativas ou motivação suficiente para dar fim ao rito, priorizando o querer do Orixá, repassando para as seguintes gerações o que foi ensinado por sua Mãe, Jaciara, filha de Oxum e de Gildásia, permanece realizando o culto ao lado dos seus filhos, iniciados ou não, e pessoas de outros terreiros que tem interesse em participar deste ciclo, sendo a fé o principal motivador para a realização anual do presente.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Milena Xibile. **Angola, Jeje e Ketu**: Memórias e Identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES). Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014, p. 205-206.

BAPTISTA, Jamile Carla; PAULA, Mariane Valério de; GONÇALVES, Carlos Rafael Herrero. **As Religiões Afro-brasileiras**. Tese de Mestrado. Paraná: Universidade Estadual de Londrina. 2007.

BELLINI, Lígia. SOUZA, Evergton Sales. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Formas de Crer**: Ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI. Bahia: Editora Corrupio, EDUFBA, Universidade Federal da Bahia, 2006.

CARDOSO, Angelo. **Os Toques de Candomblé**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

COMERLATO, Fabiana. **A Baleia Como Recurso Energético no Brasil**. Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis. 2010.

GELL, Peter; MCVEIGH Craig; OLIVEIRA, Paulo E. De; OLIVEIRA, Paulino Pereira; SILVA, Eduardo Mendes da. **Paleovegetação da Floresta Atlântica da Bahia**: Estudos Palinológicos na Lagoa do Abaeté, Salvador, e na Lagoa Encantada, Ilhéus. São Paulo: Universidade de São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, 2003.

MAIA, Débora Matos. **Educação e Identidade**: A Reconstrução Cultural da Festa de Itapuã. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. 2012.

OLIVEIRA, André Luiz de Araújo. **A cidade e o terreiro**: Proteção urbanística aos terreiros de

candomblé na Bahia pós-Estatuto da Cidade. Bahia: Universidade Federal da Bahia, Urbanismo em Processo, 2013.

OLIVEIRA, Orlando J. R. de. OLIVEIRA, Orlando J. R. de. **Turismo, cultura e meio ambiente: Estudo de caso da Lagoa do Abaeté em Salvador – BA.** Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2009.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia.** São Paulo: Editora UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, não datado.

PEREIRA, Irlan Celestino. **Breve Histórico do Instituto da Sesmaria e a Evolução das Principais Áreas da Cidade do Salvador.** Não datado.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Orixás na Música Popular Brasileira.** São Paulo: Universidade de São Paulo e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2005.

REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014.

SANTOS, Sidélia Teixeira. **Patrimonialização, Memória Local, Musealização e Transformação Social: Os Casos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu.** Tese Doutorado. Portugal: Universidade de Coimbra, 2014.

SILVA, Paulo R. Guimarães. **Identidade, Territorialidade e Ecologismo: O Caso da Lagoa do Abaeté*.** Cad. CRH. Salvador, n.18, 1993.

SILVEIRA, Renato da. **O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto.** Bahia: Maianga. 2006.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e cidade: a forma social negro-brasileira.** Salvador: Secretaria da cultura e turismo/Imago, Editora Imago, 2002.

VELECI, Nailah Neves. **Cadê Oxum no espelho constitucional? Os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro.** Distrito Federal: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, 2017.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Lendas Africanas dos Orixás.** 4ª Ed. Bahia: Editora Corrupio, 2009.

_____. **Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo.** 6ª Ed. Bahia: Editora Corrupio, 2009..

FONTE

Arquivo Público do Estado da Bahia: Pasta: ENTREVISTAS COM MORADORES. 1887, 1889.

Casa da Música: Jornal: A TARDE, 20 de maio de 1992.

Colônia de Pescadores Z-06 de Itapuã: Entrevista à autora.

Yalorixá Jaciara: Entrevista à autora.

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Estefanni Mairla Alves

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

Ruth Maria de Paula Gonçalves

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

Antônio Dario Lopes Junior

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

RESUMO: O presente artigo consiste em uma revisão integrativa de literatura que objetivou identificar e analisar artigos publicados que focalizam discussões acerca de Saúde Mental de professores no Brasil. Para a coleta dos dados foram utilizados os descritores: saúde mental, docentes e Brasil, nas bases de dados da Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os critérios de inclusão foram: estudos revisados por pares, originais publicados em português, espanhol e inglês em todos os periódicos e que disponibilizassem o acesso gratuito ao texto integral. Este trabalho evidenciou uma predominância de estudos de caráter epidemiológico enfocando questões referentes ao mal-estar docente e à Síndrome de burnout em professores de todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica à Educação Superior.

Os achados indicam a necessidade em produzir pesquisas voltadas para a prevenção de sofrimento psíquico e promoção da saúde mental, assim como, apontar caminhos na direção de investigações em áreas do país, nas quais não foram identificadas estudos sobre essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão Integrativa. Saúde Mental. Docentes.Brasil

ABSTRACT: This article is about an integrative literature review that aimed to identify and analyse published articles that focused on discussions about Mental Health of teachers in Brazil. For the data collection, the descriptors of research were: mental health, teachers and Brazil, in the databases of Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Scientific Electronic Library Online (SciELO). Inclusion criteria were: peer-reviewed studies, originals published in Portuguese, Spanish and English in all journals and that provided free access to the full text. This work evidenced a predominance of studies of epidemiological character focusing on issues related to Teacher's Wellbeing/Malaise and burnout syndrome in teachers of all levels of education, from Basic Education to Higher Education. The findings indicate the necessity to produce research aimed at the prevention of psychological distress and promotion of mental

health, pointing ways towards investigations in areas of the country that did not appear studies on this subject.

KEYWORDS: Integrative Review. Mental health. Teachers. Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho, de acordo com a ontologia marxiana, é a protoforma da atividade humana, através da qual, o homem projeta na sua consciência o resultado de objetivações que implicam na formação do ser social enquanto partícipe do gênero humano. Tal fato, possibilita que este venha a desenvolver suas potencialidades no conjunto das relações com outros homens, em meio aos complexos sociais os quais constituem a totalidade. Por meio do trabalho é que ocorreram as modificações no ser humano.

Demarcamos, pois, que o trabalho desde os primórdios medeia a existência de um gênero humano, que inicialmente era mudo, contudo, possuidor uma consciência distinta da mera animalidade, e que passou a uma constituição de humanidade. No entanto, o sentido pleno dessa constituição é dificultado pela falta de unidade entre o gênero humano e os indivíduos que o compõem, o que nos leva aos complexos alienantes, limitando o desenvolvimento do sujeito ao plano meramente particular, dificultando a compreensão da unidade como membro de uma classe maior (MARX, 1982).

Partindo disso, esse autor dedica-se a desvendar a dinâmica do desenvolvimento capitalista, Marx (1982) explica ao mundo não só a lógica da exploração do trabalho assalariado; partindo exatamente da questão mencionada anteriormente – a falta da compreensão da unidade do gênero – quando um se sobrepõe aos demais e passa a viver da exploração do trabalho do outro. Esta lógica vai se tornando mais complexa, uma vez que seus efeitos sobre as condições de trabalho se tornam mais potentes, quais sejam: extensas jornadas; insalubridade dos locais de trabalho; alienação do trabalhador em relação ao produto e ao processo de seu trabalho; baixos salários provocados pela existência de um significativo exército industrial de reserva, que pressiona constantemente os salários para baixo, mantendo-os no nível da subsistência a fim de manter a acumulação de capital a partir da extração da mais-valia do trabalho. Daí, as ideias do capitalismo foram espalhando-se e assumindo o controle inclusive da: arte, da teoria social, da educação e ciências físicas convertendo esses processos em modos de produção que a burguesia controla na cultura, e assim sendo, tudo que se pretenda criar deve operar em sua órbita de poder (LIMA, 2009).

A partir dessa compreensão, adentramos, particularmente, na discussão acerca da crescente subordinação da educação no Brasil aos interesses do mercado, um fenômeno que não é novo e tem sido alvo de denúncias por parte de estudiosos que abarcam esta temática através de diferentes perspectivas, e cujos pressupostos de

análise alcançam, por sua vez, diferentes níveis do espectro crítico, demarcando o problema da mercantilização do ensino e atrelando-o às necessidades reprodutivas do capital, o que vai contra os interesses históricos da educação: uma educação apartada dos mesquinhos valores de mercado, e, ao contrário, pautada no pressuposto da apropriação do mais elevado conhecimento produzido pelos homens, capaz de abrir caminho para um progressivo movimento de construção de novos conhecimentos, de genuíno interesse emancipatório. (LIMA, 2009).

A escola, como qualquer ambiente laboral, também sofreu a massificação da sociedade industrial moderna, cobrando dos docentes parâmetros de produtividade e eficiência empresarial (FRIGOTTO, 1999). Neste contexto, os professores, como trabalhadores, passaram a preocupar-se não só com suas funções docentes, mas também com questões baseadas no paradigma da civilização industrial, isto é, com sua carreira, sua segurança e seu salário (CARLOTTO, 2002). Esses profissionais passam a ter, além dessa sobrecarga, um tempo reduzido para a sua qualificação, comprometendo seu desenvolvimento e realização profissional.

Com isso destacamos como o trabalho docente está submetido à lógica capitalista, na qual não interessa a esse sistema de produção saber as reais condições de trabalho em que uma mercadoria é produzida (neste caso, algo tão caro como a transmissão dos conhecimentos adquiridos através da história e evolução da humanidade), nem em que medida, no processo de produção deste, predominou o emprego de habilidades e cognição; interessa ao capital, apenas, o tempo socialmente necessário para produzir tal bem (LIMA, 2009). Esse aspecto desencadeou nos ambientes de ensino situações de sofrimento psíquico vividas por docentes desde o ensino básico ao superior como, por exemplo: produtividade, competição, estresse, *burnout*, doenças do trabalho, intensificação, angústia, *mediocrização*, *rankeamento*, punição, perda de direitos trabalhistas, entre outras. Estas são circunstâncias que aparecem como expressões das consequências das atuais condições de trabalho de que são vítimas os trabalhadores docentes na atualidade (BIANCHETTI; MACHADO 2009).

A partir dessas primeiras reflexões chegamos as características do trabalho explorado, tendo ele um duplo caráter: por um lado é fonte de realização, satisfação, prazer, estruturando e conformando o processo de identidade dos sujeitos; por outro, pode também se transformar em elemento patogênico, tornando-se nocivo à saúde (DEJOURS, 1992). Tomando, a princípio, a colocação do trabalho como fonte de realização, apontamos, também, essa atividade como fator importante na estruturação da identidade do indivíduo.

As discussões que buscam relacionar trabalho, e processos de saúde e doença, possuem já uma longa história, seja na área das ciências sociais, seja no campo da saúde em suas distintas especialidades. Desde as impactantes análises realizadas por Marx sobre as condições de trabalho do operariado inglês a partir da primeira revolução industrial, em sua obra máxima (*O capital*), o tema das condições de trabalho e suas implicações para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores permanece

como objeto de estudo de pesquisadores preocupados em entender as condições de vida da classe trabalhadora.

Dentro dessas pesquisas observa-se que trabalhadores estão sujeitos a condições de trabalho que podem gerar sofrimento, tensão emocional, insatisfação, irritação, insônia, envelhecimento prematuro, aumento do adoecimento e morte por doenças cardiovasculares. Além de outras doenças crônico-degenerativas como as osteomusculares e ligadas ao desgaste das cordas vocais. Identificam-se, ainda, os sintomas psíquicos como a síndrome da fadiga crônica, o estresse, a síndrome de burnout e outros distúrbios inespecíficos e ainda pouco conhecidos (DIAS, 2000).

No Brasil, a literatura científica sobre as condições de trabalho e saúde dos professores é ainda restrita. Entretanto, a partir da década de 90, observamos um aumento no número de estudos conduzidos neste grupo ocupacional. Estes estudos exploram especialmente os efeitos do trabalho sobre a saúde mental, como estresse e a síndrome de burnout. Esta síndrome afeta, especialmente, trabalhadores com muito contato social, como nos setores de Educação e Saúde (CODO; VASQUES, 2000).

Associado ao burnout outro aspecto bastante encontrado em meio ao espectro de sofrimentos que aflige a classe docente é o “mal-estar docente” conforme aponta Esteve (1999). Este é um fenômeno social do mundo ocidental, que possui como agentes desencadeadores a desvalorização, concomitante as constantes exigências profissionais; a violência; a indisciplina, entre outros fatores que acabam por promover uma crise de identidade na qual o professor passa a se questionar sobre a sua escolha profissional e o próprio sentido da profissão.

A expressão mal-estar docente descreve os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, resultado das condições em que exerce a docência. A partir de tais condições, os docentes passam a manifestar sentimentos negativos intensos como angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada (ANDRADE; CARDOSO, 2012). O mal-estar docente tem suas causas estruturadas sobre dois aspectos, sendo estes:

a) tensões e sentimentos negativos e b) fatores secundários (condições de trabalho que agem indiretamente sobre a imagem do professor). A situação de mal-estar resulta no “ciclo degenerativo da eficácia docente (ESTEVE, 1999, p.72)

Os transtornos mentais, atualmente, são os principais responsáveis pelo afastamento do trabalho por longos períodos de tempo, conferindo riscos para a manutenção da saúde mental, através do comportamento e da emoção. No Brasil, dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mostram que os transtornos mentais ocupam o terceiro lugar entre as causas de benefícios previdenciários de auxílio-doença, por incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho. Dentre as classes mais afetadas, destaca-se a profissão docente que hoje é considerada uma

das mais estressantes, uma profissão de risco, segundo a Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, 2002).

Destarte, ao longo do estudo buscou-se identificar e analisar as pesquisas realizadas e divulgadas em relação a Saúde Mental de professores no Brasil, buscando traçar o panorama nacional acerca de dados sobre condições de saúde mental e qualidade de vida de professores de todos os níveis de ensino, desde o Ensino Infantil ao Ensino Superior.

1.1 Metodologia

Desde 1980 a Revisão Integrativa é relatada na literatura como método de pesquisa, nascendo da necessidade da ordenação de estudos na área de saúde, com ênfase na da Enfermagem, especialmente no contexto da Prática Baseada em Evidências, que permite a incorporação das evidências na prática clínica, o que a torna amplamente utilizada nesse campo de atuação. A grande quantidade de informações geradas, e conseqüentemente, sua complexificação demandou o desenvolvimento de métodos, embasados nas técnicas científicas de produção de conhecimento com etapas metodológicas bem definidas e que propiciasse aos profissionais, melhor utilização das evidências elucidadas em inúmeros estudos. Como melhor explica Sousa, Silva e Carvalho (2010, p. 182): “Nesse cenário, a revisão integrativa emerge como uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”.

Esse método objetiva reunir, sistematizar e organizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, com o intuito de expor e aprofundar o conhecimento acerca do assunto investigado. Tal método possibilita a implementação de intervenções na assistência, com destaque a da saúde, área onde este método se desenvolveu; operacionalizando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto; além de identificar as lacunas dentro do conhecimento produzido na temática indicando os assuntos que podem ser o objeto de futuras pesquisas (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Para o presente estudo partiu-se do seguinte questionamento: quais estudos acerca de saúde mental de professores estão sendo realizados no Brasil? A restrição efetuada a área geográfica justifica-se pela necessidade de traçar um panorama sobre o desenvolvimento da produção científica brasileira sobre saúde mental de seus docentes e visualizar os níveis de evidências sobre a temática em questão no país.

No que tange ao levantamento bibliográfico foram consultadas as seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). No levantamento das bases de dados foram usados os seguintes descritores: Docentes, Saúde Mental e Brasil. O levantamento bibliográfico no LILACS e SciELO totalizou, respectivamente, 28 e 9 publicações. A primeira seleção se deu por texto completo disponível, o que reduziu a primeira amostra para 23. A partir desta etapa, foi realizada a leitura dos resumos

de todos os artigos identificados na busca eletrônica, os quais se relacionavam com o objetivo da pesquisa. Entre as publicações encontradas, cinco estavam indexadas em ambas as bases de dados, portanto, para a inclusão foi considerado o artigo localizado na base de dados de maior produção. Totalizando uma amostra final de 18 artigos.

Em seguida realizou-se a leitura completa da amostra final do levantamento na perspectiva de sumarizar e organizar as informações. Tais dados estão apresentados na tabela que organiza as publicações segundo: autor, local de publicação, delineamento da pesquisa, população e objetivos. Quanto aos aspectos éticos, salienta-se que os preceitos de autoria e referenciamento das obras consultadas foram respeitados. Como o estudo configura-se como uma revisão integrativa da produção existente e disponível sobre a temática, não houve necessidade de submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

2 | APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

Seguimos, então, com uma apresentação resumida dos artigos que compuseram este trabalho. O quadro a seguir descreve resumidamente os 18 escritos selecionados, demonstrando os principais elementos para uma compreensão rápida do que cada estudo trata, para em seguida traçar as considerações possíveis acerca de cada pesquisa e a sua contribuição para a compressão acerca dos aspectos de saúde mental dos professores brasileiros.

Autores	Local	Delineamento do estudo	População	Objetivos
CASSANDRE, M. P.	Paraná/S	Estudo quantitativo/ transversal/ descritivo	Professores de Nível Superior. N= 286	Pesquisar como as cobranças de produção acadêmica intelectual contribui nos processos de saúde e doença de professores de uma universidade pública Paranaense.
DELCOR, N. S et al.	Bahia/NE	Estudo epidemiológico/ transversal/ descritivo.	Professores de Ensino Fundamental e Médio N = 250	Descrever as condições de saúde e trabalho de professores da rede de ensino particular de Vitória da Conquista, Bahia.
SOUSA, A. N.; LEITE, M. P.	São Paulo /SE	Estudo com dados secundários – Estado da Arte	Não Possui	Aresentar pesquisas que se dedicaram a investigar as principais formas de sofrimento a que estão submetidos os professores do ensino básico

DAMASIO, B F et al.	Rio Grande do Sul/S	Estudo quantitativo/ transversal/ descritivo.	Professores do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. N = 517	Validação do instrumento Questionário de Saúde Geral 12 (QSG-12) com professores do ensino público do RS.
ARAÚJO, T. M. et al	Bahia/NE	Estudo Epidemiológico/ transversal/ descritivo.	Professores de Ensino Superior. N = 314	Descrever as características do trabalho docente e as queixas de saúde de professores universitários da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.
SOARES, A. G. S. et al.	São Paulo/ SE	Estudo Qualitativo/ descritivo/ transversal.	Professores de Ensino Fundamental e Médio. N = 31	Investigar a compreensão dos termos “saúde” e “saúde mental” pelos professores de uma escola estadual de São Paulo.
ANDRADE, P. S.; CARDOSO, T. A. O.	São Paulo /SE	Estudo com dados secundários –Revisão integrativa da literatura	Não Possui	Apresentar reflexões acerca dos principais fatores de risco para o desenvolvimento da síndrome de burnout entre os docentes.
BATISTA, J. B. et al.	Paraíba/NE	Estudo Epidemiológico/ transversal.	Professores do Ensino Fundamental I. N= 275	Perscrutar junto aos professores das escolas municipais de João Pessoa a incidência da síndrome de burnout.
SILVEIRA, R. E. et al.	Minas Gerais/ SE	Estudo quantitativo/ Observacional/ transversal.	Professores do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. N=23	Investigar os aspectos de qualidade de vida de professores de uma escola municipal de Uberaba, Minas Gerais..
BRUM, L. M. et al.	Rio Grande do Sul/ S	Estudo Epidemiológico/ transversal.	Professores de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. N=7	Analisar indicadores físicos e mentais de qualidade de vida, especificamente dos professores de Ciências do Ensino Fundamental I de uma escola do RS.
CARAN, C. S et al.	Rio de Janeiro/ SE	Estudo quantitativo / descritivo/ transversal.	Professores do Ensino Superior. N=54	Descrever como os Riscos Ocupacionais Psicossociais (ROP) são constituídos por um conjunto de fatores que alteram o bem-estar emocional dos trabalhadores.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S.	Rio Grande do Sul/ S	Estudo epidemiológico/ transversal.	Professores de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. N= 190	Correlacionar a síndrome de burnout com local de trabalho, fatores estressores presentes no ambiente de trabalho em escolas da rede particular de um município da região metropolitana de Porto Alegre.
BATISTA, J. B. et al.	Paraíba/ NE	Estudo quantitativo/ descritivo.	Médicos da junta médica da Perícia Médica da Prefeitura de João Pessoa. N=14	Correlacionar o número de afastamentos de professores servidores públicos de João Pessoa com o diagnóstico de síndrome de burnout.
REIS, E. J. F. B. et al.	Bahia/ NE	Estudo epidemiológico/ transversal.	Professores do Ensino Infantil, Fundamental da prefeitura de Vitória da Conquista. N=808	Investigar como as demandas psicológicas acerca do controle do trabalho sobre o trabalho influenciam no desenvolvimento de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM).
FERREIRA, R.C. et al.	Minas Gerais/ SE	Estudo quantitativo/ transversal/ descritivo	Professores do Ensino Superior de Universidades Privadas. N= 175	Investigar a associação entre transtornos mentais comuns e estressores no trabalho de professores de nove cursos da área da saúde de uma universidade particular em Minas Gerais
BALDAÇARA, L. et al.	Tocantins/CO	Estudo quantitativo/ transversal/ observacional	Professores do Ensino Infantil e Fundamental. N = 110	Avaliar a prevalência dos sintomas psiquiátricos comuns medidos pela escala Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), que sugere presença do diagnóstico de transtorno psiquiátrico, em professores de escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil, no ano de 2012.
SILVA, J.L.L. et al.	Rio de Janeiro/ SE	Estudo quantitativo/ transversal/ descritivo.	Professores do Ensino Fundamental, Médio e Técnico. N = 52	Descrever a prevalência da síndrome de burnout entre os professores de uma Escola Estadual em Niterói.

Continua

BOAS, A.A.V. et al.	Minas Gerais/ SE Quebec/ Canadá	Estudo quantitativo/ Transversal/ Comparativo	Professores do Ensino Superior de três universidades federais Mineiras e de três Universidades Provinciais de Quebec. N= 671	Avaliar comparativamente o bem-estar psicológico e sofrimento psíquico entre os professores do Ensino Superior no Brasil e Canadá.

Quadro 1: Informações extraídas dos artigos compilados na revisão integrativa

Fonte: Elaboração Própria

A partir do início do desenvolvimento deste trabalho a primeira observação foi a existência de poucas pesquisas que perscrutassem a temática acerca da saúde mental do professor. Tal fato chama atenção devido a órgãos como Organização Mundial do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho, incluírem a docência na lista de profissões de alto risco, descrevendo-a, inclusive como a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional (CODO, VASQUES, 2000). Por ser uma das profissões mais estressantes, com forte incidência de elementos que conduzem à várias afecções, especialmente às de ordem psicológica, como a síndrome de *burnout*, esperava-se que a literatura fosse mais extensa.

É possível constatar uma aproximação metodológica entre os estudos, tendo aqueles de caráter quantitativo uma predominância, em especial na investigação acerca do sofrimento psíquico de docentes ligado ao *burnout*. Uma das possíveis explicações dessas aproximações é o fato de os pesquisadores serem especialmente das áreas de Enfermagem e/ou Medicina do trabalho, áreas que investigações dessa ordem são comuns.

No âmbito das pesquisas realizadas há uma uniformidade do tocante à população de professores, no sentido da maioria ser feminina e com faixa etária compreendida entre os 30 e 50 anos, identificando que a população docente brasileira é considerada jovem, e com tempo de carreira por volta de dez anos, e que quase a metade trabalha em mais de uma escola ou exerce outra atividade remunerada, especialmente professores do Ensino Básico. Com esses dados os autores destacaram a necessidade de uma atenção especial a alta carga de trabalho dos professores, o que está ligado, principalmente, a uma remuneração que não dá conta de suas necessidades, precisando assim dispor de mais de um emprego, o que impacta na redução do tempo de ócio e lazer que tais profissionais podem dispor, fatores apontados por quase todos os escritos como promotor de sofrimento psíquico.

A prevalência geral de distúrbios psíquicos ligados ao trabalho em todas as pesquisas ficou na média da população, ou seja, pelo menos metade do universo total dos professores pesquisados relataram alguma queixa da ordem do sofrimento psíquico causado pelo exercício da docência, sendo o *burnout*, em algum dos seus

graus, apontado como de alta incidência das populações pesquisadas. Outro dado que deve ser apontado é o alto índice da presença de Riscos Ocupacionais Psicossociais no ambiente de ensino. Dado apontado no estudo de Caran et. al (2011) que identificou alto desgaste emocional dos docentes representado inicialmente pela dificuldade de realização das tarefas diárias, porém que apresenta outros aspectos como: nervosismo, insônia e mal-estar no ambiente de trabalho. Essa pesquisa desenvolveu-se com professores de universidade pública, contudo os fatores considerados como de Risco Ocupacional Psicossocial podem ser observados em outros ambientes de ensino descrito em outras pesquisas, sendo que tais fatores implicam diretamente na qualidade de vida e saúde mental de tais profissionais.

A qualidade de vida é um conceito particular a cada indivíduo ou grupo, apesar de haver consenso de que ela é formada por múltiplos fatores, sendo essa combinação associada a variáveis como estado de saúde, longevidade, satisfação no trabalho, salário, lazer, relações familiares, disposição, prazer e até mesmo a espiritualidade. Silveira, Santos e Borges (2011) relatam que a qualidade de vida no trabalho é relevante para o ser humano, pois o nível de satisfação com ele trará influências em seu cotidiano, afetando a autoestima e consequentemente sua saúde física e mental. Esteve (1999), na Universidade de Málaga na Espanha, foi um dos primeiros a debruçar-se sobre a temática da Saúde Mental do Professor, O autor apresenta contribuições no sentido de sistematizar o debate sobre o conjunto de dificuldades e constrangimentos profissionais que afetam o trabalho dos professores, o que o levou a criar o termo “mal-estar docente” para designá-los.

A escolha do termo mal-estar é “intencionalmente ambígua (...) sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por que” (ESTEVE, 1999, p. 12). O termo “mal-estar docente” apresenta os efeitos permanentes de aspectos negativos que afetam a subjetividade do professor, sendo resultado da realidade material em que exerce a docência. A partir da repetição diária das dificuldades, os docentes passam a manifestar sentimentos negativos intensos como: angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada. O mal-estar docente tem a sua causalidade dividida sob dois aspectos:

a) fatores primários (aspectos que agem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões e sentimentos negativos) e b) fatores secundários (condições de trabalho que agem indiretamente sobre a imagem do professor). A situação de mal-estar resulta no ciclo degenerativo da eficácia docente. (ESTEVE, 1999, p. 17)

É a partir desse olhar que o autor irá referir-se ao mal-estar docente como a um tipo de doença social causada pela falta de apoio da sociedade ao professor, provocando o desencantamento com o trabalho.

Junto ao Mal-estar docente a outra patologia que apresenta altos índices de

incidência na população docente brasileira, é a síndrome de *burnout*. Essa síndrome foi unânime nas descrições de padecimentos em sofrimento psíquico de professores, sendo apontada em todos os estudos como a atual doença por trabalho que mais leva profissionais ao esgotamento e estresse gerado pelo exercício laboral.

De acordo com a literatura especializada a síndrome de burnout, ou Síndrome do esgotamento profissional é um fenômeno psicossocial que surge como uma resposta crônica aos estressores interpessoais ocorridos na situação de trabalho, que acomete profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, como professores, médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, policiais, bombeiros, entre outros; recebeu esse nome do médico americano Freudenberg, e que significa “queimar por completo”, no sentido de uma implosão, de fora para dentro (CARLOTTO; PALLAZZO, 2011). Na legislação brasileira, essa síndrome foi incluída como doença do trabalho em uma portaria publicada em 1999 (CARLOTTO, PALAZZO, 2011).

Pode-se definir o burnout como uma doença que designa o sofrimento por exaustão física ou emocional provocada por contínua exposição a situações estressantes e envolve três elementos que podem estar associados, mas não independentes: despersonalização, exaustão emocional e baixa realização profissional. Nesse sentido, entrar em burnout significa chegar ao limite da resistência física ou emocional (ESTEVE, 1999). Codo (1999) considera a despersonalização o elemento-chave da síndrome de burnout, pois a exaustão emocional e a baixa realização profissional podem ser associadas a outros tipos de síndrome.

De forma breve, Batista et. al (2011, p. 503-504) descrevem essas três características do burnout da seguinte forma:

A Exaustão Emocional caracteriza-se pela falta de energia e sentimento de esgotamento de recursos com relação ao trabalho, tendo como maior causa o conflito pessoal nas relações e a sobrecarga. A Despersonalização se apresenta como um estado psíquico no qual prevalece a dissimulação afetiva, o distanciamento e uma forma de tratamento impessoal com a clientela, podendo apresentar sintomas como descomprometimento com os resultados, conduta voltada a si mesmo, alienação, ansiedade, irritabilidade e desmotivação. A Baixa Realização Profissional é caracterizada pela tendência do trabalhador a se auto avaliar de forma negativa. Ele se torna insatisfeito com seu desenvolvimento profissional e experimenta um declínio no sentimento de competência e êxito.

Os estudos consultados que se dedicaram ao estudo da Síndrome de burnout descrevem que ela se dá em um processo que se desenvolve com o passar dos anos e quase nunca é percebido em seus estágios iniciais, sendo seu desenvolvimento lento e raramente agudo. Seu início é marcado pela presença de um excessivo e prolongando nível de tensão, que com o passar dos anos tende a evoluir, caso não haja intervenção. Os estudos sobre a síndrome no Brasil tiveram início nos anos 90 e, mesmo que a categoria docente no Brasil seja uma das mais investigadas em termos de burnout, a produção nacional ainda é muito discreta se comparada à internacional

(ESTEVE, 2009).

Os fatores que contribuem para o desenvolvimento tanto da Síndrome de burnout, como de outras doenças ligadas ao trabalho docente encontram-se organizadas e elencadas em todos os artigos, e novamente, independente da população de professores estudada. As causas recorrentes são: desvalorização profissional; baixa auto-estima; ausência de resultados percebidos no trabalho desenvolvido; o processo e organização do trabalho que não conta com a participação do docente; a relação com os alunos e seu baixo nível de motivação; tipo de jornada de trabalho; sobrecarga de atividade laboral, referente não só ao número de horas de dedicação, como também a outros elementos, como a proporção aluno/professor; clima organizacional e a coordenação com as demandas da administração, da supervisão e da estrutura do local de trabalho; relação com os pais pelas expectativas ao seu trabalho de docência; trabalho repetitivo, intensa concentração em uma mesma tarefa por um longo período; volume excessivo de trabalho; ritmo acelerado; interrupção das tarefas antes de serem concluídas; tempo insuficiente para realização das tarefas; falta de interesse dos colegas de trabalho; exposição a hostilidades; conflitos com os colegas de trabalho; inexistência de processo democrático; além da baixa remuneração.

Os achados nos artigos indicam que os professores passaram a ter, além dessa sobrecarga e fatores estressores, um tempo reduzido para a sua qualificação, comprometendo seu desenvolvimento e realização profissional. Outro fator que é importante salientar é que o profissional ao dispor de tempo para o lazer, torna-se menos vulnerável ao *burnout* (CARLOTTO, 2002). Porém, Brum et. al (2012) alerta para o fato de que normalmente os profissionais utilizam seu tempo de não trabalho para o descanso e isto não significa lazer. O lazer promove uma sensação de satisfação e bem-estar e propicia descanso e divertimento, além de agir como fator positivo para o desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo (SILVEIRA; SANTOS; BORGES, 2012).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta revisão integrativa, buscamos identificar e analisar os estudos publicados em periódicos que versassem acerca da saúde mental do professor no Brasil. Dentre os principais resultados destaca-se a predominância de estudos de caráter epidemiológico, especialmente em relação à incidência da Síndrome de Burnout dentre a população docente, porém tendo essa investigação restrita a algumas áreas de Medicina e Enfermagem. Observou-se que não houve tanta representatividade de estudos na área de Psicologia, por exemplo, que lida diretamente com saúde mental, e é um profissional que se encontra no ambiente escolar.

O pouco acesso acerca de informações sobre saúde mental que foi indicado nas pesquisas como algo presente no cotidiano dos professores. As questões de saúde

mental e trabalho não são debatidas de forma mais ampla nem nos grandes meios de comunicação e nem no próprio trabalho. Tais profissionais não recebem orientações que abordem a temática, sendo considerado pelos próprios professores um tema pouco debatido no espaço escolar (SOARES, et. al, 2014).

Dentre as principais causas de sofrimento psíquico de docentes, que leva a quadros como os de mal-estar docente e burnout é a alta carga de trabalho que tais profissionais vivenciam aliado ao baixo reconhecimento social da profissão que pode ser observado pela remuneração aquém do ideal, baixo apoio da família ao trabalho do professor, disponibilização de uma carga horária de trabalho que permita tanto o estudo como a preparação das atividades do professor. Além de fatores como estes ainda pode-se citar a recente pesquisa da Varkery Fundation (2018) que investigou em 35 países o nível de prestígio do professor, tal estudo indicou que o Brasil é o último entre os países pesquisados, comprovando internacionalmente a falta de reconhecimento da profissão no país.

Por fim, destacamos que, se por um lado os estudos que avaliam a incidência de doenças que afetam a saúde mental de professores é bastante presente, por outro, não se encontra nenhum estudo que trabalhe além desse aspecto. Não foi detectado estudos que busquem e/ou proponham ações que promovam saúde mental no espaço escolar; que promovam nesses espaços de trabalho ações de redução dos Riscos Ocupacionais Psicossociais; propostas de promoção de uma ambiência potencializadora das capacidades do professor desenvolver um bom trabalho; além do desenvolvimento de estudos que investiguem como é o retorno ao trabalho de docentes que foram afastados por condições de sofrimento causado pelo trabalho. Enfim, pesquisas que investiguem aspectos de prevenção e posvenção ao adoecimento psíquico e na promoção de saúde mental e qualidade de vida são necessárias e urgentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. S; CARDOSO, T. A. O. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Saude soc.**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 129-140, Mar. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100013&lng=en&nrm=i>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

ARAÚJO, T. M. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Rev Baiana Saúde Pública** 2005; 29(1): 6-21. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-in/wxisind.exe/iah/online/?Iscript=iah/iah.xis&nextAction=Ink&base=LILACS&exprSearch=416272&indexSearch=ID&lang=i>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

ARAÚJO, T. M. et al. Prevalência da Síndrome de Burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa, PB. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 502-512, Set. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

BALDACARA, L. et al . Common psychiatric symptoms among public school teachers in Palmas, Tocantins, Brazil. An observational cross-sectional study. Sao Paulo **Med. J.**, São Paulo , v. 133, n. 5, p. 435-438, Oct. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1516-31802015000500435&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2018.

BATISTA, J. B. V. et al. Síndrome de Burnout: confronto entre o conhecimento médico e a realidade das fichas médicas. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 429-435, Set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

BATISTA, J. B. V. et al. Síndrome de Burnout: confronto entre o conhecimento médico e a realidade das fichas médicas. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 429-435, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Publicar & Morrer?! Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n.28, 2009. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC28/28_lucidio.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas com o trabalho**: diagnósticos e condutas - manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF, 2002.

BOAS, A. A. V.; MORIN, ESTELLE M.. Psychological well-being and psychological distress for professors in brazil and canada. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 201-219, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000600201&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2018.

BRUM, L. M. et al. Qualidade de vida dos professores da área de ciências em escola pública no Rio Grande do Sul. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 125-145, Jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

CARAN, V. C. S. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários **Rev. enferm. UERJ**;19(2):255-261, abr.-jun. 2011. tab. Disponível em:< <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=20449&indexSearch=ID>>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, May 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

CASSANDRE, M. P. A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

CODO W, VASQUES I. Trabalho docente e sofrimento: burnout em professores. In: Aze vedo J, Gentili P, Krug A, Simon C, organizadores. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Editora Universidade; 2000. p. 369-81.

DAMASIO, F.A. et al. Estrutura fatorial do Questionário de Saúde Geral (QSG-12) em uma amostra de professores escolares. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 10, n., abr. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

DEJOURS C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Editora Cortez/Oboré; 1992.

DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 187-196, Feb. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000100035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

DIAS, E. C. A organização da atenção à saúde no trabalho. In: FERREIRA JUNIOR, M. **Saúde no trabalho**: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Ed. Roca, 2000. p. 3-27.

FERREIRA, R. C. et al . Transtorno mental e estressores no trabalho entre professores universitários da área da saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 13, supl. 1, p. 135-155, 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000400135&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1o Nov. 2018.

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho**: como medir para melhorar. Salvador:Casa da Qualidade, 1996.

FRIGOTTO, G. Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 31-92.

LIMA, M F. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de valorização. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital. v.1. 7.ed. Campinas: DIFEL Difusão, 1982. p.69-116.

MENDES, K. S. et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, Dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Fev. 2015.

REIS, E. J. F. et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 5, p. 1480-1490, Oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000500021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

SILVA, J.L.L. et al. Prevalencia del Síndrome de Burnout entre profesores de la Escuela Estatal en Niterói, Brasil. **Rev. Enfermería Actual**. Costa Rica, v. 2, n. 34. p. 14-25. Jan-Jun 2018. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682018000100014&lang=pt. Acesso em: 10 de Nov. de 2018.

SILVEIRA, R. E. et al. Qualidade de vida de docentes do ensino fundamental de um município brasileiro. **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra , v. serIII, n. 4, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832011000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015. .

SOARES, A. G. S et al. Percepção de professores de escola pública sobre saúde mental. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 48, n. 6, p. 940-948, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000600940&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

SOUZA, A. N. ; LEITE, M. P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos

professores da educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Fev. 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA M. D.; CARVALHO R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. São Paulo, v. 8, n.1, p. 102-6. Dez. 2010. Disponível em:< http://astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf > Acesso em: 12 Fev. de 2015.

VARKEY FUNDATION.Brazil GTSI Statistics. **Global Teaches Status Index 2018**. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/media/4833/gtsi-brazil-chart-findings.pdf>. Acesso em: 12 de Nov de 2018.

A INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA COMO FUNDAMENTO PARA A CONSULTORIA INTERNA

Ana Sara Leite Santos

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza – Ceará

RESUMO: Diante uma dinâmica de mercado, onde as organizações precisam analisar constantemente suas práticas para que possam se adaptar as exigências e necessidades do ambiente, a consultoria permite contribuir com uma nova visão sobre esta realidade, ampliando a qualidade e o desempenho organizacional com um modo mais dinâmico e criativo direcionado para a inserção de mudanças. Assim como a consultoria externa, a consultoria interna poderia oferecer benefícios organizacionais no qual os próprios funcionários seriam os agentes principais, atuando coletivamente para o melhoramento da organização. Apesar de existirem ferramentas e metodologias que são utilizadas no processo de consultoria, a falta de uma visão mais sistêmica da realidade organizacional envolvendo uma base teórica de intervenção, aliada aos princípios da aprendizagem organizacional, enseja a escassez do aprofundamento do conhecimento da consultoria interna. Considerando que a Investigação Apreciativa dos estudos de Cooperrider e seus colaboradores (2006, 2008) foi desenvolvida com uma visão diferente de se observar a organização, seu gerenciamento e a

forma de se obter informações estratégicas com foco não na elaboração de uma solução, mas na busca de um ideal, propõe-se, neste ensaio teórico, destacar aspectos dessa abordagem, ampliando a formação do consultor interno para a percepção de intervenção direcionada para uma mudança organizacional inovadora.

PALAVRAS-CHAVE: Consultoria interna. Investigação Apreciativa. Aprendizagem organizacional. Mudança organizacional inovadora.

ABSTRACT: Faced with a market dynamic, where organizations need to constantly analyze their practices that can adapt to the requirements and needs of the environment, the consulting allows to contribute with a new vision on this reality, increasing the quality and the organizational performance with a more dynamic and creative way, directed to changes. As well as external consulting, internal consulting could offer organization benefits in which the employees would be the main agents, acting collectively to organizational improvement. Although there are tools and methodologies that are used in the consulting process, the lack of a more systemic view of organizational reality involving a theoretical basis for intervention, combined with the principles of organizational learning, implies the lack of deepening of the knowledge of internal consulting. Considering

that the Appreciative Investigation of Cooperrider's studies and their collaborators (2006, 2008) was developed with a different view of observing the organization, its management and the way to obtain strategic information focusing not on the elaboration of a solution but on the search for an ideal, it is proposed, in this theoretical essay, to highlight aspects of this approach, expanding the training of the internal consultant to the perception of intervention directed towards an innovative organizational change.

KEYWORDS: Internal consulting. Appreciative Inquiry. Organizational learning. Innovative organizational change.

1 | INTRODUÇÃO

Em um cenário com rápidas mudanças impostas pelo mercado, a consultoria organizacional permite oferecer postulados de intervenção, do qual o consultor exerce o papel de profissional apto a contribuir com uma nova visão sobre a realidade do ambiente organizacional. No entanto, muitas das ferramentas e metodologias utilizadas como intervenção da consultoria são baseadas somente na racionalidade técnica e instrumental, o que torna insuficiente a promoção de uma aprendizagem organizacional mais profunda, com resultados duradouros (ARRUDA, 2013).

Iniciada nos anos 80, a consultoria ganhou força motivada pela adoção de técnicas gerenciais inspiradas em práticas de gestão oriental, direcionadas para a interpretação e aplicação das práticas japonesas nas empresas (DONADONE, 2003), mas somente nos anos 90, as empresas de consultoria organizacional, impulsionadas pela aplicação de redesenho organizacionais e tecnologia da informação e pelo fomento de mudanças organizacionais, tornaram-se um dos setores mais dinâmicos (DONADONE, 2005).

Concomitante ao crescimento da consultoria organizacional, o modelo de consultoria interna ganhou destaque, principalmente, em função da necessidade das empresas tornarem-se competitivas, através da mudança de cultura, estrutura e práticas gerenciais, decorrentes de um cenário globalizado e instável (MANCIA, 2004). Segundo Girardi, Lapolli e Tosta (2009), a consultoria interna tem oferecido apoio à gestão como atividade de cunho intelectual que permite agilidade das ações da organização.

Estudos sobre consultoria interna como os de Kelley (1979), Gebelein (1989), Johri, Cooper e Prokopenko (1998), Eltz e Veit (1999), Kenton, Moody e Taylor (2003), ampliam a definição do termo consultor, remetendo-o a um profissional que deve deter não apenas o conhecimento técnico de uma área específica, mas possuir habilidades e conhecimentos sobre a área da consultoria para uma melhor intervenção na organização. Conhecer o ambiente organizacional permitiria o consultor ter uma visão mais ampla sobre seu contexto e quais procedimentos utilizar para intervir em uma possível adaptação.

A prática da consultoria interna e seu processo de articulação entre consultores

e integrantes de uma organização corresponde a uma relação que sofre influências do contexto em análise. A escassez do aprofundamento do conhecimento da consultoria interna envolvendo uma base teórica de intervenção, aliada aos princípios da aprendizagem organizacional, influi no desenvolvimento deste trabalho, no intento de compreender o fenômeno da consultoria interna sob a ótica da Investigação Apreciativa, apoiada nos estudos de Cooperrider e seus colaboradores (2006, 2008).

Considerando que a Investigação Apreciativa foi desenvolvida com uma visão diferente de se observar a organização, seu gerenciamento, e a forma de se obter informações estratégicas com foco não na elaboração de uma solução, mas na busca de um ideal, propõe-se, neste ensaio teórico, destacar aspectos dessa abordagem, ampliando a formação do consultor interno para a percepção de intervenção direcionada para uma mudança organizacional inovadora.

Utilizar a Investigação Apreciativa dos estudos de Cooperrider e seus colaboradores (2006, 2008) como fundamento para a consultoria interna permite trazer novos estudos teóricos sobre esse tema, além de permitir que o próprio consultor interno supere seus conflitos profissionais e que com o seu melhor entendimento do espaço organizacional insurja em um desempenho mais eficaz junto aos clientes.

Este ensaio apresenta mais cinco seções. A segunda seção descreve a evolução da consultoria como suporte à mudança organizacional, abordando a evolução dos aspectos do ambiente organizacional que interferiram diretamente no processo de consultoria; a terceira seção descreve a consultoria interna como processo de intervenção à aprendizagem, abordando como a consultoria interna pode ser uma ferramenta para trabalhar à aprendizagem organizacional; a quarta seção descreve sobre a Investigação Apreciativa para a mudança inovadora, abordando como este método relacionado a aprendizagem e aliado à consultoria interna pode direcionar à uma mudança inovadora; a quinta e última seção discute as conclusões do estudo proposto .

2 | EVOLUÇÃO DA CONSULTORIA COMO SUPORTE À MUDANÇA ORGANIZACIONAL

A consultoria ao longo do tempo perpassou por diferentes focos de estudo, principalmente devido à influência e o modo como as organizações eram percebidas em cada época. No final do século XIX até meados do século XX, as organizações eram entendidas de modo mecanicista, tinham o foco voltado para o aumento da produtividade e a forma típica de se pensar sobre as organizações estavam ligadas ao controle e à eficiência. Nessa época três gerações se destacaram no processo de desenvolvimento da consultoria: administração científica, organização e estratégia, e tecnologia da informação (KIPPING, 2002).

Segundo Canback (1998), as consultorias da primeira geração, iniciada em

1850, tinham o foco na eficiência operacional, e estudos como a teoria dos tempos e movimentos foram aplicados nas organizações; nessa fase destacaram-se, dentre alguns dos pioneiros a desempenhar o papel de consultor, Frederick W. Taylor e Henry L. Gantt. A partir da segunda geração, ocorrida entre 1910 a 1940, a visão de consultoria começou a ser expandida dando início a implantação de técnicas como divisão organizacional, técnicas de previsão, processos orçamentários, dentre outros, destacando-se como consultores, Edwin G. Booz, James O. McKinsey, Lyndon Urwick e Charles E. Bedeaux. Já na terceira geração, com início nos anos de 1960, a consultoria teve um novo impulso, tendo a aplicação de seus estudos voltados para as estratégias; nesse período empresas de consultoria começaram a ser criadas.

Uma quarta geração pode ser identificada trazendo como elemento central de estudo a gestão do conhecimento e estratégia, entretanto há a necessidade de pesquisas mais aprofundadas acerca das peculiaridades que a caracterizem de forma adequada (PAULA; WOOD JR., 2008).

As contribuições dos estudos no período, onde as empresas eram vistas de forma gerencial e mecanicista, resultou positivamente para os avanços científicos, por outro ângulo, segundo Wood Jr. (1992), a superespecialização exigida aos operários marcou a limitação de sua perspectiva de carreira e a perda de habilidades genéricas. Para Capra (2002), os princípios da teoria clássica da administração ficaram arraigados no modo de conceber as organizações empresariais, estando ainda, nos dias atuais, presentes nas estruturas formais, sendo um dos maiores obstáculos que interpõem no caminho da mudança das organizações.

Diferente da administração clássica, Morgan (1996), Sonaglio, Santos e Marion Filho (2008), mencionam a perspectiva das organizações vistas como organismos vivos, considerando-as como sistemas complexos do qual os funcionários são pessoas que possuem necessidades a serem satisfeitas, e o atendimento de suas expectativas provocaria um melhor desempenho dos trabalhadores na organização onde atuam. As empresas como entidades vivas e complexas demonstram a sua interação com o meio e a forma de como se adéquam as circunstâncias ambientais, diante uma constante troca de influências: ambiente-trabalhador-ambiente. Isso demonstra a necessidade de as organizações serem compreendidas de forma sistêmica, onde as variáveis internas e externas possuem uma interrelação, não atuando de forma isolada.

Nos dias atuais, uma nova configuração das organizações caracteriza os contextos sócio-históricos-econômicos como ambientes dinâmicos, competitivos, globalizados e instáveis (SONAGLIO; SANTOS; MARION FILHO, 2008), necessitando de ajustes e contínuas transformações para adaptação ao meio em que se encontram. Para Marchi e Wittmann (2008), faz-se necessário um novo modelo de pensamento que permita uma nova forma de se perceber o contexto do qual se requerem posturas diferenciadas dos próprios agentes.

Diante desse processo, Kubr (2002) faz referência que analisar a dimensão humana é fundamental, pois a mudança do indivíduo proporcionaria a mudança

organizacional. Segundo este autor (2002), é necessário que as pessoas adquiram novos conhecimentos, absorvam novas informações, aperfeiçoem seus hábitos, valores e atitudes no trabalho. E o papel da consultoria estaria justamente alinhado na perspectiva de auxiliar à organização a planejar e disseminar mudanças no sistema organizacional.

A consultoria, considerada como um serviço a ser prestado visando identificar e resolver problemas (KUBR, 2002; CROCCO; GUTTMANN, 2010) e auxiliar os executivos na tomada de decisão fornecendo aconselhamentos (BLOCK, 1991; MOURA, 2005; OLIVEIRA, 2015), pode melhorar processos e diminuir custos com alternativas de otimização dos recursos materiais e humanos (LINS, 1999). Oliveira (2015) complementa que a consultoria é vista como um processo interativo onde a mudança é feita por um agente externo ou interno à organização, que assume a responsabilidade de contribuir com os executivos e profissionais da empresa em análise, nas tomadas de decisão, não possuindo, no entanto, o controle direto da situação.

Os serviços de consultoria são solicitados devido às organizações necessitarem constantemente de conhecimentos atualizados sobre metodologias de gestão, que permitam ser aplicadas para a adaptação do ambiente empresarial às mudanças, resultantes da globalização da economia (SILVA JR.; VIEIRA; FEITOSA, 2007). Portanto, a mudança é o fator principal da consultoria e aspirar por transformações pode tornar as organizações mais efetivas (KUBR, 2002). Segundo Schein (2008), a consultoria gera capacidade para diagnosticar e interferir de modo construtivo, a fim de que os clientes sejam capazes de continuar por si só o melhoramento da organização. A consultoria seria um auxílio entre pessoas: de pessoa para pessoa.

A fim de ampliar a qualidade e o desempenho organizacional, a consultoria far-se-ia necessária para que as organizações implantassem um modo de operar mais dinâmico e criativo, no qual a exploração da aprendizagem permitiria a inserção de mudanças inovadoras que refletissem positivamente no seu desempenho.

3 | CONSULTORIA INTERNA COMO PROCESSO DE INTERVENÇÃO À APRENDIZAGEM

Para Bitencourt (2004), a aprendizagem organizacional tem como desígnio básico o desenvolvimento contínuo de estratégias e procedimentos que contam com a participação das pessoas para o processo de aquisição e disseminação do conhecimento. Um processo de aprendizagem, segundo Argyris e Schön (1974), estaria relacionado às mudanças de valores, crenças, posturas e comportamentos nas relações cotidianas existentes no trabalho. Dessa forma, a aprendizagem organizacional estaria correlacionada com a aprendizagem individual.

Argyris (1970) acredita que os indivíduos deveriam ser responsáveis por suas

decisões como monitorar a qualidade do planejamento e implementação de ações, até o reconhecimento e correção de erros, já que o incentivo à responsabilidade individual promoveria a aprendizagem. As intervenções pelos próprios indivíduos contribuiriam para que as organizações pudessem por si própria controlar a capacidade de resolução de problemas. A consultoria interna, incorporada aos aspectos da aprendizagem organizacional, poderia auxiliar essa conquista.

Enquanto a consultoria externa é prestada por um profissional fora da empresa, onde as mudanças são fomentadas pelos agentes externos, a consultoria interna, apesar de ter se desenvolvido sob o modelo da consultoria externa e em resposta ao mesmo contexto, torna-se diferente por possui características próprias com desafios específicos da modalidade.

A consultoria interna surge como uma alternativa para o desenvolvimento da empresa, com a proposta de oferecer um retorno ágil e inteligente às necessidades organizacionais (MANCIA, 2004), em resposta às exigências do cenário; não sendo considerada como um modismo (MANCIA, 2004). Na consultoria interna, reconhece-se que mais do que a mudança organizacional é necessário um processo constante de renovação da empresa (GONÇALVES, 1991) que a possibilite resolver os problemas de seus departamentos sem precisar da criação de assessorias permanentes em cada unidade de trabalho e sem a necessidade de se contratar um serviço de consultoria externa (JOHRI; COOPER; PROKOPENKO, 1998).

Johri, Cooper e Prokopenko (1998), acrescentam que o consultor interno é o agente de mudança responsável por aconselhar, influenciar e ajudar as pessoas a fazerem as atividades de forma diferente, atuando como uma fonte de consulta dentro da organização capaz de ajudar o gerente na identificação de problemas e oportunidades, elaborando recomendações e colaborando com sua implantação.

Block (1991) e Lacey (1995), ressaltam que pelo fato de o consultor interno fazer parte do quadro interno do pessoal da empresa, existe uma certa situação conflituosa que deve estar bem esclarecida entre as partes envolvidas. Entretanto, Kelley (1979), Mancia (2004), Huffington e Brunning (1994) e Kenton, Moody e Taylor (2003) afirmam que a consultoria interna pode trazer benefícios se bem desenvolvida.

Segundo Kelley (1979), algumas razões para a adoção do modelo de consultoria interna seriam: a resposta rápida, devido o agente estar familiarizado com as políticas e o tipo de gestão; a responsabilidade pessoal, devido o funcionário estar envolvido com o monitoramento e os ajustes das sugestões a serem implementadas; o custo significativamente inferior à consultoria externa; e o campo favorável para capacitação, já que a atividade da consultoria interna propicia ao agente uma visão ampla do funcionamento da organização. Mancia (2004) complementa que a atividade da consultoria interna redimensiona as competências do profissional devido às exigências de novas habilidades, conhecimentos e atitudes.

Se a consultoria for bem implementada será possível à equipe desenvolver a competência que permitirá continuar com o trabalho sem a presença do consultor

(HUFFINGTON; BRUNNING, 1994), e a organização terá a oportunidade de maximizar o conhecimento, alcançando melhores resultados, e ampliando o desenvolvimento profissional do consultor interno (KENTON; MOODY; TAYLOR, 2003).

O consultor, agindo como facilitador do processo de mudanças, realizando diagnóstico e apresentando soluções, torna-se um profissional procurado por seus conselhos, mas segundo Block (1991), a maior dificuldade para este profissional está em influenciar sem ter o controle direto da situação. Para Argyris (1970), o papel do consultor está relacionado com a mudança do modelo sistema-cliente, tendo em vista que as organizações tendem a bloquear a necessidade de expressão dos indivíduos e a capacidade de desempenharem o trabalho de forma eficiente.

À luz dessas ideias, uma abordagem voltada para a aprendizagem individual, em uma perspectiva organizacional, encararia as organizações como sistemas, conforme tratam Argyris e Schön (1974) e Elkjaer (2001). Dessa forma, métodos de análise embasados na aprendizagem organizacional também explorariam a aprendizagem individual. Dentre modelos teóricos que abordam sobre a aprendizagem organizacional, encontra-se o método de Investigação Apreciativa de Cooperrider e seus colaboradores (2006, 2008).

4 | INVESTIGAÇÃO APRECIATIVA PARA A MUDANÇA ORGANIZACIONAL INOVADORA

A metodologia da Investigação Apreciativa proposta por Cooperrider e seus colaboradores, por volta da década de 1980, foi desenvolvida partindo de um meio propositivo de se fazer questionamentos investigativos sobre o futuro dos negócios, de modo a construir uma visão estratégica norteadora, do qual o foco não estava no encontro de soluções para um problema, mas na construção de um ideal (ARRUDA, 2013).

Partindo da ideia de que toda organização possui algum ponto positivo que funciona bem, o foco de investigação deve ser voltado para este ponto em que mudanças podem ser estimuladas para o sucesso organizacional (COOPERRIDER; WHITNEY; STAVROS, 2008).

Com uma abordagem direcionada para o desenvolvimento e mudança organizacional inovadora, a metodologia da Investigação Apreciativa parte de uma visão diferenciada do que se considera informação, conhecimento, organização e processos de gerenciamento; sugerindo que a interação entre todos os representantes, a partir do encorajamento à participação dos funcionários de diferentes níveis, juntamente com os clientes e parceiros, faça-se necessária para que haja o sucesso da organização (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006).

Segundo Arruda (2013), esse tipo de investigação é uma abordagem de intervenção organizacional com foco na análise do negócio visando contribuir com

a descoberta, a compreensão e a promoção de inovações, sendo possível promover a evolução da capacidade cooperativa entre indivíduos, grupos e organizações. Cooperrider, Whitney e Stavros (2008), confirmam que a Investigação Apreciativa se caracteriza como uma ferramenta que permite a participação de todos os indivíduos em uma investigação colaborativa alinhada com os sistemas organizacionais.

O próprio ambiente interno da organização seria um campo de análise da Investigação Apreciativa do qual o profissional analisá-lo-ia de forma realística, segundo Pereira (2007), devido a ser perceptível que dentro das organizações as pessoas naturalmente têm inspirações e necessitam de mobilizações que sustentem a integração sistêmica nas equipes e nas ações cotidianas. Com essa visão, a mudança organizacional existiria quando o diagnóstico do contexto organizacional deixasse de ser voltado para a solução de problemas (problema a ser solucionado) e passasse a ser direcionado para uma investigação apreciativa (valorização do que existe de melhor).

Cooperrider e Whitney (2006) mencionam que na Investigação Apreciativa, a intervenção, ao invés de ser uma tarefa de crítica e negação dos diagnósticos, passa a ser um espaço para a imaginação, descoberta, estruturação e inovação. Estes autores (2006) complementam que a mudança positiva foi idealizada com o propósito estratégico, verificado através da edificação de parcerias, do planejamento estratégico, do melhoramento da qualidade, produtividade, satisfação e entusiasmo dos funcionários.

A Investigação Apreciativa fundamenta-se em dois pontos bases: o reconhecimento das pessoas e da organização, e a combinação de melhores técnicas que proporcionam visão de futuro. Seguindo os pressupostos dessa abordagem é possível considerar que as organizações são sistemas sociais e podem utilizar a comunicação para mudar o foco de atenção das pessoas (de problemas para possibilidades produtivas), sendo que os problemas não são ignorados, mas sim resolvidos de forma diferente, e o sucesso da empresa está baseado não no aumento do comando e controle, nem na certeza dos planos, mas sim na capacidade do líder em reconhecendo os problemas e considerando que as pessoas possuem talentos e habilidades únicas, instiguem a capacidade dos liderados para fazer mudanças e adaptações necessárias para o êxito do negócio (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006).

De acordo com Arruda (2013), o método da Investigação Apreciativa resulta em benefícios para as empresas: funcionários motivados, aprendizagem alinhada com a necessidade de realização dos objetivos organizacionais, aplicação desse tipo de investigação com a finalidade de gerenciar e conduzir processos de mudança e inovação, dentre outros.

Essa abordagem favorece, segundo Cooperrider e Whitney (2006), a gestão da inovação, da aprendizagem e da mudança organizacional, gerando como resultado um ambiente onde há cooperação e inovação dos envolvidos, todos são ouvidos, os relacionamentos criados geram senso de importância nas pessoas, as pessoas são

encorajadas a despertarem habilidades positivas e escolhem como querem contribuir, dentre outras consequências positivas.

Direcionando a Investigação Apreciativa para a mudança organizacional, quatro condições definem uma base para sua aplicação: apreciação no que existe, como forma de se inspirar e dar valor ao que se torna essencial, para a promoção da aprendizagem e participação coletiva; investigação do que seja aplicável, do que gera conhecimento e seja objeto de validação; investigação provocadora a fim de instigar o constante aprendizado, de modo que a organização tenha consciência de sua própria evolução; e desenvolvimento do potencial humano colaborativo (PEREIRA, 2007).

Em suma, o método de Investigação Apreciativa trabalhando com um ciclo de averiguação, composta: pelo envolvimento do indivíduo no compartilhamento de descobertas (descoberta); pela visualização e avaliação dos participantes quanto à um pensamento positivo de futuro desejado (sonho); pela construção de um planejamento inspirado nos sucessos anteriores (planejamento); e pelo impulsionamento do planejamento para o futuro almejado (destino) (COOPERRIDER; WHITNEY; STAVROS, 2008), confere benefícios às organizações, que vão desde a aplicação da aprendizagem por funcionários motivados, buscando possíveis potencialidades, até o gerenciamento de uma mudança inovadora.

5 | CONCLUSÕES

Cada modelo de consultoria organizacional possui suas particularidades, que variam conforme o foco de atuação, as características do modelo, o desenvolvimento do processo de consultoria e até mesmo a formação do consultor, dentre outros aspectos que visam contribuir para a eficiência organizacional proporcionando mudanças geradas pela aprendizagem (BAZZO, 2011).

O consultor, o gestor e todo funcionário envolvido na manutenção das relações do ambiente organizacional deve se preocupar com o processo de comunicação interna como forma de se perceber novas possibilidades na realização dos objetivos organizacionais. Schein (2008) corrobora que as dinâmicas invisíveis das relações que se criam no processo de comunicação, resultante de uma conjectura cultural e pessoal, devem ser compreendidas, a fim de que essas relações sejam zeladas. O profissional, ciente deste cenário, estaria apto a incrementar um processo de comunicação que fomente a aprendizagem individual, consequentemente impactando em uma aprendizagem organizacional, possibilitando a implantação de mudanças inovadoras.

O consultor atuando internamente na organização age como um provocador de capacidades em que todos os envolvidos da empresa são direcionados para a busca das próprias respostas aos problemas existentes no negócio, permitindo que mudanças inovadoras emergjam do próprio espaço interno da organização.

A Investigação Apreciativa fundamentando a consultoria interna, proporciona

a mudança de postura dos indivíduos da organização, promovendo um maior envolvimento e comprometimento no trabalho. O profissional tendo conhecimento dessa abordagem de intervenção desenvolve e gera competências para a solução dos problemas organizacionais influenciando a participação das pessoas em uma investigação colaborativa direcionando para mudanças em profundidade.

REFERÊNCIAS

ARGYRIS, C. **Intervention, theory and methods**: a behavioral science view. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1970.

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. A. **Theory in practice**: increasing professional effectiveness. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1974.

ARRUDA, J. L. M. **Um teste científico de teorias da consultoria organizacional**: a experiência do SESI com a aprendizagem gerencial. 2013. 304 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

BAZZO, P. S. **O impacto da consultoria ontopsicológica no desempenho organizacional**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2011.

BITENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BLOCK, P. **Consultoria o desafio da liberdade**: coragem, confiança, parceria e implementação de qualidade em todas as decisões. São Paulo: Makron, McGrawHill, 1991.

CANBACK, S. The logic of management consulting: part 1. **Journal of Management Consulting**, v. 10, n. 2, p. 3-11, 1998.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Investigação apreciativa**: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D.; STAVROS, J. M. **Manual da investigação apreciativa**: para líderes da mudança. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DONADONE, J. C. O mercado internacional de consultorias nas últimas décadas: crescimento, diversificação e formas de disputa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-15, jun. 2003.

DONADONE, J. C. A difusão de conceitos gerenciais, imprensa de negócios e o mercado de consultoria nos anos 90. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 3, n. 1, p. 26-38, abr. 2005.

ELKJAER, B. Em busca de uma teoria de aprendizagem social. In: EASTERBYSMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L (Orgs.). **Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem**: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001. p.100-115.

- ELTZ, F.; VEIT, M. **Consultoria interna**. 1. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
- GEBELEIN, S. H. Profile of an internal consultant: roles and skills for building cliente confidence. **Training & Development Journal**, v. 43, n. 3, p. 52-59, mar. 1989.
- GIRARDI, D. M.; LAPOLLI, É. M.; TOSTA, K. C. B. T. A consultoria interna de recursos humanos como prática catalisadora da gestão do conhecimento organizacional. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 151-176, set./dez. 2009.
- GONÇALVES, M. A. Consultoria. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 91-98, abr./jun. 1991.
- HUFFINGTON, C.; BRUNNING, H. **Internal consultancy in the public sector: case studies**. London: Karnac Books, 1994.
- JOHRI, H. P.; COOPER, J. C.; PROKOPENKO, J. Managing internal consulting organizations: a new paradigm. **Advanced Management Journal**, v. 63, n. 4, p. 4-10, 1998.
- KELLEY, R. E. Should you have na internal consultant? **Harvard Business Review**, v. 57, n. 6, p. 110-120, nov./dez. 1979.
- KENTON, B.; MOODY, D.; TAYLOR, B. **The role of the internal consultant**. Roffey Park Institute, 2003.
- KIPPING, M. Trapped in their wave: the evolution of management consultancies. In: CLARK, T.; FINCHAM, R. (Orgs.). **Critical consulting: new perspectives on the management advice industry**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 28-49.
- KUBR, M. **Management consulting: a guide to the profession**. 4. ed. Geneva: Internacional Labour Office, 2002.
- LACEY, M. Y. Internal consulting: perspectives on the process of planned change. **Journal of Organizational Change Management**, v. 8, n. 3, p. 75-84, 1995.
- LINS, N. V. M. **Consultoria: um novo enfoque em aplicações de jogos de empresas**. 1999. Florianópolis, 1999. 94 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1999.
- MANCIA, L. T. S. Os desafios do modelo de consultoria interna em recursos humanos. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 144-159.
- MARCHI, J. J.; WITTMANN, M. L. Princípios da teoria da complexidade aplicados à gestão das organizações. In: WITTMANN, M. L. (Org.). **Administração: teoria sistêmica e complexidade**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008. p. 41-61.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MOURA, G. L. **Relações de conhecimento consultor organizacional-cliente à luz da biologia do conhecer: uma reinterpretação para desfazer mal-entendidos correntes**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2005.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAULA, A. P. P. de; WOOD JR., T. Dilemas e ambiguidades da 'indústria do conselho': um estudo múltiplo de casos sobre empresas de consultoria no Brasil. **RAC-Eletrônica**, Curitiba, v. 2, n. 2, art. 1, p. 171-188, mai./ago. 2008.

PEREIRA, A. C. V. Mediação - **Metodologia de Investigação Apreciativa da Ação-na-Ação**. Recife: Bargaço, 2007.

SCHEIN, E. H. **Princípios de consultoria de processos**: para construir relações que transformam. São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2008.

SILVA JR. A. de S.; VIEIRA, N. dos S.; FEITOSA, M. G. G. A relação entre cultura organizacional e aprendizagem dos integrantes de organizações clientes de consultorias: um ensaio teórico sob a luz da teoria de Argyris. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., 2007. Resende. **Anais...** Resende, 2007. p. 1-15.

SONAGLIO, C. M.; SANTOS, F. F. dos; MARION FILHO, P. J. A empresa que aprende: a nova gestão da economia globalizada. In: WITTMANN, M. L. (Org.). **Administração**: teoria sistêmica e complexidade. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. p. 117-137.

WOOD JR., T. Fordismo, toyotismo, volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, set./out. 1992.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA GESTÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA ONG

Joema Vitória Rêgo Rocha

Universidade de Fortaleza - UNIFOR
Fortaleza, Ceará

Francisca Fabiana Menezes Lira

Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Fortaleza, Ceará

RESUMO: Clima organizacional é um dos principais indicadores da satisfação dos funcionários de uma empresa para monitorar diversos fatores que influenciam no bem estar e satisfação das pessoas na instituição. No presente trabalho objetivamos a analisar a importância do psicólogo na gestão do clima organizacional, buscando compreender de que forma ele pode contribuir para a qualidade de vida do trabalhador dentro de uma ONG, dada a dinâmica particular exigida pela mesma. A instituição escolhida foi a Casa do Menor São Miguel Arcanjo, uma ONG que acolhe crianças com idades entre 0 a 16 anos, que foram removidas do convívio familiar. Foi utilizada como metodologia um estudo qualitativo, de cunho exploratório, utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, diários de observação e finalizando com a aplicação da escala ECO (Toro, 2001). Com isso, foram alcançados resultados mostrando que o principal motivo de insatisfação no ambiente de trabalho no local

é a falha na comunicação. Assim, buscou-se responder ao questionamento inicial, quanto à importância de um psicólogo na gestão de clima organizacional, percebendo-se que ele se utilizará de técnicas e instrumentos específicos, para propor soluções efetivas, que possam melhorar o clima na instituição, aumentando a satisfação dos funcionários.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de clima organizacional. Psicologia organizacional. Organização não Governamental.

ABSTRACT: Organizational climate is one of the main indicators of the satisfaction of the employees of a company to monitor several factors that influence the welfare and satisfaction of the people in the institution. The present work aims to analyze the importance of the psychologist in the management of the organizational climate, seeking to understand how it can contribute to the quality of life of the worker within an NGO, given the particular dynamics demanded by it. The chosen institution was the Casa do Menor São Miguel Arcanjo, an NGO that welcomes children aged 0 to 16 years old, who were removed from their families. A qualitative, exploratory study was used as a methodology, using semi-structured interviews, observation logs and finalizing with the ECO scale (Toro, 2001) as instruments of data collection. With this, were obtained results

showing that the main reason for dissatisfaction in the workplace environment is the lack of communication. Thus, we tried to answer the initial questioning about the importance of a psychologist in the management of organizational climate, realizing that he will use specific techniques and instruments, to propose effective solutions that can improve the climate in the institution, increasing the satisfaction of employees.

KEYWORDS: Organizational climate management. Organizational psychology. Non-governmental organization.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi realizado baseando-se nas experiências vivenciadas durante o cumprimento do estágio I com ênfase em Gestão e Saúde do trabalho no curso de psicologia da Universidade de Fortaleza. Tal estágio foi realizado na instituição Casa do Menor São Miguel Arcanjo, uma ONG que acolhe crianças com idades entre 0 a 16 anos, que foram removidas do convívio familiar. Elas são divididas em três casas, de acordo com as suas idades, e lá são acompanhados por quatro educadores, que trabalham em turnos de dois dias, representando as figuras paternas na casa, acompanhando-as em consultas médicas, levando-as para suas respectivas escolas e creches, fazendo passeios, cuidando de sua alimentação, entre outras responsabilidades.

A casa conta com um quadro de 29 funcionários, divididos entre funções técnicas, administrativas e educacionais. Além disso, por ser uma ONG que funciona por intermédio de doações, o quadro de funcionários está sob constante ameaça de demissão, já que a instituição precisa fazer muitos cortes em seus gastos para controle financeiro.

Tudo isso pode gerar um clima negativo de medo e insatisfação no ambiente de trabalho, o que aumenta a importância da gestão de clima organizacional na empresa, para investigar a forma que tais questões influem no desempenho das pessoas que trabalham na instituição, bem como sua relação com o local e entre si.

Clima organizacional é um dos principais indicadores da satisfação dos funcionários de uma empresa quanto a diversos fatores da instituição. Segundo Luz (2003), pode-se considerar clima organizacional o reflexo do estado de ânimo ou do grau de satisfação dos funcionários de uma empresa num dado momento, ou a atmosfera psicológica que envolve a relação entre a empresa e seus funcionários.

Sendo assim, a presença do psicólogo para contribuir com a gestão do clima organizacional é de grande importância, pois ele trará outra visão para a empresa, permitindo uma análise diferenciada dos aspectos relativos ao clima organizacional. Segundo Silva (2015),

O trabalho do psicólogo organizacional não pode ser individualizado e descontextualizado do ambiente onde a organização está inserida. Ele deve

atuar como um profissional de Recursos Humanos e desenvolver atividades que supram as necessidades das organizações e as auxiliem a tornarem-se competitivas e a sobreviverem nesse mercado globalizado, onde o Capital Humano e a Qualidade Total são os pontos chaves para o sucesso organizacional. Nesse sentido, o papel do psicólogo organizacional é fundamental para alcançar níveis excelentes de Qualidade por toda a organização.

Dessa forma, foi definido clima organizacional, a importância do psicólogo nessa pesquisa, bem como foram trabalhados os pontos observados na empresa e os dados recolhidos com os instrumentos escolhidos. A pesquisa teve como objetivo identificar a importância do psicólogo na gestão do clima organizacional, buscando compreender de que forma ele pode contribuir para a qualidade de vida do trabalhador.

Para isso, foi utilizada como metodologia uma pesquisa de cunho exploratório, que segundo Theodorson e Theodorson (1970) apud Piovesan e Temporini (1995), consiste em um estudo preliminar cujo propósito é se tornar familiar com o fenômeno a ser investigado, de forma que o estudo final possa ser conduzido com maior entendimento e precisão. Os instrumentos utilizados para tal pesquisa foram observações sistemáticas, diários de campo e entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, e depois foi aplicada a escala ECO (Toro, 2001) com todos os funcionários da instituição.

Com isso, identifica-se a relevância do estudo por contribuir na gestão de clima organizacional, podendo afetar a produtividade e a satisfação dos funcionários, analisando quais aspectos precisam ser trabalhados para o melhor funcionamento da instituição. Isso é de extrema importância para o aumento da produtividade empresarial, mas principalmente na melhora da qualidade de vida dos colaboradores, que ao trabalhar num ambiente com um bom clima organizacional, transformam o local em não aversivo, e transportam esses sentimentos, crenças e bem-estar para outras áreas da vida.

2 | METODOLOGIA

Foi realizado um estudo qualitativo, de cunho exploratório, durante um período de seis meses. A observação foi feita de forma não participativa, pois não houve interferência no campo. Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas, onde as perguntas eram feitas apenas como uma base para o andamento da entrevista, mas sem tanta rigidez. Além disso, foram utilizados diários de campo, finalizando a coleta de dados com a escala ECO.

O questionário ECO (escala de clima organizacional), (Toro, 2001) é um questionário composto por 63 perguntas, divididas em 5 blocos de fatores. Os fatores da escala são: Apoio da Chefia e organização; Recompensa; Conforto Físico; Controle e pressão; Coesão entre os colegas. Todos esses fatores são pontos que indicam a satisfação do funcionário em seu ambiente de trabalho, auxiliando na gestão de clima

organizacional da empresa.

O local onde foi realizada a pesquisa não conta com um setor de RH, e faltam ferramentas para medir a satisfação de seus funcionários, como uma avaliação de desempenho, portanto viu-se que seria útil à instituição a realização de uma pesquisa de clima organizacional. Ferreira (2013) define a pesquisa de clima organizacional como uma análise do ambiente organizacional em seus diversos aspectos, de acordo com os funcionários da empresa. Uma ferramenta fundamental, pois permite detectar o grau de satisfação dos funcionários em um dado momento, verificando os pontos fracos e fortes da instituição.

Dessa forma, decidiu-se utilizar ferramentas de pesquisa de clima, tendo como metodologia principal a Escala de Clima Organizacional (ECO), juntamente com observações e entrevistas com os funcionários. O trabalho foi feito juntamente com o departamento de pessoal, que é o departamento que cumpre com algumas das responsabilidades do setor de RH dentro da instituição.

Antes de iniciar a pesquisa, foi realizado um plano de ação juntamente com a professora supervisora, que foi apresentado para aprovação aos responsáveis dentro da instituição. Lima e Stano (2004) apud Ferreira (2013) trazem que o desenvolvimento da pesquisa de clima deve contemplar alguns passos, que são:

Definição dos objetivos; definição de metodologia e técnica de coleta de informações; tabulação e análise estatística dos dados; apuração e análise de resultados; elaboração do relatório final; retorno aos envolvidos.

Ao realizar os primeiros passos da pesquisa, que são a definição dos objetivos e da metodologia, foi iniciado o processo de aplicação da metodologia, com as observações e entrevistas, para coletar dados antes da aplicação da escala.

A primeira parte da metodologia foi a observação, feita especialmente com o departamento de pessoal, recepção e educadores sociais, porque a maioria dos outros cargos são um pouco mais técnicos, sendo difícil fazer a observação sem prejudicar o andamento do trabalho.

Durante as observações, veio à tona a questão salarial, que foi vista como uma das possíveis causas de insatisfação com o trabalho por parte dos funcionários. Por ser uma ONG, todo o dinheiro utilizado pela instituição vem de doações, o que muitas vezes faz com que existam atrasos nos pagamentos dos funcionários, e dificulta a existência de bônus e recompensas pelo trabalho realizado.

A falta de um setor de RH foi outro problema que surgiu durante as observações, sendo clara a necessidade de um psicólogo atuando na área. A falta de um recrutamento eficaz, treinamentos para os funcionários, avaliações de desempenho entre outras ações inerentes ao setor podem ser um fator de dificuldade para a realização do trabalho de forma realmente eficaz.

Após as observações, onde foram apontados os possíveis problemas principais que poderiam estar causando um clima organizacional negativo, foram iniciadas as

entrevistas, feitas com o departamento de pessoal, gestão de pessoas, equipe técnica e educadores, buscando confirmar ou não as dificuldades observadas.

As entrevistas, no entanto, mostraram uma satisfação inesperada por parte dos funcionários acerca do salário, que consideraram justo devidas as dificuldades vividas pela instituição. Porém, de acordo com as entrevistas, a principal fonte de satisfação dos funcionários é a missão da instituição, bem como o trabalho realizado, que é considerado por todos um trabalho de enorme importância social, realizado com dedicação devida a recompensa emocional, mais que pela financeira.

Após as entrevistas, foi aplicada a escala de clima organizacional (Toro, 2001) com 19 dos 29 funcionários da Casa, pois os outros estavam indisponíveis por motivos como licença, férias e trabalho apenas externo. O questionário foi aplicado individualmente ou em duplas, dependendo do setor trabalhado, para garantir as respostas mais reais possíveis.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O clima organizacional, segundo Coda (1993), apud Bispo (2006) é o principal indicador da satisfação dos funcionários da empresa, em relação a diversos fatores pertinentes à instituição. Dessa forma, é importante que o psicólogo organizacional se utilize de técnicas para investigar essa satisfação, fazendo uma pesquisa de clima organizacional.

Segundo Bispo (2006) existem três modelos desenvolvidos especialmente para a pesquisa de clima organizacional, que são utilizados em empresas. São eles o modelo de Litwin e Stringer, o modelo de Kolb e o modelo de Sbragia. Cada um destes irá observar fatores importantes para medir o clima organizacional.

Pestana (2001) diz que a satisfação no trabalho é um fator crítico dentro comportamento organizacional, e por isso deve ser compreendida, acompanhada e trabalhada, de forma a evitar problemas que podem vir a causar insatisfação, o que prejudica o clima através de consequências negativas.

Uma pesquisa sobre Clima Organizacional é um levantamento, realizado através de um processo amplo segundo o qual os empregados têm a oportunidade de manifestar seus sentimentos de satisfação ou de insatisfação em relação a seus cargos, ambiente de trabalho e outras variáveis de interesse da alta administração e que contribuem igualmente para a formação do Clima Organizacional (Pestana, 2001)

Já Martins (2008), vem trazer que o clima organizacional é um conceito importante para compreender a maneira como o contexto do trabalho afeta o comportamento e as atitudes das pessoas nesse ambiente. Segundo a autora, “Fala-se em clima organizacional para referir-se às influências do ambiente interno de trabalho sobre o comportamento humano.”

Segundo Silva (2015), os profissionais de recursos humanos apresentam papel essencial e estratégico na pesquisa de clima organizacional. O psicólogo é uma figura central nesse trabalho, pois irá desenvolver atividades que suprem as necessidades da organização, trazendo uma visão diferenciada para a gestão do clima organizacional.

Para ser desenvolvida a pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, durante o período do semestre 2016.1. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com os funcionários, para a coleta de dados, juntamente com observações sistemáticas. Após as entrevistas iniciais, foi aplicada a escala de clima organizacional - ECO.

A ECO é uma escala multidimensional construída e validada com o objetivo de avaliar a percepção do trabalhador sobre várias dimensões do clima organizacional. Foram construídos 127 itens para representar as 12 dimensões mais freqüentemente apontadas em estudos nacionais e internacionais, sobre as quais os trabalhadores deveriam manifestar-se. Este conjunto de 12 aspectos compõe, segundo Martins et al. (2004), a base comum do clima organizacional. Seis desses aspectos são identificados em mais de 80% dos estudos publicados: estilo de liderança, suporte do chefe e/ou da organização, relacionamento entre colegas, clareza da tarefa, pressão e controle. (Martins, 2008)

Essa escala foi utilizada como estratégia final, após a realização das observações e entrevistas, para um aprofundamento no levantamento de dados, de forma a melhor avaliar a maneira que o funcionário da instituição percebe os diversos aspectos do clima organizacional.

A aplicação deve ser feita num ambiente tranquilo e confortável, com o tempo livre, para que o trabalhador não tenha suas respostas influenciadas por desconforto ou pressão. Pode ser feita de maneira individual ou coletiva, e o aplicador deve se assegurar que todos entenderam as questões a serem respondidas.

Foram necessárias 3 visitas à instituição para a aplicação de todos os questionários, e após a coleta dos dados, foi feita a análise dos dados. Para isso, foi utilizada a ferramenta Google Formulários, que ajudou na criação dos gráficos para a análise.

A análise dos dados mostrou que, contrariamente ao que fora imaginado, o principal problema quanto à satisfação dos funcionários está relacionado ao apoio da chefia e organização. O problema se dá pela falta de planejamento, um dos aspectos contemplados por este fator. 57,9% dos funcionários discordam que exista tal planejamento na instituição, enquanto 31,6% não discordam nem concordam com tal afirmação, e apenas 10,5% acreditam que haja tal planejamento. Dentre os que acreditam nesse planejamento, estão principalmente a gestão e os funcionários em cargos técnicos, pois as mudanças vêm de seus respectivos departamentos, normalmente. Já os outros funcionários se veem perdidos e sem informações acerca delas, se colocando apenas num ponto de adaptação. Isso mostra que possivelmente, o problema não seja a falta de planejamento, e sim as falhas na comunicação.

Apesar de a maioria dos funcionários não considerar que a remuneração

esteja de acordo com o trabalho realizado, uma vez que 52,6% não acreditam que o salário depende do trabalho realizado, e 47,4% não acreditam que a produtividade tenha influência com o salário, 36,9% deles acredita que o salário está dentro das expectativas, e 36,8% não concordam nem discordam com a afirmação, mostrando que as recompensas não seriam o principal gerador de clima negativo, diferente do que foi pensado.

Foi notado que a principal fonte de satisfação é com o conforto físico, 68,4% dos funcionários considera o espaço físico agradável, e 84,2% consideram o espaço arejado. Outro ponto que pode trazer satisfação é o fato de o controle e pressão não ser muito exagerado sobre os funcionários. 63,2% deles acreditam que não existe um controle exagerado e 52,6% não acreditam que tudo seja controlado. Além disso, 79% deles discorda que o chefe pressione o tempo todo.

4 | CONCLUSÃO

Ao realizar as observações e entrevistas, percebeu-se que uma das principais causas de demissão da instituição poderia ser evitada com a existência de um setor de RH ativo. Seria muito importante para os funcionários a presença de um psicólogo organizacional, pois o trabalho com os funcionários é feito pelo departamento de pessoal e gestão de pessoas, que não contam com o aparato técnico e teórico suficientes para o papel. Segundo Luz (2006), a empresa deve ouvir seus funcionários através do setor de RH, porque faz parte de sua missão proporcionar-lhes um bom clima organizacional.

Para tanto, o psicólogo organizacional se torna indispensável, contribuindo para a compreensão do trabalho, e desenvolvendo estratégias de intervenção apropriadas. Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014) trazem que o conjunto de técnicas profissionais utilizadas pelo psicólogo organizacional tem permitido não apenas uma atuação como especialista ou consultor, mas também como pesquisador e agente de mudança.

A Casa do Menor precisa desse agente de mudança, no sentido de melhorar a comunicação entre os funcionários, uma vez que foi percebida durante a pesquisa que uma das maiores insatisfações quanto ao trabalho na empresa se dá justamente pela falta de comunicação quanto às mudanças na instituição. Eles utilizam um sistema de CI's, que nem sempre funciona, com as informações muitas vezes demorando a chegar ao seu destino. O psicólogo poderia desenvolver novas técnicas que facilitassem a comunicação interna, minimizando o problema.

Luz (2006), diz que além do RH, os gestores devem se responsabilizar pelas questões de seus respectivos gestores, porém como a casa conta apenas com um gestor, ele não teria condições de realmente buscar soluções para os problemas de cada setor. Dessa forma, sem conseguir encontrar métodos eficazes de resolver os problemas, além de o recrutamento ser feito de maneira ineficaz, pela falta de um

setor responsável, e de os funcionários precisarem aprender suas funções durante o exercício do cargo sem contar com nenhum tipo de treinamento, é muito comum que haja demissões. Especialmente dos educadores sociais, pois eles lidam diretamente com os jovens da casa, que são o principal foco da instituição, e precisam saber desenvolver muito bem suas funções.

Dessa forma, sugere-se que, para o melhor funcionamento da empresa, sejam realizadas reuniões sistemáticas, onde os gestores possam transmitir as informações e receber feedbacks dos funcionários. Além disso, propõe-se que seja feita uma padronização no sistema de comunicação interna, para minimizar as barreiras de comunicação. Sugere-se também que sejam realizados treinamentos com os funcionários, numa tentativa de melhorar a qualidade do trabalho e o relacionamento interpessoal atingindo assim, a melhoria na comunicação interna.

REFERÊNCIAS

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional. **Produção**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.258-273, ago. 2006.

LUZ, Ricardo. Aspectos teóricos sobre gestão de clima organizacional. In: LUZ, Ricardo. **Gestão do clima**. 3. ed. Rio: Qualitymark, 2006. p. 151-167.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do clima organizacional**: Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. Estudo de caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro.. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PESTANA, Simery Conceição Constâncio. **Pesquisa de clima organizacional**. 2001. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Reengenharia e Gestão de Recursos Humanos, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001

SILVA, Rosana Marques da. **O Papel do Psicólogo Organizacional na Gestão da Qualidade Total**. 2015. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=bfaqzgajg>. Acesso em: 03 maio 2016.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do comportamento organizacional**: Ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008. 344

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Campo Profissional do Psicólogo em Organizações e no Trabalho. In: ZANELLI, José Carlos;

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Cap. 15. p. 549-582.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: A FORMALIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES DO COMPLEXO ARTESANAL DE AQUIRAZ-CE

Francisco Sávio de Oliveira Barros

Universidade da Integração internacional da
Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB
Redenção – Ceará

Jéssica Maria Chaves Menezes

Microempreendedora Individual - MEI
Aquiraz - Ceará

RESUMO: No intuito de reduzir a informalidade na economia brasileira, o governo federal editou em 2008 a Lei Complementar 128 criando a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Essa lei se tornou a forma mais simples de formalização de pequenos negócios, possibilitando inclusão previdenciária, econômica e social aos empreendedores. Ciente dessa importância, definiu-se, como objetivo deste estudo, analisar o processo de formalização dos empreendedores do Complexo Artesanal de Aquiraz-CE e identificar os benefícios resultantes desse processo. Classificado como exploratório-descritivo e de natureza qualitativa e quantitativa, o estudo foi realizado nos meses de abril e maio de 2016, utilizando a metodologia do estudo de caso. A população contou com o total de 60 artesãos. A amostra foi composta pelos 46 empreendedores presentes no período da pesquisa. Os resultados destacaram que as atividades no Complexo de Aquiraz são majoritariamente realizadas por

mulheres de baixa escolaridade que buscam o sustento ou complemento da renda familiar. A falta de conhecimento sobre o processo de formalização ficou bastante evidente. Em relação aos benefícios que mais motivaram os artesãos para a busca da formalização, evidenciou-se a possibilidade de passarem a ter direitos previdenciários e de terem acesso ao crédito. Outros citados foram a segurança jurídica e o acesso aos serviços dos agentes financeiros. Em face dos resultados obtidos na presente pesquisa, é possível concluir que o processo de registro como MEI proporcionou benefícios para os empreendedores do Complexo Artesanal de Aquiraz e para suas atividades comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Microempreendedor Individual. Complexo Artesanal de Aquiraz.

ABSTRACT: In order to reduce informality in the Brazilian economy, in 2008 the federal government issued the Complementary Law 128 creating the legal figure of the Individual Microentrepreneur (MEI). This law has become the simplest form of formalization providing social security, economic and social inclusion to entrepreneurs. Aware of this importance, it was defined as the objective of this study to analyze the process of formalization of the entrepreneurs of the Artisanal Complex of Aquiraz and to

identify the benefits resulting from this process. Classified as exploratory-descriptive and of a qualitative and quantitative nature, the study was carried out in April and May 2016, using the methodology of case study. The population had a total of 60 artisans. The sample consisted of the 46 entrepreneurs present in the research period. The results pointed out that the activities in the Aquiraz Complex are mostly carried out by women of low schooling who seek to support or complement the family income. The lack of knowledge about the process of formalization was quite evident. In relation to the benefits that motivate the artisans the most towards formalization, the possibility of having social security rights and having access to credit was evidenced. Other aspects cited were legal certainty and the opportunity to access the services of financial agents. In view of the results obtained in the present research, it is possible to conclude that the registration process as MEI provided benefits for the entrepreneurs of the Artisanal Complex of Aquiraz and for its commercial activities.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Individual Microentrepreneur. Artisanal Complex of Aquiraz.

1 | INTRODUÇÃO

Em um contexto de crise na economia, a informalidade se torna uma evidência. Pode-se encontrar diferentes tipos de trabalhadores informais em nossa economia, em especial em regiões carentes. Muitos assumem esse papel por necessidade. De forma geral, esses trabalhadores são representados por aqueles que não conseguem retornar ao mercado de trabalho após um processo de demissão, bem como pelos que largam seus antigos trabalhos para buscar sua sobrevivência “trabalhando por conta própria”. Também é possível perceber que muitos desses trabalhadores informais permanecem na informalidade para fugirem das burocracias estatais e do pagamento dos impostos.

Diante dessa realidade, o governo brasileiro adotou medidas para amenizar a situação da informalidade no Brasil. Por meio de estudos e do aprimoramento da legislação e de programas de apoio a esses trabalhadores, foi criado o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006). Em 2008 foi criada a figura jurídica do Microempreendedor Individual – MEI (LC n128/2008). Esta lei possibilita a formalização das pessoas que trabalham por conta própria, em condições especiais e facilitadas e com baixo custo para a manutenção da atividade produtiva.

O Microempreendedor Individual (MEI) é fruto da articulação de diversos setores da sociedade, o que conseqüentemente tem promovido grandes evoluções, sendo atualmente a forma mais simples de conquistar um registro de pessoa jurídica (CNPJ). Torna o ambiente de negócio mais seguro ao mesmo tempo em que propicia a inclusão previdenciária, econômica e social desses empreendedores.

Tendo como pano de fundo esse ambiente, este estudo buscou responder a seguinte questão: como o processo de formalização contribuiu para a melhoria

dos empreendedores? Por conseguinte, o seu objetivo foi analisar o processo de formalização dos empreendedores identificando os benefícios resultantes. Classificado como exploratório-descritivo e de natureza qualitativa e quantitativa, o estudo foi realizado nos meses de abril e maio de 2016, utilizando a metodologia do estudo de caso.

Como unidade de análise, foi definido o Complexo Artesanal de Aquiraz-CE, que fica localizado no município de Aquiraz no estado do Ceará. Foi fundado por Antônio Moreira Menezes e inaugurado no dia 17 de novembro de 2001, contando inicialmente com 20 (vinte) lojas. Por volta do ano de 2010, teve sua última ampliação, passando de 30 lojas para 60 lojas. Com essa atual estrutura, tem capacidade para atender aproximadamente 5 (cinco) mil visitantes mensalmente.

O estudo, com base na vivência dos artesãos, teve como objetivos específicos: identificar as principais características do Perfil dos artesãos; analisar o processo de formalização desses artesãos; e identificar os principais benefícios que levaram os artesãos do Complexo Artesanal de Aquiraz à formalização como MEI.

O trabalho foi estruturado em capítulos que apresentam, inicialmente, uma revisão bibliográfica acerca do tema empreendedorismo, para em seguida caracterizar a LC128/2008. Ao final são apresentados os resultados da pesquisa de campo e as considerações finais.

2 | PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DO ESTUDO DO EMPREENDEDORISMO

O primeiro emprego da noção de empreendedorismo pode ser atribuído, ilustrativamente, ao personagem Marco Polo, quando este tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente a fim de vender as mercadorias de um homem (capitalista). Com isso, Marco Polo assina um contrato com um homem que possuía dinheiro para vender as mercadorias dele (DORNELAS, 2005). Enquanto o capitalista era alguém que assumia risco de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, correndo todos os riscos físicos e emocionais.

Em definição do que seria empreendedorismo, Dornelas (2005) afirma que é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.

Para Dornelas (2012), os empreendedores que colocam em prática suas ideias nem sempre são os de maior criatividade, mas são geralmente os mais ágeis e que se antecipam aos demais para fazer acontecer. O autor cita, ainda, que eles analisam as falhas que o mercado tem na visão de cliente e, a partir daí, começam a vislumbrar soluções que possam atender às necessidades até então não atendidas das pessoas.

No Brasil, o empreendedorismo somente começou a tomar forma nos anos 90, quando entidades como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) foram criadas com o objetivo de dar o suporte necessário às pessoas

desejosas de iniciar uma empresa. Nelas, são disponibilizados serviços de consultoria, treinamentos, cursos e orientações gerais para o gerenciamento dos novos negócios.

Observando o ambiente de negócios, percebe-se facilmente a importância do empreendedorismo para a economia e o desenvolvimento do país. Ele exerce um papel social imensurável agregando valor à sociedade. Da mesma forma, por meio da geração de empregos, faz com que a cultura empreendedora do país cresça cada vez mais, produzindo transformações na economia e na sociedade.

Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A Lei Complementar 123/06, de 14 de dezembro de 2006 (com as alterações recentes da Lei complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011 e Lei Complementar 147 de 2014) estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para os efeitos dessa Lei Complementar, consideram-se Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados, e, desde que, no caso da ME, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e no caso da EPP, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

3 | MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Diante da realidade pouco favorável para os pequenos negócios, o governo brasileiro adotou diversas medidas para amenizar a situação da informalidade no Brasil, através de estudos e aprimoramento da legislação ou programas de apoio a estes trabalhadores, surgindo assim a figura do microempreendedor individual, que oferece a oportunidade, através de benefícios e desburocratização, de formalizar estes trabalhadores informais, visando a diminuir o trabalho informal no Brasil.

No ano de 2008, surgiu a figura jurídica de MEI, no bojo da Lei Complementar nº 128/2008. Foram criadas condições especiais para que o trabalhador por conta própria, agindo na informalidade, pudesse se tornar um empreendedor legalizado. Essa lei tem como principal finalidade fazer as pessoas deixarem a informalidade, tornando o ambiente de negócio mais seguro e propício à inclusão previdenciária, econômica e social dos pequenos empreendedores.

A Lei Complementar nº 128/08 é fruto de uma articulação de diversos setores da sociedade, o que conseqüentemente tem proporcionado grandes benefícios. Efetivamente, a formalização dos pequenos negócios na condição de MEI teve início em 1 de julho de 2009 e, desde então, tem crescido a cada ano o número de MEI

registrados.

O Brasil, em 2015, comemorou a marca de cinco milhões de brasileiros que trabalham por conta própria e passaram a ser formalizados como MEI. De julho de 2009 a abril de 2016, foram registrados no Brasil 6.001.029 (seis milhões, um mil e vinte e nove) Microempreendedores Individuais, conforme apresentado no gráfico 1(um).

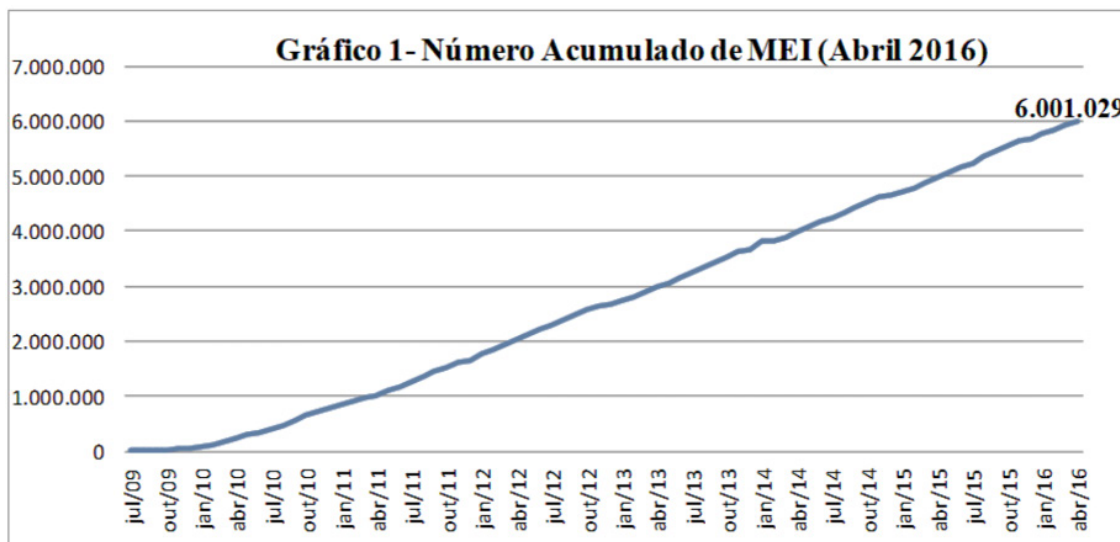


Gráfico 1- Número acumulado de MEI em abril 2016

Fonte: Portal do Empreendedor, Dados extraídos em: 23/04/2016 às 12h00min.

Quem pode ser um MEI

Com base no Portal do Empreendedor (2016), para ser um MEI, o empreendedor deverá ter um faturamento anual de no máximo R\$ 60.000,00, não podendo ter participação em outra empresa como sócio ou titular, e possuir no máximo um empregado com características de auxiliar do empreendedor e salário limitado ao mínimo vigente ou ao piso da categoria.

Processo de formalização do MEI

De acordo com Portal do Empreendedor (2016), para se formalizar como MEI, a primeira coisa que deve ser feita é verificar se a atividade que será exercida está dentro das permitidas ao MEI. Também é necessário verificar se a atividade é permitida em seu município, fazendo uma consulta junto com a Prefeitura do município, principalmente com relação ao “ponto comercial”: se é fixo, ambulante, ou até mesmo na própria residência.

Antes de outras ações, o empreendedor deve ter a certeza de que seu faturamento se encaixa no limite anual de R\$ 60.000,00 (condição essencial para o MEI). A seguinte documentação será necessária para realizar a inscrição: carteira de Identidade, cadastro de pessoa física (CPF) e documento de cadastramento do imóvel onde será a empresa.

Conforme Portal do Empreendedor (2016), a formalização do negócio pode

ser realizada pelo próprio empreendedor, ou ainda com ajuda de órgãos e entidades públicas e privadas como SEBRAE e escritórios de contabilidade optantes pelo SIMPLES. Esse serviço, por lei, deve ser sem custos para o microempreendedor individual.

No próximo passo da inscrição, o microempreendedor, deverá preencher a ficha de inscrição, com a atividade que será exercida e a ocupação principal e secundária (as atividades autorizadas constam do anexo XIII da Resolução CGSN nº 94/2011).

Obrigações do MEI

Também de acordo com Portal do empreendedor (2016), O MEI deverá realizar o pagamento de seus tributos através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que é gerado na internet, com o vencimento no dia 20 de cada mês. O não cumprimento acarretará em juros e multas. Por fim, deve apresentar, até 31 de maio de cada ano, a declaração anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual.

Os custos mensais do MEI são: 5% do salário mínimo, a título da Contribuição para a Seguridade Social (INSS), R\$ 1,00, a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), caso seja contribuinte deste tributo, e R\$ 5,00, a título de Imposto Sobre Serviços (ISS), caso seja contribuinte deste tributo.

O MEI está dispensado de emitir nota fiscal para consumidor pessoa física, porém, está obrigado à emissão quando o destinatário da mercadoria ou serviço for cadastrado no CNPJ. No tocante à aquisição de mercadorias e serviços para o seu próprio funcionamento, o MEI deve exigir documento fiscal de seu fornecedor. Esses comprovantes devem ser guardados pelo empreendedor juntamente com as notas que emitir e o relatório de movimentação financeira do mês.

Benefícios adquiridos pelo MEI

O Portal do Empreendedor (2016) diz que, ao se formalizar, o MEI tem acesso a várias garantias legais, tais como a regularização do negócio e a emissão de alvará pela prefeitura. O MEI conta, ainda, com cobertura previdenciária; acesso aos serviços bancários; obrigações tributárias reduzidas; controles contábeis mais simplificados; acesso às compras governamentais por meio das licitações públicas. Tudo isso, possibilita o crescimento do negócio e garante uma segurança jurídica para o empreendedor.

Os benefícios previdenciários atendem ao próprio microempreendedor e podem estender-se também a sua família. O principal benefício para o empresário é a aposentadoria por idade: mulheres aos 60 anos e homens, aos 65. Para isso, é necessário ter pelo menos 15 anos de contribuição. Para a aposentadoria por invalidez, é necessário 1(um) ano de contribuição. Outros benefícios previdenciários são o auxílio doença (necessário 1 (um) ano de contribuição), e salário maternidade (a partir de 10

meses de contribuição). Caso o MEI queira se aposentar pelo tempo de contribuição, há a possibilidade de contribuir com mais de um salário mínimo à Previdência.

No tocante às pessoas da família, os principais benefícios são a pensão por morte (a partir do primeiro pagamento em dia) e o auxílio reclusão (a partir do primeiro pagamento em dia). É importante destacar, para que não fique dúvidas quanto ao valor, que os benefícios concedidos terão como base o salário mínimo vigente, uma vez que o MEI, conforme instituído na lei, contribui mensalmente, com base no valor do salário mínimo. Portanto, os benefícios previdenciários terão como valor base o salário mínimo.

Um outro incentivo trazido pela Lei Complementar 128 é a isenção do pagamento de qualquer tipo de taxa para que a Prefeitura Municipal conceda licença ou o alvará de funcionamento do empreendimento. Da mesma forma, o registro na Junta Comercial que é gerado no momento da formalização.

4 | METODOLOGIA

Na operacionalização deste estudo exploratório-descritivo e de natureza qualitativa e quantitativa, realizada nos meses de abril e maio de 2016, utilizou-se o escopo metodológico do estudo de caso. Como unidade de análise, considerou-se o complexo Artesanal de Aquiraz-CE, composto por seus agentes econômicos. O uso da metodologia do estudo de caso justifica-se em vista do alinhamento entre os objetivos da pesquisa e as características e fins dessa técnica de investigação.

Iniciou-se com uma revisão bibliográfica acerca do tema empreendedorismo. Em um segundo momento, desenvolveu-se uma reflexão sobre a Lei complementar 128 de 2008, que instituiu a figura jurídica do microempreendedor individual - MEI. A fase da pesquisa de campo caracterizou-se por mais uma imersão no contexto específico do Complexo Artesanal e foi desenvolvida no período de abril a maio de 2016. Tendo como base as informações coletadas inicialmente com o presidente do Complexo Artesanal, o universo da pesquisa contou com o total de 60 artesãos atuantes no complexo. Buscou-se obter o maior número de participantes para a pesquisa de campo, configurando-se em um estudo censitário. Entretanto, em razão da ausência de alguns artesãos no período da pesquisa, a amostra foi composta por 46 empreendedores (76,6% da população), dos quais 35 já formalizados e 11 ainda não formalizados.

Em razão do objetivo determinado para a pesquisa, ou seja, analisar o processo de formalização dos artesãos, foram selecionados como prioritário apenas os 35 artesãos que já atuam na condição de MEI. Em relação à identificação do perfil dos artesãos, foram considerados a totalidade da amostra pesquisada, composta por 46 empreendedores. Os dados primários foram coletados combinando quatro fontes de evidências: análise documental, entrevista semiestruturada, questionário estruturado e observação direta.

5 | APRESENTAÇÃO DO CASO ESTUDADO

O Complexo Artesanal de Aquiraz fica localizado no município de Aquiraz, no estado do Ceará. Foi fundado por Antônio Moreira Menezes e inaugurado no dia 17 de novembro de 2001, então com 20 (vinte) lojas.

Foi estabelecida uma parceria entre os guias turísticos e os artesãos do complexo, no intuito de iniciar uma divulgação do Complexo para turistas e visitantes. No ano de 2004, devido à grande demanda de visitantes que o Complexo estava recebendo, houve uma ampliação no número de lojas, passando de 20 lojas para 30 lojas. Em 2010, foi feita sua última ampliação, com a construção de mais 30 lojas, passando para um total de 60 lojas. Essa é a estrutura atual do Complexo, que tem capacidade para atender aproximadamente 5 (cinco) mil visitantes ao mês.

O funcionamento de complexo ocorre todos os dias, no horário das 08:00 às 17:00 horas. Além das opções de compra de produtos artesanais feitos por empreendedores da região, os visitantes também têm a oportunidade de conhecerem o trabalho dos artesãos. É possível acompanhar a fabricação das da renda de bilro, ponto de cruz e labirintos e conhecer a rotina desses profissionais.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca de assegurar o alinhamento com a literatura articulada na primeira fase do estudo, foi realizada a análise das informações coletadas na pesquisa de campo, tendo como referência os objetivos específicos da pesquisa. Dessa forma, a análise das informações coletadas é apresentada com base nas seguintes unidades de análise: perfil dos artesãos; processo de formalização; e principais benefícios resultantes do processo.

Perfil dos artesãos:

Para avaliação do perfil dos artesãos do Complexo Artesanal de Aquiraz, foram utilizados os seguintes indicadores: sexo, idade e nível de escolaridade. Sendo assim, foi identificado na amostra pesquisada que 37 (80,5%) são do sexo feminino e 9 (19,5%) são do sexo masculino. Desde logo, esse resultado pode ser creditado à característica da atividade produtiva exercida pelos artesãos (confecção de rendas, labirintos, etc.), atividades culturalmente femininas.

A idade da maioria dos artesãos encontrava-se na faixa de 31 a 40 anos (40%). Em seguida, verificou-se a faixa de 41 a 50 anos representada por 22% dos empreendedores. A partir desses dados, é possível inferir, mais uma vez, que existe uma correlação entre o tipo de atividade desenvolvida pelos artesãos com as faixas de idade mais elevadas, uma característica também evidenciada em outras atividades produtivas com origem em costumes culturais regionais. Isso se explica pelo fato de que o artesanato de renda desenvolvido no Complexo de Aquiraz é culturalmente

passado por gerações de mulheres como um patrimônio de uma região.

Na contrapartida dessa característica, já é possível verificar uma mudança nesse comportamento. Nesta pesquisa, identificou-se a presença de 12 artesãos na faixa etária de 18 até 30 anos, correspondendo a 26,1% da amostra pesquisada. É possível considerar um resultado promissor que pode representar a continuidade de uma atividade que, além de ser um negócio, representa uma expressão da cultura local.

Considerando apenas os empreendedores já formalizados como MEI (35), também foram observados resultados equivalentes nesse atributo. Ou seja, a maioria dos que já se formalizaram (25 empreendedores) são os de idade mais avançada (71,4%). Já os mais jovens (10) representam apenas 28,6 % dos formalizados.

Com relação ao nível de escolaridade dos artesãos da amostra, a pesquisa demonstrou que 12 deles (34,3%) possuem o nível médio completo. Soma-se a esse total, mais 3 empreendedores que iniciaram o ensino superior, mas não concluíram. Dos artesãos que responderam à pesquisa, 18 (51,4%) têm apenas o ensino fundamental concluído. No outro extremo do resultado, ficou evidenciado que apenas 2 empreendedores (5,8%) chegaram a concluir um curso superior. Esses resultados são apresentados na tabela 1.

Opções	Total de Respostas	Percentual
Fundamental Incompleto	6	17%
Fundamental Completo	5	14%
Médio Incompleto	7	20%
Médio Completo	12	34%
Superior Incompleto	3	9%
Superior Completo	2	6%
Total:	35	100%

Tabela 1. Grau de escolaridade'

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa

Os resultados são equivalentes, se forem considerados apenas os empreendedores já formalizados como MEI. A maior parte dos artesãos que estão procurando o MEI para realizar sua formalização é profissional com um nível de escolaridade baixo. Não se pode negar os resultados insatisfatórios em relação ao nível de escolaridade. No entanto, considerando a simplificação do processo de registro do MEI, tal como preconizado pela LC 128/2008, esse problema não pode se configurar como uma restrição ou mesmo um fator impeditivo. Todas as etapas desse processo são de fácil entendimento e execução, não exigindo, portanto, maiores conhecimentos da parte do empreendedor.

Processo de formalização dos artesãos:

Para análise do processo de formalização como MEI, foram consideradas as seguintes unidades de análise: ocupação anterior, origem do negócio, apoio

institucional, conhecimento anterior e tempo de formalização. Nessa etapa da pesquisa, foram considerados apenas os artesãos já formalizados (35). Entre os artesãos já formalizados, na pesquisa identificou-se que a maioria (75%) já são registrados como MEI há mais de 1 ano (26). Apenas 2 artesãos o fizeram nos últimos 6 meses.

Com relação à ocupação anterior, identificou-se que a maioria (18) já exerciam suas atividades profissionais como artesão, na condição de informal. Além desses, 7 empreendedores, agora formalizados, eram empregados de outras empresas dentro do mesmo mercado. Ou seja, deixaram a condição de funcionários para se registrarem como MEI e, assim, desenvolver suas atividades por conta própria.

Também ficou evidenciado que 10 empreendedores (28,6%) adotaram a atividade de artesão como uma opção de sustento e ocupação, uma vez que estavam desempregados no momento da formalização como MEI. Essa condição caracteriza os negócios abertos por “necessidade”, conforme classificam os principais autores do tema empreendedorismo.

A partir desses resultados já é possível inferir, para o caso específico do Complexo de Aquiraz-CE, que um dos principais objetivos da LC 128/2008, ou seja, possibilitar a formalização de pessoas que desenvolvem suas atividades profissionais “por conta própria”, está sendo prontamente alcançado.

A maioria dos artesãos do Complexo de Aquiraz, ao iniciar o processo de formalização, buscaram ajuda no SEBRAE (22). Alguns deles buscaram ajuda de contadores e amigos com mais experiência (8). E apenas 5 artesãos executaram todo o processo de registro sem nenhuma ajuda externa. Na busca de entender esse comportamento, buscou-se relacionar esses resultados com a falta de conhecimento e informação sobre a figura jurídica do MEI. Assim, identificou-se que 18 dos empreendedores registrados (51,4%) tiveram o seu primeiro contato com o MEI por meio do SEBRAE. Sete dos artesãos tomaram conhecimento superficial da existência do MEI por meio de divulgações institucionais do governo federal nos meios de comunicação.

Subjacente a esse comportamento, um outro fator foi identificado. Cinco (5) dos empreendedores afirmaram que “achavam que o processo de formalização teria uma grande burocracia, mas ao final declararam que tudo foi bem simples e rápido”. Essa falta de conhecimento, bastante evidenciada, somada ao receio de cometer erros no processo de registro podem ter contribuído para a busca de ajuda pela maioria dos empreendedores, no caso estudado. A citação abaixo justifica esse entendimento.

A formalização de meu negócio valeu muito apenas, porque possuiu pouca burocracia, o que facilitou minha formalização, e por não ser necessária uma contabilidade formal (relato da artesã 1).

Recordando os ditames legais, deve-se ressaltar, mais uma vez, a simplificação do processo de registro do MEI estabelecido como um dos objetivos da LC 128/2008. Ficou evidenciado na pesquisa que todas as etapas desse processo de formalização

são de fácil entendimento e execução, não exigindo, portanto, maiores conhecimentos da parte do empreendedor

Principais benefícios resultantes do processo de formalização:

Finalmente, para identificação dos benefícios advindos da formalização, foram combinadas perguntas estruturadas com um roteiro de entrevista não estruturada, com perguntas abertas, de forma a captar uma maior amplitude de respostas. Dessa forma, buscou-se relacionar as informações coletadas com os ditames da LC 128/2008.

Conforme apresentado na tabela 2, o benefício que mais motivou os artesãos do Complexo Artesanal de Aquiraz na busca do registro como MEI foi a possibilidade de passarem a ter direitos previdenciários. Para 18 desses artesãos (51%), esse foi o maior motivador da formalização. Em seguida, identificou-se o acesso ao crédito - citado por 13 dos artesãos. Esses resultados confirmam as disposições da LC 128/2008, pois esses dois benefícios correspondem às principais consequências da formalização como MEI.

Opções	Total de Respostas	Percentual
Acesso ao Crédito	13	37%
Direito Previdenciário	18	51%
Segurança Jurídica	2	6%
Redução de Impostos	1	3%
Outros	1	3%
Total:	35	100%

Tabela 2. Principal motivação para formalização

Fonte: dados da pesquisa

Como benefícios previdenciários, são listados na lei os seguintes: salário maternidade, aposentadoria por idade, invalidez, auxílio acidente, pensão por morte, auxílio reclusão, etc. Esses também são os mais citados nas campanhas de divulgação institucional feita por órgãos do governo e SEBRAE. Os demais benefícios citados na lei não foram identificados na pesquisa ou tiveram baixos níveis de citação.

Uma vez perguntados sobre o que mudou na vida profissional após o processo de formalização sob a condição de MEI, os empreendedores do Complexo Artesanal de Aquiraz-CE destacaram os seguintes aspectos: aumento do faturamento, oportunidade de utilizar os serviços dos agentes bancários e financeiros (máquina para cartão de crédito), e a possibilidade de emitir nota fiscal quando solicitado. As citações a seguir reforçam esse entendimento.

“A formalização em meu negócio valeu a pena, porque através da modalidade do MEI, tive a chance de formalizar meu negócio e com isso adquiri vários benefícios, ter acesso ao crédito... Com isso consegui aumentar meu negócio... O direito previdenciário, onde no futuro posso me aposentar, entre outros benefícios”. (relato do artesão 1).

[...] Também foi possível a redução dos tributos, pois pago mensalmente um pequeno valor e tenho direito a vários benefícios”. (relato da artesã 2).

[...] na formalização do meu negócio consegui aumentar meu faturamento por meio do número do CNPJ, tive a oportunidade de abrir uma conta empresarial e, com isso, consegui uma máquina de cartão, motivo que fez com que minhas vendas aumentassem. (relato da artesã 3).

O processo de formalização tem pouca burocracia e oferece muitos benefícios, como direitos previdenciários, emissão de nota fiscal, redução dos impostos, garantindo um bom funcionamento da lojinha. (relato da artesã 4).

Vale salientar que praticamente todos os empreendedores foram enfáticos ao defender a formalização do negócio. Apenas um artesão, já registrado como MEI, relatou que não estava contente com essa condição.

Ele justificou citando algumas restrições que, para o caso específico dele, tornavam-se fatores impeditivos para a sua sustentabilidade. Destacou a proibição de ter sócio e a de não poder contratar mais de um funcionário.

[...] Que pelo fato de ser legalizado como MEI não poderia ter sócio ou contratar mais de um funcionário”. [...] “Antes da formalização, não pagava nada, e, com a formalização, todos os meses tenho que pagar, mesmo que eu venda ou não”. (artesão 2).

Em relação às restrições citadas pela artesão 2, deve-se destacar que constituem proibições legais específicas da figura jurídica do MEI, uma vez que a LC 128/2008 busca atender os pequenos negócios informais realizados por pessoas que tiram o seu próprio sustento de uma atividade realizada por conta própria.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o processo de formalização dos empreendedores do Complexo Artesanal de Aquiraz-CE a fim de identificar os benefícios resultantes da figura jurídica do MEI. Para isso, buscou-se inicialmente avaliar o perfil dos artesãos atuantes no Complexo para, em um segundo momento, analisar o processo de formalização como MEI, na busca por identificar os benefícios advindos desse processo para os empreendedores e para seus negócios.

Os resultados da pesquisa, realizada sob a ótica do estudo de caso, destacaram que as atividades no Complexo de Aquiraz são majoritariamente realizadas por mulheres de baixa escolaridade que buscam o sustento ou complemento da renda familiar. A falta de conhecimento sobre o processo de formalização ficou bastante evidente, o que pode ter limitado o processo de formalização. Em relação aos benefícios que mais motivaram os artesãos para a busca da formalização, evidenciou-se a possibilidade de passarem a ter direitos previdenciários e o acesso ao crédito. Outros citados foram

a segurança legal e a oportunidade de acesso aos serviços dos agentes financeiros.

A segurança jurídica dos empreendedores, que passaram a ser protegidos e aparados por lei, contribuiu para o êxito de suas atividades. Em face dos resultados obtidos na presente pesquisa, é possível concluir que o processo de formalização como MEI proporcionou benefícios para os empreendedores do Complexo Artesanal de Aquiraz-Ce e para suas atividades comerciais.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. Sávio de O. et al. **O empreendedorismo como estratégia emergente de gestão: histórias de sucesso**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENEO, II, 2004. Atibaia-SP. Anais...Atibaia: 2004, 1 CD-ROM.

BOM ÂNGELO, Eduardo. **O movimento empreendedor no Brasil**. In. Britto, Francisco e Wever, Luiz. Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes. Rio de Janeiro: Campus, 2003a.

BRITTO, Francisco e WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros**: vivendo e aprendendo com grandes nomes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DOLABELA, Fernando. **A vez do sonho**. São Paulo: Cultura, 2000.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. Trad. Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília-DF.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128**, de 19 de dezembro de 2008, institui a figura jurídica do Microempreendedor Individual. Brasília-DF.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreenda sem ser criativo**. São Paulo, 2012 <http://economia.uol.com.br/empreendedorismo/colunistas/2012/04/02/empreenda-sem-ser-criativo.htm>. Acesso em 19 de março de 2016.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando Ideias em Negócios. 2 Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HAQUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Microempreendedor Individual**. Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 22 de abril de 2016.

SEBRAE, EI Empreendedor Individual. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/cearal/acesse/mei-micro-empreendedor-individual>. Acesso em 16 de maio de 2016.

Yin, R. K. **Case Study Research**: design and methods. 2 ed. Newbury Park: Sage Publications, 1994.

COOPTANDO GESTÃO NA QUALIDADE DE VIDA: ECOEFIÊNCIA COLABORATIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Arnaud Velloso Pamponet

Universidade de Fortaleza - Unifor
Fortaleza-CE

RESUMO: O trabalho trata do tema qualidade de vida e no ambiente de trabalho posicionando o processo organizacional de pessoas como fazedor da Teoria Organizacional cooptado às contingências estruturais. A formação do artigo aconteceu na metodologia de pesquisa exploratória e bibliográfica, e a abordagem do problema foi dentro da pesquisa qualitativa. Pormenorizou-se que o processo organizacional (pessoas e trabalho) faz com que ‘o caminho’ aconteça em cinco Contingências Estruturais: tamanho da organização, abrangência geográfica, estratégias corporativas, hostilidade do ambiente, ciclo de vida dos produtos. Contudo, que o processo uma vez cooptado é um meio de definir ecoeficiências em estratégia, institucionalizando as pessoas e harmonizando a Formação de Recursos Humanos e Uso Sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Contingências. Processos. Pessoas.

ABSTRACT: The paper deals with the quality of life and the work environment by positioning the organizational process of people as the

maker of the Organizational Theory coopted to the structural contingencies. The formation of the article happened in the methodology of exploratory and bibliographical research, and the approach of the problem was within the qualitative research. It was pointed out that the organizational process (people and work) makes “the way” happen in five Structural Contingencies: size of the organization, geographic coverage, corporate strategies, environmental hostility, product life cycle. Once, co-opted is a means of defining eco-efficiency in strategy, institutionalizing people and harmonizing Human Resource Training and Sustainable Use.

KEYWORDS: Contingencies. Processes. People.

1 | INTRODUÇÃO

As experiências advêm das relações das iniciativas de Gestão da Cadeia de Suprimentos do processo de trabalho, visando a ecoeficiência no trabalho. Embora as experiências sejam reconhecidas por sua riqueza natural, muito ainda há de se conhecer sobre suas potencialidades para o benefício organizacional. Pois, em todo ambiente existe um contexto aquém, caracterizado pela

gestão de relacionamentos (BRITO; BERARDI, 2010.p.163). Isso leva à necessidade de relacionamentos colaborativos.

2 | METODOLOGIA

Dos estudos de Gil (1999), classifica-se a metodologia de pesquisa como pesquisa exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito, e envolve o levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica trata-se de um procedimento de natureza técnica, constituído de materiais científicos. Para abordagem do problema, utiliza-se da pesquisa qualitativa, pois descreve a complexidade do problema, analisa interações de variáveis, e compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais (RICHARDSON, 1999).

3 | ESTUDO

As cooptações sobre a dinâmica organizacional acontecem de duas formas: como um sistema aberto (influenciando e sendo influenciada, ou seja, de fora para dentro) e, como um sistema dinâmico (realizando atividades, consumindo recursos que são obtidos, transformados e devolvidos ao ambiente, ou seja, de dentro para fora), conforme Parisi e Megliorini (2011, p.196).

Dessas formas, de acordo com Parisi e Megliorini (2011), surgem as contingências, as formas que causam a estrutura: o tamanho da organização, a abrangência geográfica, as estratégias corporativas, a hostilidade do ambiente e o ciclo de vida dos produtos. E assim, o mundo se depara com duas manifestações contingenciais: a) as incertezas do ambiente provocam alteração na estrutura, e b) o grau de controle que a organização opera permite que ela tome decisões de forma a alterar as contingências (circunstâncias), para que essas se adaptem à sua estrutura (PARISI, MEGLIORINI, 2011, p.334).

Segundo Aguiar e Frezatti (2007), a solução consiste na busca de uma variável que aponte uma correlação positiva e que contenha características positivas. Uma segunda solução, visto Parisi e Megliorini (2011), fundamenta-se na não existência de uma estrutura organizacional única, e que seja aplicada a todas as organizações, ou seja, as características próprias de segmento, regulamentando, segundo Kothari (2001 *apud* PARISI, MEGLIORINI, 2011, p.337), o processo de divulgação (*disclosure*) da Teoria Organizacional.

Desabrocha-se, segundo Gonçalves (1983, p.17-20), uma integração de vida técnica, ética e econômica (ciência histórica e social), construídas por meio das experiências pessoais e processuais. Segundo Costa, Barros e Martins (2010, p.291), a história adquire legitimidade quando amparada por objetividade e cientificidade,

constituindo-se uma biblioteca heideggeriana (*bracketing*). O *bracketing* leva à contribuição da experiência (mundo heideggeriano): “quanto vale a dependência e a independência da colaboração de parceiros?”. Segundo Brito e Berardi (2010, 156-164), esse contexto aquém é resolvido com a ecoeficiência, que herda o objetivo (*portfólio*) na gestão de melhorar o envolvimento dos parceiros.

Para saber se esse relacionamento tem valor no caminho de vida laboral, utiliza-se de dois alicerces históricos: a pesquisa e o campo de estudo. Uma vez que, segundo Aranha (2006 *apud* SARAIVA, IRIGARAY, 2009, p. 339), por conta de um ideal de tecnicismo, a eficácia deste alicerce otimiza a troca de informações sobre experiências e a apreensão de novas abordagens, estimulando a criatividade, a flexibilidade, a inovação e a mudança, além de aperfeiçoar o processo decisório.

3.1 Pesquisa Qualitativa e Quantitativa

Para vencer as manifestações, busca-se saber por meio das pessoas se a variável mantenedora (processo organizacional) indica o zelo da qualidade vivida, através da avaliação do momento organizacional (orientações internas) à testa das contingências estruturais, chegando assim, na quantificação, pois, como Pagès (1987 *apud* SARAIVA, IRIGARAY, 2009), “a formalização é condição necessária, mas insuficiente para a efetividade”:

1	Os métodos utilizados são os melhores em seus locais de trabalho?
2	Os funcionários veem erros ou detectam falhas nas atividades da organização?
3	As etapas defeituosas são passíveis de serem eliminadas?
4	A empresa fornece aos colaboradores planilhas com avaliações de desempenho?
5	Participação em cursos (treinamento) sobre assuntos da própria área?
6	Tempos para troca de informações (conhecimento compartilhado) são alocados?
7	As atividades são monitoradas?
8	Anualmente você realiza o planejamento da área?
9	O cumprimento dos prazos dos requerimentos dos cidadãos/clientes são atendidos?
10	Muito se aprimorou com ideias oferecidas pelos colaboradores?
11	Qual papel predomina das intenções de trabalho (funções)?

Quadro 1: Indicadores para Contingências Estruturais

Fonte: Alves Filho (2011), Chiavenato (2015).

Para conciliar a ecleticidade e autonomia da raça humana, há a técnica pesquisa de campo, no método de análise *ex post facto*, conforme Gil (1999). A busca melhor ocorre por meio da mensuração da percepção (concepções intelectualizadas de valores de qualidade) de “condescendentes” e fazedores às situações de modernidade vividas, através da técnica de procura *inaudita altera pars*, que significa: escute a outra parte. Mensuração pode ser tratada, em termos gerais, como uma derivação da atividade (PARISI; MEGLIORINI, 2011, p.32): “a impossibilidade de mensuração

inviabilizaria a aferição do desempenho, e em termos de Qualidade não pode haver garantia de melhoria de Qualidade na base do ‘achismo’. (ALMEIDA, 1993, p.31-32).

Nessa linha, precede-se que o termo Educação, do latim ‘*educere*’ (conduzir para fora, tirar de, fazer sair) e ‘*educare*’ (alimentar, amamentar, criar), significa desenvolver, extrair, retirar. (CABRAL; BRAGA, 2011, p.207). E, por conta e decorrência, um planejamento educacional: “*é definido como o processo sistematizado, mediante o qual se pode conferir maior eficiência às atividades para, em determinado prazo, alcançar o conjunto das metas estabelecidas*”. (GIL, 1997, p.33).

Como entendimento educacional, alui-se que no espaço escrutínio da avaliação reside o espaço indissociático do valor. Então, o sinergismo evolui: abstrato ao concreto, subjetivo ao objetivo, inferência à evidência, pois a materialização de uma avaliação, ocorre pela mensuração.

3.2 Teoria Matricial

O termo grupo, no sentido popular do século XXI, veio em 1830 em busca de condições de uma resolutividade matemática. O termo grupo foi fortalecido por valer para qualquer sistema que se enquadrar na definição de compor um conjunto a partir de suas características, uma vez quantificado o abstrato (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.80-191-192).

A Teoria dos Determinantes é o caminho da Teoria Matricial para sintetizar expressões complicadas, que se apresentam como contingências processuais. Este dispositivo prático é conhecido como regra de Sarrus (determinantes de ordem 3, isto é, organização de um grupo em 03 níveis horizontais e verticais). Quando o *anel* for grande (isto é, o grupo for maior que três níveis de três pessoas), o dispositivo prático acontece com o abaixamento de ordem de determinantes, cognominado regra de Chió (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.82-114).

3.3 Fórmula de cálculo

A ordem de aplicação da Teoria dos Determinantes começa pela regra de Chió e termina na regra de Sarrus, pois torna possível determinar (única solução) um puro sistema ao indeterminado (infinitas soluções) (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.195-151):

- A regra de Chió segue o seguinte processo de cálculo: a) desde que o número de índices sejam iguais (linha e coluna), supre a 1ª linha e a 1ª coluna, tornando-a independente (aloca o indicador que resultou em valor próximo ou igual a 1 inteiro); b) de cada elemento da matriz restante, subtrai-se o elemento independente [linha 1(n) da 1ª coluna] do produto do elemento independente [linha 1(n) da 2ª coluna(n)] com o elemento da matriz restante [linha 1(n) da 2ª coluna(n)], repetindo essa ordem de cálculo aos demais elementos; c) com as diferenças obtidas, constrói-se uma matriz de ordem cujo determinante (número de índices) seja igual (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.115);

- A regra de Sarrus segue duas variáveis de cálculo: matriz triangular (variante 1) e matriz diagonal (variante 2); entretanto, o conjunto é uma matriz quadrada. A variante 1 acontece com o produto dos elementos da diagonal principal menos o produto dos elementos da diagonal secundária ou com o produto mitigado: [linha 1 Coluna 1 x linha 2 Coluna 2 x linha 3 Coluna 3 + linha 1 Coluna 2 x linha 2 Coluna 3 x linha 3 Coluna 1 + linha 1 Coluna 3 x linha 2 Coluna 1 x linha 3 Coluna 2]. A variante 2 acontece ao trocar o primeiro elemento do primeiro e último índice (coluna) com o último elemento do primeiro e último índice (coluna) (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.83);
- Do resultado da regra de Sarrus, é possível ainda avaliar o valor do caminho, conforme Dickey e Knight (2012, p.04), dividindo-se o resultado pelo total numérico (unidade de medida) do grupo matricial. Para a variante 1 da regra de Sarrus, o caminho será atrativo quando maior ou igual a 1 (≥ 1) por se tratar de relações (produto) entre elementos distantes, portanto, entre índices (IEZZI, HAZZAN, 2013, p.54). Para a variante 2, o caminho será atrativo quando maior ou igual a Zero (≥ 0). Respectivamente, exulta uma relação benefício/custo (equiparação composta, ou seja, *performance* global); e uma relação entrada/saída (equiparação simples, ou seja, *performance* de um em relação ao grupo). Os valores de uma organização passam a ser 'processos definidos' dentro dela, uma vez que na Teoria Organizacional esses valores se chamam de processo de Institucionalização, ou seja, fica o que há de atrativo. Pois, considera-se que o processo, seja de execução, seja de avaliação, pelo qual as ações são repetidas e assimiladas por todos os integrantes de uma determinada organização, seja definido como institucionalização (PARISI; MEGLIORINI, 2011, p.338).

4 | CAMPO DE ESTUDO

Para escolha da dimensão de poder, ou seja, do segmento de estudo, considera-se a premissa que ao confrontar as teorias com o desenvolvimento histórico, as teorias ficam sujeitas a um teste mais forte do que se confrontadas com dados de curto prazo (COSTA, BARROS, MARTINS, 2010, p.295), ou seja, com espaços de livre ideologia. Pois, a preparação é uma fonte para refino de Teorias. Esse escrutínio identifica-se com o segmento que sustenta características heideggeriana (idiossincráticas). Pois, na visão de mundo heideggeriana, as realidades são construídas a partir de experiências pessoais, sendo um indivíduo e seu mundo indissociáveis (SARAIVA; IRIGARAY, 2009, p.340):

- a) reflete movimentos de agentes não-hegemônicos, e precisa de novas formas de organização distribuidoras de fluxos comunicacionais para que a mera produção se aproxime de ideais agora universais, representando uma

possibilidade concreta de democratização (BOLAÑO, BRITTOS, 2007, p.93-94);

b) a imagem de marca é construída à política de funcionamento da organização, à capacidade de produção, é se autoproclamar com a intenção explícita de oferecer, e a qualidade está relacionada com a política mais das decisões da organização administrativa ao estímulo a processos democráticos (“*current affair*”) (BORGES, 2014, p.34-35-36);

c) aderência ao modelo improvisacional, onde uma estrutura mínima permite coesão e favorece a flexibilidade para incluir modificações. Define-se improvisação como “*a concepção da ação à medida que ela se desenvolve, baseada nos recursos cognitivos, afetivos, sociais e materiais disponíveis*”, ou, “*a capacidade de criar tanto a partir de tão pouco*” (OGURI, CHAUVEL, SUAREZ, 2009, 38-40);

d) necessidade de equilibrar mudança, inovação e transformação com objetivos de continuidade, disciplina e estabilidade, ou, circunscrição de crises de identidade em formação em tendência de estrutura e forma de atuação (contingência de inteligência agregada), bem como à orientação de processos para integrar sucessões (CASTRO, 2009, p.37-39-40);

e) acontece em três distintos e complementares momentos. A história dos negócios ou empresarial (*business history*), utiliza recortes temporais para preservar a descontinuidade e salvaguardar a definição existencialista dos fatos, entendendo o papel da grande empresa, contemplando sua formação e inovação. Ela identifica um meio com características positivas. Já a história da gestão (*management history*), constitui práticas consagradas de gestão, destacando os conceitos estabelecidos, o papel emergencial, e as formas de utilização de fontes com perspectiva em gestão internacional (práticas comuns). Ela constata a existência de uma estrutura organizacional única. Enquanto a história organizacional (*organizational history*), desvenda as razões e os remédios que respondem histórias corporativas oficiais, e revitalizam valores diferentes. Ela revela a dependência dos fatores contingenciais com o meio inovador (COSTA, BARROS, MARTINS, 2010, p.288-291;295-299).

A união do espaço de trabalho com as experiências pessoais vêm com a apropriação/agregação do processo de pessoas, uma vez desagregado, formando o escrutínio laboral. O espaço vivente surge ao se enquadrar as respostas laborais associando-as aos processos de contingências que vigem avaliados (quadro 1):

1	Assessor ou Reportador: faz com que todos os membros sejam informados
2	Inovador ou Criador: traz criatividade para a equipe, novas ideias e novos conceitos
3	Promotor ou Explorador: toma as novas ideias e conceitos do inovador e os vende
4	Desenvolvedor ou Incentivador: avalia e testa a aplicabilidade de novas abordagens
5	Organizador ou Integrador: faz com que as coisas aconteçam estabelecendo “o fazer”
6	Produtor ou Concludor: conduz as coisas até o fim, de maneira ordenada e controlada
7	Inspetor ou Controlador: regula as atividades de maneira analítica e focaliza detalhes
8	Mantenedor ou Melhorador: assegura que os processos sejam revisados para eficiência
9	Interligador ou Relacionador: cobre a ligação de pessoas e tarefas e assegura o conjunto

Quadro 2: Qual Papel Predomina das Intenções de Trabalho (Funções)

Fonte: Chiavenato, 2015, p.112.

Nessa dimensão, o zelo pela marca organizacional está ligado ao conteúdo, mas diretamente associado à forma como ela se apresenta para o público em termos técnicos em uma era que a definição se tornou padrão (QUEIROZ, 2015, p. 85).

5 | PROGRAMAÇÃO

A aplicação do estudo na organização, ou seja, a apropriação do dia-a-dia no molde teórico (contingencial e matricial) para exaltar os determinantes de ordem e progresso de uma qualidade de vida, na base de uma gestão, é manter a hegemonia dupla da programação (‘trabalho’ e ‘trabalhador’), em que o termo programa assim se encaixa:

(...) em uma visão mais simples diria que é “um acordo permanente de prestar [...] um serviço”. Num sentido mais completo, pode ser entendido como um complexo de pessoas, organização, administração e recursos que constituem coletivamente uma tentativa constante de atingir um objetivo particular no âmbito educacional, social ou comercial. Poderia ser também definido como uma intervenção planejada e constante que procura chegar a alguns resultados específicos em resposta a um problema educacional, social ou comercial detectado. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004.p.98).

A apropriação surgiria ao se obter as seguintes respostas laborais: 1) gênero do trabalhador (feminino ou masculino)?, 2) programa que trabalha?, 3) cargo atual que ocupa?, 4) tempo na empresa em que trabalha?, 5) tempo no cargo ocupado?, 6) qual papel predomina das intenções de trabalho (funções), vide Quadro 2?

A segunda resposta a se obter, para composição da gestão de pessoas nos processos de trabalho, advém dos processos organizacionais realizados no dia-a-dia da equipe, classificando-os nas cinco contingências estruturais. Dessa forma, seguindo a consistência da ferramenta 5W2H, conforme Maranhão e Macieira (2004, p.160), se obtém a formação de cada contingência, conforme as características práticas de cada processo:

FAZER		PROCESSO (n)
What	O que	<i>Headlines</i> emissão e introdução de conteúdos
Who	Quem	Pivô ou Moderador
Where	Onde	Cenário ambiental
When	Quando	Ordem de <i>Headlines</i>
How	Como	Metalinguagem, Cenário, Atividades (Apresentação)
How Much/Many	Quanto	Tempo ou Custo; Intensidades ou Preempções
Why	Por que	1. tamanho da organização 2. abrangência geográfica 3. estratégias corporativas 4. hostilidade do ambiente 5. ciclo de vida dos produtos e serviços

Quadro 3: Exemplo de processo de contingência estrutural

Fonte: Maranhão e Macieira, 2014, p.160. (elaborado pelo autor)

Após verificação da consistência do dia-a-dia, ou seja, dos delineadores estruturais conforme Alves Filho (2011, p.113), se torna possível avaliar a matéria/conteúdo das contingências estruturais (Quadro 3), associando-a às orientações internas (Quadro 1) de cada integrante da equipe (Quadro 2).

Nessa ordem, será possível saber se a variável mantenedora (processo organizacional) das contingências estruturais indica: 1) ‘como’ (o ‘fazer’) a organização está modulada satisfaz as necessidades do ambiente e das tarefas?; 2) existe o grau de certeza na busca constante de uma conformidade?; para cada papel e *performance* global.

A formação do melhor caminho advirá de fórmulas matemáticas. Como visto, a ordem de aplicação da Teoria dos Determinantes começa pela regra de Chió e termina na regra de Sarrus, pois assim tornará possível determinar (única solução) um puro sistema ao indeterminado (infinitas soluções) (IEZZI; HAZZAN, 2013, p.195-151), ou seja, o melhor caminho.

Para conhecer o funcionamento e motivo pelo qual a organização realiza suas tarefas sob certos padrões componentes do 5W2H, é preciso o contato face a face, pois segundo Lakatos e Marconi (2004 *apud* ALVES FILHO, 2011, p.113), “*opiniões nem sempre são transmitidas objetivamente*”. Assim, conforme Richardson (2009 *apud* ALVES FILHO, 2011, p.115), “*a interação entre as pessoas é um elemento vital nas ciências sociais*”.

Assim, essa pesquisa carrega a sua complexidade e o momento vivido pela Instituição em escopo, já que o momento vivido afeta os resultados da pesquisa (ALVES FILHO, 2011, p.113), visto que, segundo Franco (2003, p.13), as mensagens estão vinculadas às condições contextuais de seus produtores e elas estão “*carregadas de componentes cognitivos, valorativos e historicamente mutáveis*” (*apud* ALVES FILHO,

2011, p.113).

Acontecendo o acesso na coleta de dados, procede-se o cálculo matemático para modulação estrutural, fazendo a relação da construção numérica resultante aos Indicadores que valoram as contingências estruturais (aplicação quadro 1). Ressalta-se que, o cálculo deve ser realizado para cada integrante da equipe (papel de equipe), extraíndo-se ou exultando a *performance* (melhor caminho) individual e global.

E assim, como o exemplo (também o gesto) é uma forma de fazer proselitismo (VERAS, 2013, p.11), toma-se como base a forma adequada de atuação para fazer uma gestão integrada da equipe organizacional: o exemplo de uma *performance* global de 10 indicadores, mas sem orientações internas (aplicação em uma Instituição), para então, aplicar os determinantes teóricos.

Indicador (Quadro 1)	Orientações internas em exemplo				
	nunca	raramente	às vezes	na maioria	sempre
1			6	15	3
2		2	15	4	3
3			6	15	3
4	2	4	2	10	5
5	1	1	7	8	6
6			6	14	4
7		1	3	13	7
8		2	6	7	9
9			3	16	5
10			9	9	6
Total	3	10	63	111	51
%	0,01	0,04	0,26	0,47	0,21

Quadro 4: Aplicação dos indicadores

Sabe-se logo de início que, ‘como’ a organização está modulada satisfaz as necessidades do ambiente e das tarefas em 47%. É intelegível, ainda, a afirmação de um melhor caminho, pois inexistente equiparação comportamental (conjunto fraco e forte), apenas a proporcional:

Regra de Chió

Indicador (Quadro 1)	Orientações internas em exemplo				
	nunca	raramente	às vezes	na maioria	sempre
5	1	1	7	8	6
1	0	0	6	15	3
2	0	2	15	4	3
3	0	0	6	15	3
4	2	4	2	10	5

6	0	0	6	14	4
7	0	1	3	13	7
8	0	2	6	7	9
9	0	0	3	16	5
10	0	0	9	9	6

Quadro 5: Aplicação regra de Chió

A partir das orientações, procedendo-se o cálculo surge a ligação forte de um grupo, e, através da somatória do grupo, se obtém o seu benefício (no caso, índice de 169), que servirá para se obter o valor de cada caminho:

$0-(1*0) = 0$	$6-(7*0) = 6$	$15-(8*0) = 15$	$3-(6*0) = 3$
$2-(1*0) = 2$	$15-(7*0) = 15$	$4-(8*0) = 4$	$3-(6*0) = 3$
$0-(1*0) = 0$	$6-(7*0) = 6$	$15-(8*0) = 15$	$3-(6*0) = 3$
$4-(1*2) = 2$	$2-(7*2) = (-12)$	$10-(8*2) = (-6)$	$5-(6*2) = (-7)$
$0-(1*0) = 0$	$6-(7*0) = 6$	$14-(8*0) = 14$	$4-(6*0) = 4$
$1-(1*0) = 1$	$3-(7*0) = 3$	$13-(8*0) = 13$	$7-(6*0) = 7$
$2-(1*0) = 2$	$6-(7*0) = 6$	$7-(8*0) = 7$	$9-(6*0) = 9$
$0-(1*0) = 0$	$3-(7*0) = 3$	$16-(8*0) = 16$	$5-(6*0) = 5$
$0-(1*0) = 0$	$9-(7*0) = 9$	$9-(8*0) = 9$	$6-(6*0) = 6$

Quadro 6: Cálculo da regra de Chió

Nota: (*) significa multiplicação ou produto matemático.

Procedendo-se o cálculo surge também ligações intermediárias, como nesse caso, o indicador 5 (independente) com o indicador 9 (maior resultado), acabando por tornar fácil e aparente expressões apagadas do dia-a-dia.

Regra de Sarrus

Caminhos	ordem decrescente		
1	16	15	15
2	15	14	13
3	9	9	9

Quadro 7: Principais caminhos da regra de Chió

Procedendo-se o cálculo da variante 1, com base nos caminhos, obtém-se o seu benefício (no caso, índice de 5.796), que servirá para se obter o valor de cada caminho a ser rejeitado ou aperfeiçoado:

Sarrus	$16 * 14 * 9$	2.016	5.796
	$15 * 13 * 9$	1.755	
	$15 * 15 * 9$	2.025	

Quadro 8: Cálculo da Regra de Sarrus (variante 1)

Nota: (*) significa multiplicação ou produto matemático.

Procedendo-se o cálculo da Regra de Sarrus na variante 2, com base nos mesmos caminhos, obtém-se o seu benefício (no caso, índice de 9), que comporá o cálculo para se obter o valor de atratividade de cada caminho:

Caminhos	ordem decrescente		
	9		9
1	16	15	15
2	15	14	13
3	9	9	9
	16		15

Quadro 9: Montagem da Regra de Sarrus (variante 2)

Sarrus	+	9 * 15 * 13	1.755	5.796	9
		16 * 14 * 9	2.016		
		15 * 9 * 15	2.025		
	-	9 * 15 * 15	2.025	5.787	
		15 * 14 * 9	1.890		
		13* 9 * 16	1.872		

Nota: (*) significa multiplicação ou produto matemático.

Quadro 10: Cálculo da Regra de Sarrus (variante 2)

Essa regra, de forma apartada já exulta um caminho a considerar, quando do cálculo da variante 2, quando revela em que parte dos indicadores em escopo está a atenção dos trabalhadores ou partícipes, bem como a atenção no próprio processo de trabalho, remetendo ao que refere à uma satisfação atrativa das partes interessadas, atuantes e contribuidoras.

c) Valor do Caminho

Trata-se da harmonização das escolhas ao propósito, quando do resultado da regra de Sarrus, é possível avaliar o valor do caminho, conforme Diccio e Kinght (2012, p.04), dividindo-se o resultado pelo total numérico (unidade de medida) do grupo matricial. Respectivamente, é uma relação benefício/custo (equiparação composta); e uma relação entrada/saída (equiparação simples):

- Para a variante 1 da regra de Sarrus, o caminho será atrativo quando maior ou igual a 1 (≥ 1) por se tratar de relações (produto) entre elementos distantes, portanto, entre índices (IEZZI; HAZZAN, 2013, p.54). Nessa simulação modular, o caminho 'não' é atrativo visto obter o valor de 34% (0,34); 5.796 dividido por 169. É 'sim' atrativo mais próximo de 100%;
- Para a variante 2, o caminho será atrativo quando maior ou igual a Zero (≥ 0) por se tratar de relações (produto) entre elementos somados que se com-

põem de um conjunto não vazio e duas operações sobre esse conjunto: uma “adição” (com as quatro propriedades usuais) e uma “multiplicação” (associativa e distributiva em relação à adição) (IEZZI; HAZZAN, 2013, p.50-192). Nessa simulação modular, o caminho ‘não’ é atrativo visto obter o valor de 5% (0,05); 9 dividido por 169. É ‘sim’ atrativo mais próximo de 0%.

Experiência é tão-somente um nome para certos tipos de mudança e pode ser aplicada não só à produção, mas também à distribuição, às atividades de apoio e às outras funções. A experiência é resguardada pelas empresas, e esse efeito conduz a barreiras, ou seja, dificuldades ou facilidades no dia-a-dia das atividades (PORTER, 2004, p.12-13). Deve-se traduzir a rotina dos processos organizacionais como sustentadora habitual de boas práticas, em contrapartida às péssimas práticas. No mercado, segundo Alves Filho (2011), a boa prática pode atingir 80% das respostas *versus* 5% de péssimas práticas habituais. E o equilíbrio, segundo o autor, atinge a faixa de 50,6% de bom funcionamento dos processos. O alcance da ‘marca’ contribui para a ordem e o progresso.

Contanto, exaure-se que a solução estudada resolve o problema em escopo: vencer as manifestações contingenciais mediante um caminho estratégico (processo organizacional), validando as contingências estruturais ao funcionamento dos processos; pois torna possível determinar (única solução) um puro (impuro) sistema ao indeterminado (infinitas soluções) (IEZZI; HAZZAN, 2013, p.195-151).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades laborais e as pessoas, juntos, permitem institucionalizar soluções às manifestações contingenciais com a mensuração de um melhor caminho, validando os objetivos das contingências ao mantimento dos processos para uma melhor qualidade de vida e formação de uma agenda social. Para Maranhão e Macieira (2004, p.192), fica muito útil na eliminação de falhas por tentativas direcionadas (*troubleshooting*), no direcionamento dos efeitos das variáveis críticas do processo (*critical to quality*), e ainda, segundo Marcondes *et al.* (2006), na aproximação normas com práticas (*decoupling*).

O processo organizacional é um ambiente propício, que estimula a aprendizagem pela prática corrente (*learning-by-doing*) (SAMPAIO; PASSOS; ASSIS, 2014, p.416).

Esse ambiente é identificado como *Ba*. O *Ba* é um conceito definido como um “*espaço compartilhado que serve de fundação para a criação do conhecimento*”. É a reunião dos conteúdos apropriados. É o espaço (físico e conceitual) formado pela coletividade envolvida no processo, que é formado pela coletividade de todas as coletividades menores, chamado *Basho*, que é a reunião para aplicação dos conteúdos. Nesse espaço ocorre “ligações fortes” (*strong ties*) ou “ligações fracas” (*weak ties*)

(HANSEN, 1999 *apud* SAMPAIO; PASSOS; ASSIS, 2014, p.417-418).

Nesses termos, quando se tratar de um trabalho de síntese não baseado exclusivamente em dados primários, o processo organizacional é de utilidade transiente aos desafios organizacionais, a de ramificar o melhor caminho (*splitting*), conforme Maranhão e Macieira (2004, p.64), para reunião (*joining*) de resultados (*status quo*).

Portanto, a ecoeficiência objetiva melhorar o desempenho econômico e ambiental da cadeia de suprimentos, permitindo maior envolvimento dos parceiros (“*stakeholders*”), foco nos interesses da empresa, controle e coordenação da cadeia de valor, e melhor seleção de parceiros (BRITO; BERARDI, 2010, p.162), e consolida-se conforme o anexo I.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson B. de; FREZATTI, Fábio. **Sistema de controle gerencial e contextos de processo de estratégia**: contribuições da teoria da contingência. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., *Anais*. São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Léo G. **Gerência de processo**: mais um passo para a excelência. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1993.

ALVES FILHO, Bartolomeu de Figueiredo. **Processos organizacionais**: simplificação e racionalização. São Paulo: Atlas, 2011.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**. São Paulo: Paulus, 2007.

BORGES, Gabriela. **Qualidade na TV pública portuguesa**: análise dos programas do canal 2. Juiz de Fora: Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, 2014.

BRITO, Renata Peregrino de; BERARDI, Patricia Calicchio. **Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos**: um metaestudo. RAE - Revista de Administração de Empresas. v.50, n.2. São Paulo: RAE, 2010. p.155-169.

CABRAL, Bárbara de Sena; BRAGA, José Luciano. **A educação corporativa como ferramenta de desenvolvimento institucional**: um estudo de caso no centro de estudos de pessoal (CEP) do exército brasileiro. *In*: LIMA, Marcos Antônio Martins; LIMA, Criseida Alves. Gestão e sustentabilidade organizacional: possibilidades e desafios. Fortaleza: Edições UFC, ABEU - Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2011.

CASTRO, Cláudia Santos de. **Gestão de recursos humanos no setor de Telecomunicações**: novas empresas, novas práticas? RAE - Revista de Administração de Empresas. v. 45. Edição especial. Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2005-2009, p.36-47.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 5. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Perspectiva histórica em administração**: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. RAE - Revista de Administração de Empresas. v.50, n.3. São Paulo, 2010, p.288-299.

DICICCO, Joel M.; KNIGHT, Ramford. **Finanças para empresas**. São Paulo: Barros Fischer & Associados, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. **Políticas de saúde na empresa**. v. 23. n.2. RAE - Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 1983, p.17-24.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. **Fundamentos de matemática elementar**: sequências, matrizes, determinantes, sistemas. vol. 4. 8.ed. São Paulo: Atual editora, 2013.

MARANHÃO, Mauriti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. **O processo nosso de cada dia**: modelagem de processos de trabalho. Ed. Qualitymark: Rio de Janeiro, 2004.

MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de; MASCARENHAS, André Offenhejm. **Novos modelos organizacionais**: paradoxos e contradições entre o discurso e a prática. RAE - Revista de Administração de Empresas. v. 46. n.1. São Paulo, 2006, p. 10-13.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OGURI, Lúcia Maria Bittencourt; CHAUVEL, Marie Agnes; SUAREZ, Maribel Carvalho. **O processo de criação das telenovelas**. RAE - Revista de Administração de Empresas. v. 49. n.1. São Paulo, 2009, p. 38-48.

PARISI, Cláudio; MEGLIORINI, Evandir, organizadores. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Atlas, 2011.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga - 2 ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 7ª Reimpressão.

QUEIROZ, Airton. **Destino e Trajetória**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza - UNIFOR, 2015. 199p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo, Atlas: 1999.

SAMPAIO, Renelson Ribeiro; PASSOS, Francisco Uchoa; ASSIS, Victor. **Compartilhando conhecimento em projeto automotivo**: o Ecosport da Ford do Brasil. RAE - Revista de Administração de Empresas. v.54. n.4. São Paulo, 2014, p.414-428.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; IRIGARAY, Hélio Arthur dos Reis. **Políticas de diversidade nas organizações**: uma questão de discurso? Revista de Administração de Empresas. v. 49. n. 3. São Paulo: RAE, 2009. p.337-348.

WORTHEN, B.R; SANDERS, J.R; FITZPATRICK, J.L. **Avaliação de programas**: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

VERAS, Beni. **Revista confecção em pauta**: revista do sindconfecções e sindcompras. Ano I, n.1. jan, 2013.

RESPONDA 11 PERGUNTAS DAS PRÁTICAS DO SEU DIA-A-DIA!

GÊNERO DO ENTREVISTADO (Masc. ou Fem.):
 PROGRAMA QUE TRABALHA:
 CARGO QUE OCUPA:
 TEMPO NA EMPRESA EM QUE TRABALHA:
 TEMPO NO CARGO OCUPADO:

1) Os métodos utilizados são os melhores em seus locais de trabalho?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

2) Os funcionários veem erros ou detectam falhas nas atividades da organização?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

3) As etapas defeituosas são passíveis de serem eliminadas?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

4) A empresa fornece aos colaboradores planilhas com avaliações de desempenho?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

5) Participação em cursos (treinamento) sobre assuntos da própria área?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

6) Tempos para troca de informações (conhecimento compartilhado) são alocados?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

7) As atividades são monitoradas?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

8) Anualmente você realiza o planejamento da área?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

9) O cumprimento dos prazos dos requerimentos dos cidadãos/cliente são atendidos?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

10) Muito se aprimorou com ideias oferecidas pelos colaboradores?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ às vezes ☐ Na maioria ☐ Sempre

11) Qual papel PREDOMINA das intenções de trabalho (funções)?

- ☐ Assessor ou Reportador: faz com que todos os membros sejam informados
- ☐ Inovador ou Criador: traz criatividade para a equipe, novas ideias e novos conceitos
- ☐ Promotor ou Explorador: toma as novas ideias e conceitos do inovador e os vende
- ☐ Desenvolvedor ou Incentivador: avalia e testa a aplicabilidade de novas abordagens
- ☐ Organizador ou Integrador: faz com que as coisas aconteçam estabelecendo "o fazer"
- ☐ Produtor ou Concludor: conduz as coisas até o fim, de maneira ordenada e controlada
- ☐ Inspetor ou Controlador: regula as atividades de maneira analítica e focaliza detalhes
- ☐ Mantenedor ou Melhorador: assegura que os processos sejam revisados para eficiência
- ☐ Interligador ou Relacionamento: cobre a ligação de pessoas e tarefas e assegura o conjunto

ANEXO I.1 - Figura 1: Orientadores Internos

Qtd.	Papel	Qualidades EM NÍVEL		Orientações Internas - Respostas (Qtd.)										Regra de Samua		Valor do caminho %			
			%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	SEMPRE	Regra de Chio	variante 1	variante 2	variante 1	variante 2
	Assessor ou Reportador	NUNCA																	
		RARAMENTE																	
		AS VEZES																	
		NA MAIORIA																	
	Inovador ou Criador	SEMPRE																	
		NUNCA																	
		RARAMENTE																	
		AS VEZES																	
	Promotor ou Explorador	NA MAIORIA																	
		SEMPRE																	
		NUNCA																	
		RARAMENTE																	
	Desenvolvedor ou Incentivador	AS VEZES																	
		NA MAIORIA																	
		SEMPRE																	
		NUNCA																	
	Organizador ou Integrador	RARAMENTE																	
		AS VEZES																	
		NA MAIORIA																	
		SEMPRE																	
	Produtor ou Concludor	NUNCA																	
		RARAMENTE																	
		AS VEZES																	
		NA MAIORIA																	
	Inspetor ou Controlador	SEMPRE																	
		NUNCA																	
		RARAMENTE																	
		AS VEZES																	
	Mantenedor ou Melhorador	NA MAIORIA																	
		SEMPRE																	
		NUNCA																	
		RARAMENTE																	
	Interligador ou Relacionador	AS VEZES																	
		NA MAIORIA																	
		SEMPRE																	
		NUNCA																	
TODOS OS PAPEIS (PERFORMANCE GLOBAL)																			

ANEXO I.2 - Figura 2: *Performance* das Intenções de Ecoeficiência para Qualidade de Vida

GESTÃO DAS AÇÕES EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA ONG POSTO DE PUERICULTURA SUZANE JACOB

Bruna Renata de Lima Gomes

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Marcela Lima do Nascimento

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Maria Carolina Araújo Rizzi

Universidade Federal do Piauí - DCAI/CMRV/
UFPI
Parnaíba - PI

Mara Águida Porfírio Moura

Universidade Federal do Piauí - GEPAD/DCAI/
CMRV/UFPI
Parnaíba - PI

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Universidade Federal do Piauí - GEPAD/DCAI/
CMRV/UFPI
Parnaíba - PI

RESUMO: No cenário brasileiro, o terceiro setor ganha destaque, em que as organizações não governamentais têm como propósito atender atividades voltadas para o bem estar social da população desassistida pelo estado. Diante disso, pode-se identificar as formas de gestão empregadas pela ONG para a identificação de suas ações voltadas para o desenvolvimento de crianças e jovens. O objetivo se contextualizou

por meio da revisão literária sobre o tema e teve como base pesquisadores brasileiros. Este estudo teve como problema da pesquisa o seguinte questionamento: Como é realizada a gestão das ações do programa na ONG Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ)? Objetivo foi o de analisar as ações realizadas pelo Posto de Puericultura Suzanne Jacob junto à sociedade parnaibana. Os objetivos específicos da pesquisa buscaram identificar os tipos de gestão que são aplicadas no gerenciamento das ações e descrever as ações realizadas pelo programa junto à sociedade parnaibana. A metodologia aplicada se constituiu de uma pesquisa descritiva e de um estudo de caso. Teve abordagem qualitativa e a forma de coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas aos gestores da ONG e observações *in loco*. A análise dos dados correu através do método FOFA, conhecido como análise SWOT, onde foram descritos suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Concluiu-se que as ações da ONG são bem executadas e suas adversidades bem gerenciadas, trazendo resultados significativos para comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor. ONG. Gestão. Ações Organizacionais.

ABSTRACT: In the Brazilian scenario, the third sector is highlighted, in which non-governmental

organizations have the purpose of attending activities aimed at the social well-being of the population that is not served by the state. Given this, it is possible to identify the forms of management used by the ONG to identify its actions aimed at the development of children and young people. The objective was contextualized through the literary review on the theme and was based on Brazilian researchers. This study had as a research problem the following question: How is the management of the program's actions carried out at the ONG Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ)? The objective was to analyze the actions carried out by the Suzanne Jacob Child Care Center in the Parnaíba society. The specific objectives of the research sought to identify the types of management that are applied in the management of the actions and to describe the actions carried out by the program with the Parnaíba society. The applied methodology consisted of a descriptive research and a case study. There was a qualitative approach and data collection was done through semi-structured interviews with ONG managers and in loco observations. Data analysis was carried out through the FOFA method, known as SWOT analysis, which described its strengths, weaknesses, opportunities and threats. It was concluded that the ONG's actions are well executed and their adversities well managed, bringing significant results to the local community.

KEYWORDS: Third sector. ONGs. Management. Organizational Actions.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o terceiro setor vem alcançando destaque por ter forte crescimento de organizações não governamentais, onde essas entidades são sem fins lucrativos e têm como propósito atender atividades voltadas ao bem estar social daqueles desassistidos pelo Estado.

Dentre os menos atendidos encontram-se crianças que vivem em situações de riscos e num cenário de vulnerabilidade social, observando-se a existência de uma lacuna em que programas sociais desenvolvidos pela comunidade nascem em favor de preenchê-la. As Organizações Não Governamentais, conhecidas popularmente como ONGs tem, por vezes, o objetivo de mudar a realidade dessas crianças (GAMA, 2015).

O terceiro setor é uma das áreas que detém de mais de 300 mil organizações sociais sem fins lucrativos no Brasil (FIEGE, 2010), necessitando de um vasto conhecimento, uma vez que vem ocupando uma grande parcela de desenvolvimento frente ao mercado econômico e a sociedade civil.

O Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ) é uma ONG atuante na cidade de Parnaíba, no litoral do Piauí, que se constitui como uma entidade privada não governamental, responsável na promoção da melhoria do ambiente de cuidado e desenvolvimento das crianças, estimulando nas comunidades uma cultura lúdica, sanitária e de diálogo cooperativo entre instituições.

O PPSJ busca, também, articular a sociedade civil local, empresários e poder

público nas questões relacionadas à infância e à adolescência. Sua missão é testar iniciativas voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e disseminá-las no setor público, empresarial e no terceiro setor.

Diante do exposto o presente artigo pauta-se no seguinte problema de pesquisa: Como é realizada a gestão das ações do programa na ONG Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ)? O objetivo do trabalho constitui-se em analisar as ações realizadas pelo Posto de Puericultura Suzanne Jacob junto à sociedade parnaibana. Constitui ainda como objetivos da pesquisa: identificar os tipos de gestão que são aplicadas no gerenciamento das ações e descrever as ações realizadas pelo programa junto à sociedade parnaibana

A metodologia de natureza qualitativa contou com a realização de uma pesquisa de campo junto ao objeto da pesquisa, o Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas dentro da própria ONG, além da realização de análises em alguns documentos disponibilizados por seus gestores. Foi montada também uma análise SWOT, com o intuito de observar sua força, fraqueza, oportunidade e ameaça no cenário interno e externo do PPSJ.

A relevância deste estudo está na importância do gerenciamento das ações e sua contribuição no desenvolvimento social de crianças e jovens que vivem em um cenário desfavorável, bem como na responsabilidade do PPSJ no acompanhamento de suas mudanças comportamentais.

2 | O TERCEIRO SETOR E AS ONGS

Segundo Naves (2003, p. 574), “o terceiro setor é um conjunto de atividades de interesse público, espontâneas, não governamentais e não lucrativas. Realizadas em benefício geral da sociedade, independentemente dos demais setores (Estado e Mercado), embora possa ou deva receber deles colaboração”. Dentro dessas organizações, geralmente as pessoas estão livres para decidirem se participarão das atividades, ou seja, são voluntárias. Nesse sentido, o Terceiro Setor é um conjunto de organizações de caráter privado sem fins lucrativos para seus membros. Citando-se como exemplos de organizações de Terceiro Setor: hospitais, escolas, ONGs voltadas para desenvolvimento dos direitos humanos.

O terceiro setor no Brasil originou-se a partir das deficiências encontradas no estado e na iniciativa privada perante a sociedade, pois o primeiro setor representado pelo Estado não estava conseguindo suprir todas as demandas sociais atribuídas a ele e, o segundo setor, constituído pelo mercado, o qual era voltado somente para obtenção de lucro. Em vista, observou-se a necessidade de criar um novo setor para suprir esses “gargalos” do primeiro e segundo setores, por meio de ações sociais que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida. Segundo Santos (2012) esse setor se inseriu como importante ator social na busca pela melhoria das condições

da sociedade, pela capacidade de geração de empregos, participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social (SANTOS, 2012).

O termo Third Sector (Terceiro Setor) é advindo dos Estados Unidos e foi implantado no Brasil por meio de um funcionário da fundação Roberto Marinho. De acordo com Oliveira (2005), as primeiras instituições a surgirem com esse propósito foram as igrejas. Com o tempo, o terceiro setor foi se manifestando em vários segmentos da saúde, educação, cultura, meio ambiente e também assistência social.

A ONG se refere a organizações sem fins lucrativos não estatais com trabalhos voluntários, no qual as pessoas procuram se conectar por se identificarem com a causa que cada uma promove. A ONG como cita Tachizawa (2007), foi criada pela sociedade para auxiliar o estado na garantia do pleno exercício da cidadania e da democracia. Santos (2012) ainda ressalta que “as ONGs contribuem para a entrada de recursos de organizações internacionais”, como o Banco Mundial, entre outros (TACHIZAWA, 2007; SANTOS, 2012, p. 34).

ONG é a sigla de Organização Não-Governamental. Para Martins (2002), sua designação negativa (não-governamental) de fato revela um sinal bastante interessante de independência e ocupação do espaço público por quem não é do governo. As ONG's não se encontram no ordenamento jurídico brasileiro, são um fenômeno mundial em que a sociedade civil se organiza livremente para a execução de certo tipo de atividade cuja natureza e caráter são de interesse público. A maneira societária mais empregada pelas ONG's é a da associação civil (em contrapartida às organizações públicas e as organizações comerciais). São regidas por estatutos, têm finalidade não econômica e não lucrativa (MARTINS, 2002).

As associações são constituídas por meio de grupos de pessoas que se unem para um determinado fim, isto é, visam a ajudar em projetos sociais, ambientais e de assistência à sociedade. São sem fins lucrativos, não objetivando o lucro, sendo que todos os seus resultados são investidos na própria associação. Elas são regidas por estatutos, mesmo contendo um capital ou não para a sua abertura (GAMA, 2015).

As OSCIP's são o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que se entende modernamente por ONG, especialmente porque são marcadas por uma extrema transparência administrativa. A OSCIP é uma opção institucional e não uma obrigação. Em geral, o poder público sente-se muito a vontade para se relacionar com esse tipo de instituição, porque divide com toda a sociedade civil o encargo de fiscalizar o fluxo de recursos públicos em parcerias (MARTINS, 2002).

Fiege (2003) denota que as ONGs se subdividem em dois campos: as de desenvolvimento social, cidadania, defesa dos direitos humanos; e as ambientalistas, ocupadas com questões relacionadas à degradação e preservação ambiental e ecológica, como é o caso do Greenpeace, que atua a mais de 30 anos em defesa do meio ambiente e está presente no Brasil desde 1992. Fiege (2003, p. 21) afirma:

Na sua origem, a ação pública das ONGs ganhou visibilidade e transparência

ao dar apoio aos movimentos e associações comunitárias sob as mais diversas áreas de ação (defesa dos direitos humanos, direitos sociais, superação da desigualdade social, formação social, formação/educação de agentes de transformação social e prestação de serviços à comunidade, ambientalismo) (FIEGE, 2003, p. 21).

Podemos estabelecer que o papel fundamental de “agente democrático de desenvolvimento social, econômico e político é de caráter público” (FIEGE, 2003, p. 21) e agregado ao princípio de autonomia em conexão com outros atores de campo político (poder público, partidos, movimentos sociais). Descreve certo o denominador comum na autodefinição das ONGs, ao mesmo tempo em que, outros pontos são disputados e se encontram em plena mudança (FIEGE, 2003).

No contexto do Terceiro Setor, a ONG Posto de Puericultura Suzanne Jacob (PPSJ) foi inaugurado no dia 16 de janeiro de 1938 e foi registrada em cartório como associação sem fins lucrativos no dia 02 de fevereiro do mesmo ano e seu estatuto foi fundado no dia 19 do mês de abril do ano de 1938 por Roland Jacob, como forma de lactário, no qual seu objetivo inicial era o fornecimento de leite e alimentos às crianças pobres do município de Parnaíba - PI, como também dar continuidade ao projeto de sua falecida esposa Suzanne Jacob e preservar sua memória (CALIXTO, 2013).

Até o ano de 1998 o posto estava voltado para a nutrição de crianças, com momentos de atenção à saúde e apoio material às famílias. Desde então, o PPSJ começou um processo de revisão dos objetivos institucionais que a partir de diversas experiências vieram a aprimorar o foco do projeto.

Em 2018, o PPSJ trabalha com a melhoria do ambiente de desenvolvimento das crianças, estimulando dentro das comunidades uma cultura lúdica, sanitária e de diálogo cooperativo com as instituições. Busca também articular a sociedade local, empresários e o poder público nas questões que dizem respeito à infância e adolescência (GAMA, 2015).

O PPSJ tem como missão testar iniciativas voltadas para o desenvolvimento de crianças e jovens e disseminá-las no Setor Público, Empresarial e no Terceiro Setor. E como visão: articular a sociedade civil local para aumentar a aplicação de políticas públicas inovadoras voltadas a infância e juventude na microrregião de Parnaíba, objetivando o bem-estar integral de crianças e jovens através de metodologias voltadas para a superação da pobreza.

3 | METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa de natureza qualitativa do tipo bibliográfica, também apresentou uma pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada aplicada aos gestores da ONG, além da realização de observações *in loco*.

A coleta dos dados ocorreu nos meses de maio e junho de 2018, com o agendamento prévio da entrevista junto aos dois gestores da ONG, além do acompanhamento por

uma semana no mês de junho das rotinas da instituição para observar no cotidiano as ações desenvolvidas junto à comunidade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades são planejadas e executadas mensalmente e independe das ações é realizado o planejamento de como serão executadas e levadas para a comunidade devido às necessidades encontradas. As atividades são voltadas ao público feminino e também ao infantil. De acordo com a assistente social e coordenadora das atividades do projeto, as ações são realizadas no período vespertino de maneira lúdica e interativa proporcionando o desenvolvimento de tarefas que envolvam temas de interesses dos participantes. A ONG busca a interação com as famílias, e cobram a frequência escolar das crianças.

De acordo com a administradora financeira do PPSJ, através de entrevista, existe uma equipe fixa apenas para a gestão da ONG, composta pela diretoria executiva, com apenas cinco funcionários que desempenham as funções fundamentais ao gerenciamento da instituição. Para a realização dos projetos são contratados funcionários temporários especializados de acordo com as funções a serem desempenhadas para o desenvolvimento das atividades previstas em editais, funcionários esses preferencialmente terceirizados e registrados como Micro Empreendedores Individuais, dando uma maior segurança para ambas as partes envolvidas no contrato. No presente momento há poucos voluntários na instituição, sendo eles devidamente registrados de acordo com as normas.

A captação de recursos do Posto de Puericultura Suzanne Jacob é feita principalmente por meio de editais, como por exemplo, o Criança Esperança. Após o lançamento do edital, este é estudado e se analisa a proposta para a adequação do planejamento das ações a serem realizadas na comunidade. Com o projeto pronto, ele é avaliado pela organização que lançou o edital e estando dentro nas normas o projeto é finalmente selecionado e financiado. O orçamento do projeto ajuda na distribuição dos recursos adquiridos, destinados ao material que é utilizado nas atividades, pagamento de profissionais especializados. Segundo a gestora, todo o recurso que será financiado deve estar descrito, presando a transparência de sua distribuição, devendo se registrar as despesas que não devem ultrapassar nem deixar recursos disponíveis.

Existem editais que cobrem as despesas da ONG integralmente, porém ainda têm aqueles que não garantem o pagamento de aluguel da sede de atividades, contas de água e energia, fazendo com que a entidade busque novas formas de captação de recursos por meio de bazares e brechós provenientes de doações. Quando, ainda assim, os recursos não são suficientes a ONG recorre ao grupo de empresas da família fundadora para suprir, como por exemplo, com o aluguel da sede administrativa

(IBGE, 2012).

As organizações precisam de um líder em todos os seus níveis hierárquicos, bem como em todas as suas áreas de atuação. É esse modelo de liderança que foi identificado no PPSJ, em que cada membro da equipe desenvolve a liderança nas suas respectivas atividades, sempre visando o cumprimento da missão da instituição e gerando resultados. Dessa forma, a liderança é apresentada no estilo democrático, o líder conduz e orienta o grupo e incentiva a participação democrática das pessoas. Assim, a liderança é consolidada de maneira participativa.

Ademais, pode-se notar que a ONG faz uso de uma gestão participativa no seu processo de tomada de decisões, sendo que faz se uso da participação de todos no processo de desenvolvimento das ações ofertadas. Também foi percebida a aplicabilidade de gestão estratégica, pois sempre é realizada a análise SWOT, identificando seus pontos fortes e fracos fazendo adequações de acordo com a conjuntura social. E por fim, a gestão social, pois a ONG desenvolve ações voltadas para a sociedade civil conforme suas necessidades (MARTINS, 2016).

O PPSJ realiza projetos voltados ao desenvolvimento social, educacional e psicossocial de crianças e jovens de comunidades que não tem assistência básica, promovendo atividades lúdicas durante toda a semana. A ONG possui projetos já realizados e reconhecidos na região, a citar, o Projeto Bate-lata, o qual ensina percussão em latas a crianças e jovens da comunidade do lixão. Cita-se também o projeto semeando alegria que foi aprovado e financiado pelo Criança Esperança bem como programas voltados a formação de educadores da educação infantil.

O Programa financiado pelo Criança Esperança acolhe crianças e adolescentes com faixa etária entre 6 a 17 anos que estejam estudando. De acordo com os dados coletados em entrevistas, existem cerca de 120 crianças e jovens acolhidas pelo programa. Há o acompanhamento da frequência escolar, em que a ONG entra em contato com as escolas mensalmente e, também, o acompanhamento familiar, trazendo a importância da realidade vivida pelo jovem. As atividades oferecidas são aulas de música, dança e futebol. Inicialmente eram realizadas em uma sede alugada na comunidade do Alto Santa Maria e atualmente utilizam espaços públicos como o CRAS e o Parque José Estevão em parceria com a Prefeitura.

São ações desenvolvidas mensalmente com grupos de mulheres devido à demanda da comunidade, incluindo também, as mães de crianças atendidas no programa “Reciclando sonhos em busca pela paz”. Trabalha por meio de palestras com questões voltadas para o universo feminino: como ser mãe, papel da mulher, violência, sexualidade. Promove também oficinas de artesanato trazendo a oportunidade de melhorar a renda familiar das mulheres envolvidas. Em uma análise detalhada do ambiente interno da organização, notou-se alguns pontos fortes e fracos relevantes. Levando em consideração o cenário em que a ONG atua, notou-se que ela consegue se sobressair diante de eventuais dificuldades. Porém, ainda é possível identificar algumas fraquezas que podem ser levadas em consideração pela instituição.

Dessa forma, o primeiro ponto forte considerado foi o alto grau de envolvimento dos membros que compõem a ONG. Tal aspecto contribui para um bom clima organizacional. Os colaboradores também são profissionais especializados e possuem experiência em sua área de atuação dentro do cargo em que exercem, cooperando para que os resultados sejam ainda mais eficazes. A forte presença de um líder que direciona a equipe tem bastante importância quando se considera o bom desempenho para alcançar os resultados.

Pode-se notar a preocupação em manter o ambiente organizado e bem estruturado para a realização das responsabilidades cotidianas da sede, bem como dos espaços destinados às ações do PPSJ com a comunidade colaborando para o bom funcionamento de todas as atividades. Observou-se um bom direcionamento ao tema foco (desenvolvimento integral de crianças e jovens) onde os projetos realizados contêm um bom embasamento teórico. A organização atua na cidade de Parnaíba há 80 anos. Desse modo, pode ser considerado como um ponto forte pela vasta experiência que possui dentro do ambiente em que está inserida.

As fraquezas que foram notadas referem-se a vulnerabilidade financeira causada pela dependência de aprovação em editais para que os projetos possam ser executados, em virtude da organização não gerar receita própria. Ainda sobre os recursos, percebe-se que a ONG depende também de fontes externas, como brechós para a manutenção de despesas interna. A forma de captação de recursos é uma dificuldade enfrentada por muitas organizações beneficentes, causada pela dependência de capital de terceiros. Há também uma deficiência no que tange a comunicação externa, visto que algumas das informações relevantes encontram-se desatualizadas, incluindo nesse contexto o site da ONG que está em manutenção.

Dentre as oportunidades ressaltadas pela equipe, cita-se que a ONG possui parcerias com a prefeitura que proporciona um espaço para o funcionamento de atividades, como a dança que é realizada em uma das unidades do CRAS no município. Observou-se que a comunidade civil também dá suporte para a instituição por meio de doações (roupas, calçados e acessórios) para promoção de brechós destinados a captação de recursos. O PPSJ procura trazer a inovação por meio de projetos que trazem a tecnologia, como por exemplo, uma nova biblioteca que funcionará na sede administrativa com computadores e televisor integrando a comunidade com cenário tecnológico. Há uma possibilidade de financiamento estrangeiro pelo fato de a instituição obter títulos de reconhecimento internacional.

Há uma preocupação da ONG em garantir a eficiência e efetividade de sua funcionalidade, buscando suporte em realizações de assessorias e consultorias. O PPSJ dentro de sua missão tem a oportunidade de diversificar sua atuação no desenvolvimento de crianças e jovens, com equipes de profissionais de diferentes áreas. Identificou-se também uma grande possibilidade de realização de ações integradas entre o meio ambiente e a cultura local, por meio de oficinas de reciclagem e artesanato com biscuit, e também com o Projeto do Bate-lata, o qual envolve crianças

da comunidade do lixão da cidade e incentiva a sua participação na cultura da região.

Acerca das ameaças foi observado que devido a sua dependência de editais que restringem os temas e recursos para o desenvolvimento das atividades, ocorrem oscilações na equipe de profissionais, já que o projeto formulado e aprovado terá enfoque somente nas ações a serem desempenhadas. Contudo, isso interfere no engajamento da equipe envolvida no programa por ser constante a rotatividade de profissionais (turnover). Ainda para garantir a efetividade e permanência das atividades é necessário o controle da assiduidade dos beneficiados pelo projeto para manutenção do índice estipulado, pois caso o índice de evasão seja maior que o índice de assiduidade, a atividade corre o risco de ser cortada do projeto.

Devido a principal fonte de recursos de instituições beneficentes ser por meio de editais, o surgimento de organizações com finalidade semelhantes que passem a concorrer pelo mesmo recurso coloca em risco o desenvolvimento de novos projetos devido a sua vulnerabilidade financeira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão teórica e da análise SWOT dos dados coletados, algumas considerações podem ser tecidas de modo a responder a pergunta que norteou a pesquisa. O PPSJ atua no auxílio de crianças e jovens do município por meio do desenvolvimento de atividades educativas, culturais e esportivas. Através de suas ações, a instituição promove uma mudança significativa na vida de inúmeras pessoas, auxiliando com isso, principalmente, as classes sociais menos assistidas na construção de cidadãos capazes de tornarem-se agentes transformadores da sua realidade.

De acordo com o enfoque do objetivo específico foram identificadas como forma de gestão: Estratégica, Social e Participativa, que contribuem no bom funcionamento das ações desempenhadas pela instituição. Foram descritas as ações que estão sendo realizadas no momento pela ONG.

Este artigo foi relevante pela descrição de como são gerenciadas e realizadas as ações voltadas para o desenvolvimento social de crianças e jovens. Destaca-se que as principais contribuições desta pesquisa estão na apresentação de um maior conhecimento a respeito do PPSJ e suas ações para toda a sociedade parnaibana. Além disso, contribuiu com a discussão sobre a temática oportunizando novos olhares acerca do Terceiro Setor no município.

REFERÊNCIAS

CALIXTO, E. **Conheça o Posto de Puericultura Suzanne Jacob**. (2013). Disponível em: <<https://www.portalodia.com/municipios/parnaiba/conheca-o-posto-de-puericultura-suzanne-jacob-166631.html>>. Acesso em: 7 Mai. 2018.

FIEGE, H. J. **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

GAMA, W. **Gestão no Terceiro Setor: estudo de caso a Associação Acredihtar**. Fundação Educacional do Município de Assis, 2015.

IBGE et al. **FASFIL - Fundações Privadas e Sem Fins Lucrativos 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 20 Mai. 2018.

MARTINS, P. H. **Institutos, fundações, ONGs, OSCIPs e filantrópicas**. (2016). Disponível em: <http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_marco2002.cfm>. Acesso: 25 Mai. 2018.

INTENÇÃO DE USO DE APLICATIVOS E A GERAÇÃO DE VALOR: INOVANDO NO RAMO DE LAVANDERIAS DOMÉSTICAS

Danilo Augusto de Souza Machado
Rodrigo Lopes Nabarreto
Luiz Silva dos Santos
Debora Mendonça Monteiro Machado
Leonel Cezar Rodriguez

RESUMO: O mercado de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no Brasil tem grande relevância econômica e expressiva responsabilidade no desenvolvimento econômico, aproximadamente seis milhões PMEs, desse total segundo o IBGE corresponde a 97% de todas as empresas existentes no país, empregam 52% de todos os trabalhadores urbanos do país gerando 13 milhões de empregos com carteira assinada. Nessa seara um setor vem se desenvolvendo no que tange as inovações tecnológicas, as empresas que até então se usava de métodos arcaicos e gestão familiares, as pequenas e médias lavanderias estão se mostrando pré dispostas a se modernizar e acompanhar a evolução tecnologia esse crescente interesse por novas tecnologias vem despertando interesses de empresas especializadas no ramo a dar um salto na utilização de aplicativos para consolidar esse fenômeno e identificar novas demandas de serviços e aumentar produtividade proporcionando comodidade e facilidade para seus usuários a tecnologia tem se mostrado útil e fundamental para alcançar esse patamar

tecnológico, esse trabalho tem como objetivo medir as intenções comportamentais de o uso da tecnologia e o uso de aplicativos no ramo de lavanderias domésticas. Para isso, o trabalho estendeu o Modelo UTAUT2 de Venkatesh, Thong e Xu (2012). O estudo caracteriza-se como exploratório- descritivo. Para tanto, realizou-se um instrumento de pesquisa validado, presencialmente, sendo aplicado em um evento onde reuniu empresários do setor. Para as análises utilizou-se técnicas estatísticas de análise de medidas de dispersão e centralidade, univariadas e multivariadas. A amostra obtida foi de 170 (cento e setenta) empresários proprietários de pequenas e médias lavanderias domésticas.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação, Tecnologia, Aplicativos, Lavanderias Domésticas.

1 | INTRODUÇÃO

Parque industrial com avançada tecnologia em equipamentos e processos de lavagem, em constante atualização, as máquinas empregadas pelas lavanderias industriais são de origem nacional e importada, com diferentes tecnologias, entre máquinas convencionais, lavadoras extratoras e máquinas de lavagem a seco blindadas, com as mais variadas capacidades. O tempo de lavagem depende do

volume e da sujidade das roupas, variando de 30 a 90 minutos. Outra tecnologia utilizada são os Tuneis de Lavagem, com dispositivo que puxa automaticamente a roupa que, após lavada, vai para área de acabamento. Nesta etapa uma máquina denominada calandra dobra e passa automaticamente peças grandes, como lençóis, por exemplo. Para as toalhas e uniformes são utilizadas máquinas com dobradeiras, que lavam até mil quilos/hora de roupa e que, após a lavagem, são lançadas automaticamente para a fase de secagem. Esses grandes equipamentos são importados principalmente da Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália e Espanha. A indústria fornecedora de equipamentos para lavanderias tem muita preocupação em manter-se aperfeiçoada, gerando sempre novidades para o setor, sendo que os últimos 3 anos foram marcados por uma diversificação de ofertas e melhoria de qualidade.

No Estado de São Paulo existem, aproximadamente, 5.500 lavanderias, sendo 4.500 domésticas e 1.000 industriais. Destas, 70% estão localizadas no município de São Paulo. 80% são pequenas empresas. 90% têm até 10 funcionários. No Brasil, estima-se que existam 8.500 lavanderias, aproximadamente, sendo 6.500 domésticas e 2.000 industriais.

Essas empresas geram em torno de 36.100 empregos diretos no Estado de São Paulo, 26.600 na cidade de São Paulo e 52.250 no Brasil. O Faturamento no Estado de São Paulo, em 2016, aproximadamente R\$3.900.000.000,00, e no Brasil, também em 2015, estimado em R\$6.100.000.000,00. Contexto do tema

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será apresentada uma revisão da literatura, abordando os principais trabalhos e teorias sobre inovações, modelos de adoção de tecnologias e informações sobre o setor de lavanderias.

Inovação

Inovar é identificar algo que esteja funcionando e fazer de forma diferente. Observar os padrões pré-existentes e criar uma nova forma de se fazer algo. O termo “inovação”, muitas vezes, é associado ao uso da tecnologia para criação de novos processos e produtos. As tecnologias eram geradas em P&D isolados, distanciados da produção e dos consumidores. Por isso, eram caros e ineficientes para as necessidades (velocidade) de renovação tecnológicas necessárias às empresas (Chesbrough, 2007).

Porém, a tecnologia, por si só, não é o único fator para se gerar inovação. O valor econômico de uma tecnologia permanece latente até que seja comercializado de alguma forma por meio de um modelo de negócio. A mesma tecnologia, comercializada de duas maneiras diferentes, pode produzir dois retornos diferentes. Em alguns casos, uma inovação pode empregar com sucesso um modelo de negócios já familiarizado com a estratégia da empresa, enquanto que, outras vezes, uma empresa terá um

modelo de negócios totalmente novo. Em outros casos, porém, uma nova tecnologia potencial pode não ter um modelo de negócio óbvio e, nesses casos, os gerentes de tecnologia devem expandir suas perspectivas para encontrar um modelo de negócio apropriado para poder capturar o valor dessa tecnologia. (Chesbrough, 2010).

Hoje, esse cenário já é diferente. A redução do ciclo de vida dos produtos faz com que grandes tecnologias já não possam ser utilizadas para obter enormes lucros, pois rapidamente ficam ultrapassadas. Hoje, a inovação deve incluir modelos de negócios, não apenas tecnologia e P&D (Chesbrough, 2007). O processo de criação de valor é uma agregação de benefícios quantitativos ou qualitativos que uma empresa oferece aos clientes (Osterwalder & Pigneur, 2011).

Assim, esse processo pode ser inovador ou similar a outros já existentes no mercado, mas com características e atributos adicionais.

A criação de valor é um tema importante nos estudos de estratégia e inovação, recebendo atenção tanto dos acadêmicos, quanto dos gestores nas organizações. Isso ocorre porque esse conceito abrange dois lados essenciais na relação de mercado: o lado da demanda - representado pelos consumidores – e o lado da oferta – formado pelas empresas que atuam em determinado mercado.

Da contraposição entre esses dois lados, surge o conceito de valor, definido como a diferença entre o benefício percebido pelos consumidores finais em relação a determinado produto e o custo incorrido pela empresa em ofertar esse produto (Besanko et al., 2009).

Segundo Christensen (2006), existem 03 (três) tipos de inovação que criam oportunidades para o crescimento de negócios. O primeiro tipo é chamado de inovação de sustentação, que ajuda as empresas a terem os melhores produtos que podem vender por um lucro melhor para os seus melhores clientes, com capacidade de suportar o negócio existente e não mudarem muito no decorrer do tempo. O segundo tipo é um produto disruptivo que transforma uma indústria que costumava ser dominada por produtos complicados e caros. Ele o transforma em algo que é muito simples e acessível. Exemplo: Telefonia fixa para telefonia móvel via celular.

O terceiro na realidade não está relacionado à tecnologia ou produtos, mas é uma inovação do modelo de negócios que lhe permite chegar a novos clientes a um custo mais baixo com uma eficácia muito maior do que era possível antes. Este último tipo combina com os dois primeiros. Exemplos como o que a Honda fez com a sua linha de produtos – motosserra, cortador de grama, motocicletas, carros, tem-se ainda os caso que envolve os seus fornecedores na criação de valor como a Boeing ou a Embraer

Inovação no setor de lavanderias

O setor tem se mostrado antenado e conseqüentemente as inovações tecnológicas se mostram presente e com grande aderência dos empresários, Com parque industrial

com avançada tecnologia em equipamentos e processos de lavagem, em constante atualização. As máquinas empregadas pelas lavanderias industriais são de origem nacional e importada, com diferentes tecnologias, entre máquinas convencionais, lavadoras extratoras e máquinas de lavagem a seco blindadas, com as mais variadas capacidades. O tempo de lavagem depende do volume e da sujidade das roupas, variando de 30 a 90 minutos. Outra tecnologia utilizada são os Túneis de Lavagem, com dispositivo que puxa automaticamente a roupa que, após lavada, vai para área de acabamento.

Nesta etapa uma máquina denominada calandra dobra e passa automaticamente peças grandes, como lençóis, por exemplo. Para as toalhas e uniformes são utilizadas máquinas com dobradeiras, que lavam até mil quilos/hora de roupa e que, após a lavagem, são lançadas automaticamente para a fase de secagem. Esses grandes equipamentos são importados principalmente da Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália e Espanha. A indústria fornecedora de equipamentos para lavanderias tem muita preocupação em manter-se aperfeiçoada, gerando sempre novidades para o setor, sendo que os últimos 3 anos foram marcados por uma diversificação de ofertas e melhoria de qualidade.

Água e ambiente e seus impactos o setor se mostra preocupado com o aspecto ambiental e o setor está muito motivado para o tema. O sindicato tem recomendado a seus associados o uso de insumos não poluentes e que não agredam o meio ambiente. Embora os custos de controle ambiental sejam muito altos, o setor vem gradativamente se adequando e hoje possui um bom nível tecnológico de controle de atividades, de forma a manter-se ambientalmente correto, atendendo a legislação específica. Temos sempre lembrado ao setor que a Lei Ambiental nº 9605, de 1998, está em vigor e é severa, com multas expressivas.

A questão da água também é preocupante para o setor. Existe um estudo da Organização das Nações Unidas segundo o qual em 2025 dois terços da humanidade terá problemas de abastecimento de água. Assim, temos recomendado o uso racional e já existem muitas lavanderias que tratam e reciclam a água, gerando uma economia muito grande. O sindicato está atento ao problema e vem acompanhando o assunto de perto, procurando manter o setor atualizado sobre possíveis soluções emergentes, embora não tenha um programa específico para a questão. Apenas 4,0% da população economicamente ativa utiliza lavanderia. Mais de 20% da população economicamente ativa é considerada cliente em potencial. Crescimento nos próximos 5 anos: 5% em oferta de serviços.

Expansão do Mercado: um dos fatores mais importantes foi o aumento da presença feminina no mercado de trabalho. Mais da metade das brasileiras já faz parte da população economicamente ativa.

Modelos de Aceitação de Tecnologia

Muitos modelos de aceitação de tecnologias vêm sendo desenvolvidos ao longo dos anos, incluindo a Teoria da Ação Racional (Theory of Reasoned Action - TRA), Modelo de Aceitação de Tecnologia (Technology Acceptance Model - TAM), Modelo Motivacional (Motivational Model - MM), Teoria do Comportamento Planejado (Theory of Planned Behavior - TPB), Teoria Combinada do Comportamento Planejado e Adoção de Tecnologia (Combined Theory of Planned Behavior/Technology Acceptance Model - CTBP-TAM), Modelo de Utilização de Computadores Pessoais (Model of PC Utilization - MPCU), Teoria da Difusão da Inovação (Innovation Diffusion Theory - IDT), e Teoria Social Cognitiva (Social Cognitive Theory - SCT). A variável dependente principal em todos esses modelos são a intenção e/ou o uso (Oye, Iahad, & Rahim, 2014).

A Teoria da Ação Racional (TRA) é uma das mais importantes teorias do comportamento humano. A TRA propõe que a atitude de um indivíduo em relação a um comportamento e as normas subjetivas (quando o indivíduo acredita que pessoas que lhe são importantes pensam que ele deveria agir de determinada maneira) influenciam sua intenção em relação ao comportamento (Venkatesh, Morris, Davis & Davis, 2003). O modelo TRA pode ser usado para prever o comportamento em várias situações, não somente para situações de adoção de uma tecnologia (Oye, Iahad, & Rahim, 2014).

O Modelo de Aceitação de Tecnologia (TAM), desenvolvido por Davis e Davis, foi elaborado para o contexto da tecnologia da informação, e foi desenhado para prever a aceitação de tecnologias e seu uso em situações de trabalho (Venkatesh, Morris, Davis & Davis, 2003). O modelo TAM foi adaptado do modelo TRA, porém não inclui o construto de atitude. Ao invés da atitude, o modelo TAM usa a Percepção de Utilidade e a Percepção de Facilidade de Uso (e o modelo TAM2 inclui ainda a Norma Subjetiva) (Oye, Iahad, & Rahim, 2014).

A Teoria da Ação Racional foi posteriormente melhor desenvolvida e chamada então de Teoria do Comportamento Planejado (TPB). O modelo TPB pode ser utilizado em um número maior de situações de aceitação, em relação ao modelo TAM, e é muito utilizado para estudos na área de tecnologia da informação (Taylor & Todd 1995).

Gabriel (2011) expõe os principais modelos, seus principais autores, e os construtos e variáveis que compõem as respectivas teorias, conforme observa-se no quadro 1.

Modelo/Teoria	Sigla	Autor(es)	Ano	Principais Construtos e Variáveis
Difusão de Inovações	DOI	Everett M. Rogers	1962	Vantagem Relativa Compatibilidade Complexidade Facilidade de Observação Facilidade de Teste
Teoria da Ação Racional	TRA	Martin Fishbein Icek Ajzen	1975	Atitude em Relação ao Uso Norma Subjetiva

Modelo de Aceitação de Tecnologia	TAM	Fred D. Davis	1986	Utilidade Percebida Facilidade Percebida de Utilização Atitude em Relação ao Uso Intenção Comportamental de Uso
Teoria do Comportamento Planejado	TPB	Icek Ajzen	1991	Atitude em Relação ao Uso Norma Subjetiva Controle Comportamental Percebido
Difusão de Inovações aplicado à Tecnologia da Informação (TI)	N/A	Gary C. Moore Izak Benbasat	1991	Voluntariedade Vantagem Relativa Compatibilidade Imagem Facilidade de Uso Demonstrabilidade dos Resultados Visibilidade Facilidade de Teste
Modelo de Aceitação de Tecnologia 2	TAM 2	Viswanath Venkatesh Fred D. Davis	2000	Norma Subjetiva Imagem Relevância para o Trabalho Qualidade dos Resultados Demonstrabilidade dos Resultados Experiência Voluntariedade Utilidade Percebida Facilidade de Uso Percebida
Modelo Unificado de Aceitação de Tecnologia	UTAUT	Viswanath Venkatesh Michael G. Morris Gordon B. Davis Fred D. Davis	2003	Expectativa de Desempenho Expectativa de Esforço Influência Social Condições Facilitadoras Gênero Idade Experiência Voluntariedade de Uso
Modelo de Aceitação de Tecnologia 3	TAM 3	Viswanath Venkatesh Hilol Bala	2008	Norma Subjetiva Imagem Relevância para o Trabalho Qualidade dos Resultados Demonstrabilidade dos Resultados Auto-eficácia em Computadores Percepções de Controle Externo Ansiedade por Computadores Computer Playfulness Satisfação Percebida Usabilidade Objetiva Experiência Voluntariedade Utilidade Percebida Facilidade de Uso Percebida

Quadro 1 - Resumo cronológico das principais teorias e modelos sobre difusão e adoção de tecnologia desenvolvidos desde a década de 1960

Fonte: Gabriel (2011)

Modelo UTAUT 2

Venkatesh, Morris, Davis e Davis (2003) criaram o Modelo Unificado de Aceitação de Tecnologia (Unified Theory of Acceptance and Use of Technology - UTAUT). O modelo UTAUT identifica os fatores-chave de aceitação de tecnologias pela mensuração da intenção de uso da tecnologia e pelo seu uso efetivo. Segundo o modelo, os quatro fatores determinantes para aceitação de tecnologia são (i) a expectativa de desempenho, (ii) expectativa de esforço, (iii) influência social e (iv) condições facilitadoras.

O modelo UTAUT contempla as 32 variáveis presentes em oito modelos já existentes (TRA, TPB, TAM, MM, C-TPB-TAM, MPCU, IDT e SCT) por meio de quatro fatores principais e quatro fatores moderadores. A combinação dos construtos e dos fatores moderadores aumentou a eficiência preditiva do modelo para 70%, muito maior, por exemplo, do que os demais modelos TAM (Oye, Iahad, & Rahim, 2014).

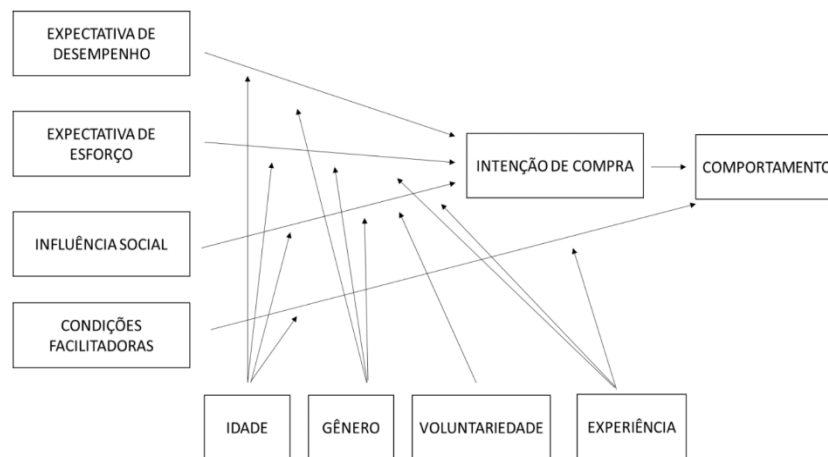


Figura 1 - Modelo Utaut.

Fonte: Venkatesh et al, 2003

O presente estudo segue as pesquisas dedicadas à análise do comportamento individual da aceitação e do uso de tecnologia (DAVIS, 1989; VENKATESH e DAVIS, 2000; VENKATESH et al, 2003; VENKATESH et al, 2012).

Esses constructos aqui pesquisados fazem parte do modelo UTAUT2 e são apresentadas: expectativa de desempenho, expectativa de esforço, influência social, motivações hedônicas, preço, hábito, intenção de comportamento e comportamento de uso.

Constructos	Descrição
Expectativa de Desempenho	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao grau em qual o indivíduo acredita que, utilizando uma determinada tecnologia, essa potencializará seu desempenho na execução de alguma tarefa ou projeto.
Expectativa de Esforço	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao grau de facilidade ou dificuldade que o indivíduo associa à utilização de determinada tecnologia.
Influência Social	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao grau em que o indivíduo acredita que os outros indivíduos consideram importante que a tecnologia seja utilizada.
Condições Facilitadoras	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao grau em que o indivíduo acredita que o ambiente oferece suporte à utilização da tecnologia em questão.
Motivações Hedônicas	Incluída a partir do modelo <i>UTAUT2</i> . Refere-se à diversão e/ou ao prazer proporcionado ao indivíduo pelo da tecnologia em questão. A inclusão desse fator foi justificada pela sua importância no contexto do consumo, já verificada nos trabalhos de Childers <i>et al</i> (2001); van der Heijden (2004); Brown and Venkatesh (2005) e Thong <i>et al</i> (2006).
Preço	Incluída a partir do modelo <i>UTAUT2</i> . Refere-se à troca de informações entre os consumidores acerca dos benefícios percebidos em relação às aplicações e do custo monetário para usá-las (DODDS <i>et al</i> , 1991; CHAN <i>et al</i> , 2008).
Hábito	Incluída a partir do modelo <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao automatismo criado pela aprendizagem de algo, que cria uma preferência pelo uso de determinada ferramenta (LIMAYEM <i>et al</i> , 2007).
Intenção de Comportamento	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se à intenção de consumir determinado produto ou serviço tecnológico.
Comportamento de Uso	Participa dos modelos <i>UTAUT</i> e <i>UTAUT2</i> . Refere-se ao ato de consumir determinado produto ou serviço tecnológico.

Fonte: adaptado de Venkatesh *et al* (2003) e Venkatesh *et al* (2012).

Figura 2 – Construto Utaut - Inovação

MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Tendo em vista os objetivos propostos deste estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva e quantitativa, baseadas no método de pesquisa Survey, guiado por questionário dividido em duas partes, contendo 20 (vinte) questões, sendo que a primeira com 11 (onze) questões com o objetivo de traçar o perfil do empreendimento, aqui determinado como modelo de negócio de lavanderia domésticas e a segunda parte com 09 (nove) questões afirmativas seguindo o modelo likert com 07 (sete) níveis onde o respondente declara uma das seguintes opções 1-Discordo Totalmente, 2-Discordo, 3-Discordo Moderadamente, 4-Concordo Moderadamente, 5-Concordo, 6-Concordo Totalmente e 7-Nem Discordo e Nem Concordo, adaptado de acordo com o modelo de Venkatesh, Thong e Xu (2012). Por se tratar de um estudo exploratório as adaptações realizadas ao instrumento original, aqui foi levada em consideração o contexto a que se propôs esta pesquisa, verifica a intenção de se usar aplicativos para geração de valor ao modelo de negócios de lavanderias domésticas.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado durante a realização de uma feira de negócios, que aconteceu na Cidade de São nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2017, onde coletou-se uma amostra de 170 (cento e setenta) respondentes, que obedeceu a seguinte ordem: ao ingressar no stand da feira o respondente era convidado a participar da pesquisa de forma livre e espontânea.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise dos resultados

Foram realizadas 170 (cento e setenta) entrevistas, sendo 88 (51,8) do sexo masculino e 82 (48,2) do sexo feminino, com idade variando entre 19 e 71 e média de 45 anos de vida para o sexo masculino e uma variação entre 27 e 65 e média de 43 anos de vida para o sexo feminino, mostrando um equilíbrio entre os gêneros quanto a empreendedores no setor de lavanderias domésticas.

A seguir serão apresentados os resultados descritivos do instrumento utilizado na coleta dos dados, referente a pesquisa realizada na feira de negócios do setor de lavanderias domésticas realizada na Cidade de São Paulo, nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2017.

Os dados mostraram que 70,5% dos empreendedores neste modelo de negócios investem em propaganda e marketing para divulgação dos seus negócios chegando a quase 19% do faturamento do negócio, quanto ao serviço de leva e traz (delivery) 80,6% dos empreendedores se utilizam deste mecanismo e que em média 32,8% do faturamento do negócio é oriundo do serviço de leva e traz.

Neste modelo de negócios de lavanderias domésticas, foram detectados dois problemas que estão ligados ao processo, o primeiro trata-se da precificação dos serviços quanto ao mix de oferecido, constatou-se que os empreendedores em uma avaliação de 0 a 10 atribuíram uma média de 3,7, seguindo nesta linha o segundo problema detectado esta no fato de que em média de cada 100 (cem) pedidos realizados 8 (oito) geram disputa com o cliente. Outra constatação é a de que para pouco mais da metade 55,5% dos empreendedores não existe interesse em ampliar o horário entre 19hs e 22hs, para o atendimento do público.

Quanto a adoção de um sistema ou aplicativo para o modelo de negócio de lavanderias domésticas 49,1% declaram não possuir nenhum modelo ou aplicativo. Os resultados completos com tabelas e gráficos descritivos, encontram-se no apêndice ao final deste estudo.

CONCLUSÃO

O trabalho apresenta como contribuição gerencial, informações no tocante a intenção dos empreendedores do modelo de negócios de lavanderias domésticas em investir percentuais significativos em propaganda e marketing para divulgação, em contra partida foi possível se verificar que grande parte desses empreendedores ainda não se utilizam de ferramentas tecnológicas relacionadas a informática, sendo esse um fator a ser explorado pelos fornecedores de serviços ligados a aplicativos.

Outra contribuição se faz clara que à medida que poderão subsidiar melhorias na comunicação enfatizando a prestação de seus serviços, esses empreendedores estarão favoráveis a inovação incremental que este modelo de negócio exige. Além

disso, as empresas deste segmento podem adotar estratégias de estreitamento e aprofundamento do relacionamento com os clientes, uma vez que é mais do que natural que as melhorias realizadas neste modelo de negócio é uma tendência que já se observa.

Ressalta-se que a uma grande disposição de intenção desses empreendedores em adotarem um aplicativo para agregarem valor ao negócio ampliando assim o relacionamento com os atuais clientes e a adoção de um aplicativo pode gerar novas formas de ampliação do número de clientes em sua base. Conta-se também com o fato de que a adoção de um aplicativo é algo que já está sendo disseminado a popularização e o barateamento dos aparelhos de smartphones e as tecnologias cada vez mais avançada.

Existe ainda uma concordância por parte dos empreendedores que com a utilização de um aplicativo aumenta potencialmente a visibilidade do modelo de negócio, além do que é extremamente vantajoso para o empreendedor.

A generalização dos resultados deste estudo fica comprometida, uma vez que a o método de amostragem foi por conveniência e exploratória para se identificar como o fenômeno se delineava. Sugere-se, dessa forma, a ampliação desta pesquisa contemplando uma amostra maior abrangendo um número maior de empreendedores e uma segmentação por tamanho do negócio.

REFERÊNCIAS

Chesbrough, H. (2007). Business model innovation: it's not just about technology anymore. *Strategy & leadership*, 35(6), 12-17.

Gabriel, M. L. D. S. (2011). Difusão e adoção de tecnologia: análise das relações de causalidade entre concepções e atitudes dos estudantes universitários do estado de São Paulo (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil).

Lima Faria, L. H., Giuliani, A. C., Kassouf Pizzinatto, N., & Kassouf Pizzinatto, A. (2014). A Aplicabilidade do Modelo Estendido Ao consumo da Teoria Unificada da Aceitação e Uso de Tecnologia (UtAUT2) no Brasil: Uma Avaliação do Modelo a Partir de Usuários de Internet em Smartphones. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 7(2).

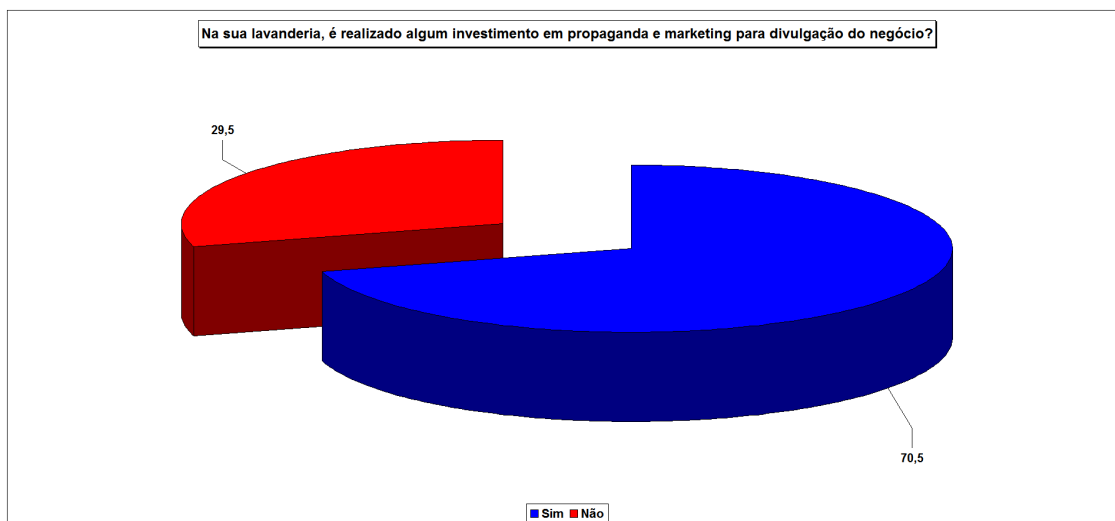
Oye, N. D., Iahad, N. A., & Rahim, N. A. (2014). The history of UTAUT model and its impact on ICT acceptance and usage by academicians. *Education and Information Technologies*, 19(1), 251-270.

Taylor, S., & Todd, P. A. (1995). Understanding information technology usage: A test of competing models. *Information systems research*, 6(2), 144-176.

Venkatesh, V., Morris, M. G., Davis, G. B., & Davis, F. D. (2003). User acceptance of information technology: Toward a unified view. *MIS quarterly*, 425-478.

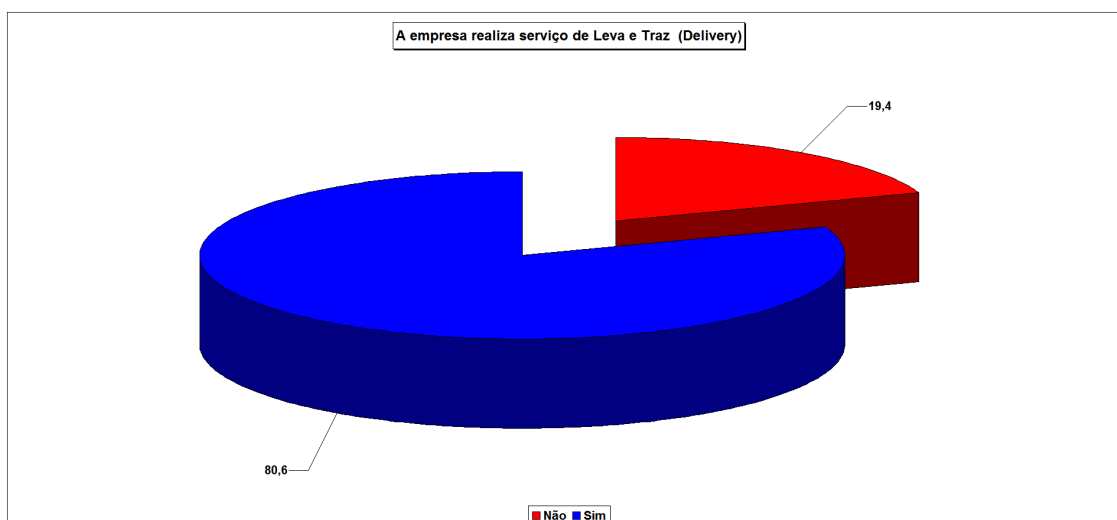
01-Na sua lavanderia, é realizado algum investimento em propaganda e marketing para divulgação do negócio?

	Freq	%
Sim	110	70,5
Não	46	29,5
Total	156	100,0



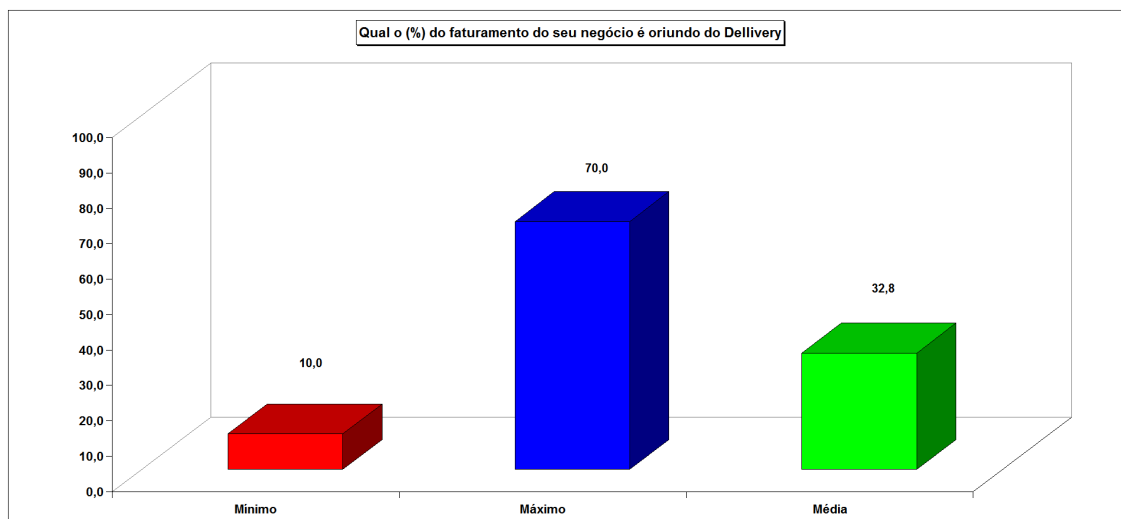
02-A empresa realiza serviço de Leva e Traz (Delivery)?

	Freq	%
Não	30	19,4
Sim	125	80,6
Total	155	100,0



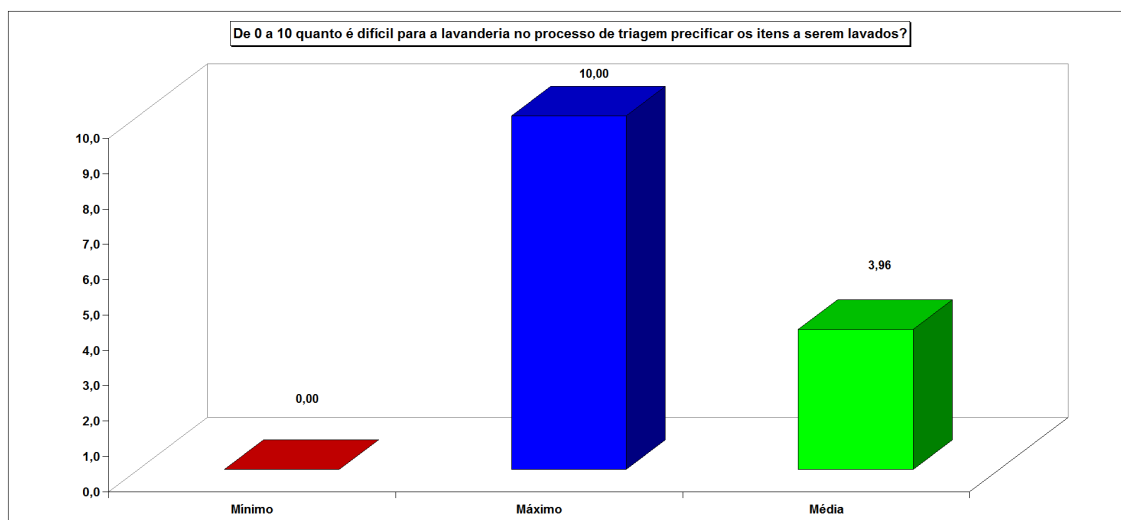
Qual o (%) do faturamento do seu negócio é oriundo do delivery

	Mínimo	Máximo	Média	
	10	70	32,84	



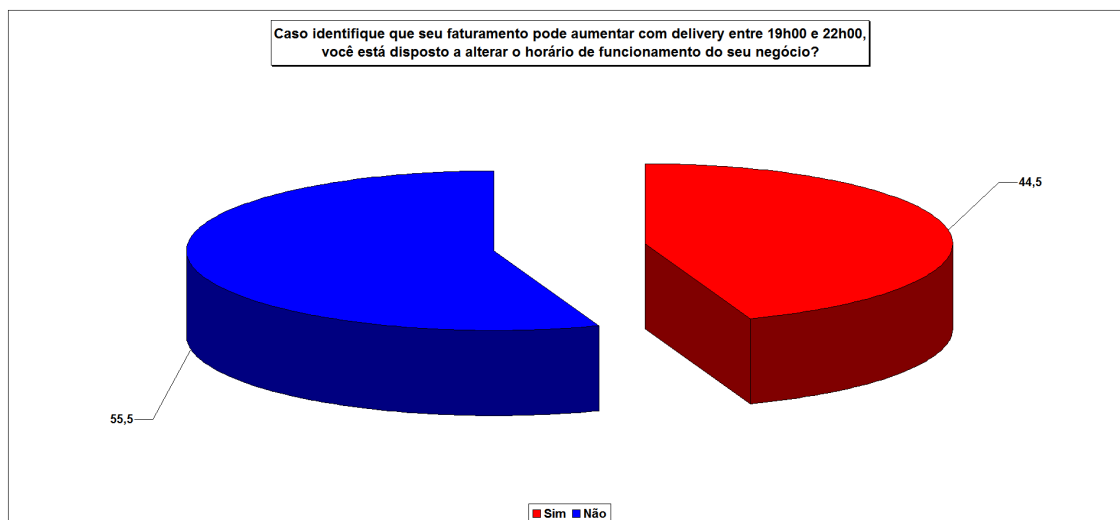
03-De 0 a 10 quanto é difícil para a lavanderia no processo de triagem precificar os itens a serem lavados

	Mínimo	Máximo	Média	
	0	10	3,96	



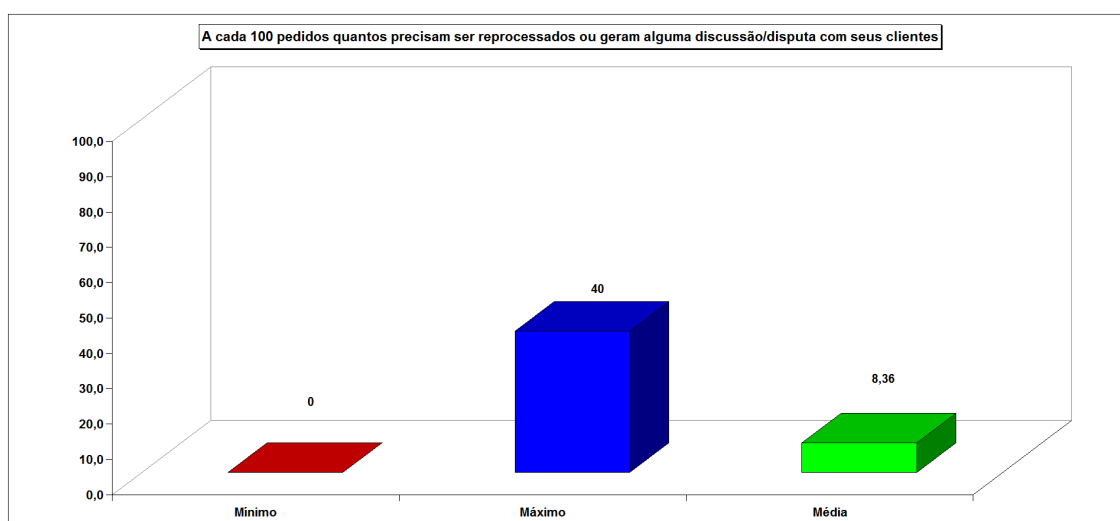
04-Caso identifique que o faturamento pode aumentar com o Delivery entre 19 e 22hs você está disposto a alterar o horário de funcionamento do seu negócio?

	Freq	%
Sim	69	44,5
Não	86	55,5
Total	155	100,0



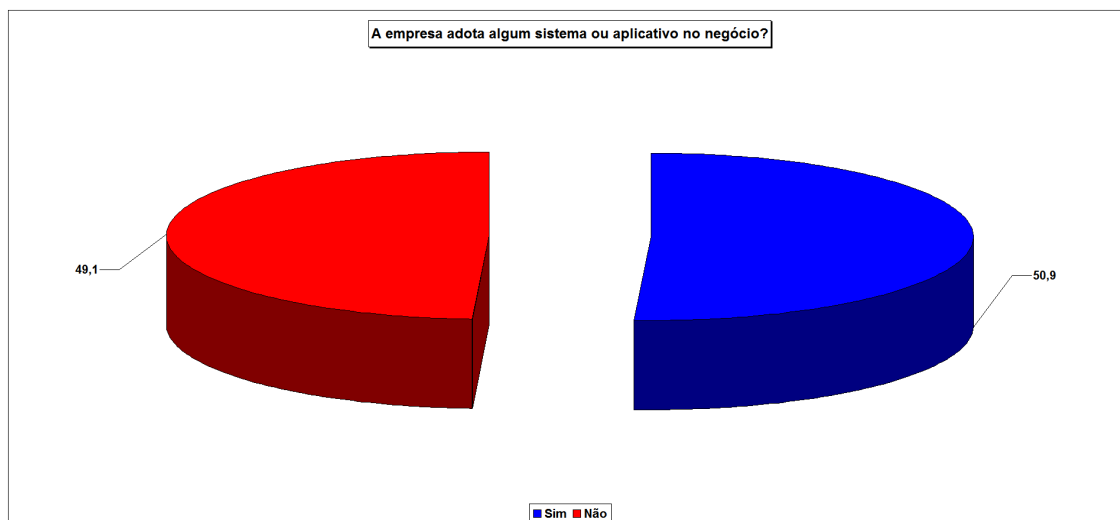
05-A cada 100 pedidos quantos precisam ser reprocessados ou geram alguma discussão/disputa com o cliente

	Mínimo	Máximo	Média	
	0	40	8,36	



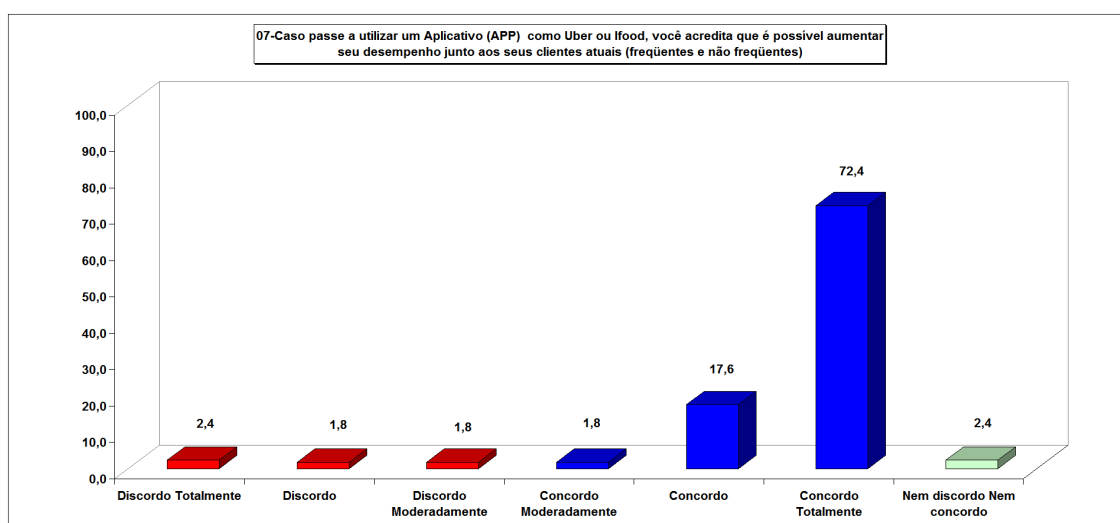
06-A empresa adota algum sistema ou aplicativo no negócio?

	Freq	%
Sim	86	50,9
Não	83	49,1
Total	169	100,0



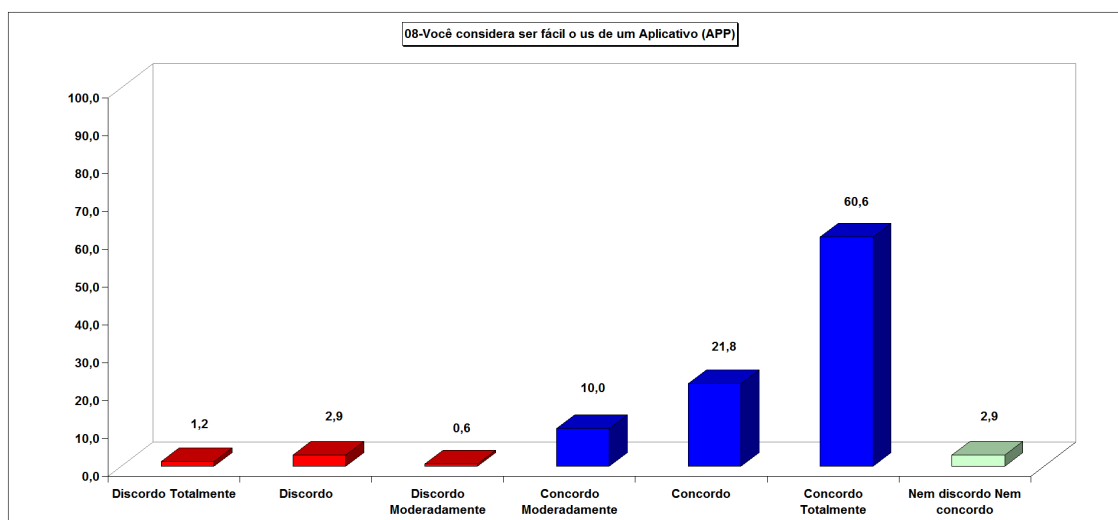
07-Caso passe a utilizar um Aplicativo (APP) como Uber ou Ifood, você acredita que é possível aumentar seu desempenho junto aos seus clientes atuais (freqüentes e não freqüentes)

	Freq	%
Discordo Totalmente	4	2,4
Discordo	3	1,8
Discordo Moderadamente	3	1,8
Concordo Moderadamente	3	1,8
Concordo	30	17,6
Concordo Totalmente	123	72,4
Nem discordo Nem concordo	4	2,4
Total	170	100,0



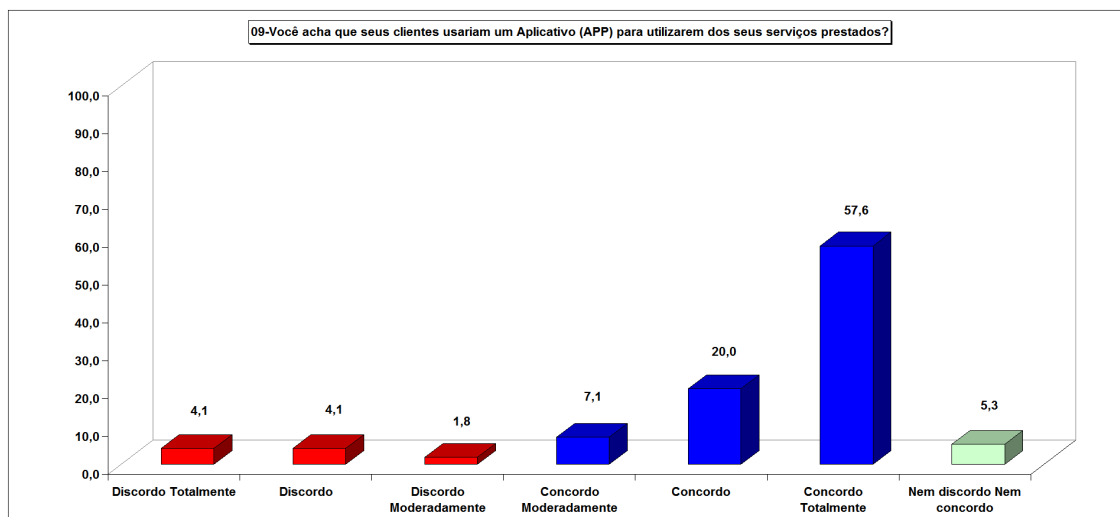
08-Você considera ser fácil o us de um Aplicativo (APP)

	Freq	%
Discordo Totalmente	2	1,2
Discordo	5	2,9
Discordo Moderadamente	1	0,6
Concordo Moderadamente	17	10,0
Concordo	37	21,8
Concordo Totalmente	103	60,6
Nem discordo Nem concordo	5	2,9
Total	170	100,0



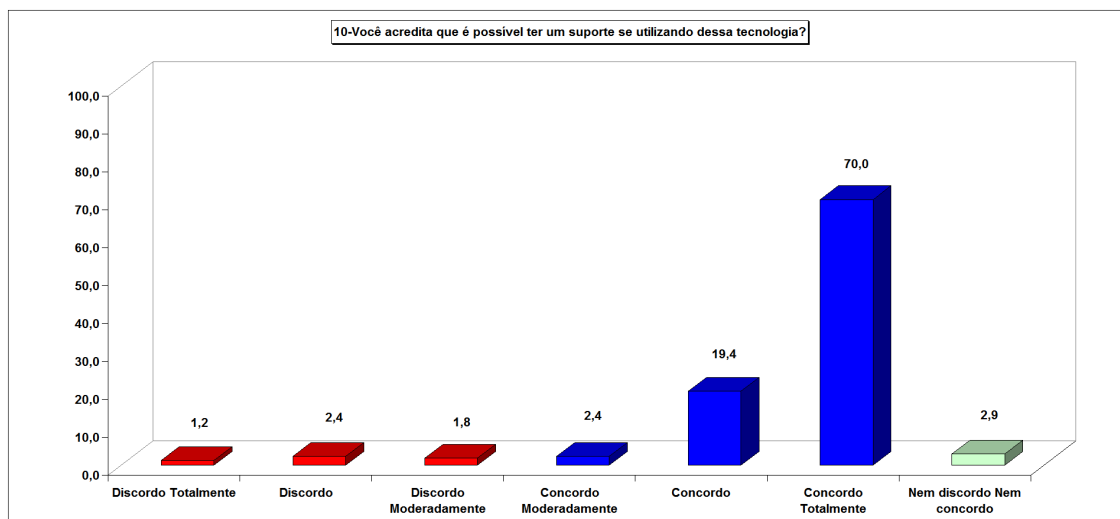
09-Você acha que seus clientes usariam um Aplicativo (APP) para utilizarem dos seus serviços prestados?

	Freq	%
Discordo Totalmente	7	4,1
Discordo	7	4,1
Discordo Moderadamente	3	1,8
Concordo Moderadamente	12	7,1
Concordo	34	20,0
Concordo Totalmente	98	57,6
Nem discordo Nem concordo	9	5,3
Total	170	100,0



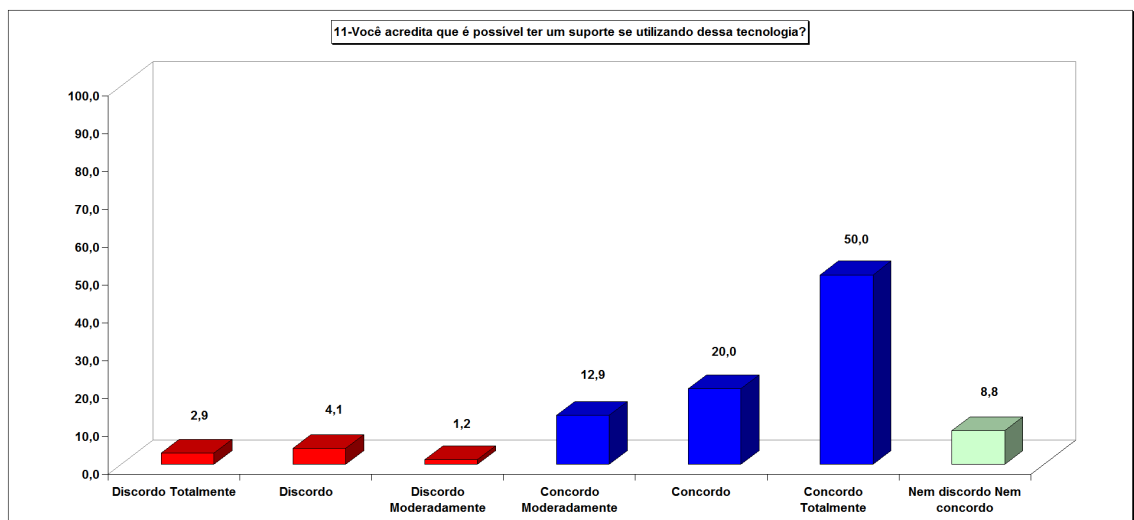
10-Você acredita que é possível ter um suporte com segurança utilizando essa tecnologia?

	Freq	%
Discordo Totalmente	2	1,2
Discordo	4	2,4
Discordo Moderadamente	3	1,8
Concordo Moderadamente	4	2,4
Concordo	33	19,4
Concordo Totalmente	119	70,0
Nem discordo Nem concordo	5	2,9
Total	170	100,0



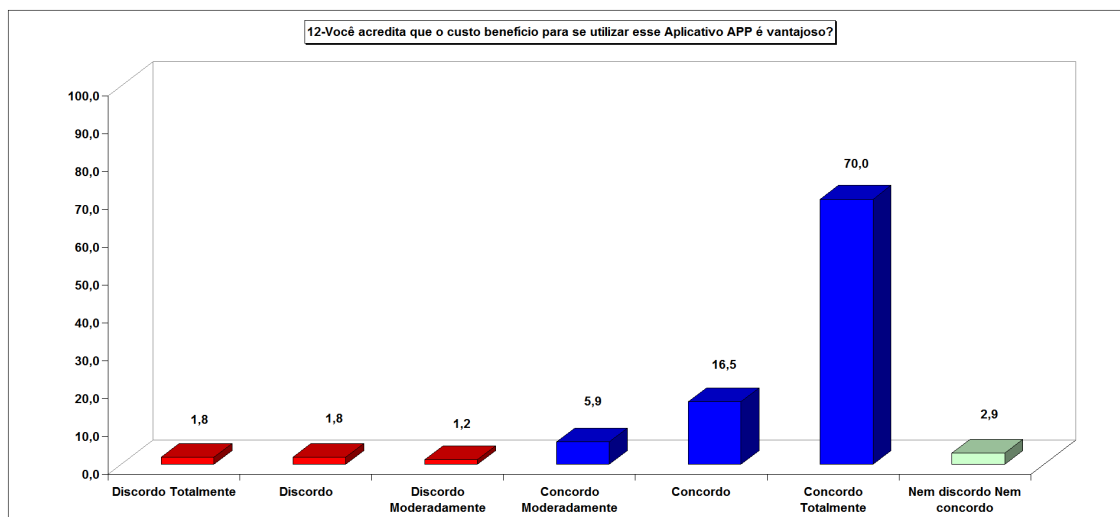
11-Você estaria disposto a fornecer desconto se utilizando dessa tecnologia?

	Freq	%
Discordo Totalmente	5	2,9
Discordo	7	4,1
Discordo Moderadamente	2	1,2
Concordo Moderadamente	22	12,9
Concordo	34	20,0
Concordo Totalmente	85	50,0
Nem discordo Nem concordo	15	8,8
Total	170	100,0



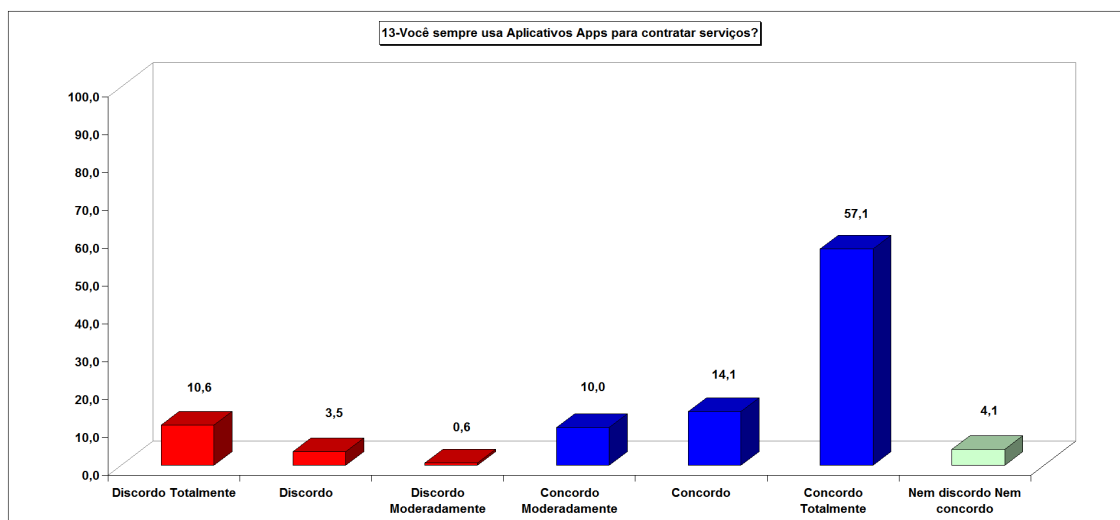
12-Você acredita que o custo benefício para se utilizar esse Aplicativo APP é vantajoso?

	Freq	%
Discordo Totalmente	3	1,8
Discordo	3	1,8
Discordo Moderadamente	2	1,2
Concordo Moderadamente	10	5,9
Concordo	28	16,5
Concordo Totalmente	119	70,0
Nem discordo Nem concordo	5	2,9
Total	170	100,0



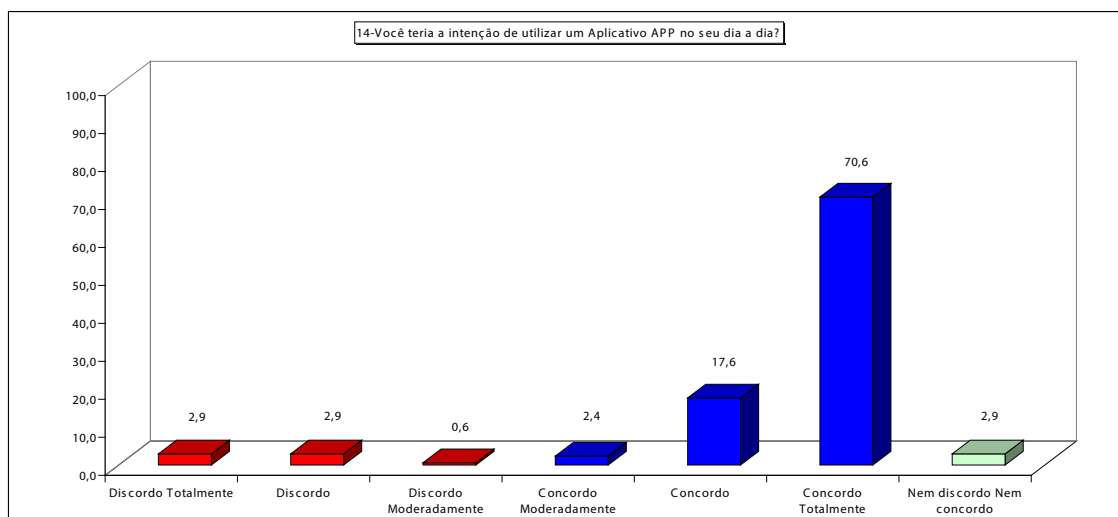
13-Você sempre usa Aplicativos Apps para contratar serviços?

	Freq	%
Discordo Totalmente	18	10,6
Discordo	6	3,5
Discordo Moderadamente	1	0,6
Concordo Moderadamente	17	10,0
Concordo	24	14,1
Concordo Totalmente	97	57,1
Nem discordo Nem concordo	7	4,1
Total	170	100,0



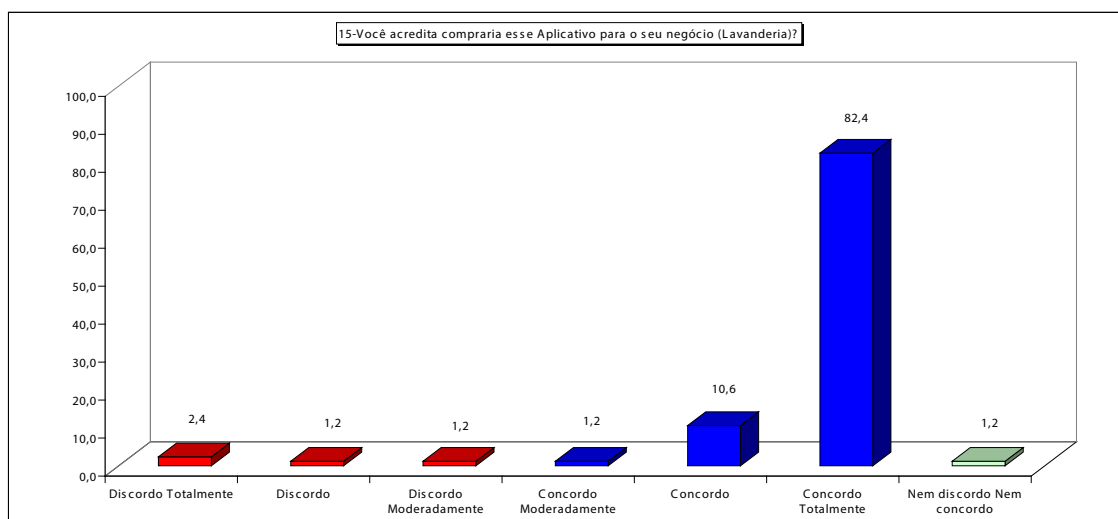
14-Você teria a intenção de utilizar um Aplicativo APP no seu dia a dia?

	Freq	%
Discordo Totalmente	5	2,9
Discordo	5	2,9
Discordo Moderadamente	1	0,6
Concordo Moderadamente	4	2,4
Concordo	30	17,6
Concordo Totalmente	120	70,6
Nem discordo Nem concordo	5	2,9
Total	170	100,0



15-Você acredita compraria esse Aplicativo para o seu negócio (Lavanderia)?

	Freq	%
Discordo Totalmente	4	2,4
Discordo	2	1,2
Discordo Moderadamente	2	1,2
Concordo Moderadamente	2	1,2
Concordo	18	10,6
Concordo Totalmente	140	82,4
Nem discordo Nem concordo	2	1,2
Total	170	100,0



A TEORIA DO IMPERIALISMO MARXISTA DE LENIN NO CAPITALISMO DO SÉCULO XXI

Sinedei de Moura Pereira

Unidade de Economia - Universidade Federal de
Campina Grande – Paraíba

Alexandre Silva de Lima

Unidade de Economia - Universidade Federal de
Campina Grande – Paraíba

RESUMO: O artigo examina e discute a hipótese de *O Imperialismo: fase superior* de Lenin como um referencial teórico pertinente para entender o capitalismo contemporâneo do século XXI. A metodologia consistiu numa revisão bibliográfica baseada no texto clássico supracitado e em autores marxistas que o analisaram criticamente sob o ponto de vista contemporâneo, bem como na análise evolutiva do imperialismo, levantamento de dados empíricos sobre o capital no século XXI, e conclusão crítica sobre o imperialismo marxista leninista.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo; capitalismo contemporâneo; marxismo leninista.

ABSTRACT: The paper reviews and discusses the hypothesis of Lenin's "Imperialism, the Highest Stage of Capitalism" as a relevant theoretical referent to understand contemporary capitalism of the XXI century. Methodological approach consists in a bibliographical review based on the aforementioned classic text and

on Marxist authors who analyzed it critically from the contemporary point of view, as well as on the evolutionary analysis of imperialism. A collection of empirical data is also made on the capital in the 21st century, and a critical conclusion about the Marxist Leninist imperialism is elaborated.

KEYWORDS: Imperialism; contemporary capitalism; Leninist Marxism.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é examinar e discutir criticamente a hipótese da Teoria do Imperialismo marxista de Lenin como um referencial teórico pertinente para entender o capitalismo contemporâneo do século XXI.

Segundo Harvey (2013), Hegel havia levantado uma interessante questão acerca de processos de transformação externa e interna, mas, ao mesmo tempo, não precisou, adequadamente, se a sociedade civil tinha capacidade de resolver permanentemente seus problemas internos através do processo de expansão espacial. É a partir deste ponto que Karl Marx vai analisar a "transformação externa". Esta só é possível se conseguir suprir novos mercados e campos para a indústria à custa de recriar as relações capitalistas de propriedade e uma capacidade de apropriação

do trabalho excedente dos trabalhadores. Ademais, Marx entendia que o comércio internacional poderia cumprir o papel de neutralizador da suposta lei de tendência dos lucros decrescentes. Isto porque o comércio internacional e a exportação de capitais poderiam aumentar, certamente, a taxa de lucros de diversas maneiras.

A partir das análises de Marx sobre concentração e centralização da produção e do capital, bem como acerca do efeito da concorrência entre capitais que implicaria a eliminação dos mais débeis frente aos mais fortes, por conseguinte, proporcionando a emergência de um capitalismo monopolista e, ainda, que o colonialismo era expressão do estado de subordinação de países soberanos e de colônias formais aos Estados capitalistas dominantes, então, todo esse conjunto de análises marxianas exercera grande influência em muitos autores críticos acerca do capitalismo, segundo Foster (2007). É o caso, por exemplo, de Lenin, que escreveu o clássico livro *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, em 1916, ensaio histórico e teórico que visou mostrar a realidade do desenvolvimento do mundo capitalista de seu tempo.

É claro que Estados nacionais ou seus prepostos praticaram ações imperialistas sobre povos ou nações antes do capitalismo. Usaram como recurso principal a violência para pilhar, dominar e conquistar povos e se apossar dos seus territórios.

No início do capitalismo, a natureza do imperialismo era a pilhagem de metais preciosos, o comércio negreiro, a colonização e os crescentes lucros mercantis. Todavia, foi Marx que analisou muito bem esse modo e afirmou que essas formas de dominação faziam parte de um processo histórico que ele denominou “A chamada acumulação primitiva”.

Na acumulação capitalista, contudo, principalmente no período da Segunda Revolução Industrial, o imperialismo sofre grandes transformações, é quando Lenin o define como “fase superior do capitalismo”.

Lenin sintetiza assim as principais características do imperialismo:

- i) Há aumento da concentração do capital e da produção a um grau tão elevado que criou os monopólios, que desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- ii) Mudança da pequena para a grande indústria, com a fusão do capital industrial e o bancário, originando o capital financeiro. Aqui não existe mais o empresário frugal que participava da produção capitalista com seus próprios recursos, pois, agora, há uma oligarquia financeira;
- iii) O enorme aumento das exportações de capital financeiro, o que difere da exportação de mercadorias e que adquire uma importância relevante no capitalismo mundial;
- iv) Divisão dos mercados mundiais realizada pelos monopólios internacionais. Ou seja, há uma associação de formações internacionais monopolistas de capitalistas que repartem o mundo entre si;
- v) Divisão territorial do mundo, pela moderna colonização. Basta lembrar que na década de 1870 essa dominação estrangeira atingia 11 % do

território da África, 57% da Polinésia, 51 % da Ásia e 100% da Austrália. No final do século o percentual da África passou a 90%, o da Polinésia a 99% e o da Ásia a 57%;

vi) Criação da classe dos rentistas como produto da expansão do capital financeiro e da sociedade por ações (LENIN, 1987; CANO, 1996).

Este estudo é oriundo do Projeto de Pesquisa “A Teoria do Imperialismo de Lenin e o Capitalismo Mundial no Século XXI”, aprovado no âmbito da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG. A metodologia consistiu essencialmente numa revisão bibliográfica baseada no texto clássico de Lenin supracitado e em autores marxistas que o analisaram criticamente sob o ponto de vista contemporâneo.

DESENVOLVIMENTO

Da análise sobre o imperialismo do liberal J. A. Hobson (HOBSON, 1981), Lenin concluiu que tal fenômeno se tratava de uma política adotada por diversas nações capitalistas e que a concorrência entre impérios se apresentava como uma noção essencialmente moderna no limiar do século XX.

A elaboração do conceito de dinâmica capitalista como desenvolvimento desigual e combinado foi também uma de suas contribuições teóricas: o capitalismo se move em razão de um processo contraditório e desigual, no qual se redistribui o poder internacional entre os Estados líderes expansionistas e colonialistas.

Assim, à medida em que a hegemonia inglesa declinava e, simultaneamente, ascendiam Estados Unidos, Alemanha e Japão, a periferia capitalista será cada vez mais disputada por se constituir um meio geográfico fornecedor de matérias-primas, de mercado para produtos industriais e de receptor de capitais (CARDOSO DE MELLO, 1997). É “nesta fase do capitalismo” que o imperialismo já se encontrava amparado na predominância do capital financeiro e em sua capacidade de intensificar a concorrência e produzir o monopólio. Portanto, em última análise, o capital financeiro se manifestará a partir daí na formação de enormes massas financeiras sob o mesmo comando capitalista e na emergência de uma oligarquia dominante composta de parasitas e rentistas (LENIN, 1987; BELLUZZO, 2002).

O imperialismo é uma época na qual os monopólios e a exportação de capital em combinação com a opressão colonial irão possibilitar a subordinação dos países periféricos aos países imperialistas, assim como o parlamentarismo será um instrumento político que permitirá à burguesia dos países centrais corromper certas camadas da classe trabalhadora industrial.

Enquanto capitalismo monopolista e fase concorrencial superior, o imperialismo também significará a constituição de uma relação imbricada e dialeticamente progressiva entre Estados e capitais. E isso é assim porque a concentração e centralização do capital ampliam necessariamente a escala da produção industrial e

da acumulação e, conseqüentemente, exige que cada país do centro capitalista passe a depender do apoio de seu Estado-Nação, portanto, de sua força bélica para defender seus interesses econômicos e, também, territorialistas, frente aos Estados capitalistas dominantes concorrentes. O fato é que a interseção entre a concorrência econômica e a geopolítica engendraram a eclosão de duas guerras mundiais intercapitalistas: a carnificina de 1914-1918 e a segunda rodada no período 1939-1945.

Após a derrota do nazismo e do fascismo, o enfraquecimento de duas grandes potências, Alemanha e Japão, a incontestável emergência da hegemonia estadunidense na forma de país detentor do padrão monetário ouro-dólar, do controle sobre o sistema financeiro internacional e do maior poder bélico mundial, a Revolução da China e a efetivação do projeto nacional de desenvolvimento capitalista da Coreia do Sul, e anseios sociais por justiça, por liberdade e democracia, que emergiram da crise estrutural do imperialismo – 1914-1945 – resultaram no processo de descolonização da África e da Ásia. A hegemonia dos EUA, por sua vez, colocou boa parte das novas nações independentes sob domínio estadunidense na forma de países dependentes ou neocoloniais.

A divisão do mundo em dois sistemas antagônicos, com a guerra fria, obrigou o imperialismo a fazer concessões e a praticar políticas de “ajuda” e reconstrução. Também é sabido que os Estados Unidos usaram sua hegemonia para estabelecer as instituições de Bretton Woods — o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial — visando consolidar o controle econômico exercido pelos Estados centrais, e os Estados Unidos em particular, sobre a periferia e, portanto, todo o mercado mundial (FORSTER, 2003).

Todavia, a ordenação que emergiu de Bretton Woods se mostrou precária e insuficiente para dar conta do equacionamento financeiro e econômico para os países participantes da divisão do trabalho mundial.

A mundialização do capital é um processo que se inicia antes da crise estrutural do capitalismo de 1914-45, mas se consolidou após a II Guerra Mundial. Este fenômeno se torna irrefutável a partir da década de 1950, momento em que países do centro capitalista dão início ao processo de internacionalização pela via da transmigração de suas empresas e de seus bancos nacionais, na forma de filiais. Essa transmigração do capital produtivo e do capital financeiro acarretou dois efeitos: de um lado, maior controle sobre o mercado e as fontes de matérias primas dos países de regiões dependentes; de outro, uma relativa perda parcial de controle dos Estados nacionais sobre o capital industrial e o capital financeiro no movimento da economia mundial. Daí, tanto os países do centro quanto da periferia ostentam taxas elevadas de crescimento, ao tempo em que indicadores econômicos e sociais revelam melhorias reais relativas nos salários e nas condições de vida para a classe trabalhadora. É neste contexto que emerge o Estado de Bem-Estar como resultado das lutas dos trabalhadores e da tentativa de confrontar a expansão do campo socialista no pós-guerra. Este período encerrará seu ciclo na virada da década de 1960 para a década de 1970, e será

conhecido na literatura econômica como “os trinta anos gloriosos” do capitalismo no século XX.

É na década de 1970, contudo, que ocorre a baixa do ciclo econômico nos países centrais e o capitalismo mundial vai entrar novamente em crise e, assim, retomar sua visível face de fracasso econômico expresso na queda da rentabilidade do capital, desequilíbrios fiscais nos países ricos, *estagflação*, desemprego e, ainda, na chamada “crise da dívida externa”, imposta aos países capitalistas periféricos e na financeirização global.

O imperialismo, como forma de recuperar os níveis das taxas de lucros e da acumulação do capital, irá, doravante, assumir a forma ideológica de neoliberalismo. Este, por sua vez, de um lado, objetivará golpear a classe trabalhadora do mundo desenvolvido, ao envidar todos os esforços políticos do Estado para a quebra da espinha dorsal dos sindicatos, como forma de lograr erodir os ganhos conquistados de produtividade do trabalho; de outro, executará ofensiva na forma de um ataque frontal aos Estados nacionais já debilitados financeiramente, na pretensão de apresentar a forma ideológica de crítica à “ineficiência” administrativa e produtiva estatal, como se o mercado fosse um mecanismo que obtivesse a melhor alocação aos “fatores” e sempre se traduzisse em melhor eficiência.

Convém sublinhar que, em última análise, o que esse imperialismo essencialmente propõe e exige é a “financeirização” mundial. E, por isso, o império se metamorfosea de neoliberalismo como forma de proceder a supremacia da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva real. Na prática, as ações básicas neoliberais que são levadas a cabo visam:

- a) reduzir o tamanho e poder dos estados nacionais. Na verdade, tem-se reduzido o tamanho do Estado nos países dependentes, mas, nos países centrais, tem ocorrido a redução da esfera produtiva em favor da esfera financeira do Estado.
- b) acelerar o emprego de conhecimentos disponíveis da ciência e tecnologia, bem como de novas descobertas;
- c) criar a fórmula neoprotecionista (no centro é neoprotecionista, contudo, deve ser livre comércio na periferia), com a constituição de espaços murados liderados pelos EUA (NAFTA), Alemanha e França (CEE) e Japão -“espaço asiático”. E assim o império tem promovido uma internacionalização do capital pela reconcentração e reestruturação produtiva do capital privado, pela mundialização financeira, pelo aumento do poder das empresas transnacionais e, ainda, pelo efeito da Terceira Revolução Industrial (CANO, 1996);
- d) finalmente, a desregulamentação financeira e a eliminação dos direitos trabalhistas.

Entre o último quartel do século XX e quase duas décadas do século XXI, a história econômica mundial registrou a grande crise do capitalismo dos anos 1970,

o abandono da ordenação internacional de Bretton Woods, a emergência do padrão monetário dólar flexível, o colapso da União Soviética e derrocada de grande parcela do socialismo real, a retomada da hegemonia estadunidense, e o equacionamento temporário de bolhas e crises cíclicas em países centrais e periféricos pela via do crédito, do endividamento e do capital financeiro. Novamente, o capitalismo se encontra em uma grande crise, isto é, sistêmica, a partir de 2007-2008 (HARVEY, 2014).

Não resta dúvida de que uma característica do capitalismo atual é a incontestável dominância do capital financeiro. Para ilustrar aqui este ponto, tomemos o caso da hegemônica economia dos Estados Unidos. Conforme se observa no gráfico abaixo, com dados do Banco Central Americano, que contextualiza a evolução da riqueza financeira e do PIB no período 1946-2012, se constata que a riqueza financeira (no conceito de capital fictício marxiano significa direitos contratuais sobre um fluxo de renda futuro) apresentava taxa de crescimento semelhante à do PIB nas décadas seguintes do pós Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1980, contudo, a riqueza financeira passa a crescer em ritmo superior e mais acelerado que o PIB, o que indica uma aceleração da concentração de renda e da riqueza a partir daí nos Estados Unidos e, também, em alguns outros países capitalistas centrais, e mesmo periféricos.

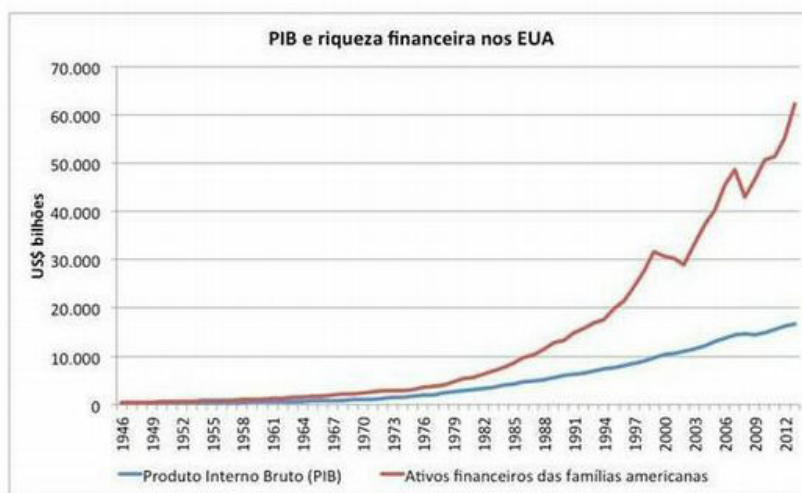


Gráfico 1. PIB e riqueza financeira dos Estados Unidos – 1946-2012

Fonte: FED/ROSSI

Essa ascendência da dominância do capital financeiro e relativo declínio do industrialismo no capitalismo mundial, também foi comprovado no trabalho de Ladislau Dowbor, ao demonstrar que 147 grandes corporações (75% delas financeiras) controlam hoje, sozinhas, 40% do PIB do mundo (DOWBOR, 2017).

Ademais, também mostrou, por exemplo, o predomínio do capital financeiro com

dados só com transações financeiras com “derivativos”, isto é, aquelas em que não ocorrem transações com mercadorias, mas tão somente índices (a taxa de inflação, o preço de uma moeda, a cotação de uma *commodity*).

Assim, baseado nos dados de Ladislau, o gráfico 2 abaixo mostra que, em 2013, as transações financeiras com “derivativos” alcançaram 710,2 trilhões de dólares ou 9,6 vezes o PIB mundial naquele ano. E o capital fictício teorizado por Marx, na forma de dívida pública mundial, em 2013, atingiu a cifra de 51,8 trilhões de dólares, portanto, dobrando de valor, quando comparado com o ano de 2003.

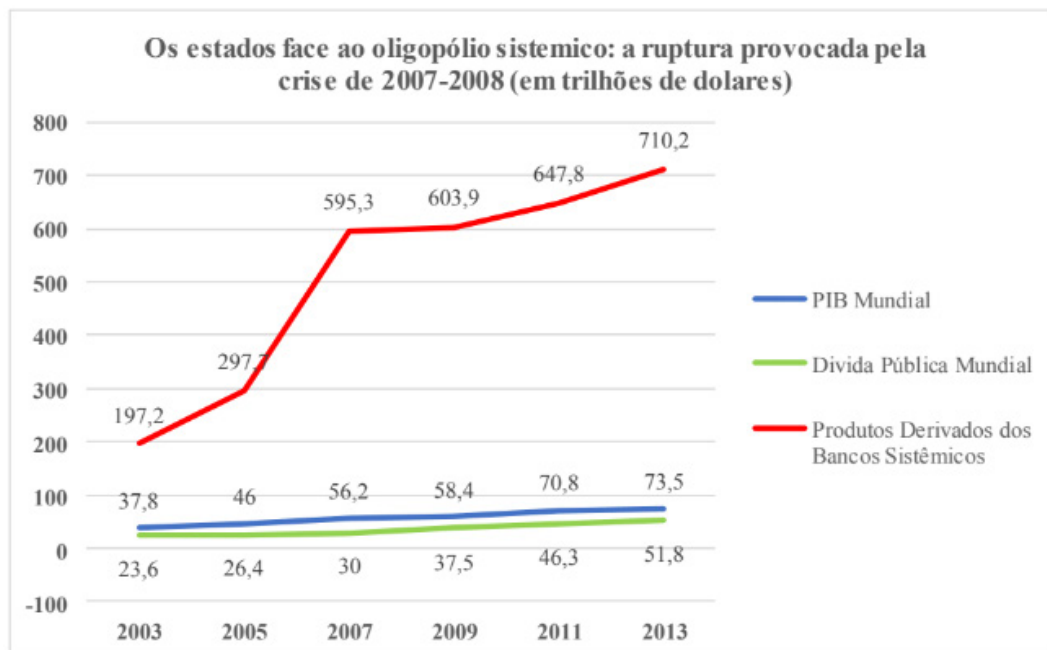


Gráfico 2. Fonte: François Morin, L'Hydre Mondiale: L'Oligopole Bancaire, 2015, p.36/ Dowbor, 2017.

Ao que nos parece, o capitalismo do século XXI, feito o imperialismo moderno teorizado por Lenin, segue tendo sua dinâmica ancorada na intensa exportação de capitais, articulado pelos monopólios nacionais dos países capitalistas centrais que, desse modo, garante à burguesia capacidade de elevar a taxa de exploração e, ao mesmo tempo, explorar espaços e economias capitalistas relativamente atrasadas, ou seja, países subdesenvolvidos e dependentes. Ademais, Lenin já havia observado que o capitalismo tem tendência à elevação da composição orgânica do capital, como teorizado por Marx, mas, nas condições vigentes do século XX, já se havia chegado a um novo nível, promovendo uma mudança qualitativa no capitalismo, que conferia centralidade e abrangência inusitada ao capital financeiro. A combinação dessas duas características explicava o capitalismo em sua dominação imperialista que se traduzia na elevação da coerção do trabalho a níveis extraordinários.

Uma relevante conclusão do estudo de Lenin é que a solução da tensão e da contradição entre o capital e o trabalho no imperialismo se encontra além do capitalismo (MARIUTTI, 2013). Portanto, é cristalino esse seu ensinamento de que a resolução desse problema pela classe trabalhadora passa necessariamente pela irrenunciável

luta pela superação do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo marxista, há, entretanto, dois autores que contestam a nossa hipótese de trabalho: Mészáros e Harvey.

A crítica de István Mészáros, no programa de entrevistas Roda Viva, é que o imperialismo de Lenin era caracterizado por uma multiplicidade de países e forças imperialistas rivais, tendo perdurado até a Segunda Guerra Mundial. Já para Harvey, no século XXI, o capitalismo contemporâneo se expande conjugando acumulação por espoliação e reprodução ampliada sob comando de uma potência, os Estados Unidos. O resultado tem sido a emergência de um imperialismo mundial estadunidense formal e orientado pelo militarismo, pelo unilateralismo, porém, destituído de lógica territorialista.

Vale ressaltar que, a partir da crise estrutural iniciada na virada da década de 1960 para a de 1970, começou um longo, gradual e seguro processo de declínio da hegemonia dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L.G. Imperialismo e cosmopolitismo. Projeto DHnet, 2002.

CANO, Wilson. Notas sobre o imperialismo hoje. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.132-135.

CARDOSO DE MELLO, J.M. "Prólogo". In TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. Outras Palavras, 2017.

FOSTER, Bellamy John. A nova era do imperialismo. Resistir. 2003. Disponível (https://resistir.info/mreview/nova_era_do_imperialismo.html). Acesso: 04/12/2017.

----- . Marxismo e Imperialismo. João Aguiar entrevista. Odiário. Info. Crítica Marxista, 2007.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

----- . Os limites do capital (1 ed.) São Paulo: Boitempo, 2013.

----- . Para entender O Capital: livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOBSON, J. A. Estudio del imperialismo. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

LENIN, Vladimir I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

MARIUTTI, Eduardo Barros Interpretações clássicas do imperialismo. Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 216, fev. 2013.

MARX, Karl. O Capital. Os Economistas. Editora, Nova Cultural, 1986.

MÉZÁROS, István. Roda Viva, TV Cultura, 2002.

ROSSI, Pedro. O Capital Fictício no Século XXI. Jornal do Brasil.02/05/2014.

O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PIDV) DOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS NO CENÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS (2014 - 2017)

Beatriz Stefani Rosa de Moura

Centro Universitário FMU, Ciências Atuariais
Escola de Negócios e Hospitalidade; São Paulo –
SP

Gerusa Coutinho Ramos

Centro Universitário FMU, Ciências Atuariais
Escola de Negócios e Hospitalidade; São Paulo –
SP

Nathalia Carvalho de Lima Pessoa

Centro Universitário FMU, Ciências Atuariais
Escola de Negócios e Hospitalidade
São Paulo – SP

RESUMO: No Brasil, em período de crise, emerge a discussão sobre a execução de programas de demissão voluntária de empregados em empresas estatais para reduzir gastos. Os deveres trabalhistas das estatais com os empregados e as vantagens pós-emprego entram na contabilidade como um passivo atuarial. O objetivo da pesquisa é estudar o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobrás e os efeitos no passivo atuarial da empresa (2014 a 2017). A metodologia é composta por uma revisão bibliográfica dos seguintes trabalhos: Petrobrás (2017); AMBEP (2016); Passos (2013) e Rego; Marques (2001). A pesquisa é descritiva, com dados quantitativos, dos resultados financeiros e atuariais dos relatórios da Petrobrás, referentes

ao número de desligamentos de empregados e as obrigações atuariais. Os resultados da pesquisa demonstram que a Petrobrás executou o PIDV para reduzir despesas, ao aumentar o número de desligamentos de funcionários em 2016 e 2017, porém o passivo atuarial da empresa aumentou, com perspectiva de redução no longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas Estatais. Demissão Voluntária. PIDV. Passivo Atuarial.

ABSTRACT: In times of crises in Brazil emerge the need to discuss a program on state companies to reduce the expenses through the execution of a voluntary resignation project. The company's labor duties to the employees and the advantages post work will be analysed with actuarial liability. The aim of this research is to study the Incentive Program of Voluntary Resignation fulfilled at Petrobrás and examine the effects on the actuarial liability of the company from 2014 to 2017. The Methodology is composed by a bibliographic review from the following studies: Petrobrás (2017); AMBEP (2016); Passos (2013) e Rego; Marques (2001). It is a descriptive research with quantitative data from the financials and actuarial report results of Petrobrás reference to the number of resigned employees and actuarial liability. Is shown at the conclusion of this work that Petrobrás executed the PIDV to reduce the outgoing in 2016 and

2017, however it also shows an increase on the company actuarial liability with the perspective to reduce in a long term plan.

KEYWORDS: State Company. Voluntary Resignation. PIDV. Actuarial Liabilities.

1 | INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica no Brasil apresenta uma recessão, desde 2015, com uma leve recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017. O cálculo atuarial das despesas trabalhistas e previdenciárias dos empregados de empresas estatais torna-se importante, quando ocorre uma redução na receita e um aumento nas despesas financeiras das empresas, fato capaz de impactar o passivo das mesmas.

A ciência atuarial é responsável por cálculos na área de seguros, análise de risco, e o cálculo atuarial, usado em negócios no mercado. O atuário desenvolve estratégias para diagnosticar problemas e mensurar riscos, por meio de modelos matemáticos, estatísticos e econométricos.

No Brasil, a crise econômica sofreu uma interferência política, permeada por escândalos de corrupção de políticos, com efeito negativo na queda de ações das empresas estatais, como, por exemplo, na Petrobrás. Em 2014, os auditores independentes não assinaram o Balanço Patrimonial da empresa por suspeita de corrupção, diante da investigação da Operação Lava Jato.

Quando o Balanço Patrimonial da Petrobrás foi publicado apresentou um elevado prejuízo, com uma queda vertiginosa no preço das ações da empresa no mercado de capitais. Houve um impacto negativo no financeiro da empresa e na contabilidade.

No cenário econômico e financeiro, de efeito negativo no passivo das empresas estatais e redução nos resultados dos investimentos em ativos, retoma-se a discussão da execução de Programa ou Plano de Demissão Voluntária (PDV), criado na década de 90, como uma alternativa para estimular demissões de empregados e reduzir despesas com recursos humanos.

A pesquisa possui o objetivo de estudar o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobrás no contexto econômico de crise, os respectivos efeitos no passivo da empresa. O tema é relevante, por mostrar conhecimentos específicos na área, por reunir conteúdos de economia, contabilidade, atuariais e finanças. Ainda é um assunto escasso em termos de produção científica, mas pode oferecer a aplicabilidade dos conhecimentos de Ciências Atuarias e Ciências Econômicas nos resultados da pesquisa.

A estrutura do trabalho foi organizada da seguinte forma: contextualização no cenário econômico do surgimento da proposta do Programa de Demissão Voluntária (PDV) na década de 90; o PIDV proposto na Petrobrás e a aplicabilidade; apresentação dos dados da pesquisa, os desligamentos de empregados e os efeitos causados no passivo da Petrobrás.

2 | A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA, AS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS E O PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV)

2.1 O Contexto da Economia Brasileira na Década de 90

A execução do Programa de Demissão Voluntária (PDV) emergiu na década de 90, em um cenário de elevadas taxas de desemprego. As décadas de 80 e 90 foram marcadas por um crescimento econômico baixo, inflação alta, aumento do desemprego e uma taxa baixa de investimento.

A década de 90, não trouxe o crescimento econômico esperado. O Plano Real foi executado a partir de 01 de julho de 1994, no Governo Itamar Franco, mesmo assim, ainda existia uma inflação elevada acumulada anteriormente.

As mudanças na economia brasileira na década 90 foram caracterizadas por Rego; Marques (2001, p. 220) da seguinte forma:

Durante os anos 1990, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) foi bastante irregular. Nos primeiros anos da década, período de inflação elevada, o produto chegou a apresentar crescimento negativo, voltando a aumentar no momento da implantação do Plano Real e após a estabilização da moeda. O retorno do crescimento, contudo, ocorreu a taxas decrescentes, refletindo as dificuldades enfrentadas para a retomada do investimento em bases mais sustentadas.

A década 90 foi marcada pela abertura econômica, a redução do papel do Estado na economia, com a execução da política neoliberal, a diminuição e o controle da inflação. A abertura da economia ao mercado externo provocou o aumento nas importações e uma maior oferta de produtos estrangeiros no mercado brasileiro.

A reestruturação produtiva na economia e o aumento da produtividade industrial, em 1990, aliado ao crescimento baixo da economia provocou a elevação na taxa de desemprego, com impactos negativos na renda dos trabalhadores.

O gráfico 1 mostra a relação entre o nível de emprego e a produtividade na indústria brasileira, no período de 1991 a 1996.

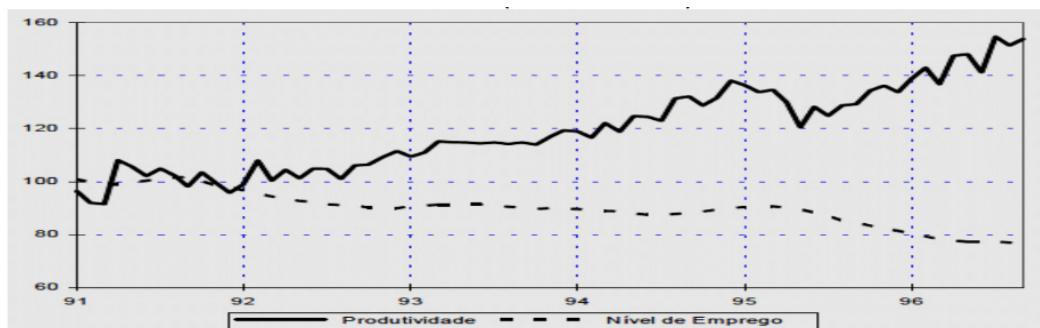


Gráfico 1 – Nível de Emprego e Produtividade na Indústria
(Base: 1991=100)

Fonte: Emprego no Brasil nos anos 90 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1997.

O gráfico 1 apresenta o crescimento da produtividade e a diminuição no nível de emprego que demonstrou uma queda entre 1991 e 1996. Enquanto, a produtividade

aumentou.

O desemprego aumentou no mercado de trabalho e impactou os empregados em diversos cargos. As mudanças na organização do trabalho exigiram que o trabalhador exercesse a empregabilidade, seja a capacidade de se tornar empregável. A rotatividade do trabalho cresceu nas empresas, inclusive nas estatais, com a execução dos Programas de Demissão Voluntária (PDV).

2.2 O Programa de Demissão Voluntária (pdv) de Empregados nas Empresas Estatais

As empresas estatais instituíram o Programa de Demissão Voluntária (PDV) na década de 90, com o objetivo de redução no número de funcionários, consequentemente os custos das empresas. O PDV oferta benefícios aos funcionários para estimular uma maior adesão ao programa.

As empresas estatais foram regulamentadas de forma ampla pelo Decreto Federal nº 84.128 no Art 1º, como mostra a citação:

Consideram-se empresas estatais, para os fins deste Decreto: I – empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e todas as empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União; II – autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público; III – órgãos autônomos da Administração Direta (Decreto-lei nº 200/67, art. 172. Parágrafo único. Poderão ser equiparadas às empresas estatais, para efeito do controle governamental de que trata o presente Decreto, as entidades e organismos de Direito Privado, que recebam contribuições parafiscais ou transferências do Orçamento da União e prestem serviços de interesse público ou social observado o disposto no artigo 183 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei nº 772, de 19 de agosto de 1969 (BRASIL, 1979).

A legislação da empresa estatal é ampla, em síntese, pode ser pública, quando as ações são do Estado, ou de economia mista, com poder majoritário acionário do Estado, com direito a voto, como a Petrobrás. A demissão de funcionários públicos passou a ser praticada após políticas neoliberais. Torna-se fundamental o respeito ao acordo entre as partes (empresa estatal e funcionários), a transparência com relação aos benefícios oferecidos aos empregados, além da rescisão trabalhista e o plano de saúde pós-emprego.

No regime de trabalho celetista, a base da relação entre o Estado e o funcionário é o contrato de trabalho. Os trabalhadores possuem benefícios, como: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a aposentadoria pelo INSS. Destaca-se a não estabilidade de emprego (PASSOS, 2013).

Os concursos públicos no Brasil são muito disputados, devido à busca por um emprego estável, um bom salário e benefícios. Com o déficit fiscal no Brasil e a crise econômica a partir de 2015, houve uma redução nas ofertas de vagas no setor público brasileiro em nível federal, estadual e municipal.

O regime estatutário apresentado na Lei nº 8.112, de 11/12/90 assegura os

seguintes direitos aos funcionários públicos, como mostra a citação:

Seção V – Da Estabilidade - Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício; Art. 22. O servidor perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo ou insuficiência de desempenho, no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Capítulo I – Do Vencimento e da Remuneração - Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.* Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo. Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.* Art. 42. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou subsídio, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Parágrafo único. Excluem-se do teto as seguintes vantagens: décimo terceiro salário, adicional de férias, hora-extra, salário-família, diárias, ajuda de custo e transporte.

Os diferenciais nas relações de trabalho do regime estatutário e os benefícios oferecidos determinam um nível de exigência maior em termos de negociação no Programa de Demissão Voluntária (PDV). Conforme a empresa oferece mais benefícios aos funcionários públicos, maior a adesão ao PDV, se as regras estiverem claras e os benefícios pós-emprego assegurados.

Segundo a Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC 33, 2012), os benefícios oferecidos aos funcionários públicos no PDV são: benefícios no curto prazo, como ordenados, salários e contribuições para a seguridade social; benefícios pós-emprego - aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego; outros benefícios no longo prazo - invalidez de longo prazo, jubileu, ou outros benefícios, por tempo de serviço, e ausências remuneradas de longo prazo, e benefícios rescisórios.

O Programa de Demissão Voluntária (PDV) provoca impacto na gestão das empresas estatais, por mudar pessoal em cargos de liderança e operação, como novas realocações e qualificações/requalificações profissionais. De outro lado, os funcionários públicos passam por momentos de dúvida, ansiedade e efeitos psicológicos.

Os funcionários públicos se preocupam com a questão financeira, a assistência médica ao empregado e os dependentes, por um determinado período após o desligamento, complemento no plano de previdência, aposentadoria, e o auxílio financeiro para empreendimentos. Porém, podem encontrar dificuldades no mercado de trabalho.

As vantagens do PDV para as empresas estatais são as seguintes: a redução na folha de pagamento e nos custos, aumento nos lucros, um ambiente organizacional em funcionamento. Como desvantagem, podem perder quadros de funcionários experientes e qualificados, como provocar a desmotivação profissional em outros trabalhadores (BARBOSA; VIEIRA; CAMPOS, 2011).

O risco e a incerteza estão presentes no pós-PDV das empresas que executaram o programa, como: Petrobrás; Eletrobrás; Correios; Banco do Brasil e Caixa Econômica

Federal. Cada empresa precisa fazer o planejamento, a execução, o monitoramento, e a avaliação, da implantação do programa, para fins de ajustes. Destaca-se o PDV executado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), como referência de estudo da pesquisa.

A tabela 1 demonstra a evolução total dos empregados nas empresas estatais no Brasil.

ANO	Nº EMPREGADOS
2013	549.536
2014	552.856
2015	550.112
2016	533.076
2017	516.375 (2º Trimestre)

Tabela 1 – Evolução do Número de Empregados das Empresas Estatais

Elaboração Própria; Fonte: SIEST, junho de 2017.

Verifica-se uma redução no número de empregados efetivos nas empresas estatais a partir de 2015, com a execução de Programas de Demissão Voluntária (PDV).

A Petrobrás foi fundada pela Lei nº 2004/53 em 03 de outubro de 1953, pelo presidente Getúlio Vargas, como empresa pública. Atualmente, é uma sociedade mista, na qual o governo brasileiro possui o controle majoritário das ações, seja 50,26% (PETROBRÁS, 2017).

O objetivo da Petrobrás era executar as atividades no setor petrolífero no Brasil, como: exploração, produção, e a comercialização do petróleo, gás e derivados. A Lei nº 9478/97 permitiu que a empresa atuasse no regime de livre concorrência no mercado em 1997, se tornou uma das maiores empresas de petróleo do mundo.

Conforme Petrobrás (2017), ao longo do processo histórico, a empresa ampliou as suas atividades, com abrangência em nível internacional para os seguintes países: Angola, China, Estados Unidos e Japão. Recebeu diversas premiações, como: Troféu Transparência no Brasil em 2014, Líder entre as Maiores Indústrias no Brasil, e sete vezes, a Melhor Empresa de Petróleo e Gás no Brasil.

Em 2014, após investigação da Operação Lava Jato, suspeitas de desvios de dinheiro público, processos judiciais no Brasil e nos Estados Unidos, afastamentos de executivos da diretoria da empresa, presos pela Polícia Federal, por práticas de corrupção, e a recusa dos auditores independentes de assinarem o Balanço Patrimonial da empresa. Dessa forma, a Petrobrás enfrentou a maior crise de gestão econômica e financeira de sua história.

Em um quadro de queda no nível de investimento da Petrobrás, de aumento na dívida, no prejuízo, e a queda no preço do petróleo, a empresa ao executar uma política de redução de custos resolveu reestruturar o quadro de funcionários, com o

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), anteriormente denominado de Programa, como explica a citação:

A diretoria executiva da Petrobras anunciou a aprovação do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) com estimativa de participação de até 12 mil empregados. O custo previsto para a implantação do programa é de R\$ 4,4 bilhões, e a economia esperada é de R\$ 33 bilhões até o ano de 2020. O período de inscrições vai de 11 de abril a 31 de agosto de 2016 (AMBEP, 2016, p. 10).

Em 2016, o PIDV foi reaberto para todos os funcionários, com a demissão voluntária de 6.254 funcionários no primeiro ano, acrescido de 1.055 funcionários em maio de 2017. O PIDV é destinado aos empregados da Petrobrás controladora, atualmente, com 57.046 funcionários, ofertado aos funcionários a partir de 55 anos de idade e aposentados pelo INSS.

A adesão ao PIDV em si, não assegura os resultados positivos, existem imprevisibilidades, quanto à percepção dos funcionários e da empresa. As empresas optam por reduzir os seus custos com pessoal e aumentar os lucros, porém o planejamento no capital humano é fundamental para não perder lideranças. Para os funcionários é necessário existir uma compensação financeira e de perspectiva de manutenção de sua qualidade de vida.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na revisão bibliográfica do estudo, a discussão permeia pelos assuntos da economia nas décadas 80 e 90, o nível de emprego e produtividade industrial, o Plano de Demissão Voluntária (PDV) – Petrobrás (2017); AMBEP (2016); Barbosa; Vieira; Campos (2011); Rego; Marques (2001) e IPEA (1997).

A pesquisa é descritiva, com métodos quantitativos. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa com dados quantitativos é baseada na objetividade e na matemática, com a finalidade de demonstrar as causas de um problema e as relações entre dados analisados.

A experiência abordada no Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobrás foi escolhida, por ser a maior empresa estatal brasileira, ter executado o programa recentemente, como também pelos problemas econômicos e financeiros enfrentados a partir de 2014, e os escândalos de corrupção que atingiram a contabilidade da empresa.

Para o estudo do Programa de Demissão Voluntária (PDV) no cenário brasileiro das estatais e da Petrobrás foram usados como referências, livros, artigos científicos e sites governamentais.

A pesquisa concentra-se na descrição e análise de dados dos relatórios financeiros e contábeis da Petrobrás no período de 2014 a 2017, obtidos no site da

empresa, com a abordagem dos impactos gerados no passivo da organização após a execução do PIDV.

4 | OS DESLIGAMENTOS DE EMPREGADOS E O PASSIVO ATUARIAL NO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO NA PETROBRÁS

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) nº 33, de 2012, na contabilização de benefícios aos empregados, destacam-se o benefício pós-emprego e o benefício rescisório. O passivo contabiliza o pagamento futuro de um plano previdenciário, ou outros subsídios, como, por exemplo, assistência médica, seguro de vida e multa do FGTS.

O método de cálculo proposto no CPC é o Crédito Unitário Projetado, com base na constituição de uma reserva matemática após um ano de serviço prestado pelo empregado ao empregador. A reserva ou o montante calculado é em valor presente, as hipóteses e premissas para o cálculo precisam refletir o momento econômico atual, seja no qual o Plano está inserido.

A taxa de desconto, uma das hipóteses e premissas, com maior impacto, pelo efeito do fluxo da reserva matemática a valor presente. O Comitê do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) estabeleceu a base para o cálculo da taxa de desconto, de forma semelhante a do mercado, por meio de títulos públicos.

Na contabilização do benefício pós-emprego do funcionário, considera-se o passivo do empregado no período trabalhado, como uma despesa provisionada, além das despesas dos benefícios dos colaboradores elegíveis, os custos e os tipos de planos (CD, BD ou CV), no qual, a organização se compromete a pagar os benefícios.

No Plano de Contribuição Definida (CD), a patrocinadora realiza o pagamento da contribuição para outra organização, como um Fundo de Pensão. Todavia, não possui a obrigação legal de efetuar contribuições adicionais, se o fundo não possuir ativos suficientes para o pagamento dos benefícios devidos. No CD, não há risco atuarial, o pagamento do benefício é realizado pelo saldo de contas do participante acumulado na fase ativa. A rentabilidade do investimento é escolhida pelo participante, conforme o perfil do fundo. No final do saldo, não haverá obrigação legal de ambas as partes.

Nos Planos de Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV) apresentam-se um risco atuarial. Os planos oferecem benefícios com pagamento vitalício para os titulares e os beneficiários, conforme expectativa de vida a partir da tabela de mortalidade. O objetivo é estabelecer o nível de ativos financeiros do plano para custear o participante de forma vitalícia, com cobertura válida na fase ativa da vida, na invalidez ou no falecimento (CPC nº 33, 2012).

Os empregados recebem os benefícios rescisórios determinados no ato da rescisão do contrato de trabalho, que pode ser rompido pela empresa, antes da aposentadoria, ou pelo funcionário, ao aceitar um benefício ofertado pela empresa. Na contabilidade, o registro ocorre, de acordo com a obrigação da empresa, diante do

tipo de rescisão do contrato de trabalho.

O Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) ofertado pela Petrobrás, escolhido para a pesquisa, possui o desligamento de funcionários, para a redução da folha de pagamento, estimular à aposentadoria, reduzir custos e aumentar o lucro da empresa.

Segundo a Petrobrás (2017), o programa visa até 2020, uma economia de até 33 bilhões de reais, porém a execução possui um custo de até 4,4 bilhões, contabilizado no passivo da empresa. O cálculo de indenização no PIDV é composto da seguinte forma:

Indenização Fixa	$[(A+B)/2]*SB$
	A = ATS ou tempo de companhia, em anos completos, o que for maior, em 31/03/2016.
	B = Idade, em anos completos, em 31/03/2016.
	SB = Salário Básico, em 31/03/2016
Piso: R\$ 211 mil Teto: R\$ 706 mil; Os valores de piso e teto serão os mesmos vigentes para o PIDV 2014, reajustados mensalmente pelo IPCA. Valores apresentados atualizados até Fev. 2016.	

CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO -

Fonte: Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), 2016.

O cálculo da indenização demonstra, se o funcionário fizer a adesão ao PIDV, leva-se em consideração o tempo de trabalho na empresa, a idade e o salário básico. O teto e o piso são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), índice oficial de inflação do IBGE.

Segundo Relatório Anual da Petrobrás (2017), no período de 2014 a 2017, o total de 16.441 empregados da Petrobrás Controladora foram desligados pela execução de PIDVs. As indenizações pagas totalizaram R\$ 5,5 bilhões de reais, com um resultado financeiro de R\$ 10,9 bilhões de custos evitados até dezembro de 2017.

A empresa justifica os desligamentos pelos PIDVs, como diminuição de custos de recursos humanos, mudanças na distribuição das faixas etárias dos empregados por tempo na empresa, diante de um perfil denominado de “balanceado” para atender ao plano de gestão de negócios. Enfatiza a realização de novos processos seletivos para suprir necessidades específicas.

A tabela 2 apresenta o número de desligamentos de empregados por PIDVs da Petrobrás Controladora no período de 2014 a 2017.

ANO	Nº EMPREGADOS DESLIGADOS	VARIAÇÃO %
2014	4.287	26,08
2015	1.607	9,77
2016	6.269	38,13
2017	4.278	26,02
TOTAL	16.441	100,00

Tabela 2- Os Desligamentos de Empregados da Petrobrás Controladora no PIDVs
(2014 a 2017)

Elaboração Própria; Fonte: Relatório Anual da Petrobrás, 2017.

Conforme dados da tabela 2, o maior número de desligamentos na Petrobrás Controladora pelo PIDV ocorreu em 2016, com 6.269 empregados, 38,13% do total de 2014 a 2016. Em 2015, houve o menor número de empregados desligados da empresa, com 1.607 desligamentos pelo PIDV, 9,77% do total no período. Verifica-se um aumento no número de desligamentos de empregados na Petrobrás pelo PIDV a partir do governo Temer, com a nova gestão da empresa e a diretriz para otimização de custos.

O objetivo da tabela 3 é mostrar os benefícios pagos aos empregados da Petrobrás Controlada no pós-emprego, de 2014 a 2017.

Benefícios	2014	2015	2016
Plano de Pensão - Petros	19.924	22.110	33.191
Plano de Pensão - Petros 2	664	231	778
Plano de Saúde AMS	22.546	24.641	33.467
Outros	-		
Total	43.134	46.982	67.436

Tabela 3- Benefícios dos Empregados Pós-emprego da Controlada (Milhões US\$)

Elaboração Própria; Fonte: Demonstrações Contábeis da Petrobrás (2014 - 2017).

Os resultados da tabela 3 apresentam um crescimento do Plano de Pensão Petros de 2014 para 2015, de forma mais significativa de 2015 para 2016, reflexo da execução do PIDV em 2016. O Plano de Pensão Petros 2 caiu em 2015/2014, mas cresceu de 231 (2015) para 778 (2016).

No total dos benefícios pós-emprego na controladora, verifica-se um aumento de 69,67% de 2015 (46.982) para 2016 (67.436), provavelmente por influência do PIDV no ano de 2016, com o maior nível de desligamentos da história da Petrobrás.

Segundo a Petrobrás (2017), houve uma mudança nos benefícios pós-emprego em 2017, porque a PREVIC aprovou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a finalidade de equacionar o déficit acumulado em 2015. A Petrobrás não apresentou os dados dos benefícios pós-emprego da Controladora nos demonstrativos contábeis

no ano de 2017, em função das mudanças nos planos de previdência, como também um novo PIDV proposto em 2018.

Os planos de previdência complementar oferecidos pela Petrobrás são geridos pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. O passivo atuarial possui uma duração média de 12,51 anos (2017). No ano de 2016, tinha 13,06 anos em 31 de dezembro.

A tabela 4 possui o objetivo de apresentar a evolução das obrigações atuariais e o passivo atuarial da Petrobrás.

Movimentação do Valor presente das Obrigações Atuariais	2013	2014	2015	2016
Obrigações atuariais no início do exercício	97.901	82.715	99.442	99.037
Custo dos juros:	-	-	-	-
· Com termo de compromisso financeiro	641	1.041	1.428	1.506
· Atuarial	8.394	9.870	11.239	12.546
Custo dos serviços	1.785	663	547	872
Contribuições de participantes	392	387	342	322
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(3.312)	3.876	(5.226)	(5.937)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	854	2.186	(4.278)	(7.488)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas Atuariais – Hipóteses Demográficas	625	(6.681)	306	107
Remensuração: (Ganhos)/Perdas Atuariais – Hipóteses Financeiras	(22.843)	13.124	(4.226)	22.809
Outros	14	13	75	(445)
Obrigações atuariais no fim do exercício	82.715	99.442	99.037	123.329
Passivo Atuarial	29.453	45.918	50.174	72.668

Tabela 4 – Evolução das Obrigações Atuariais da Petrobrás Consolidada (Milhões US\$)

Elaboração Própria

Fonte: Relatório da Administração da Petrobrás, 2013 a 2016.

Os dados da tabela 4 mostram um crescimento da obrigação atuarial no fim do exercício em dezembro de 2016, de 99.037 para 123.329. O passivo atuarial aumentou de 50.174 (2015) para 72.668 (2016). Pode ter influência do PIDV da Controlada nos dados consolidados da contabilidade.

Em 2017, a Petrobrás possui um prazo de 48 meses para conformação do Plano de Saúde AMS às regras estabelecidas, com base na Resolução do CGPAR nº 23, com objetivo de diminuição do passivo atuarial, diante de uma modificação na regra de participação da empresa e do participante (Petrobrás, 2017).

Os dados apresentados pela contabilidade, em 2017, não são compatíveis com os respectivos números apresentados acima, em função das mudanças ocorridas. A empresa demonstrou uma obrigação atuarial de 36.855 e um passivo atuarial de

21.830. Diante das mudanças adotadas nos planos de pensão e de saúde, ainda não se pode afirmar que o resultado será uma diminuição acentuada no passivo atuarial.

A evolução das obrigações atuariais em um formato aberto, que envolve os itens que formam o passivo atuarial, correspondente ao valor presente das obrigações atuariais, advindas das prestações de serviços executadas pelos empregados na empresa.

A obrigação atuarial de um ano determina a obrigação atuarial do início do ano seguinte, composta pelo o custo dos juros, do ponto de vista financeiro e atuarial, custo dos serviços, e o ponto de alerta do desequilíbrio no plano, que pode levar ao PIDV na empresa.

O fato das contribuições dos participantes, como observado entre 2013 a 2016, que apenas se mantem no decorrer dos anos, ao contrário da obrigação atuarial que aumenta. Outro fato importante é o aumento/perda atuarial por experiência, seja as premissas atuariais adotadas pelo o ocorrido, há diferença nos valores neste caso, oscilam entre os valores positivos aos valores negativos, quando a massa de participantes se comportou de forma não esperada, portanto gerou perda por experiência.

O aumento das obrigações em formato evolutivo, a partir de 2014 até 2016, quando as contribuições permaneceram no mesmo nível, reforçava a necessidade do PIDV da empresa.

A elevação do passivo atuarial da Petrobrás entre 2015 e 2016 estava previsto nas hipóteses e premissas, conforme explicado anteriormente. Houve uma redução na taxa de desconto nominal, devido ao momento de crise econômica do país e a oscilação dos títulos públicos.

Segundo a Petrobrás (2017), medidas estão sendo adotadas pela empresa para melhorar o passivo atuarial, como: aperfeiçoamento dos controles internos; melhoria no grau de confiança das informações da AMS e Petros e uma organização de um novo cadastro de beneficiários do Plano de Saúde AMS.

Como exemplo, os valores expostos em 2013 e 2014, no gráfico 2, referente ao lucro líquido e operacional da Petrobrás pode explicar o efeito do PIDV. No curto prazo, com o aumento das obrigações atuariais e do passivo atuarial, o lucro da empresa é reduzido.

Nas provisões financeiras realizadas pela empresa na redução do passivo atuarial existe uma perspectiva de aumento do lucro, acrescida de eficiência na gestão administrativa e operacional, aumento de produtividade e retomada dos investimentos.

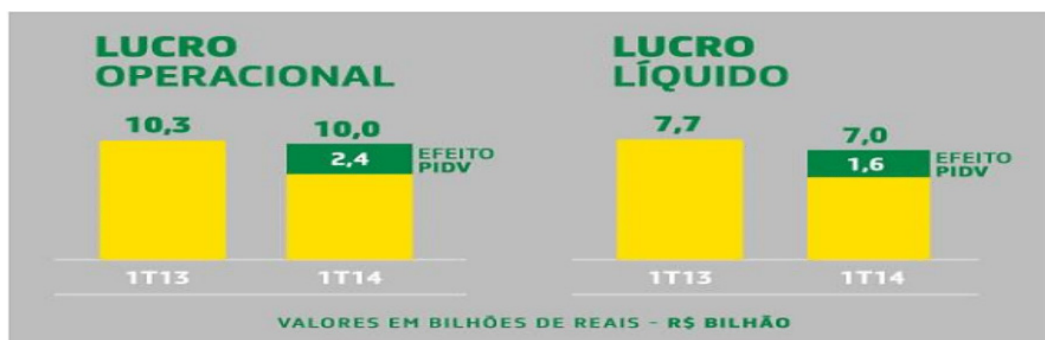


Gráfico 2 – O Lucro Operacional e o Lucro Líquido da Petrobrás

Fonte: Petrobrás - Fatos e Dados, 2014.

O lucro operacional no 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 7,6 bilhões, impactado pela provisão extraordinária de R\$ 2,4 bilhões do referido Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). O lucro líquido da Petrobrás ficou em R\$ 5,4 bilhões, reduzidos em R\$ 1,6 bilhão pelo PIDV.

Conforme a Petrobrás em maio de 2014, sem o efeito do PIDV, o lucro operacional seria de R\$ 10 bilhões e o lucro líquido seria de R\$ 7,0 bilhões neste 1º trimestre de 2014 (1T14), portanto em linha com os mesmos resultados do 1º trimestre de 2013 (1T13).

O PIDV na ótica da Petrobrás torna-se necessário para o equilíbrio e melhoria dos resultados financeiros da empresa. O objetivo é a redução no custo de pessoal e do tamanho da empresa, diante na queda efetiva dos ativos.

O Sindipetro (2018) se posiciona contra o PIDV, alega uma defesa dos interesses da empresa, com sacrifício aos funcionários, com demissões forçadas, menos direitos trabalhistas, aumento da sobrecarga de trabalho aos que ficam e elevação no nível de acidentes de trabalho.

A argumentação da Petrobrás pode ser contestada com diversos fundamentos, como, por exemplo, a redução de funcionários impacta negativamente na economia, seja na diminuição de emprego e de renda. Não é justo que os empregados da empresa paguem um preço alto por problemas financeiros, provenientes da crise econômica de 2015, corrupção anteriormente, gestão inadequada e falta de investimentos.

A redução em desperdício, o aumento de produtividade, inovação tecnológica, exportação de petróleo refinado, saneamento nas contas da empresa, investimentos, devolução dos recursos financeiros desviados por corrupção etc., poderiam apresentar uma viabilidade econômica mais interessante, do que a redução no capital humano da empresa, como meio de diminuição do endividamento.

Na disputa entre o capital e o trabalho, o primeiro, saí vitorioso, e o segundo é sacrificado, dentro da lógica capitalista. Os resultados do PIDV na gestão da empresa, nas despesas, na redução do passivo atuarial e no aumento dos lucros, dependem muito da correlação de forças entre a Petrobrás e o acordo realizado com os empregados mediado pelo sindicato dos petroleiros.

5 | CONCLUSÃO

Os Planos de Demissões Voluntárias podem ser uma forma de realizar cortes no quadro de funcionários de uma empresa, por meio de incentivos, porém é preciso analisar o que a empresa irá proporcionar em troca da rescisão do contrato de trabalho e benefícios pós-emprego.

No caso da Petrobrás, uma das empresas de maior relevância no país, o PIDV possui sentido dúbio, pois o funcionário público é concursado, conseguiu ingressar na empresa por uma conquista interrompida. Desta forma, a troca do contrato de trabalho por uma bonificação e outros benefícios, torna o funcionário desmotivado para continuar na empresa. Enquanto, outros podem conseguir se beneficiar com o PIDV.

O PIDV da Petrobrás foi uma forma adotada pela empresa para no longo prazo reduzir o seu passivo, em relação ao ativo da empresa. Há alguns anos, o ativo se encontrava em queda, em decorrência da desvalorização dos ativos da empresa, portanto a medida visa à redução de despesas.

Existem outros pontos delicados, assim como, os processos envolvendo a Operação Lava Jato e a repercussão do nome da empresa na imprensa internacional.

Conclui-se, o PIDV aumentou o número de desligamentos de empregados da empresa, de forma mais expressiva em 2016, com reflexo negativo nas obrigações e no passivo atuarial.

De um lado, os funcionários, podem optar em receber indenização, devido às incertezas da empresa pelos envolvimento com corrupção e queda nas ações da empresa no IBOVESPA, como possibilidades em investir em negócios. De outro lado, a empresa diminui custo, aumenta o passivo atuarial no curto prazo, mas com perspectiva de redução no longo prazo.

A expectativa é de aumento do lucro para a empresa em alguns anos, entretanto, administrar a empresa com a demissão de milhares de funcionários pode ser um grande desafio.

Desta maneira, analisar e evidenciar os serviços prestados de maior impacto, com o intuito de estruturar o PIDV, para torná-lo um projeto com redução significativa do passivo, conforme previsto pela Petrobrás, ao reverter os custos atuais com pessoal.

Não existem dados consolidados sobre os efeitos do PIDV no passivo atuarial da empresa no longo prazo, pois o plano ganhou relevância em 2016, com maior nível de desligamento de funcionários. Foi executado em 2017 e 2018. Nos próximos anos, com estudos e análises dos dados, pode-se chegar a resultados mais expressivos dos impactos do PIDV no passivo atuarial da Petrobrás no longo prazo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T.; VIEIRA, N.; CAMPOS, D. **Consequências dos Programas de Demissão Voluntária – PDV: um Estudo de Caso na Cemig**. Minas Gerais: SEGET.

BRASIL. **Decreto Federal nº 84.128**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84128-29-outubro-1979-433673-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12/11/2018.

_____. **Lei nº 8.112, de 11/12/90**. Disponível em: <http://www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/lei8112.pdf>. Acesso em: 13/11/2018.

BRITO, N.; AQUINO, C. **Planos de Demissão Voluntária: Reflexos sobre a relação indivíduo-trabalho**. Volume 7. Fortaleza: Revista de Psicologia, 2016.

CAVALCANTE, J.; NETO, F.; **O empregado público**. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 33 (R1). Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: IPEA, 1997.

Leite, M. C. F. A. **Plano de demissão ou desligamento voluntário: natureza individual ou coletiva?**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho – 15ª Região, 10, pp. 126-135, 2000.

PASSOS, J.; **Regimes jurídicos de trabalho**. Piauí: JusNavigandi, 2013.

PETROBRÁS. **Relatório de administração 2014/2016**. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relatorio-de-administracao>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

_____. **Fatos e Dados 2014**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/nosso-lucro-no-1-trimestre-de-2014-e-o-plano-de-incentivo-ao-desligamento-voluntario-pidv.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

_____. **Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário 2016**. Disponível em: <http://www.sindipetro.org.br/library/download.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S. A. **Relatório do Auditor Independente – 2014; 2015; 2016 e 2017**. Disponível em: http://files.investidorpetrobras.com.br/conteudo/Demonstracoes-Contabeis-Petrobras-Distribuidora-BR_2017.pdf. Acesso em: 06/11/2018.

RAMOS, L.; REIS, J. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraíva, 2001.

Revista das Estatais [recurso eletrônico] / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Vol. 2 (set. 2017). Brasília: MP, 2017.

SINDIPETRO. Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro. **Informe Jurídico Sindipetro**. Disponível em: <http://sindipetro.org.br/informe-juridico-sindipetro-rj/>. Acesso em: 12/11/2018.

TURISMO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A HOTELARIA CARIOCA

Erika Conceição Gelenske Cunha
Cícera Olinta da Silva

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; acessibilidade; inclusão; hotelaria; surdos; LIBRAS.

RESUMO: O objetivo desse artigo é apresentar como o Mercado de Turismo trabalha a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no atendimento ao turista, especificamente a hotelaria carioca na Praia de Copacabana, uma vez que o turismo pode ser um fator chave de inclusão social e de sensibilização das pessoas em relação à LIBRAS e a interação com esta comunidade. Será apresentado um breve contexto em relação a evolução da percepção das pessoas em relação aos deficientes auditivos, bem como LIBRAS, a maneira que esta língua é vista no mercado de turismo atualmente e alguns projetos que a utilizam. Para o presente artigo, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a de campo, com fontes primárias e secundárias e o método de abordagem dedutivo, o qual teve seu início em uma visão macro da Inclusão Social e acabou se afunilando no uso da LIBRAS e sua importância para hotelaria carioca. A pesquisa foi realizada através de um questionário aplicado em algumas redes hoteleiras na Praia de Copacabana, bem como uma entrevista com especialista em hotelaria, concluindo que de fato a hotelaria carioca se encontra despreparada para lidar com o viajante/turista com deficiência auditiva.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present how the tourism market is addressing the Brazilian Sign Language (BSL or LIBRAS, as we say in Portuguese) in its services, specifically in the Rio de Janeiro hospitality sector at Copacabana Beach, considering that tourism can be a key factor of social inclusion and awareness, influencing other people to learn LIBRAS and to interact with the disabled community.

A brief context will be presented, explaining the evolution of the public perception around deaf people, as well as an introduction around LIBRAS, how this sign language is seen by the tourism market and some projects that are using it. The methodological approach used in this article was bibliographic and field research, with primary and secondary sources and the application of deductive approach, that began with a high-level overview of Social Inclusion and ended up tapering into the use of LIBRAS and its importance for Rio's hospitality sector. The research was carried out through a questionnaire applied to hotel chains in Copacabana Beach, as well as an interview with a hospitality specialist, concluding that in fact the industry of Rio de Janeiro is unprepared to deal with the hearing-impaired traveler / tourist.

1 | INTRODUÇÃO

A importância de se conhecer outra língua é essencial, para aqueles que querem ter uma vantagem no mercado de trabalho. Assim, também ocorre no Turismo. Como lidamos a todo o momento com pessoas, é preciso ter conhecimento de outro idioma, assim como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para quem é deficiente auditivo. Mais do que isso, aprender essa língua é essencial para um turismo acessível e incluso, pois o Turismo tem como principal característica a integração das pessoas.

É muito carente o mercado para atender esse público. Sendo assim, essas pessoas acabam formando grupos entre si e conhecendo por si mesmas os lugares. Esse público, em sua grande maioria, é bem atento a fazer novas amizades e buscar novas experiências.

O Mercado Turístico é bem frágil nesse quesito, o que se pede logo em vista é o inglês e depois o espanhol em uma entrevista de emprego e não há uma exigência para a LIBRAS.

Portanto, esse artigo tem como objetivo mostrar que se deve ter um olhar mais sensível quanto a esse perfil e ver que há uma fragilidade nesse processo e que deve ser mais apontada, trabalhada.

O Mercado Turístico deveria se atentar mais a essa comunidade, disponibilizando, como exemplo, mais espaços equipados e pessoas devidamente capacitadas para atendê-los e também requisitar o saber da língua em entrevistas de empregos.

Sendo assim, o Turismo pode ser um fator de Inclusão Social e de sensibilização de outras pessoas a conhecer a LIBRAS e interagir mais com essa comunidade.

Para o desenvolvimento do presente artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a de campo, com pesquisas feitas através de um questionário aplicado em algumas redes hoteleiras na Avenida Atlântica (Praia de Copacabana – Rio de Janeiro) e com uma entrevista há um especialista em hotelaria, com o intuito de mostrar se há pessoas capacitadas para receber esse perfil de turista e caso haja, verificar se o local está equipado de acordo com suas necessidades. Com fontes primárias e secundárias e o método de abordagem dedutivo, o qual teve seu início em uma visão macro da Inclusão Social e acabou se afunilando no uso da LIBRAS e sua importância para hotelaria carioca.

O Que é a Língua Brasileira de Sinais (libras)?

A Deficiência Auditiva, conhecida também por surdez, se trata da perda auditiva do indivíduo, podendo ser parcial ou total, sendo necessária uma outra forma de compreender o que uma pessoa diz e de “falar” o que quer, e, é nesse ponto, que é inserida a LIBRAS.

A LIBRAS é a segunda língua do Brasil, e é reconhecida oficialmente desde 2002, por meio da lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, estabelecendo que é a língua oficial da comunidade surda, abrangendo as pessoas que se comunicam através de experiências visuais e por meio de sinais, garantindo o acesso básico à saúde e à educação.

A Língua de Sinais é uma língua visuogestual, criada pela comunidade de surdos. Ela é composta de movimentos e formatos específicos de mãos, braços, olhos, face, cabeça e postura corporal, que combinados fornecem as características gramáticas necessárias para a formação de uma língua (fonológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas). (CIDADANIA, SURDEZ E LINGUAGEM, 2003, p. 46).

LSB - É outra sigla para referir-se à língua brasileira de sinais: Língua de Sinais Brasileira. Esta sigla segue os padrões internacionais de denominação das línguas de sinais. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2004, p.9).

A língua de sinais não é universal, cada país tem seus sinais e seus contextos, ela funciona como a língua falada e escrita, cada lugar tem a sua e pode variar de região para região, podendo ser estudada e aprendida por quem quer que esteja interessado.

Essa língua não é obrigatória nas unidades de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, e é apresentada de forma optativa para quem faz o Ensino Superior, sendo somente obrigatória para quem quer se formar como professor e exercer o magistério e Fonoaudiologia.

Art. 3o A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2o A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (Decreto no 5.626, art. 03, 2005, p.1).

A partir desse Decreto, as pessoas surdas passaram a ter mais acesso a comunicação, informação, processos seletivos, atividades e conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Desse modo, as instituições tiveram que começar a se adaptar e a garantir acesso aos surdos através de professores intérpretes em língua de sinais e em 1º de setembro de 2010, foi sancionada a lei que Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (LEI nº 12.319, art. 01, 02, 06. 2010, p.1).

DE QUE FORMA ERA VISTO QUEM TINHA DEFICIÊNCIA AUDITIVA E DE QUE FORMA É VISTO HOJE?

Em algumas regiões os surdos não eram vistos de boa forma, eram considerados irracionais, inválidos, não educáveis e, dessa forma, acabavam sendo desprovidos da alfabetização e de seus direitos básicos, sendo até condenados a morte.

Muitas vezes, numa perspectiva tradicional, a inclusão das pessoas com deficiência já foi vista como um problema delas próprias, de suas famílias e, quando muito, das entidades assistenciais especializadas. Ao mesmo tempo, as deficiências eram consideradas questão de saúde, como se fossem doenças. Felizmente, isso está mudando. Em todo o mundo, cresce a consciência de que a inclusão dessas pessoas é uma questão de ética, cidadania e redução da desigualdade social. Esse processo, porém, exige a superação de barreiras e preconceitos arraigados. (CARTILHA ETHOS, 2002, p.7).

[...] em épocas anteriores aos meados do século XIX [...] A pessoa vítima de alguma paralisia, alguma deformação congênita, algum tipo de amputação ou em consequência de alguma doença mais grave, certamente acabava por se tornar responsabilidade de sua própria família [...]

As condições delas no Brasil do século XIX não era outra. Ou antes, certamente que era outra e bem pior do que hoje - e as pessoas apelidadas de “aleijadas”, “manetas”, “pernetas”, “zambros”, “cambaias”, “mancas”, “paralíticas”, “ceguinhas”, “loucas”, “bobas” e defeituosas de um modo geral ficavam sendo problema de seu grupo familiar e nunca do Estado ou da sociedade. (SILVA, 1987, p.204).

Em 1835, foi proposto um projeto de lei que privilegiava quem era cego e surdo, era uma forma de ajudá-los, de se fazer algo real quanto o assunto, no entanto, esse

projeto não foi levado adiante e assim, não se pode criar uma classe para surdos-mudos e para cegos.

Ainda no século XIX, o Rio de Janeiro estava passando por uma grande renovação cultural e estava à espera de modernização, visto que os navios europeus atracavam em seu porto e nos navios vinham pessoas estudadas e que tinham em sua bagagem grandes conhecimentos, foi em meio essa época que Dom Pedro II criou três organizações que beneficiavam quem tinha algum tipo de deficiência, uma dessas criações foi o Instituto Surdos-Mudos, hoje conhecido como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

[...] um centro vinculado à coroa brasileira, por Decreto de Dom Pedro II [...] criada e inaugurada por Dom Pedro II, e que se caracterizava como um estabelecimento de educação que tinha como finalidade a educação literária e o ensino profissionalizante para garotos surdos-mudos. (SILVA, 1987, p. 207).

O Instituto INES tinha também como objetivo fazer com que os surdos pudessem se comunicar com os moradores locais e que aprendessem também algum ofício e assim, pudessem ajudar a localidade em que residisse.

Para a época, a criação de Institutos para pessoas que possuíam algum tipo de deficiência foi um grande avanço, pois essas pessoas em sua grande maioria eram marginalizadas, reprimidas e/ou excluídas pela sociedade. Com atitudes à frente de seu tempo, Dom Pedro II não só criou os Institutos como também formulou objetivos que se caracterizam como inclusão social, objetivos que de certa forma são mantidos até hoje.

Em 1976, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), ano o qual se pode ter uma ideia do que estava acontecendo com quem tinha algum tipo de deficiência no mundo, onde também foi apresentado que 10% da população brasileira tinha algum tipo de deficiência.

Através de dados e relatórios estipulados em 1976, o ano 1981 foi escolhido para se começar a implementar as resoluções acertadas, fazendo com que o mundo também soubesse a situação dos países em relação as pessoas com deficiência.

Esse ano foi um marco, pois fez com que os países se atentassem mais a essas pessoas e suas condições, criando metas em nível de comunidade, nacional e mundial, a longo e a curto prazo, tendo como principais objetivos:

1. Ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade;
2. Promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade;
3. Estimular projetos de estudo e pesquisa, visando a participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes;
4. Educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e

política;

5. Promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes. (COMISSÃO NACIONAL, 1981, p.2).

Atualmente, por lei, é garantido o direito das minorias. Os surdos fazem parte dessa minoria, uma minoria linguística e cultural, portanto, possuem direitos e deveres a ser respeitados. Direitos os quais, para pessoas com audição “normal”, podem parecer simples e básicos e que acabam se tornando um “detalhe” pequeno ou mesmo insignificante.

Art. 27º Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua. (Decreto no 592, art. 27, 1992, p.7).

LIBRAS E O MERCADO TURÍSTICO

Mesmo com o passar dos anos, a qualidade do atendimento para os surdos ainda é carente. A não utilização de LIBRAS acaba sendo prejudicial tanto para o lugar receptor, quanto para o turista, porque, sem a devida comunicação, o surdo não compreende o que lhe é dito, e como consequência, opta por não retornar a esse local.

Do ponto de vista turístico, o mercado é onde ocorre o contato entre os turistas e aqueles que comercializam produtos turísticos, sejam indivíduos ou empresas. E, de modo geral, podemos afirmar que o mercado turístico é composto pela oferta e a demanda. (DIAS, 2011, p.51).

A LIBRAS, inserida de forma eficiente no Mercado Turístico, daria a oportunidade a muitos da comunidade surda, a participarem e terem acesso às atividades comuns, fazendo com que não precisassem ficar em grupos isolados e nem passassem por dificuldades consideradas pelos ouvintes, triviais.

Dificuldades que poderiam ser sanadas com a exigência de intérpretes de LIBRAS em hotéis, aeroportos, restaurantes, nos atrativos, também para os guias de turismo, postos de informações turísticas e em tantas outras áreas relacionadas ao Turismo, e até mesmo nos transportes, para que quem trabalhe nessa área possa saber se comunicar com esse perfil de viajante. Treinamento e educação são tão importantes quanto à acessibilidade na infraestrutura.

Outra dificuldade enfrentada é a falta de estrutura para atendê-los. Essa comunidade precisa se comunicar por meio de sinais, porém, muitos locais não têm atendimento online, para que se seja feita uma videoconferência, e por meio dela, poder se comunicar com o local e fazer, por exemplo, uma reserva.

Muitos hotéis também não possuem uma infraestrutura adequada para recebê-los. Muitos não têm telefones especiais para surdos (TPS), serviço de mensagem de

texto para poder se comunicar de uma maneira mais fácil com quem no local trabalha, sinalizadores luminosos que servem para telefones ou para dar algum aviso e nem despertador vibratório.

Com toda essa problemática que se inicia na comunicação, que pode acabar gerando algum tipo de desgaste, desconforto e irritabilidade, muitos acabam optando por não viajar, pois não conseguem um meio fácil e ou adaptado à suas necessidades.

Em trabalhos estudados para esse artigo, percebeu-se que muitas empresas não se interessaram em treinar seus funcionários para tal comunidade, pois isso implicaria custos adicionais para a empresa ou mesmo porque os próprios funcionários não apresentam interesse em receber tal treinamento. De uma forma ou outra, a empresa é que deve ser responsável por sua imagem.

As empresas têm uma grande capacidade de influir na transformação da sociedade. Mesmo as mudanças de caráter interno repercutem diretamente na vida dos funcionários, suas famílias e na comunidade com a qual a empresa se relaciona. Além da motivação ética e da determinação legal, a empresa tem outro motivo relevante para adotar uma política inclusiva em relação à pessoa com deficiência: ela pode obter benefícios significativos com essa atitude. Um dos ganhos mais importantes é o de imagem. (CARTILHA ETHOS, 2002, p.19).

O desejo de viajar costuma fazer parte do cotidiano do ser humano, portanto, a utilização eficaz da LIBRAS junto ao Mercado Turístico, pode ser um grande fator de inclusão do surdo ao Turismo. O Turismo tem como primazia promover a integração do turista com a localidade, fazendo com que aprendam sobre a cultura, atividades, meios de vida e comportamentos do local em que está, como também, tem como objetivo fazer com que os turistas preservem o local e entendam a importância de tal ato. No entanto, é preciso participar integralmente das atividades e não havendo um dos sentidos responsáveis pela comunicação e um intérprete para suprir essa deficiência, acaba por se criar um problema, o surdo fica prejudicado.

O Turismo pode funcionar como uma força indutora de desenvolvimento econômico, tanto no nível local, como no regional ou nacional, que pode ser realizado de forma acelerada e sustentável, se planejado. Isto é possível pela contribuição que o turismo dá à diversificação da atividade produtiva, pela natureza heterogênea do consumo turístico, que se dirige a vários setores ao mesmo tempo, o que diversifica os seus efeitos diretos em vários setores. (GÓMEZ, 2002, apud DIAS 2011, p.87).

Sendo o Turismo um grande propulsor de integração de pessoas, a LIBRAS deveria ser posta como uma das bases de formação nos cursos: Turismo, Hotelaria e para Guias de Turismo, sendo apresentada de forma presencial e não online, como acontece em faculdades e universidades, pois a conscientização e a inserção de inclusão deveriam vir da formação, sendo um canal de comunicação/entrosamento de ouvintes e não ouvintes.

Importante frisar, que não basta somente a empresa contratar um deficiente

auditivo e preencher vagas por conta da Lei de Cotas fazendo com que o surdo se sinta ainda mais sozinho/excluído, sendo somente ele conhecedor de sua língua. Deveria ser mais difundida uma cultura inclusiva dentro das empresas, propiciando, uma cultura empresarial em que todos pudessem fazer parte. Não mais uma cultura do outro, mas uma outra forma de socialização.

Muitas vezes os surdos são contratados por empresas terceirizadas, que não tem intérprete de LIBRAS e acabam não recebendo informações precisas. Em seguida, são encaminhados para empresas, que só contratam por causa da Lei de Cotas, e por falta de acessibilidade, muitas vezes, são demitidos sem sequer saberem o motivo. (ZOVICO, 2013, p.119 - 120).

Não se trata, portanto, somente de contratar pessoas com deficiência, mas também de oferecer as possibilidades para que possam desenvolver seus talentos e permanecer na empresa, atendendo aos critérios de desempenho previamente estabelecidos. (cartilha ETHOS. 2002, p.11)

Empresas que incluem, contratam pessoas com deficiência e pessoas que saibam se comunicar com eles, ressaltando o saber da LIBRAS, acabam ganhando com tal atitude, pois além de tomar uma atitude ética e legal, acabam sendo mais visadas e sendo a preferência de outras pessoas que possuem deficiência, ou seja, há um estímulo para que esse público conheça e/ou usufrua o serviço/local/produto, sabendo que será devidamente atendido.

Os locais, dispondo de pessoas qualificadas, trariam impactos positivos para esse turista surdo, pois viajar, quase sempre exige ao surdo contratar um intérprete que possa o ajudar a resolver seus problemas, gerando assim um custo extra e como consequência ele acaba deixando de fazer muitas atividades, de usufruir mais, gastar mais no local por conta do custo extra.

PROJETOS PARA LÍNGUA DE SINAIS DENTRO E FORA DO BRASIL

O Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), já falado anteriormente nesse artigo, localizado no Rio de Janeiro, é uma instituição que tem uma grande importância no Brasil, criada em 1857, ela foi a primeira a colaborar com a inclusão dos surdos na sociedade brasileira, pelo professor Hernest Huet, que também era surdo.

Atualmente, nela é oferecido curso de LIBRAS para surdos e ouvintes. Quem deseja fazer o curso nessa instituição de referência na área de LIBRAS, basta somente ver se há disponibilidade do curso, se inscrever e concorrer através de um sorteio eletrônico há uma vaga.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), também é oferecido curso de LIBRAS, que objetiva promover a inclusão por meio das aulas gratuitas para o curso de iniciação a língua, as aulas são online. É preciso verificar quais são os

critérios para poder se inscrever.

O Governo Federal, junto ao Ministério do Turismo (MTur), em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Instituições de Ensino, entidades da Câmara Temática de Segmentação do Turismo e o Conselho Nacional de Turismo (CNT), criaram um Guia Turismo Acessível, um site e um aplicativo chamado turismoacessivel, que fazem parte do Programa Turismo Acessível.

Entende-se o turismo acessível como parte do turismo social [...]. Segundo os marcos conceituais dos Segmentos Turísticos, 'turismo social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão'. (Turismo Acessível, 2014, p.9)

No site e no aplicativo, é possível fazer avaliações com notas de 0 a 10 de diversos tipos de estabelecimentos de todo o Brasil, dentre eles: alimentação, compras, eventos e lazer, hospedagem, museus e atrativos históricos, parques e zoológicos e por fim, serviço turístico.

As avaliações são para dar nota aos tipos de recursos de acessibilidade de cada local, com total ênfase em pessoas com algum tipo de necessidade especial (auditiva, física ou motora, visual e mobilidade reduzida). Quem já visitou um dos locais e fizer a avaliação de acordo com o tipo de acessibilidade que sua necessidade precisa, a nota fica visível para que outras pessoas vejam, desde que, haja avaliações suficientes.

O intuito do Governo Federal é fazer um estudo a partir dessas avaliações, promovendo a inclusão social das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a atividades turísticas e de apoiar o setor público, privado e terceiro setor na estruturação de destinos e produtos turísticos acessíveis, fazendo com que seja possível todos viajarem.

O Programa vai ao encontro de ações e iniciativas do Governo federal que buscam defender e garantir condições de vida com dignidade, a plena participação e inclusão na sociedade, e a igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência também na atividade turística.

O Programa é direcionado a gestores públicos e privados, profissionais da linha de frente do turismo, empreendimentos turísticos, destinos turísticos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (turista e não turistas), de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia. (Ministério do Turismo, Programa Turismo Acessível, 2014, p.1)

É importante que turistas ou não e, principalmente, portadores de deficiências especiais, façam a avaliação dos lugares, já que eles são os principais beneficiários do programa, sendo importante também recomendar para outras pessoas e se for o caso, de acontecer algo de errado, que ele denuncie o que ocorreu no local visitado,

pois no turismo acessível há essa opção de denúncia.

Que em futuro bem próximo, esse programa seja mais disseminado e que se torne um dos principais sites de avaliação do Brasil, tão grande quanto ao site tripadvisor, onde pessoas avaliam, comentam e fazem com que hotéis disputem ranking, posição, dos bem mais avaliados.

Se o programa crescer e se tornar uma referência de possíveis lugares a serem visitados, por conta das avaliações, as empresas poderão ter um incentivo a mais para poder investir em infraestrutura e em pessoas capacitadas para os atender, já que será a imagem do lugar que poderá ser prejudicada.

Um caso de sucesso, no que diz respeito ao turismo adaptado, é a cidade de Socorro, que fica a 130 km de São Paulo. Ela é o primeiro destino turístico adaptado aos portadores de deficiência do Brasil.

Segundo o artigo 5º da nossa Constituição, é direito de todo cidadão ir e vir dentro do Território Nacional, bem como todo homem tem o direito de qualidade de vida. Em se tratando de pessoas especiais, temos a responsabilidade de proporcionar-lhes o mesmo.

Para tal, se faz necessário à criação de um plano que atenda as reais necessidades para esse público. Portanto, hotéis, pousadas, restaurantes, bancos, comércios, pontos de visitação turísticas, operadoras. Correio, farmácia, supermercado, hospital, transporte, entre outros, deverão adaptar-se a essa realidade.

Para que possamos receber pessoas com deficiência, possibilitando um turismo digno e salutar, é preciso o envolvimento de toda a sociedade.

Apesar do trabalho até aqui desenvolvido ter sido gratificante, a legislação sobre o assunto já existe e exige adaptações, portanto o que nos cabe é promovê-las para que possamos estar enquadrados e podermos apresentar mais qualidade em nossos serviços. (Estância de Socorro, s.d., p.1)

Segundo a reportagem “Com turismo ‘adaptado’, Socorro terá prêmio espanhol de acessibilidade” do portal de notícias G1 de março de 2014, para receber este público, hotéis e pousadas oferecem quartos adaptados e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta).

A notícia diz ainda que, além de a cidade registrar um crescimento no setor de turismo, entre 2002 e 2014 o número de hotéis, pousadas e colônias cresceram 680%. Eram 05 e agora são 39. As empresas de aventura são 09 na cidade, mas há 12 anos nenhuma estava instalada na cidade.

O Hotel Fazenda Parque dos Sonhos, localizada em Socorro, é totalmente adaptado para receber turistas que possuam deficiência ou mobilidade reduzida e seus funcionários passam por programas de qualificação para atuar devidamente no local, além do que, o Hotel Fazenda é certificado pela ABNT como a primeira empresa do Brasil em Acessibilidade a Edificações Mobiliárias, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Dessa forma, a cidade de Socorro deve ser vista como um exemplo a ser seguido os empreendedores incentivam seus funcionários a participarem de programas de

qualificação oferecidos pelo Ministério do Turismo (MTur), para saberem como se comunicar, recepcionar, ajudar e lidar com as situações corriqueiras e além dos lugares serem adaptados, todos são devidamente certificados.

Um exemplo fora do Brasil é o Parque de Sintra, localizado em Portugal. O Parque oferece descontos para quem possui algum tipo de deficiência e também possui atendimento através de videoconferência para quem é surdo e precise usar a Língua Gestual Portuguesa (LGP). O Parque objetiva que seus turistas tenham condições de acessibilidade, que pratiquem turismo incluso e que todos tenham acesso aos Patrimônios Naturais e Artificiais.

Nos últimos anos a Comissão Europeia tem alertado para a inclusão das pessoas com deficiência como sendo uma prioridade, desenvolvendo diversos planos de ação.

Considerando que o acesso às artes e à cultura é um direito de todos os cidadãos, independentemente das suas características e capacidades, o Parques de Sintra – Monte da Lua encarou como fundamental tornar o Património Cultural e Natural das propriedades que gere, inclusivo. (Parques de Sintra, s.d., p.1)

Há diversos tipos de campanhas/projetos, que defendem a inclusão do portador de necessidades especiais no convívio social, pois, apesar de suas limitações, eles são capazes de exercer diversas atividades. Entretanto, quando o assunto envolve necessidades especiais com o mercado turístico, se cria um problema, já que para adaptar a infraestrutura com sinalizações, equipamentos e serviços é necessário um investimento que nem sempre é cumprido.

METODOLOGIA – DESCRIÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Através de buscas em sites de pesquisa, foram escolhidos seis hotéis de quatro estrelas adaptados no Rio de Janeiro, em específico na Praia de Copacabana – Avenida Atlântica, um local turístico e onde há uma concentração de grandes redes hoteleiras.

Os sites dos hotéis continham informações que os mesmos eram adaptados a pessoas com deficiência, mas nenhum deles havia informações de atendimento especial, ou se era possível requisitar quem atendesse uma pessoa com deficiência auditiva, mas do mesmo modo, os seis foram escolhidos, visto que, também, nenhum outro havia atendimento diferenciado para o caso em questão.

Para fazer a primeira parte da pesquisa, foi criado um questionário no qual foi requisitado ao entrevistado a responder algumas questões simples referentes ao hotel. Em quatro hotéis foram entrevistados recepcionistas, em um foi entrevistado o concierge e em outro foi entrevistado o supervisor da recepção.

Optou-se por fazer as entrevistas sem aviso prévio aos hotéis, para constatar como eram os espaços e atendimento. Desse modo, ficou inviável entrevistar gerentes e demais superiores, pois foi relatado que os mesmos não se encontravam nos hotéis

ou não poderiam dar entrevista sem uma autorização e hora marcada.

Os seis hotéis foram visitados no mês de outubro de 2015. Não serão citados os nomes dos respondentes, hotéis e nenhuma característica que os possa revelar. Assim, será exposto somente o que é de fato proposto por essa pesquisa de campo: se há ou não atendimento especial para quem precisa se comunicar através das LIBRAS e, caso haja, verificar como ocorre tal fato.

No primeiro hotel visitado, os respondentes foram os recepcionistas e foram atenciosos, responderam de forma concisa e sabiam de todo o funcionamento do hotel. Quando perguntados sobre se o hotel possuía um atendimento especializado e se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi negativa. O motivo alegado pelos recepcionistas foi que não havia demanda, sendo assim, o hotel não havia quartos adaptados e atendimento especializado. Quando perguntados sobre as tarifas, se eram diferenciadas para quartos adaptados, mesmo que houvesse quartos adaptados para o caso em questão, responderam que não e que se houvesse também não seria cobrado nada a mais, que os quartos seguem os mesmos preços, cada qual com suas características e aí sim dependendo do que for, suíte ou quarto simples, é que o preço varia. Quando perguntados sobre a fiscalização, se havia alguém que periodicamente fosse checar se estavam nas normas, responderam que no período em que ali trabalhavam, nunca viram qualquer fiscalização por partes governamentais e quaisquer outras. O que mais ficou em evidência nesse hotel é que nele há um cardápio em LIBRAS e que é atualizado junto a todos os cardápios do hotel, mas que nunca foi utilizado e nem requisitado. Eles mostraram também indiferença em relação a aprender a língua. Quando perguntados sobre a vinda das Olimpíadas em 2016 e se haveria alguma chance de treinamento e a adaptação de algum quarto, a resposta foi negativa, responderam que as mudanças que estavam sendo feitas eram somente para cadeirantes.

No segundo hotel visitado, os respondentes foram os recepcionistas, os quais também foram bem atenciosos e sabiam de todo o funcionamento do hotel. Quando perguntados se o hotel possuía um atendimento especializado e se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi negativa, no entanto, os recepcionistas relataram que tinham interesse em aprender e se houvesse algum treinamento ou curso no hotel, eles participariam, mas alegaram que isso não ocorre porque não há demanda para tal e o que está sendo adaptado no hotel é para cadeirantes. Quando perguntados sobre as tarifas, sobre os quartos, sobre a fiscalização e as Olimpíadas, responderam o mesmo que o primeiro hotel visitado.

No terceiro hotel visitado, os respondentes foram os recepcionistas, esse foi um dos hotéis o qual foi feito o melhor atendimento, os recepcionistas eram mais descontraídos e abertos a perguntas e ao redor havia seguranças e outros que ali trabalhavam que também auxiliavam os recepcionistas nas questões a serem respondidas. Quando perguntados se o hotel possuía um atendimento especializado e

se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi positiva para o atendimento especializado e negativa para o treinamento. Relataram que um recepcionista do turno da madrugada tinha o conhecimento básico de LIBRAS e que estudava a língua por conta própria, sem incentivos do hotel, relataram também que eles tinham interesse em aprender e que se houvesse algum programa ou curso no hotel, eles fariam, mas assim como no primeiro hotel visitado, alegaram que isso não ocorre porque não há demanda para tal e o que está sendo adaptado no hotel é para cadeirantes. Quando perguntados sobre as tarifas, sobre os quartos, sobre a fiscalização e as Olimpíadas, responderam o mesmo que o primeiro hotel visitado.

No quarto hotel visitado, o respondente foi o *conciERGE*, esse foi o hotel que teve o pior atendimento. Os recepcionistas não eram receptivos e nem favoráveis a prestar informações a respeito do hotel, relataram que não sabiam sobre os quartos adaptados e informaram que não podiam dar mais informações e que as dúvidas ou perguntas fossem feitas para o *conciERGE*, que ele “deveria conhecer mais o hotel”. Desse modo, quando perguntado para o *conciERGE* se o hotel possuía um atendimento especializado e se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi positiva para o atendimento especializado e negativo para o treinamento. Ele informou que para não havia demanda para se fazer um treinamento, mas que no hotel havia um funcionário contratado para atender quem fosse portador de necessidades especiais e que o próprio funcionário também era um portador de necessidades especiais. Esse funcionário em questão era mudo, parcialmente surdo e sabia ler lábios e se comunicar através da LIBRAS. Segundo o *conciERGE*, o hotel tem uma política ativa de contratação de portadores de necessidades especiais e, assim, ele foi contratado para atender quem precisasse de um atendimento diferenciado. Quando perguntados sobre as tarifas, sobre os quartos, sobre a fiscalização e as Olimpíadas, responderam o mesmo que o primeiro hotel visitado.

No quinto hotel visitado, os respondentes foram os recepcionistas e suas respostas foram bem sucintas. Quando perguntados se o hotel possuía um atendimento especializado e se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi negativa. Se mostraram indiferentes em relação a língua. Alegaram que não ocorre um treinamento e “nem nada do tipo”, porque não há demanda. Responderam também que o que está sendo adaptado no hotel é para cadeirantes. Quando perguntados sobre as tarifas, sobre os quartos, sobre a fiscalização e as Olimpíadas, responderam o mesmo que o primeiro hotel visitado.

No sexto hotel visitado, o respondente foi o supervisor da recepção, esse foi um dos hotéis o qual foi feito o melhor atendimento, tanto o supervisor quanto os recepcionistas eram bem receptivos e descontraídos. Quando perguntado se o hotel possuía um atendimento especializado e se havia um treinamento para os funcionários para o atendimento através da LIBRAS, a resposta foi negativa, assim como nos outros hotéis, alegou que isso não ocorre porque não há demanda para tal e o que o

hotel já estava todo adaptado para cadeirantes. Quando perguntados sobre as tarifas, sobre os quartos, sobre a fiscalização e as Olimpíadas, responderam o mesmo que o primeiro hotel visitado.

Através da pesquisa, concluiu-se que apenas dois hotéis havia um atendimento especializado, os recepcionistas sabiam LIBRAS e quanto ao treinamento, em todas as respostas foram negativas. Foi unânime a resposta que não havia demanda para se fazer qualquer mudança ou treinamento no hotel.

ENTREVISTA COM ESPECIALISTA NA ÁREA DE HOTELARIA

Para a segunda parte da pesquisa, foi escolhido fazer uma entrevista com um docente e conhecedor da área de Turismo e Hotelaria, Marcelo Godoy Primo, com o objetivo de ele responder algumas questões que ficaram pertinentes em relação à primeira parte da pesquisa. O método escolhido foi de perguntas (apêndice B) e resposta. A entrevista ocorreu em 27 de maio de 2016 na Universidade Estácio de Sá - Centro I - Presidente Vargas.

Marcelo Godoy Primo é Professor da Universidade Estácio de Sá e Consultor Hoteleiro. Profissional com atuação gerencial na hotelaria de grande porte do Rio de Janeiro desde 1988. Doutorando em Humanidades e Artes pela Universidade Nacional de Rosário. Graduado em Letras pela UERJ e pós-graduado pela UFRJ. Especialização em Gestão e Projetos Turísticos e Ensino de Língua Inglesa e Espanhola. Diploma Superior de Estudos Franceses pela Université de Nancy. Áreas de Atuação: Turismo, Hotelaria, Linguística, Hospitalidade, Educação Multicultural, Identidade. A entrevista foi concedida após a assinatura do TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido.

Quando indagado sobre os anos em que trabalhou na rede hoteleira e se já havia visto alguma exigência por parte das empresas em relação ao saber da LIBRAS, ele afirmou que “as empresas consideram hoje em dia como um diferencial, mas não existe nenhuma empresa hoteleira que exija no momento da contratação colaboradores que falem LIBRAS”, explicou que o que ocorre e é comum, é empresas hoteleiras de grande porte contratarem pessoas surdas, no entanto, “do ponto de vista de contratação, para atendimento ao cliente, só se contrata interprete de LIBRAS em um caso especial, por exemplo, se houver um hóspede que só se comunica em LIBRAS”, deixando claro que “no caso de LIBRAS, especialmente, o custo não fica por conta do cliente, o custo fica por conta do hotel”.

Em questão de empregabilidade para pessoas surdas, ele deixou claro que está aumentando, tendo em vista que “no passado, eles eram empregados em funções que não apareciam e agora já estão começando a ser empregados em outras funções”, afirmando também que “o interessante é que pessoas não surdas estão começando a se interessar em estudar LIBRAS”, esclarecendo que a LIBRAS não é somente uma linguagem de sinais, é uma língua específica para surdos e que contém regras

gramaticais como a nossa língua falada.

Quando indagado a respeito de fiscalizações nos hotéis, se havia alguma para saber se tinha quartos adaptados aos surdos, a resposta foi não, e que também não há grandes adaptações que se possa fazer para pessoas com surdez e que as adaptações que podem ser feitas é colocar telefone especial para surdos e mesmo que mesmo assim, isso deixou de ser uma necessidade, uma vez que se tem como fazer videoconferência, informou que em alguns hotéis, o que se tem de especial é uma pulseira vibratória, que é utilizada quando o hóspede precisa de um serviço de despertar, já que o som não adianta.

Questionado sobre o que foi visto na pesquisa de campo, que em todos os hotéis visitados não havia nenhum serviço adaptado a eles, ele respondeu que “talvez a recepção não soubesse, porque normalmente quem sabe é a governança. A comunicação é que o problema de toda empresa, porque todos deveriam saber, porque realmente tem”, explicou também que “quando se fala em pessoas com deficiência só se pensa em cadeirantes, por isso que ainda tem alguma, agora ninguém se imagina que possa vir a ser cego, surdo, enfim”.

Ficou claro na entrevista, que o assunto desse artigo possa vir a ser até uma janela de oportunidades para se realizar consultoria, explicando para os hotéis a necessidade dessa comunidade surda. Ele enfatizou que os hotéis poderiam tomar atitudes de baixo custo como “um equipamento, como uma pulseira vibratória, que é baratíssima”.

Quando indagado sobre já ter passado por alguma situação em que precisasse usar a LIBRAS, foi respondido que não, que os surdos os quais ele já tinha lidado liam lábios, no entanto, explicou que “os surdos cada vez menos querem ler os lábios, eles querem é se comunicar na língua deles, no caso, a LIBRAS”.

Quanto a demanda desse perfil, explicou que ainda é pequena e é um mercado que ainda está se formando e quando se fala em mercado de pessoas com deficiência, é quase que um recipiente na grande hotelaria que está começando e crescendo e que a hotelaria tem que se preparar para um novo futuro, “até por questões se a hotelaria se diz sustentável e socialmente responsável, é importante que ela pense na sociedade como um todo”.

Em relação a sustentabilidade, ele deixou claro que “quando se pensa em sustentabilidade, nos esquecemos que o ser humano faz parte da natureza também, então sustentabilidade não é só ter uma caneta de madeira de reflorestamento”, explicando que “também há a questão da ecologia social, que tem que ser levada em consideração”, mostrando que são assuntos importantes e os quais há pessoas se debruçando sobre o estudo das necessidades dos poucos, enfatizando que “isso é muito importante para que se melhore a hotelaria, porque são ações simples mas que nós não vemos”.

Quando exposta a situação em que um dos hotéis visitados havia um cardápio de LIBRAS, mas que não havia tido ainda nenhuma procura, ele explicou que “mesmo

não tendo procura é importante que se tenha, pois, o cardápio tem que ter em todas as línguas e não há custos quanto a isso, porque não precisa ser impresso, basta somente a pessoa ver, como exemplo, em um tablete”, sendo ações que a hotelaria poderia repensar e pôr em prática.

Quando indagado sobre como as redes hoteleiras usam o sistema de cotas para empregar pessoas com alguma necessidade especial, em específico, pessoas que precisam se comunicar através da LIBRAS, foi respondi que que “no ponto de vista de cotas, as empresas cumprem as cotas de deficiência porque é lei e elas tem que cumprir”, mas fez uma ressalva dizendo que nem todas cumprem e que as cotas não discrimina a deficiência e que então “na grande maioria dos casos o que se vê são pessoas com deficiência auditiva ou pessoas com deficiência motora”

Um raciocínio claro e que inclui todos os tipos de deficiência no qual ele acredita é que “a lei deveria evoluir para se ter uma cota específica por deficiência, porque obrigaria as empresas a contratarem e estimularia as empresas a contratarem além das cotas” enfatizando que “essa é uma sociedade ideal que ainda não temos, mas que nós podemos sonhar e fazer alguma coisa para que ela venha existir”.

Quando indagado sobre o porquê das redes hoteleiras não se atentarem a esse perfil de consumidor, foi dito que “não se atentam porque, na verdade, a grande maioria das empresas, elas veem pelas fatias do mercado e como é uma fatia do mercado muito pequena, elas acabam não se focando muito nisso”, questionado sobre o assunto, se se atentassem perfil não seria um diferencial, foi respondido “sim, mas a hotelaria é muito tradicional, um só faz quando o outro faz, então a partir do momento que o primeiro fizer os outros vão fazer, o ideal seria começar pelos hotéis que se dizem sustentáveis”.

Quando indagado sobre a unanimidade das respostas na pesquisa nos hotéis, que responderam que não há demanda e se não era porque não eram oferecidos serviços a esse público, ele respondeu que “é como a “história do ovo e da galinha”, a gente não sabe se a demanda é pequena porque não tem serviço ou se não tem o serviço porque a demanda pequena”, concluindo a entrevista falando que “são nesses momentos que surgem oportunidades, oportunidades de implantarem serviços”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audição é um dos sentidos que temos com a finalidade de podermos localizar, compreender e discriminar os sons, portanto, o fato de ouvir e de falar fica carente quando se trata dos surdos nas relações interpessoais, com quem está ao seu redor, e que não conhece uma forma de se comunicar com eles.

Quem tem uma audição “normal”, muitas vezes, não percebe a sua importância, assim como, quando algo começa a faltar é que a importância daquilo começa a ser vista.

O Turismo Inclusivo é o conjunto de uma série de procedimentos, qualificação e atendimento, também é de investimentos tanto na capacitação dos turismólogos, hoteleiros, quanto de qualquer outra área que esteja envolvida no Turismo.

Com a pesquisa, notou-se que não há um incentivo para que os surdos viagem, incentivo esse em propagandas, marketing, para esse perfil de viajante. Sendo assim, acabam tendo que procurar por conta própria, lugares que possam os atender.

Vale salientar, que dados estatísticos e mapeamentos sobre regiões que se concentram surdos são escassos, quando não, defasados. Tais dados são necessários para saber onde eles se concentram, para onde preferem viajar e se há lugares que os atendam de forma satisfatória.

Diante de suas necessidades, desejos e interesses de consumo dos produtos turísticos, essa comunidade deveria ser mais atendida e suas satisfações e desejos deveriam ser sanadas de forma mais eficaz e eficiente, mediante sua cultura e sua identidade.

Esse perfil de viajante é um nicho de mercado e no Brasil só foi “abraçado” pela Cidade de Socorro. É um público que não é explorado pela hotelaria carioca, que, por ser tradicional, acaba ficando engessada em um modo de atendimento. No entanto, esse cenário deve ser revisto e modificado, para que a inclusão saia efetivamente do discurso institucional e possa ser efetivamente vivenciada por todos.

REFERÊNCIAS

Almeida, Wolney Gomes; Kushano, Elizabete Sayuri. Inclusão social, cidadania e turismo: uma investigação sobre a existência de serviços adaptados às pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. n. 4, v.2, dez. 2008, p. 88-101.

Almeida, Wolney Gomes. **Comunidade Surda e o Turismo de Responsabilidade Social**: um olhar sobre as Diferenças. Caxias do Sul, RS, jul. 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT15-4.pdf> Acesso em 13 maio 2015.

Andrade, Livia Leal de. **A inclusão do surdo na atividade do Turismo através do uso de Libras**. 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/ARTIGO_LIVIA_turismo.pdf> Acesso em 13 maio 2015.

BRASÍLIA. **Decreto nº 5.626**, art. 03, de 22 de dezembro de 2005, p1. Dispõe sobre: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 15 maio 2015.

BRASÍLIA. **Decreto nº 592**, art. 27, de 06 de julho de 1992, p.7. Dispõe sobre: Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm> Acesso em 15 maio 2015.

BRASÍLIA. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre: a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 09 maio 2016.

BRASÍLIA. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Dispõe sobre: Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso em: 28 de maio de 2016.

Comissão Nacional – Relatório de Atividades. **Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Brasil, 1981, p. 1 – 4.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011, p.51, 87.

Estância de Socorro. **Projeto Socorro Acessível**. s.d. Disponível em: <http://www.estanciadesocorro.com.br/socorro_acessivel/> Acesso em 15 maio 2015

G1. **Com turismo ‘adaptado’, Socorro terá prêmio espanhol de acessibilidade**: Cidade venceu na categoria para até 100 mil habitantes na América Latina. Município paulista, a 93 km de Campinas, recebe 500 mil turistas por ano. Campinas, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2014/03/com-turismo-adaptado-socorro-tera-premio-espanhol-de-acessibilidade.html>> Acesso em 15 maio 2015.

Guia Turismo Acessível. **Programa Turismo Acessível**. 2014, p.1. Disponível em: <<http://turismoacessivel.gov.br/ta/sobre.mtur>> Acesso em 15 maio 2015.

INES. **Conheça o INES**. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>> Acesso em: 09 maio 2016.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer para a Inclusão das Pessoas com Deficiência**. São Paulo, maio 2002, p. 2, 7, 11, 19.

KIEFER, Sandra Filomena Wagner; CARVALHO, Maria Constança Madureira Homem de. **Turismo acessível e inclusivo** - uma realidade possível. São Paulo, jun. 2013. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Sandra_Filomena_Wagner_Kiefer.pdf> Acesso em 13 maio 2015.

Lages, Sônia Regina C.; Martins, Regiane. **Turismo Inclusivo**: a importância da capacitação do profissional de turismo para o atendimento ao deficiente auditivo. Juíz de Fora, 2006. Disponível em: <http://www4.unirio.br/museologia/textos/EC0_TURISMO_INCLUSIVO_acess%5B1%5D.pdf> Acesso em 13 maio 2015.

Ministério do Turismo. **Cartilha Programa Turismo Acessível**. Brasília, 2014, p.9. Disponível em: <<http://turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/CartilhaPrograma.pdf>> Acesso em 15 maio 2015.

Parques de Sintra. **Sobre o Projeto**. s.d. p.1. Disponível em: <<http://www.parquesdesintra.pt/planear-a-sua-visita/acessibilidades/sobre-o-projeto/>> Acesso em 15 maio 2015.

Senac EAD – **LIBRAS Básico**. Disponível em: <<http://www.ead.senac.br/cursos-livres/libras-basico-lingua-brasileira-de-sinais-psg/>> Acesso em 02 jun 2016.

Secretaria de Educação Especial - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004, p. 7 – 10, 19, 20, 25.

SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, Surdez e Linguagem**: Desafios e Realidades. São Paulo: Plexus, 2003, p. 9, 45, 46, 48, 57, 58.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada** - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1987, p. 204, 205, 207, 208.

Apêndice A

Questionário de Pesquisa

Turismo de Acessibilidade e Inclusão

Aluna Pesquisadora: Cícera Olinta.

Assunto: Atendimento aos surdos / deficientes auditivos.

Objeto de Pesquisa: Empresas Hoteleiras.

Objetivo: Observar como os surdos / deficientes auditivos são atendidos, se há funcionários que saibam se comunicar em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e se os locais visitados são adaptados para os receber.

-- x --

Nome da Empresa e Local:

Respondente:

Data:

1. A empresa possui um atendimento especializado a surdos/deficientes auditivos?

() Sim () Não

2. A empresa faz treinamento de seus funcionários para o atendimento através de Língua de Sinais?

() Sim () Não

2.1. Se não, por qual motivo?

() Custos adicionais para a empresa () Desinteresse por parte da empresa

() Desinteresse por parte dos funcionários () Pouca demanda para o atendimento a este usuário

2.2. Se sim, qual é o motivo?

3. O hotel possui quantos quartos adaptados para surdos / deficientes auditivos?

3.1. Se possui, quais são os tipos de adaptações?

() Sinalizador para campainha e telefone () Despertador portátil

() Telefone adaptado () Outras

4. As tarifas da diária do hotel são diferenciadas para o quarto adaptado? Se sim, por que?

() Sim () Não

5. Há alguma fiscalização para averiguar se há quartos adaptados?

() Sim () Não

6. Outras Informações:

3. Apêndice B

1. Durante todos os anos em que você trabalhou na rede hoteleira, você já viu alguma exigência, por parte das empresas, em relação ao saber da LIBRAS?

2. Nos hotéis em que você trabalhou, havia alguma fiscalização para saber se havia quartos adaptados para eles (surdos)?

3. Você já viu alguém que precisasse se comunicar através de sinais requisitarem algum serviço? Foi possível atendê-lo?

4. As redes hoteleiras usam o sistema de cotas para empregar pessoas com alguma necessidade especial, em específico, pessoas que precisam se comunicar através da LIBRAS?

5. Em sua opinião, porque as redes hoteleiras não se atentam a esse perfil de consumidor?

GERAÇÃO Z E BABY BOOMERS: COM QUANTAS PEÇAS JEANS SE FAZ UM GUARDA-ROUPA?

Onnara Custódio Gomes

ESPM

São Paulo – SP

Livia Lopes Custódio

Universidade Estadual do Ceará

Fortaleza – Ceará

Thelma Valeria Rocha

ESPM

São Paulo – SP

Vivian Iara Strehlau

ESPM

São Paulo – SP

RESUMO: Na esfera da moda, o jeans é um artigo de vestuário onipresente, que evoluiu de seu propósito inicial, meramente utilitário como vestimenta de trabalho, para algo moderno, associado principalmente à geração jovem. Fazem parte da Geração Z os indivíduos nascidos de 1995 a 2012 e, na geração *Baby boomers*, aqueles nascidos nos anos de 1946 até 1964. Teve-se como objetivo identificar a diferença na quantidade de peças jeans que os consumidores da Geração Z e da geração *Baby boomers* possuem em seus guarda-roupas. Trata-se de uma pesquisa *survey*, com amostra do tipo não probabilística e por conveniência. A pesquisa foi desenvolvida na internet e o instrumento para a coleta de dados foi um questionário *online*, que ficou disponível durante

o período de novembro a dezembro de 2017. Os resultados mais prevalentes referem-se ao maior número de participantes da Geração Z, com 72,2%, e do sexo feminino, sendo 72,7% dos respondentes. Relacionado ao quantitativo de peças *jeans*, observou-se que a Geração Z é o grupo geracional possuidor da maior quantidade de peças *jeans* (33,0%). Sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas dentro dessa temática, uma vez que, os jovens recebem mais atenção do mercado de moda e o culto à juventude ainda é uma concepção bastante presente na realidade do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Baby Boomers. Geração Z. Moda. Jeanswear. Comportamento do Consumidor.

ABSTRACT: In the world of fashion, denim is an omnipresent clothing apparel, which has evolved from its initial purpose, merely utilitarian as work attire, to something modern, associated primarily with the younger generation. Generation Z are individuals born between 1995 and 2012 and Baby Boomers are those born in the years 1946 to 1964. The objective of this study was to identify the difference in the quantity of denim that consumers of Generation Z and Baby boomers possess in their wardrobes. A survey was conducted, with a sample of non-probabilistic type and for convenience. The research was developed on

the internet and the instrument for data collection was an online questionnaire, which was available during the period from November to December 2017. The most prevalent results refer to the largest number of participants in Generation Z (72,2%), and 72.7% female respondents. Regarding the quantity of denim pieces, it was observed that Generation Z is the generational group that possesses the largest quantity of denim pieces (33.0%). It is suggested the development of other researchs in this field, since young people receive more attention from the fashion industry and the cult of youth is still a very present conception in the market reality.

KEYWORDS: Baby Boomers. Generation Z. Fashion. Denim. Consumer Behavior.

1 | INTRODUÇÃO

A moda é um reflexo da sociedade e uma forma de expressão pessoal, onde o indivíduo faz escolhas guiado pelos gostos próprios e pela realidade que o cerca, frutos do contexto social, histórico e cultural (MONTEIRO; VEIGA, 2009). Na esfera da moda, o *jeans* é um artigo de vestuário onipresente, que evoluiu de seu propósito inicial, meramente utilitário como vestimenta de trabalho, para algo moderno, associado principalmente à geração jovem (RAHMAN, 2011).

A noção de geração relaciona-se à ideia de um ou mais grupos que partilham entre si anos de nascimento e experiências, influenciando e também sofrendo influências por fatores e elementos diversos (KUPPERSCHMIDT, 2000). Segundo Roberts e Manolis (2000), a idade é a característica demográfica mais importante para o marketing, vez que consumidores mais velhos respondem de maneira distinta dos mais jovens às ações de marketing (BEAUCHAMP; BARNES, 2015).

Nesta pesquisa, dois grupos geracionais foram analisados, a Geração Z e os *Baby boomers*. Na literatura, não há unanimidade quanto às datas que delimitam as diferentes gerações, por isso, adotou-se o estudo de Ahlers e Boender (2016), que classifica os *Baby boomers* como os indivíduos nascidos dos anos de 1946 até 1964 e a Geração Z como sendo os que nasceram de 1995 a 2012.

A Geração Z possui grande influência nas compras de muitos produtos e serviços da família; são os futuros ávidos consumidores, consolidando tendências, influenciando e modificando os modelos de consumo dos mais velhos (IBM, 2017; PUIU, 2016; SOUZA; SILVA, 2006; CALLIGARIS, 2000). Os *Baby boomers*, por sua vez, tem gastos de cerca de US\$ 2 trilhões de dólares por ano, algo em torno de metade de todos os dispêndios de consumo nos Estados Unidos (FERGUSON; BROHAUGH, 2010) e, no mercado brasileiro, esta geração gasta o equivalente a um trilhão de reais por ano (MAIA, 2015).

Quando se fala em consumo de moda, os consumidores jovens figuram um papel central, mas, apesar do crescente número e da riqueza dos *Baby boomers*, estes ainda permanecem como um dos grupos mais desvalorizados e subestimados no universo

da moda (NAM *et al.*, 2007), principalmente no segmento *jeanswear*. Assim, tem-se como objetivo, nesta pesquisa, identificar a diferença na quantidade de peças jeans que os consumidores da Geração Z e da geração *Baby boomers* possuem em seus guarda-roupas.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa *survey*, que buscou informações com os grupos de interesse selecionados, os indivíduos que fazem parte da Geração Z e os da geração *Baby boomers*.

A pesquisa foi desenvolvida na internet, e a coleta de dados foi realizada a partir da construção de um questionário *online*, na qual utilizou-se um *software* especializado, denominado *QuestionPro*, que possibilita a criação e a hospedagem de questionários.

O instrumento para a coleta de dados ficou disponível durante o período de novembro a dezembro de 2017, quando foi permitido o acesso dos participantes a fim de contribuírem com suas respostas. Para esta pesquisa, foram consideradas “peças jeans” como sendo calças, shorts, bermudas, saias, camisas, jaquetas, macacões longos e macacões curtos.

Os participantes tiveram como opções de resposta cinco itens de alternativas (“1 peça”; “De 2 a 4 peças”; “De 5 a 7 peças”; “De 8 a 10 peças”; e “A partir de 11 peças”) e considerou-se como critério de inclusão que os participantes da Geração Z e da geração *Baby boomers* possuísem no mínimo a quantidade de duas peças jeans.

A amostra foi do tipo não probabilística e por conveniência e o total de respondentes somou-se 533 participantes. As exclusões foram feitas através de sistema de filtragem, inserido no próprio questionário *online*, considerando-se o critério de inclusão supracitado e, com isso, a amostra considerada válida foi de 373 respondentes, sendo 230 da Geração Z e 143 da geração *Baby boomers*.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos, verificou-se que, com relação ao gênero, 271 participantes eram do sexo feminino (72,7%), sendo que, neste universo, 166 (72,2%) eram da Geração Z e 105 (73,4%) eram *Baby boomers*; e 102 participantes eram do sexo masculino (27,3%), dentre os quais 64 (27,8%) eram da Geração Z e 38 (26,6%) eram *Baby boomers*.

No que diz respeito ao quantitativo das peças *jeans*, 58 participantes possuíam de 2 a 4 peças *jeans* (15,5%), sendo 12,6% da Geração Z (N = 29) e 20,3% nos *Baby boomers* (N = 29); 115 possuíam de 5 a 7 peças *jeans*, um total de 30,8% dos indivíduos indicaram essa alternativa, sendo 26,1% da Geração Z (N = 60) e 38,5%

dos *Baby boomers* (N = 55); 97 respondentes informaram possuir de 8 a 10 peças *jeans*, um total de 26,0%, sendo 28,3% da Geração Z (N = 65) e 22,4% *Baby boomers* (N = 32); e 103 indivíduos (27,6%) assinalaram o item de quantidade de peças > 11, sendo 33,0% da Geração Z (N = 76) e 18,9% *Baby boomers* (N = 27). A Geração Z foi a detentora da maior quantidade de peças *jeans* em seu guarda-roupa.

Observou-se, após análise estatística, que a proporção de indivíduos que possuíam de 2 a 4 peças *jeans* e de 5 a 7 peças *jeans*, foi maior na geração *Baby boomers*, enquanto que a proporção de indivíduos que possuíam de 8 a 10 peças *jeans* ou > 11 peças *jeans* foi maior na Geração Z, sendo esta diferença significativa entre os grupos geracionais ($p = 0,001$).

Em uma pesquisa realizada com indivíduos jovens e do sexo masculino, estes afirmaram que vestem peças *jeans* em quase 80% do tempo e consideram esse tipo de roupa como uma forma aceitável de vestimenta para a maioria de suas atividades (DELONG et al., 1998). Em outra pesquisa, na qual houve a avaliação de diferentes modos de envolvimento com roupas de moda (produto, decisão de compra, publicidade e consumo), comprovou-se que os consumidores são envolvidos de forma diferenciada uns dos outros. Os resultados sugeriram diferenças de gênero e idade quanto ao envolvimento da roupa de moda, indicando que as mulheres apresentaram níveis mais altos de envolvimento em roupas de moda (nos quatro tipos de envolvimento) e a idade (que o pesquisador agrupou em quatro faixas distintas, de 18 a 24 anos, de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos e de 45 anos em diante), tem um efeito inverso, pois, à medida que se vai envelhecendo, esse envolvimento diminui em todas as quatro formas avaliadas (O'CASS, 2000).

Estudos evidenciam que existe falta de atenção do mercado às pessoas da geração *Baby boomers* (NAM et al., 2007; MENEGUCCI; SANTOS FILHO, 2010) e as poucas opções em produtos *jeanswear* destinados a essa geração pode ser um dos motivos apontados na presente pesquisa, isto é, a menor quantidade de peças *jeans* que os *Baby boomers* possuem em seu guarda-roupa. Existe, portanto, um descompasso entre o mercado e os ajustes necessários à adaptação das transformações ocorridas nas mudanças relacionadas à idade e ao corpo, pois, segundo Menegucci e Santos Filho (2010), a criação de produtos de moda ergonômicos para as pessoas da geração *Baby boomers* é quase inexistente, seja pela falta de interesse ou até mesmo de conhecimento das empresas para com esse determinado grupo geracional.

4 | CONCLUSÃO

Ao identificar a diferença na quantidade de peças *jeans* que os consumidores da Geração Z e da geração *Baby boomers* possuem em seus guarda-roupas, percebeu-se que os jovens da Geração Z (72,2%) fazem parte do grupo possuidor de maior quantidade de produtos *jeanswear*, sendo 72,7% deles do sexo feminino.

Acredita-se que a pouca oferta no mercado de peças *jeans* para os *Baby boomers* acarreta no baixo consumo por parte desse grupo e, consequentemente, na menor quantidade de peças *jeans* que eles possuem em seus guarda-roupas. Tal fato evidencia a importância em se dar maior atenção aos indivíduos dessa geração, pois os *Baby boomers* representam um grupo de consumidores interessante e com maior poder aquisitivo.

Sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas dentro dessa temática, uma vez que, os jovens recebem mais atenção do mercado de moda e o culto à juventude ainda é uma concepção bastante presente na realidade do mercado.

REFERÊNCIAS

AHLERS, Jos; BOENDER, René C.W. **Generation Z and the fourth (industrial) revolution**. Bertram + de Leeuw Uitgevers, 2016.

BEAUCHAMP, Michelle Bednarz; BARNES, Donald C. **Delighting baby boomers and millennials: factors that matter most**. Journal of Marketing Theory and Practice, v. 23, n. 3, p. 338-350, 2015.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

DELONG, Marilyn; KOH, AeRan; NELSON, Nancy; INGVOLDSTAD, Anne. **Jeans: a comparison of perceptions of meaning in Korea and the United States**. Clothing and Textiles Research Journal, v. 16, n. 3, p. 116-125, 1998.

MAIA, Lucas de Abreu. **A riqueza grisalha**. Revista Exame, São Paulo, n. 1082, 5 maio 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1082/noticias/riqueza-grisalha>>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

FERGUSON, Rick; BROHAUGH, Bill. **The aging of aquarius**. Journal of Consumer Marketing, v. 27, n. 1, p. 76-81, 2010.

INTERNATIONAL BUSINESS MACHINES – IBM. **Uniquely generation Z: what brands should know about today's youngest consumers**. Relatório executivo IBM Institute for Business Value. Disponível em: <<https://www-01.ibm.com/common/ssi/cgi-bin/ssialias?htmlfid=GBE03799USEN&>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

KUPPERSCHMIDT, Betty R. **Multigeneration employees: strategies for effective management**. The Health Care Manager, v. 19, n. 1, p. 65-76, 2000.

MENEGUECCI, Franciele; SANTOS FILHO, Abílio Garcia. **Proteção e conforto: a relação entre os tecidos e o design ergonômico do vestuário para idosos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN (9º, 2010, São Paulo).

MONTEIRO, Plínio Rafael Reis; VEIGA, Ricardo Teixeira. **Personalidade e segmentação do mercado de moda: contrastes e perfil de jovens inovadores segundo o gênero**. Revista Pretexto, v. 10, n. 1, 2009.

NAM, Jinhee; HAMLIN, Reagan; GAM, Hae Jin; KANG, Ji Hye; KUMPHAI, Pimpawan; STARR, Cathy; RICHARDS, Lynne. **The fashion-conscious behaviours of mature female consumers**. International Journal of Consumer Studies, v. 31, n. 1, p. 102-108, 2007.

O'CASS, Aron. **An assessment of consumers product, purchase decision, advertising and**

consumption involvement in fashion clothing. Journal of Economic Psychology, v. 21, n. 5, p. 545-576, 2000.

PUIU, Silvia. **Generation Z – a new type of consumers.** Young Economists Journal / Revista Tinerilor Economisti, v. 13, n. 27, 2016.

RAHMAN, Osmud. **Understanding consumers' perceptions and buying behaviours: implications for denim jeans design.** Journal of Textile and Apparel, Technology and Management, v. 7, n. 1, 2011.

ROBERTS, James A.; MANOLIS, Chris. **Baby boomers and busters: an exploratory investigation of attitudes toward marketing, advertising and consumerism.** Journal of Consumer Marketing, v. 17, n. 6, p. 481-497, 2000.

SOUZA, Altamir da Silva; SILVA, Cassiano Paes da. **O consumo na vida de adolescentes de diferentes condições socioeconômicas: uma reflexão para o marketing no Brasil.** Cadernos EBAPE. BR, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2006.

(DE)FORMAS NO SISTEMA JURÍDICO TRABALHISTA COM O ADVENTO DA LEI 13.467/17: ANOTAÇÕES CRÍTICO-ANALÍTICAS PAUTADAS NA RELAÇÃO CAPITAL *VERSUS* TRABALHO

Luana da Silva Dias

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA,
Acadêmica do Curso de Direito
Sobral-CE

Betânea Moreira de Moraes

Professora da Universidade Estadual Vale do
Acaraú – UVA, Curso de Direito
Sobral-CE

Pedro Hiago Santos Marques

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA,
Acadêmico do Curso de Direito
Sobral-CE

Francisco Ayslan Regino da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA,
Acadêmico do Curso de Administração
Sobral-CE

RESUMO: A presente pesquisa teórico-bibliográfica e documental buscou evidenciar determinadas (de)formas no sistema jurídico trabalhista brasileiro com o advento da lei 13.467/17, conhecida como Reforma Trabalhista. A análise pauta-se na discussão dos papéis essenciais do Trabalho e do Direito em sua gênese e processualidade histórica. Rastreia, em nível global e nacional, as relações de trabalho, com maior ênfase no surgimento do ramo especializado da ciência jurídica trabalhista investigando, particularmente, os entraves ao ideal de busca pelo equilíbrio

dos interesses entre capital e trabalho nos vínculos trabalhistas próprios da sociedade capitalista. No entanto, revelou-se sua essência contributiva de um sistema mantenedor da precarização das normas de proteção ao obreiro ao longo de reformas legislativas, tal como a que ora se discute, que traz temas como fragilização da atuação sindical em prol do trabalhador, a prevalência de normas de negociação entre empregado e empregador em face do império da lei, entre outros, abordando os possíveis impactos jurídicos e sociais que acometem a parte hipossuficiente envolvida na relação trabalho *versus* capital. Dessa forma, entendendo ser esse estudo de fundamental importância para a melhor compreensão do processo histórico-social, é possível auferir que a legislação trabalhista brasileira, mais especificamente na análise detalhada de alguns pontos da lei nº 13.467, reflete os ditames de um determinado modo de produção, contrariando o entendimento de que o Direito do Trabalho no Brasil é essencialmente protetivo do obreiro.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Capital. Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista

ABSTRACT: The present theoretical-bibliographic and documentary research sought to evidence certain forms of the Brazilian labor legal system with the advent of law 13467/17, known as Labor Reform. Firstly, the essential

roles of Labor and Law were discussed in their genesis for social totality, followed by the presence throughout history, at a global and national level, of labor relations, with the later emergence of the specialized branch of labor legal science in an ideal of seeking the balance of interests between capital and labor in the labor relations proper to capitalist society. However, it revealed its contributory essence of a system that maintains the precariousness of worker protection norms along legislative reforms, such as the one discussed below, which brings up issues such as the weakening of union action in favor of the worker, the prevalence of norms of negotiation between employee and employer in face of the rule of law, among others, addressing the possible legal and social impacts that affect the hyposufficient part involved in the relation work versus capital. Therefore, considering that this study is of fundamental importance for a better understanding of the historical-social process, it is possible to infer that Brazilian labor legislation, more specifically in the detailed analysis of some points of Law 13467, reflects the dictates of a certain mode of contrary to the understanding that Labor Law in Brazil is essentially protective of the worker.

KEYWORDS: Work. Capital. Labor Law. Labor Reform.

1 | INTRODUÇÃO

Para Lukács (1969, p. 69, *apud* LIMA, 2009, p. 7): “[...] a sociedade é um complexo de complexos”, de forma que para compreendermos os fenômenos sociais, devemos partir do complexo do trabalho, pois este é fundante do ser social, em direção aos demais complexos que surgem a partir do mesmo, particularmente aqueles originários da sociedade de classes, como o Estado e o Direito.

Nesse sentido, busca-se na presente pesquisa, inicialmente, realizar uma análise entre o trabalho e o direito, sob o prisma de suas essências e suas relações com a totalidade social, ressaltando a necessidade de um desvelamento da fetichização que os envolvem e deturpam suas genuínas funções no modo de produção capitalista.

Dessa forma, para melhor desenvolvimento da pesquisa em questão, detém-se a analisar o trabalho como categoria constitutiva do ser social, bem como ressaltar a relação dos complexos próprios do modo de produção da vida em sociedades de classes, o estado e o direito, com o trabalho e a reprodução social.

Por sua vez, tendo essa pesquisa o ideal máximo de compreender, sobretudo, as relações desenvolvidas entre o Capital e o Trabalho e a precarização deste por aquele, entende-se que, para se apreender a realidade fatídica necessária à discussão do real nível protecionista do obreiro pelo Direito do Trabalho em face dos meandros capitalistas na atualidade é de suma e fundamental importância realizar-se uma imersão histórica sobre sua gênese e desenvolvimento, haja vista que este ramo da ciência jurídica é, de veras, muito dinâmico, com reflexos modificativos constantes das condições de trabalho, pois intrinsecamente relacionado com as bases socioeconômicas, políticas e culturais em que se produz o modo de vida atual.

Assim melhor fundamenta esta pretensão, Martins (2014, p. 3, grifos nossos), ao dizer:

À luz da história, é possível compreender com mais acuidade os problemas atuais. A concepção histórica mostra como foi o desenvolvimento de certa disciplina, além das projeções que podem ser alinhadas com base no que se fez no passado, inclusive no que diz respeito à compreensão dos problemas atuais. Não se pode, portanto, prescindir de seu exame. É impossível ter o exato conhecimento de um instituto jurídico sem se fazer seu exame histórico, pois se verifica suas origens, sua evolução, os aspectos políticos e econômicos que o influenciaram.

Com isso, é possível realizarmos uma abordagem em nível mundial e nacional, como a doutrina clássica tradicionalmente se norteia, de forma a melhor garantir o alcance do objetivo destacado nesse momento, ou seja, a crítica à essência funcional do direito do trabalho que deveria ser do anseio em beneficiar o obreiro, ao menos quando da sua criação, no entanto, na realidade, está, predominantemente, a serviço das ingerências do capital.

Nessa perspectiva, no intuito de alcançarmos a possibilidade de discussão sobre como se apresentavam no Brasil determinados direitos trabalhistas historicamente alcançados e a perda dessa tutela com o advento das normas da lei 13.467/17, ainda com alterações da medida provisória 808 de 2017, porém, esta não mais em vigor, fez-se indispensável percorrermos a demonstração do cenário de “desregulamentação” das relações de trabalho em face do trabalhador, ancorada na ideia de flexibilização da ordem jurídica trabalhista brasileira, com um intuito de manutenção dos ditames do modo de produção vigente através de reformas ao longo do contexto histórico.

Chegando assim na Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, também conhecida como “Reforma Trabalhista”, que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017, após 120 dias de *vacatio legis*, implementando alterações em um dos principais diplomas de cunho trabalhista do país: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras legislações esparsas, em que foram afetados diversos dispositivos, até então, de intuito protetivo do obreiro alcançados ao longo de intensos percalços históricos da humanidade.

Fundamental, ainda, ressaltarmos que no dia 14 de novembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 808/2017 que realizou alterações na Lei nº 13.467/2017 (porém não foi convertida em lei), tendentes a suavizar ou até corrigir diversas questões de intensa repercussão social (ANAMATRA, 2018), no tocante ao regresso de garantias trabalhistas suprimidas com o advento da lei, quando sua real função constitucional é tratar de medidas a serem tomadas em caso de urgência e necessidade (art. 62 da Constituição Federal de 1988). (BRASIL, 1988).

O advento da nova legislação está ancorado na ideia de que a normatização trabalhista, mais especificamente a CLT, é dotada de engessamento e de que a sua

eficácia restaria caduca, haja vista ser da década de 1940, não restando outra hipótese se não a flexibilização de suas normas. No entanto, interessante algumas observações que destacam os teóricos do trabalho:

A argumentação em torno da idade que se apresenta a respeito da CLT perde total sentido quando se lembra que dos 921 artigos da CLT de 1943, apenas 188 continuam vigentes até hoje e praticamente nenhum destes fixa, digamos assim, custos aos empregadores. Do ponto de vista legislativo, o que rege as relações de trabalho no Brasil, em consonância com a Constituição, é uma série de leis esparsas, editadas em grande número do ano de 1964 em diante, tendo sido a maioria, inclusive, na direção da dita “flexibilização”, tanto que o teor do PL 6787/16 [atualmente lei promulgada], que visa, segundo se diz, “modernizar a legislação do trabalho”, alterando mais de 200 dispositivos da CLT, toca apenas em 7 artigos da CLT que estavam vigentes em 1943; e mesmo assim não os revoga por inteiro. (MAIOR, 2017, p. 15, grifos do próprio autor).

Por sua vez, propõe-se uma análise acerca de determinados direitos advindos com a alteração legislativa, cujo foco encabeça esta pesquisa, em face do que a legislação anterior previa, como forma de ressaltar o caráter da utilização da norma jurídica trabalhista em favor das ingerências do capital.

Por fim, buscou-se realizar reflexões acerca dos impactos que a respectiva reforma representa para a classe trabalhadora, concluindo que a reforma trabalhista advinda essencialmente com a promulgação da lei 13.467/2017 “[...] constitui um processo de constituição de interesses de classe, uma vez que levanta a bandeira da ‘modernização’ das relações de trabalho, ocultando um passado que, mais uma vez, se ancora no presente.” (GALVÃO et al., 2017, p. 18)

Não é à toa que teóricos brasileiros entendem que o cenário de publicação da legislação demonstra uma instabilidade política e econômica do país sob tentativa de encobrimento através da modificação juslaboralista. Senão, vejamos o que diz Guaspari (2017, p. 9):

Em nosso quadro encontramos hoje desemprego, subemprego ou informalidade, bolsões de miséria nas periferias das grandes cidades, precariedade na educação (analfabetismo funcional), grandes conglomerados estrangeiros explorando nossa mão-de-obra, sem transferência de tecnologia, não há proteção contra a automação (direito constitucionalmente assegurado), faltam condições de trabalho em matéria de segurança e saúde do trabalhador, o Estado é voraz na instituição e na arrecadação de pesados tributos, inviabilizando muitas atividades e fomentando a sonegação, sem dar a contraprestação devida. Não é crível que, diante de tal realidade, se possa ainda imaginar que a redução dos direitos dos trabalhadores resolverá os problemas sociais do País!

2 | METODOLOGIA

Tomando por base o método dialético, na contramão do entendimento aparente de que a ciência jurídica trabalhista é norteadada pelo princípio da proteção ao trabalhador,

este estudo de caráter teórico-bibliográfico, perpassou pela literatura de teóricos assemelhados com a problemática, inclusive, através do método documental, com análise direta de determinados pontos trazidos pela lei citada e a medida provisória nº 808 de 2017, ambas reformistas, que alteraram dispositivos antes tutelares do obreiro, hoje contrários aos interesses da classe.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como destacado, diante do itinerário a ser percorrido, buscou-se estabelecer relações críticas entre o Direito do Trabalho e a sua desvelada essência tutelar do obreiro mitigada em prol do Capital.

Tendo como cerne da problemática, sobretudo, para evidenciar o auge deste cenário no âmbito brasileiro, o advento da reforma trabalhista trazida pela lei 13.467/17, além de suas breves alterações (não mais em vigência) advindas com a Medida Provisória 808 de 14.11.2017 em algumas temáticas, abordando os possíveis impactos jurídicos e sociais que acometem a parte hipossuficiente envolvida na relação trabalho e capital quando da promulgação de legislações como a ora discutida.

Tal problemática remonta-se de fundamental importância a ser levantada, a fim de que se contribua para o melhor entendimento do processo histórico e social, isso porque um dos princípios basilares que, supostamente, norteiam a ciência jurídica trabalhista é o princípio da proteção ao trabalhador, tomando-o como parte hipossuficiente de uma relação historicamente desequilibrada com o “tomador” de sua força de trabalho.

Quanto a esse comando axiológico, conceitua brilhantemente Delgado (2012, p. 23):

[...] o princípio tutelar influi em todos os seguimentos do Direito do Trabalho, influenciando na própria perspectiva desse ramo ao construir-se, desenvolver-se e atuar como direito. Efetivamente, há ampla predominância nesse ramo jurídico especializado de regras essencialmente protetivas, tutelares da vontade e interesse obreiros; seus princípios são fundamentalmente favoráveis ao trabalhador; suas presunções são elaboradas em vista do alcance da mesma vantagem jurídica retificadora da diferenciação social prática. Na verdade, pode-se afirmar que sem a idéia protetiva-retificadora o Direito do Trabalho não se justificaria histórica e cientificamente.

No entanto, advoga-se em prol da desvelada relação que o Direito do Trabalho, como manifestação do próprio Direito, complexo inerente de uma sociedade de classes, caminha na contramão dos interesses protetivos do obreiro a fim de manter vivo os interesses do Capital, e tal cenário é visível ao longo da história, mais latente ainda para esse estudo, com a publicação da lei 13.467/17 da Reforma Trabalhista no Brasil.

Logo, para alcançar-se este momento da discussão, fez-se indispensável que percorrêssemos linha de compreensão fundamental que justificasse a argumentação do atual cenário de precarização dos direitos trabalhistas vivenciado pela classe

trabalhista brasileira.

Primeiramente, tomando como base o espírito da literatura marxiana e lukacsiana em autores como Lessa e Tonet (2011), Lima e Jimenez (2011) e Pachuckanis (1988) realizou-se uma análise entre o Trabalho e o Direito, sob o prisma de suas essências e suas relações com a totalidade social, ressaltando a necessidade de um desvelamento da fetichização que os envolvem e deturpam suas genuínas funções no modo de produção capitalista, principalmente.

Nesta direção, entendemos o trabalho como um complexo fundante do ser social, pois capaz de proporcionar a modificação da natureza e dos indivíduos ao transformá-la, permitindo o avançar histórico, através dos modos de produção de vida e das relações humanas delas decorrentes (LESSA E TONET, 2011), e que junto a ele, outros demais complexos vão se estruturando socialmente, como é o caso do Estado e do Direito, dentro de uma sociedade de classes.

A evolução social proporcionou a formação de sociedades cada vez mais diversificadas internamente, heterogêneas, com a formação das chamadas classes sociais. Com os confrontos entre as mesmas, fez-se necessário novos complexos, em especial o Estado e o Direito, que surgem da sociedade, ficando, porém, acima dela e dela se distanciando. (ENGELS, 2009).

Após esse momento, em que ressaltamos a essência genérica do Trabalho e do Direito, adentramo-nos no âmago da desvelada e precária proteção do Trabalho, com objetivo de destacar a previsão jus laboralista e sua relação com Capital em face do trabalhador, através de uma abordagem histórica.

Utilizando-se da obra de autores como Martins (2014), Delgado (2013), Castro (2015), Britto (2013), Lessa e Tonet (2011) dividiu-se esse momento em uma evolução em nível mundial, tendo como marcos históricos antes, durante e depois da Revolução Industrial, pois sendo a partir desse momento histórico que a sociedade toma os primeiros contornos de um enorme mercado, onde tudo tornar-se mercadoria, em que, inclusive, acabou diminuindo o trabalho, em seu sentido mais rico de potencialidades humanas, em uma modalidade mercadológica.

Sabidamente destacam Lessa e Tonet (2011, p. 64):

Com as grandes navegações (séculos 15 e 16), surgiu um mercado mundial que possibilitou à burguesia europeia acumular capital na escala necessária para transformar progressivamente o artesão medieval, que trabalhava em sua oficina, com suas ferramentas, sua matéria-prima e com a posse do produto final, em um trabalhador assalariado justamente porque perdeu a posse de todo o resto, menos de sua força de trabalho. **A Revolução Industrial transforma, finalmente, esse trabalhador em operário.**

.....

A criação do mercado mundial e de um mercado de força de trabalho exigiram e possibilitaram um aumento de produção que, por sua vez, intensificou a divisão social do trabalho. O que se produz não é mais para consumo próprio, mas para vender no mercado. Desse modo, todos precisam, agora, se dirigir ao mercado (com dinheiro, claro) para adquirir os bens necessários à vida. A sociedade se converte, assim, em um enorme mercado e tudo passa a ser mercadoria.

Como fruto desse momento histórico, deu-se o surgimento e desenvolvimento do ramo jurídico especializado do Direito do Trabalho, ao passo da evolução do sistema econômico vigente, no entanto, sob a égide da tentativa de realizar correções econômico-sociais e buscando urbanidade na relação entre poder econômico e trabalho. (DELGADO, 2013).

No campo da aparência esse seria seu ideal, pois diante das excessivas jornadas diárias de trabalho, do meio ambiente laboral precário e insalubre, a exploração do trabalho de mulheres e crianças à condição de escravos, levou a insatisfação da classe trabalhadora e o levante de greves e revoluções.

Neste momento, peculiares movimentos sociais surgiram, tais como devidamente ilumina Britto (2012, p. 50):

Com a modificação das relações de trabalho, o aumento da consciência de classe e a luta pela própria valorização do trabalho como fator gerador de riquezas, o século XIX também passou a vivenciar o nascimento de mais um movimento que influenciou decisivamente na concepção do Direito ao Trabalho. Agregou-se, com ele, um novo conceito ao efervescente conflito Capital x Trabalho, agora de conteúdo nitidamente revolucionário. Nesta fase [...] o Trabalho passava a ser considerado como fonte direta de poder político a ser exercido pelo próprio trabalhador. O Direito ao Trabalho, nesta inovadora concepção, não mais seria um princípio fundamental a ser reivindicado pelas organizações dos trabalhadores, mas, sobretudo, o próprio poder em si mesmo. Apropriar-se do trabalho significaria também dizer se apropriar do poder. Era a época do surgimento de propostas de uma sociedade mais justa e igualitária, sem qualquer exploração de classe. Este novo movimento revolucionário faz crescer e proliferar várias propostas de um mundo mais justo e equilibrado

Esse ambiente revolucionário alcançou fortes patamares, o que nos países capitalistas demonstrou-se uma preocupação.

Após o término da Primeira Grande Guerra, iniciou-se o chamado movimento do Constitucionalismo Social, movimento este inclusor de direitos ditos como sociais, tais como o Direito do Trabalho, em diplomas normativos chamados de Constituição, como uma tentativa de contra-atacar de vez os ideais fundados em uma Revolução Proletária em face do Capital, como a ocorrida na Rússia em 1917 em uma simples tentativa de apaziguamento das desigualdades sociais e do acúmulo de riquezas como forma de contenção social. (BRITTO, 2012)

Prosseguindo, em momentos de pós revolução industrial, sob a orientação de Mészáros (2009), Lessa e Tonet (2011), fez-se uma crítica à sociabilidade capitalista da abundância, que produz mais do que é capaz de consumir, criando este modo de produção diante de suas crises cíclicas e estruturais, formas de carências artificiais, tais como guerras, diminuindo a vida útil dos produtos, de tal modo a nos forçar a trabalhar mais, para consumir mais em uma vida desprovida de prerrogativas dignas.

A presente pesquisa, então, adentra na evolução em nível nacional, percorrendo sistemática equivalente à demonstrada em nível global do confronto claro entre Capital e Trabalho, havendo preponderância dos ditames da classe economicamente

dominante nas regras trazidas pela legislação trabalhista.

Passou-se pela Constituição Imperial (1824) em um Brasil escravocrata de africanos e indígenas.

Adentrou-se na Constituição de 1891 com o reconhecimento do direito de associação para controle dos grupos trabalhistas (art. 72, § 8º). (BRITTO, 2012)

Com as mudanças que vinham ocorrendo na Europa em decorrência da Primeira Grande Guerra destacamos a forçosa Política Trabalhista de Getúlio Vargas (1930). (BRITTO, 2012)

Posteriormente a chegada da Carta Constitucional de 1934 é a primeira das constituições nacionais a institucionalizar o direito do trabalho seguindo o fenômeno do constitucionalismo social, buscando eliminar levantes populares contrário aos ideais de manutenção do modo de produção capitalista através da concessão de garantias.

Em 1937, institui-se com o golpe de Estado instalado por Getúlio Vargas, em uma fase essencialmente intervencionista do Estado, uma Constituição de cunho corporativista tais como aquelas de elaboração fascista e nazista, em que direitos como greve eram considerados atentatórios a economia nacional. (MARTINS, 2014).

A Constituição de 1946 é considerada democrática ao contrariar os ideais da constituição anterior, com determinados avanços, como: a liberdade do direito de greve.

E, finalmente, em 05 de outubro de 1988, fixou-se um capítulo referente aos direitos sociais, como o Direito ao Trabalho.

No entanto, demonstramos que através de reformas ainda mais específicas, o Brasil caminhou segundo o “legislar-prevenção-reação contra os avanços políticos da classe trabalhadora” e em prol “das ideias sociais de capitalistas mais modernos e democráticos” (BRITTO, 2012, p. 65), reforçando o ideal de flexibilização das relações trabalhistas.

Normas infraconstitucionais promulgadas na década de 1960 que já demonstravam a tendência do legislador trabalhista em estabelecer regras trabalhistas mais maleáveis. Assim esclarece Silva (2013, p. 106-105):

Como exemplo pode-se citar a edição da Lei 4.923/65 que veio a tratar de uma possibilidade de redução de salários, redução esta limitada a 25% e mediante a intervenção do sindicato da categoria. Também a Lei 5.107/66 que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) caminhou neste sentido, sendo que, os trabalhadores admitidos por este regime, poderiam ser despedidos sem que houvesse uma justa causa, rompendo-se, portanto, com o instituto da estabilidade empregatícia. E a Lei n° 6.019/74 que veio a regular as formas de contratação temporária.

Sob esse cenário de flexibilização/desregulamentação/precarização dos direitos trabalhistas através de legislações do trabalho, encontra-se a atual reforma trabalhista advinda com a lei 13.467 de 13 de julho de 2017, bem como a Medida Provisória nº 808/2017, editada pelo Presidente da República Michel Temer, conhecida como

reforma da reforma que, apesar de não se encontrar mais em vigor, legitimaram diversos retrocessos à proteção do hipossuficiente na relação trabalho *versus* capital, em uma manifesta reforma pró-empresariado com alterações de diversos dispositivos legais, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Este momento, trata-se de ater-se a determinados pontos da reforma que deixam explícita a utilização da legislação trabalhista para priorizar o polo econômico mais forte dessa relação, ao contrário do ideal de seu surgimento.

Melhor exemplificam tal sistemática Galvão *et al.* (2017, p. 56):

- 1) o aprofundamento da fragmentação das bases de representação sindical;
- 2) a prevalência do negociado sobre o legislado e a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos;
- 3) a possibilidade da negociação individual de aspectos da relação de trabalho; [...]
- 5) a redução dos recursos financeiros aos sindicatos

Entre tais mudanças, diversas garantias específicas, antes asseguradas ao obreiro foram retiradas, em que se buscou compreendê-las em grandes grupos de alterações para melhor didática, tais como: 1) O Enfraquecimento Sindical e o Negociado com Prevalência sobre o Legislado; 2) Justiça Trabalhista e a Limitação de Seu Poder e Acesso pelo Trabalhador; 3) As Mudanças nos Contratos de Trabalho e 4) Alterações das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho.

Em síntese, apreende-se a fragilização sindical com o fim da contribuição sindical obrigatória, com a consequente prevalência de ditames negociados sobre os que estão legitimados legalmente; o ataque à Justiça do Trabalho com a consequente limitação de seu poder interpretativo pró-operário, bem como seu acesso pelo trabalhador em condições quase que equitativas com a empresa; normas que estabelecem novas formas de contratação em situações duvidosas, além de dispositivos que esvaziam a necessária rigidez de proteção da saúde e segurança do operário, sob a hipótese de “[...] adequar a legislação às novas relações de trabalho.” (MARINHO, 2017, p. 2).

Por fim, indispensável ressaltar os impactos jurídicos e sociais que a legislação reformista alcança sobre a classe trabalhadora demonstrando o animus da utilização de normas laborais para esvaziar a suposta incidência protetiva do trabalhador nas relações trabalhistas, já tão reprimidas e subjugadas pelo modo de produção vigente na atualidade.

Neste cenário, o que se ilumina é que, com a atuação menos incidente das leis e mais negociação entre empregado e empregador, seria possível adequar as garantias existentes às peculiares condições de mercado de cada empresa, em uma reforma pró-empresariado.

Nesse entendimento, a suposta “modernização” pregada para as relações de trabalho se resume em um complexo de providências para alcançar: “[...] 2. A adoção de uma legislação mínima, substitutiva, residual, a ser complementada pela negociação/ contratação; 3. A criação de diferentes tipos de contrato, distintos do padrão clássico do

contrato por tempo indeterminado; 4. A substituição de direitos universais por direitos individualizados” (GALVÃO *et al.*, 2017, p. 18).

Assim, ao estabelecer a prevalência do princípio da superior vontade coletiva na regulação trabalhista, a reforma se utiliza do direito do trabalho em forma diversa da que ele se propõe em sua gênese, pois, ao buscar assegurar a igualdade das relações entre capital e trabalho, “[...] pressupõe que a relação laboral é um contrato entre iguais”. (GALVÃO *et al.*, 2017).

Logo, tem-se que “[...] o objetivo da reforma é eliminar os [já poucos] entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista, o que acarretará a expansão da precarização, o aumento da vulnerabilidade, da insegurança, da desproteção.” (GALVÃO *et al.*, 2017, p. 19)

4 | CONCLUSÃO

Em virtude do que foi dissertado, conclui-se que a compra e venda da força de trabalho são traços característicos do atual modo de produção e imprescindíveis para que este se perpetue sob determinadas condições.

Logo, o Direito do Trabalho, como ramo de uma ciência que nasce sob égide de uma sociedade de classes, faz parte de uma dinâmica desumana que nasce ordinariamente ancorada na ideia de equilíbrio das relações entre aquele que dispõe e aquele que toma a força de trabalho.

Embora atento em, determinados momentos, à proteção ao hipossuficiente, está envolto por uma estrutura perversa e atua em prol desta, o que torna o trabalho, antes em sua essência, como um fator rico e construtivo do homem enquanto ser social, fator de degradação e manutenção da desigualdade social pela forçosa relação díspar entre capital e trabalho.

A partir de um trajeto histórico em nível macro e nacional, tornou-se possível fazer observações a partir de épocas de total ausência de qualquer proteção jurídica ao obreiro, bem como perpassando pela influência de vontades refletidas na legislação trabalhista a ponto de perpetuar os interesses pró capital.

A presente análise resultou na constatação de que a legislação trabalhista é fator que propicia repercussões jurídicas e sociais a favor de manter vivo o modo de produção atual, responsável pela manutenção da negação da individualidade humana, fazendo com que a força de trabalho do homem esteja submersa a toda sorte de degradações físicas, sociais e morais, estabelecendo e concretizando socialmente sólidas engrenagens de um sistema econômico que, para subsistir, necessita negar a humanidade, transformando homens em meras fontes mercadológicas.

Em sendo assim, torna-se o ser humano mero elemento-meio para determinado fim, não tendo relevância alguma a sua individualidade, a menos que essa influa na força de trabalho e, por conseguinte, no fim almejado pelo capitalista.

Por isso o Direito do Trabalho vêm ao longo do percurso histórico, sendo fruto de uma sociabilidade determinada, traduzido sob a égide de instrumentos legítimos de regulação e equilíbrio da relação Capital *versus* Trabalho em cenário de Revolução Industrial, mas que sujeita a toda sorte o trabalhador, mais especificamente para este estudo, o brasileiro, a diversos elementos característicos desse modo de produzir a vida, tal como foi visto.

As situações esclarecidas ao longo deste percurso, como aquelas advindas com a legislação reformista de 2017, impostas à classe trabalhadora são condições de funcionamento do sistema, refletindo a relação díspar entre tomador de serviço e obreiro que saltam da literatura ao serem escancarados pela crítica marxista, atenta, ademais, à análise empreendida por outros autores, confirmadas e tiradas lentamente do véu da normalidade que ao longo dos séculos a sociedade aprendeu a conviver, demonstrando que o poder do qual goza o tomador da força de serviço não se origina na sua riqueza, mas na submissão à miséria do empregado.

Assim, a legislação trabalhista dá o subsídio ao funcionamento próprio do Capital sobre as relações no mercado de força de trabalho, imobilizando e determinando o destino de cada trabalhador à sua vontade.

Dessa forma, revelou-se a essência do Direito Trabalho contributiva de um sistema mantenedor da flexibilização/desregulamentação/precarização das normas de proteção ao obreiro ao longo de reformas legislativas, tal como a que ora se discute, que traz temas como fragilização da atuação sindical em prol do trabalhador, a prevalência de normas de negociação entre empregado e empregador em face do império da lei, entre outros, abordando os possíveis impactos jurídicos e sociais que acometem a parte hipossuficiente envolvida na relação trabalho *versus* capital.

Neste trajeto argumentativo, esclareceu-se o apaziguamento permanente das organizações operárias, ainda observadas como entidades a serem controladas, reguladas ou eliminadas pelo Estado através de medidas paliativas em prol da manutenção do capital.

Para isso o Direito Individual do Trabalho e o Direito Coletivo do Trabalho nos Estados Capitalistas foram condicionados e influenciados “[...] pela ideia contraofensiva ao trabalho como fonte direta de poder, do combate ideológico ao socialismo/comunismo, do legislar-prevenção-reação contra os avanços políticos da classe trabalhadora e das ideias sociais de capitalistas mais modernos e democráticos” (BRITTO, 2012, p. 65).

O que se faz abertamente perceptível diante das sucessivas reformas trabalhistas que o Estado se propôs a estabelecer, assim como a (de)forma, comumente assim chamada pela doutrina, advinda com a lei 13.467/17.

Além disso, ressalta-se, por todo o exposto, bem como com fulcro na alteração reformista com a lei 13.467/17, que esse ramo do Direito dá base a possíveis impactos psicológicos, físicos e na sociabilidade do trabalhador, como fator que nega ao homem o sentido maior de sua atividade humana laborativa.

Essa negação do homem através do aprisionamento de sua força de trabalho

sempre acontecerá enquanto as estruturas carcomidas do capitalismo se soerguerem sobre o espírito humano.

A busca por uma liberdade aparente entre iguais, as vantagens da “modernidade” e do “desenvolvimento” da legislação, tal como afirmam os adeptos da reforma trabalhista, o conforto e a tranquilidade proporcionados – para alguns – pelo modo de produção capitalista cria um cenário de aparência e esconde uma realidade de desigualdade, miséria, adoecimento, servidão e até morte.

É fato o que explicita tão sabiamente Moraes (2007, p. 49) quando afirma que:

[...] embora a existência dos indivíduos de modo geral esteja sujeitada ao fenômeno do fetichismo ou, dizendo de outro modo, embora tanto a classe capitalista quanto a classe trabalhadora representem a mesma sujeição às relações econômicas do sistema do capital, a primeira encontra nessa forma de ser uma confirmação ou, pelo menos, possui nela a aparência de uma existência humana; a segunda, pelo contrário, revela a impotência, a perda de si, a realidade de uma existência inumana.

Hoje, a concepção que temos de trabalho é essencialmente a de emprego, pois está completamente voltada para a lógica capitalista refletida na legislação, no clássico “viver para trabalhar” e não “trabalhar para viver” – isso para a classe trabalhadora, que não possui o controle dos meios de produção. O trabalho e sua venda confundem-se com a individualidade das pessoas e ocupam grande parte das suas vidas.

Contudo, é importante que relembremos de que não foi naturalmente que chegamos a esse momento histórico, mas sim trata-se de uma construção social, e se assim o é, pode ser desconstruída com o passar dos anos, assim como diversas outras formas de sociabilidade foram superadas, tais como a primitiva, a escravocrata e a servil.

Por isso, mesmo submetido a tal sistemática, o indivíduo é apenas o ser imerso nas diretrizes da sociabilidade capitalista que, contraditoriamente, é o único capaz de criar as condições emancipatórias necessárias para além desse modo de produzir a vida.

Desta forma, a presente pesquisa possibilitou a compreensão do processo histórico social assente ao reflexo da legislação trabalhista como mantedora dos ditames de um determinado modo de produção, mais especificamente na análise detalhada de alguns pontos da lei nº 13.467, com pontuais e breves alterações que vieram posteriormente com o advento da Medida Provisória 808 de 2017, porém não mais em vigor (pois não convertida em lei), contrariando o entendimento de que o Direito do Trabalho no Brasil é essencialmente protetivo do obreiro.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). **Reforma trabalhista é o maior ataque da história ao trabalhador, dizem juízes e procuradores**, 2018. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/25229-reforma-trabalhista-e-o-maior->

ataque-da-historia-ao-trabalhador-dizem-juizes-e-procuradores> Acesso em: 24 de Abril de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**: Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. 1943. Brasília: DF, Senado Federal.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017. Brasília: DF, Senado Federal.

BRASIL. **Medida Provisória nº 808, de 14 de Novembro de 2017**: altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 2017. Brasília: DF, Senado Federal

BRITTO, Cezar. Aspectos históricos e ideológicos na construção do direito ao trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 78, n. 1, p. 46-66, 2012. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/29618>>. Acesso em 14 de Fevereiro de 2018.

CASTRO, Brunna Rafaely Lotife. **A Evolução histórica do Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://brunnalotife.jusbrasil.com.br/artigos/111925458/a-evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-mundo-e-no-brasil>> Acesso em: 7 de setembro de 2018.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho**. LTr, São Paulo. 2012.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo, LTR, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, versão atualizada, 2009.

GUASPARI, Mariângela de Oliveira. Reforma Trabalhista: uma Visão Crítica. **Direito & justiça**: revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 30, 2017.

GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas. GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/ UNICAMP. 2017. Disponível em: < <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf> > Acesso em 09 de janeiro de 2018.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2011.

LIMA, Marteano Ferreira de. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza-CE. 2009

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. ISSN 0102-4698. rev. vol.27. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000200005 > Acesso em 04 de Janeiro de 2018.

MARINHO, Rogério. **Relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 6.787 de abril de 2016**. 2016. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076> > Acesso em 15 de Janeiro de 2017.

MORAES, Betania Moreira de. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista**: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital

de Karl Marx. 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. Editora Atlas S.A: São Paulo, 30ª ed, 2014

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2009.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A quem interessa essa “reforma” trabalhista?** LTr, 2017.

PACHUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Academica, 1988.

SILVA, Cássia Cristina Moretto da. Um olhar crítico sobre a flexibilização da legislação trabalhista no Brasil sob um duplo viés: a flexisegurança e a precarização dos vínculos trabalhistas. **Ciência e Cultura**, v. 46, p. 95-114, 2013

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO BARREIRA AO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA: A NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO DA POPULAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Luís Henrique Bortolai

Doutor em Acesso à Justiça - FADISP

Assessor do Ministério Público Federal,
Docente da Faculdade UniMetrocamp – Wyden
e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica
e Atividades Complementares da Faculdade
UniMetrocamp – Wyden
Campinas – São Paulo

RESUMO: A presente abordagem busca uma releitura do papel do direito frente às necessidades sociais, especialmente tendo como enfoque a linguagem jurídica. Objetiva-se uma análise crítica acerca da possibilidade de repensar o papel do acesso às informações jurídicas, de modo a permitir uma verdadeira ampliação do acesso à justiça. Para tanto, será utilizada uma pesquisa doutrinária e legal, de modo a possibilitar uma melhor interpretação do atual momento que o Brasil vive e de eventuais mudanças que podem ser propostas, necessitando de um reexame do papel do direito na vida das pessoas, facilitando a compreensão de todos a respeito do que está sendo exposto e debatido num processo, por exemplo. Esse estudo almeja a apresentação de uma interpretação que traga maior efetividade às disposições constitucionais, especialmente o artigo 5º, inciso XXXV. Busca-se atingir a concretização desta garantia fundamental,

possibilitando o acesso às informações e ao conhecimento jurídico disponível a todos, sem qualquer tipo de restrição ou impedimento. Busca-se, diante de tudo isso, realmente trazer o direito para a vida das pessoas, por meio de ações específicas, como a facilitação da interpretação das leis, por exemplo, de modo a realmente alterar o cenário de distanciamento existente entre a seara jurídica e a sociedade de maneira geral, especialmente dos mais necessitados. Concluindo o trabalho, objetiva-se uma nova leitura da situação brasileira, especialmente ao apresentar indicativos para a mudança de perspectiva, com ênfase nas barreiras que o “juridiquês” traz para a vida da população, no contato com o Poder Judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: acesso à justiça; linguagem; educação; direito; sociedade.

ABSTRACT: The present approach seeks to re-read the role of law in face of social needs, especially with legal language as its focus. A critical analysis of the possibility of rethinking the role of access to legal information is proposed, in order to allow a real extension of access to justice. For this purpose, a doctrinal and legal research will be used, in order to allow a better interpretation of the current one a moment in which Brazil is alive and of possible changes that can be proposed, necessitating a reexamination of the role of law in the life of the

people, facilitating the understanding of all about what is being exposed and debated in a process, for example. This study aims at presenting an interpretation that brings greater effectiveness to constitutional provisions, especially Article 5, subsection XXXV. It seeks to achieve the realization of this fundamental guarantee, allowing access to information and legal knowledge available to all, without any type of restriction or impediment. It seeks, in the face of all of this, to actually bring the right to people's lives through specific actions, such as facilitating the interpretation of laws, for example, in order to actually change the scenario of distance between the legal seara and society in general, especially those most in need. In conclusion, the objective is a new reading of the Brazilian situation, especially when presenting indicatives for the change of perspective, with emphasis on the barriers that the "juridiques" brings to the life of the population, in the contact with the Judiciary.

KEYWORDS: access to justice; language; education; right; society.

1 | INTRODUÇÃO

A linguagem é o meio mais comum e eficaz de comunicar-se, desde que bem utilizada. Uma mensagem bem-sucedida depende da atenção dedicada à escolha das palavras, pois cada uma delas traz em si significados tão específicos e intrínsecos que, mesmo que um sinônimo, não é capaz de substituir sua significância em uma frase.

Uma linguagem clara, precisa, inteligível e coesa favorece aquele que dela se utiliza, pois, sua mensagem será transmitida de forma mais eficiente, com maior potencial de entendimento pelo receptor.

A linguagem jurídica, tamanha sua especificidade, exige daquele que a maneja ainda maior fluência, pois uma palavra mal colocada pode fazer com que a mensagem perca força e argumento.

O bom uso das palavras no universo jurídico é fundamental; a pobreza lexical e as más construções gramaticais são graves empecilhos à comunicação. Analogamente à comunicação, a escolha da palavra certa pode determinar o caminho que seguirá a compreensão do que se está transmitindo. A comunicação eficaz depende muito, mas não só disso, da linguagem utilizada, pois essa tornar-se aliada daquele que melhor a utilizar, pois palavras frouxas não sustentam idéias firmes.

Mauro Cappelletti e Bryant Garth afirmam que estudiosos e aplicadores do direito devem repensar o papel das ciências jurídicas e sociais, de modo a se valerem de outras técnicas capazes de modificarem o panorama em que se encontra a materialização do direito. (CAPPELLETTI; GARTH, 2000, p. 05) Segundo esses autores, uma das barreiras mais difíceis de serem transpostas é exatamente a falta de conhecimento das pessoas sobre o assunto. Como elas não conhecem os seus direitos, elas não sabem quando eles são violados, conseqüentemente, em determinadas situações, elas desconhecem os caminhos para buscar uma efetiva solução para o problema apresentado. (CAPPELLETTI; GARTH, 2000, p. 08)

Diante disso, importante a primeira onda apresentada por Mauro Cappelletti e Bryant Garth, no sentido de possibilitar um contato mais benéfico dos mais necessitados, com o Poder Judiciário. (CAPPELLETTI; GARTH, 2000, p. 12) Pontual o trecho em que ambos afirmam que um sistema que se dirige diretamente à população necessitada, por meio de advogados conscientes e capazes de modificarem esta realidade, seria uma forma de modificar, ainda que minimamente, a realidade em que se encontra. (CAPPELLETTI; GARTH, 2000, p. 15)

2 | A (IN)COMPREENSÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

O ponto aqui não é querer encontrar um culpado: seria a linguagem jurídica o grande problema de interpretação ou a educação dada aos brasileiros que não os permite entender a letra da lei? O importante é colocar em pauta a acessibilidade da norma jurídica àqueles que são destinatários dela por direito, analisando questões que vão desde o problema educacional do Brasil até o rebuscamento da linguagem da norma jurídica, passando por uma reanálise da importância do tema no dia a dia das pessoas.

Para Eulália Fernandes, a linguagem é um sistema de comunicação natural ou artificial, humana ou não humana, capaz de permitir a troca de informações entre os seres. (FERNANDES, 1998, p. 02-13) Já para Ana Paula Castro, “a linguagem é um ato, ou seja, ação do ser, tendo natureza social e não individual”. (DE CASTRO, 2009, p. 05)

Portanto, resta claro que a linguagem é um meio indispensável para a comunicação – verbal ou não – constante e permanente entre os seres vivos. Já para Aristides Neto, “a mímica, a dança, a música, a pintura, o desenho e a escrita” (NETO, 2008, p. 17) também são formas de comunicação, não pela vocalização, mais por meios diversos. Desta forma, não existe um número delimitado de possibilidades de linguagem. A todo momento e instante a linguagem é alterada e reinventada, especialmente após a revolução tecnológica contemporânea. (CRYSTAL, 2005, p. 75)

Relevante, portanto, realizar uma análise da relação entre o direito e a linguagem. Segundo a concepção de Ronald Dworkin, por exemplo,

Proponho que podemos melhorar nossa compreensão do Direito comparando a interpretação jurídica com a interpretação em outros campos do conhecimento, especialmente a literatura. [...] A maior parte da literatura presume que a interpretação de um documento consiste em descobrir o que seus autores (os legisladores ou os constituintes) queriam dizer ao usar as palavras que usaram. [...] Os estudantes de literatura fazem muitas coisas sob os títulos de interpretação e hermenêutica, e a maioria delas é também chamada a descobrir o significado de um texto. [...] A interpretação de um texto tenta mostrá-lo como a melhor obra de arte que ele pode ser, e o pronome acentua a diferença entre explicar uma obra de arte e transformá-la em outra. (DWORKIN, 2001, p. 217-249)

Diante disso, configura-se imprescindível repensar a linguagem jurídica, visto que, se ela não quiser fazer entendida por todos, precisa se adequar à população do país onde foi editada. Ocorre que no ordenamento brasileiro, infelizmente, os processos legislativos são extremamente densos e complexos, o que acaba por dificultar a leitura e a interpretação por certos leitores.

Eduardo Carlos Bianca Bittar conceitua a linguagem jurídica como

[...] o título de linguagem jurídica propõe-se propriamente uma reavaliação do Direito, numa perspectiva teórico-semiótica, procedendo-se a um perscrutamento da juridicidade, o conjunto das práticas jurídicas de discurso. Trata-se de aplicar sobre o *mundus iuris* a metodologia de pensamento própria da ciência do sentido, a semiótica. Neste processo de investigação, dados históricos serão de extrema importância, noções teóricas serão de grande valia, tudo até que se possa apresentar solidez ao objeto destas perquirições no campo jurídico: o conceito de juridicidade. Assim qual seja o papel e o campo do desenvolvimento de uma Semiótica Jurídica, é o que está a procurar e definir. (BITTAR, 2003, p. 15)

Diante do cenário de difícil compreensão vivenciado por parte das pessoas, sendo o conhecimento jurídico limitado apenas aos que conhecem o assunto, normalmente por terem feito o curso de bacharelado em ciências jurídica e sociais. As pessoas leigas, de outro lado, passam a criar um pré-conceito com relação às leis e à sua aplicação, normalmente por não reconhecerem o seu real conteúdo e interpretação.

Segundo Adilson de Carvalho:

Nesse processo de violência simbólica que “protege” o mundo jurídico do acesso de grande parte da população, nada é tão eficaz quanto a linguagem jurídica. Trata-se da maneira específica que magistrados, advogados, promotores e outros do ramo do Direito têm utilizado a linguagem e que, a despeito de qualquer argumento a favor, só tem servido para negar o acesso ao universo jurídico à maioria da população do Brasil [...]. A língua pode até servir para comunicar, mas há casos, e parece ser este o caso da linguagem jurídica, em que ela serve exatamente para não comunicar. Na maneira de escrever dos meios jurídicos há todo um cuidado em moldar a linguagem e ornamentá-la de uma maneira tal que ela passa a ser um código, cuja compreensão está ao alcance apenas do pequeno grupo que faz parte do universo jurídico. (DE CARVALHO, 2006, site)

Ressalte-se que a educação brasileira não tem cumprido seu papel de forma satisfatória para a população de maneira geral, deixando diversos cidadãos à mercê da ausência do letramento, o que traz, indiretamente, consequências para a seara jurídica também. Urgente se faz colocar o direito presente no dia a dia de qualquer brasileiro, torná-lo parte integrante da reflexão do povo e, indiscriminadamente, oferecer justiça a quem dela precise. (WATANABE, 1984, p. 89)

Relevante, portanto, a apresentação feita por Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves:

Há, portanto, contribuições significativas da linguística para a área jurídica tais

como: descrever e explicar estruturas e funcionamentos de textos (discutindo a própria concepção de texto e de documento, ante as mídias contemporâneas) coletados na instância jurídica (petições, sentenças, relatórios técnicos de especialistas, etc.), em situações autênticas de uso; relacionar os textos coletados às condições de produção, remetendo à organização do evento de onde foram extraídos e às estruturas de participação dos interlocutores na interação; relacionar os tipos textuais às exigências do gênero textual, normatizadas pela legislação vigente; analisar a produção de sentidos em situações nas quais a Justiça recorre à interpretação de leigos, como no tribunal do júri; e tantas outras. (ALVES, 1999, p. 201)

Ainda nesta linha, da importância da relação entre a linguagem e o direito, diz Tércio Sampaio Ferraz Júnior:

O direito, assim, de um lado, protege-nos do poder arbitrário, exercido à margem de toda regulamentação, salva da maioria caótica e do tirano ditatorial dá a todos oportunidades iguais e, ao mesmo tempo, ampara os desfavorecidos. Por outro lado, é também um instrumento manipulável que frustra as aspirações dos menos privilegiados e permite o uso de técnicas de controle e dominação que, por sua complexidade, é acessível apenas a uns poucos especialistas. (FERRAZ JÚNIOR, 2015, p. 30)

Se a tarefa de aproximação entre as áreas da linguagem e do direito já seria bastante desafiadora em um país alfabetizado, o que dizer em um país como o Brasil, onde a deficiência educacional é marcante, conforme constatação dos estudos feitos? Mãos à obra! Indispensável se colocar no lugar do outro para alterar esse cenário.

Abordar-se-á de forma mais específica a expressão “juridiquês”. Esse neologismo criado a partir da analogia com o sufixo toponímico – es(esa) português - expressa a classificação da linguagem jurídica como uma língua à parte. (ANDRADE, 2015, site)

Asimplificação da linguagem jurídica não é um tema recente e tem posicionamentos favoráveis e contrários.

Eduardo Ferreira Jardim afirma o seguinte:

Caminho na contramão dos que cogitam simplificar a linguagem dos utentes do Direito. A bem ver, não merece prosperar o argumento contrário à linguagem jurídica tradicional, a qual, embora permeada de erudição, bem assim de expressões latinas e técnicas, é indubitavelmente o meio de comunicação estabelecido entre os operadores do Direito, a exemplo de advogados, procuradores, promotores e magistrados. (BRASIL, 2013, site)

Acertadamente é a linguagem jurídica à comunicação entre os operadores das normas, porém somente a esses o Direito pertence? A proposta feita não fala em abolir termos técnicos, até porque tais termos são relevantes e em si trazem significados específicos, muitas vezes sem sinônimos equivalentes. Fala-se em diminuir os arcaísmos, ou seja, substituir palavras em desuso por outras mais inteligíveis sem perda de significado.

Nesse sentido, afirma Márcio Chaer: “toda profissão e atividade tem seu jargão. Isso é inevitável. O que é nocivo é o uso de palavras ou expressões rebuscadas

quando há outras que dizem a mesma coisa”. (BRASIL, 2013)

Também a favor da simplificação da linguagem jurídica, André Nicolitt opina:

A linguagem rebuscada e inacessível viola os princípios constitucionais do acesso à Justiça e da publicidade. É um exercício de poder, uma violência simbólica para mostrar erudição e autoridade. Numa cultura jurídica menos autoritária, teremos uma linguagem mais acessível. O uso de termos incompreensíveis ao cidadão comum não é uma prática apenas de magistrados, pois muitos advogados também fazem isso. Sem bons argumentos, tentam impressionar com jargões e frases de efeito. Mas tudo não passa de uma cortina de fumaça: muito barulho por nada. (BRASIL 2013, site)

O que aqui se busca não é a banalização da linguagem jurídica, mas sim, a acessibilidade a ela. Assim como termos como “cefaleia” e “osteofitose marginal” traduzem-se ao paciente por “dor de cabeça” e “bico de papagaio”, o direito e a linguagem devem encontrar um caminho que abranja tanto os profissionais como a população, buscando sanar qualquer incompreensão por conta do requinte vocabular da ciência jurídica.

A crítica que se faz aqui não é à utilização da linguagem técnica, mas ao “juridiquês”, expressão empregada para caracterizar os abusos e os excessos na linguagem jurídica sem necessidade. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira acerta ao dizer:

O que os críticos do “juridiquês” condenam não é isso (a linguagem técnica): entre outras questões, repudiam o emprego de termos arcaicos ou em desuso, a ornamentação excessiva dos enunciados, a linguagem rebuscada, pomposa. Em nosso entendimento, não há razão para se chamar o “viúvo” de “cônjuge supérstite”, nem a “esposa” de “cônjuge virago”, nem o tribunal superior (STF, STJ, TST) de “excelso pretório” [...] Só mesmo muita afetação justificaria o uso de “cártula chéquica” em lugar de “folha de cheque”. Mesmo com toda a pompa, uma cadeia não fica melhor se designada por “ergástulo público”. Será que o juiz de primeira instância sabe que ele é um “alvazir”? (BRASIL, 2013, site)

A ausência de objetividade em discursos prolixos, por exemplo, contribui negativamente para a imagem que a população possui do Poder Judiciário. (ABDO, 2011, p. 177) Isso revela que a distância entre a sociedade e o ente estatal apenas aumenta, com o desconhecimento que as pessoas têm, do que ali está sendo debatido e discutido.

Paulo César de Carvalho afirma que,

Cada gênero tem suas próprias regras: deve tratar de dado assunto, ter certa estrutura composicional e certo estilo. Redigir uma petição, por exemplo, implica um uso da língua que não é o mesmo a que se recorre para escrever uma receita médica, do mesmo modo que criar uma propaganda requer conhecimentos diferentes dos exigidos na apresentação de um projeto de construção de um viaduto. Cada texto discute um tema específico, tem um formato particular e apresenta certo estilo: a conversa com um cliente é um gênero, um mandado de segurança é outro. Cada qual manifesta uma maneira de ser, tem suas próprias regras, implica um grau maior ou menor de formalidade, uma determinada escolha de palavras etc. (BRASIL, 2013, site)

Carlos Alberto Álvaro de Oliveira leciona que o formalismo processual pressupõe a ideia do processo como organização da desordem, objetivando visualizar o procedimento. Se o processo não obedecesse a uma ordem preestabelecida, devendo cada ato ser praticado há seu tempo e lugar, o litígio estaria num trabalho desordenado, sem limites ou garantia para as partes, podendo prevalecer a arbitrariedade e a parcialidade do órgão judicial. (DE OLIVEIRA, 2003, p. 01-03)

Utilizar um vocabulário ininteligível pode deixar subentendido que o que se busca é o poder pela linguagem (atestando a ignorância ou a falta de cultura daqueles que não compreendem o que foi transmitido), a auto-afirmação (quem não tem o ego inflado quando lhe dizem que gostariam de escrever como ele?) ou, na pior das hipóteses, o disfarce da falta de conteúdo (escrevendo um texto pomposo, pouquíssimos saberão dizer que aquele texto é prolixo e não comunica nada).

No texto “As palavras que ninguém diz”, Carlos Drummond de Andrade faz ferrenha crítica àqueles que abusam do linguajar ostensivo, deixando clara a não comunicação a que presta a utilização de termos difíceis e não usuais. (DE ANDRADE, 2004, p. 33)

O que se deve buscar é o equilíbrio entre a linguagem técnica e o “juridiquês”, uma vez que o Direito tem como premissa buscar a justiça e a proteção ao hipossuficiente (que muitas vezes nem sabe que o é, por não entender o significado dessa palavra).

Sobre isso, muito bem diz Ari Lima:

Por isso, palavras como doutrina, jurisprudência, contencioso, liminar e até expressões em latim como *habeas corpus*, *ad hoc* e *modus operandi* são necessárias no contexto dos processos judiciais. No entanto, além dessas palavras e expressões já consagradas ao longo do tempo, muitos advogados “recheiam” seus textos com termos que vão além da necessidade de comunicar uma ideia específica, gerando peças jurídicas que são verdadeiros desafios para os que precisam entender o exato teor dos argumentos, escritos ou orais, apresentados. (LIMA, 2013, site)

A crítica deve ser feita, portanto, aos excessos, aos exageros, ao que beira o pedantismo da linguagem jurídica e não à linguagem técnica em si, que é fundamental para o mundo do direito.

Para Cândido Rangel Dinamarco as terminologias utilizadas em decisões judiciais podem possuir um fator educativo, quando utilizadas corretamente, porém, podem criar falsas ideias e conceitos, enganando os leitores, se não forem devidamente utilizadas. (DINAMARCO, 2010, p. 153)

3 | INICIATIVAS QUE VISAM À SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA: VANTAGENS E DESVANTAGENS

A presente análise busca iniciativas, que, nas últimas décadas no Brasil, procuraram caminhos para aproximar a população da linguagem jurídica. Dentre elas

a do Conselho de Comunicação Social / Gabinete de Imprensa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que, em 1999, publicou o artigo “Entendendo a linguagem jurídica”, com a finalidade de que leigos e jornalistas que frequentavam as salas do foro compreendessem a linguagem jurídica. (BRASIL, 2013, site)

Outras tantas ações nesse sentido foram propostas, como a campanha para simplificação da linguagem jurídica desenvolvida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) (BRASIL, 2013, site), em 2005, e o Projeto de Lei da Câmara n. 7.448/06 (DE CARVALHO, 2013, site), apresentado pela ex-deputada federal Maria do Rosário, barrado no Senado em 2010.

Esse projeto propõe que sentenças, despachos e decisões proferidas durante o trâmite processual possam ser compreendidos por qualquer pessoa.

Nem seria preciso recorrer ao latim ou a termos e expressões desconhecidos da língua portuguesa para aterrorizar o maior interessado num julgamento: o próprio réu. Isso ficou claro no programa Profissão Repórter exibido pela TV Globo em 19 de junho, quando a equipe jornalística acompanhou julgamentos de mulheres, todas pobres e sem instrução. No julgamento de Paloma Santos, grávida de cinco meses aos 19 anos e acusada de roubo, a ré se depara com a seguinte pergunta: — A senhora vive do ataque ao patrimônio alheio? — O que é isso? — responde a Paloma Santos, olhos arregalados em busca de ajuda do defensor público antes de desabar num choro ruidoso. Paloma foi condenada a cinco anos e quatro meses em regime semiaberto. O mesmo programa apresentou a audiência de Diana Marques, 28 anos, que ficou quatro meses presa à espera de julgamento, sob acusação de furto. — Qual a sua escolaridade? — perguntou o juiz. — Não sei — respondeu a ré, assustada. O magistrado se viu obrigado a reformular sua frase e então perguntou até que série a acusada havia estudado. Assim Diana entendeu e contou que estudou até a quinta série. Os dois episódios parecem confirmar a coexistência de dois idiomas nos tribunais brasileiros, o que pode atrapalhar, e por vezes impedir, o direito de defesa. Defensores de linguagem clara nos tribunais frequentemente lembram uma história que teria acontecido num tribunal de Santa Catarina. “Encaminhe o acusado ao ergástulo público”, disse o juiz. Dois dias depois, a ordem ainda não havia sido cumprida porque ninguém sabia o significado de “ergástulo” — palavra arcaica usada como sinônimo de cadeia. (AGÊNCIA SENADO, 2016, site)

Na própria ementa do projeto de lei é disposto que: “a reprodução / tradução da sentença em linguagem coloquial para compreensão da parte interessada que integrar processo judicial.” (BRASIL, 2016, site) Ou seja, o projeto de lei, pretendia que as sentenças fossem elaboradas com linguagem mais clara, simples e objetiva, a fim de que as partes de um processo pudessem entender as decisões do juiz. Embora tivesse sido aprovado em 2010 pela Câmara dos Deputados, tal proposta não teve prosseguimento devido à aprovação do projeto do novo Código de Processo Civil, em 2015, que acabou por suprir tal mudança, mesmo não tendo apresentado as reais mudanças no código processual. (BRASIL, 2013, site)

Na redação original do projeto de lei em questão, haveria mudança expressa no Código de Processo Civil de 1973, especificamente no artigo 458, conforme abaixo transcrito.

Art. 458 [...] IV — a reprodução do dispositivo da sentença em linguagem coloquial, sem a utilização de termos exclusivos da linguagem técnico-jurídica e acrescida das considerações que a autoridade Judicial entender necessárias, de modo que a prestação jurisdicional possa ser plenamente compreendida por qualquer pessoa do povo. § 1º A utilização de expressões ou textos em língua estrangeira deve ser sempre acompanhada da respectiva tradução em língua portuguesa, dispensada apenas quando se trate de texto ou expressão já integrados à técnica jurídica. § 2º O disposto no inciso IV deste artigo aplica-se exclusivamente aos processos com participação de pessoa física, quando esta seja diretamente interessada na decisão Judicial. § 3º A reprodução coloquial do dispositivo da sentença deverá ser enviada ao endereço pessoal, físico ou eletrônico, da parte interessada até a data da publicação da sentença. Não ensejará recurso nem poderá ser utilizada como fundamento recursal, não repercutindo de qualquer forma sobre os prazos processuais. § 4º Para fins do disposto no inciso IV deste artigo, a parte interessada deve manter atualizada a informação de seu endereço físico ou eletrônico, cabendo à secretaria do órgão judiciário, independentemente de manifestação do juiz, certificar nos autos cada alteração informada. (BRASIL, 2016, site)

Esta proposta de mudança de paradigma tinha um público específico a ser beneficiado: as pessoas físicas que, de posse da cópia da sentença, poderiam entender o que ali se dizia sem a intermediação direta do seu advogado. A começar pela necessidade de tradução das expressões estrangeiras utilizadas durante a prolação da sentença, o que facilitaria a compreensão da pessoa que está lendo tal decisão.

Por isso que, na justificativa do aludido projeto de lei, fica claro que:

Diferentemente das decisões interlocutórias, que são destinadas ao conhecimento dos advogados, a decisão final do processo dirige-se principalmente às partes. A exemplo do texto constitucional, cuja técnica de redação prioriza o uso de palavras de conhecimento geral e cuja hermenêutica recomenda a opção pelo sentido comum, assim também deve ser concebida a sentença judicial, já que tanto a Constituição como a sentença não podem ser reduzidas a um texto técnico. Embora não se desconsidere a importância do Advogado enquanto interlocutor técnico autorizado, o Estado tem o compromisso político de dirigir-se diretamente ao cidadão que o procura para a solução de uma lide. Nesse passo, deve-se considerar que o Direito, de forma corriqueira, utiliza-se de linguagem normalmente inacessível ao comum da população, apresentando, no mais das vezes, um texto hermético e incompreensível. Assim, de pouco ou nada adianta às partes a mera leitura da sentença em seu texto técnico. Desse modo, a tradução para o vernáculo comum do texto técnico da sentença judicial impõe-se como imperativo democrático, especialmente nos processos que, por sua natureza, versem interesses peculiares às camadas mais humildes da sociedade, como as ações previdenciárias e relacionadas ao direito do consumidor. (BRASIL, 2016, site)

Especificamente acerca dos projetos de lei, o Projeto de Lei do Senado n. 70/2015, aprovado em 29 de setembro de 2015, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, busca a introdução da Constituição Federal no conteúdo regular a ser disciplinado aos alunos do ensino regular. (BRASIL, 2015, site)

Esse projeto de lei procura a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para modificar a forma de se aplicar a presença do texto constitucional na vida das pessoas. Buscando-se trazer uma inovação a atual sistemática, de modo

a repensar o papel do direito na vida de todos os cidadãos.

O desafio de inovar o atual panorama, portanto, deve ser feito àqueles que estão entrando na faculdade de direito ou no mercado de trabalho, pois ainda não adquiriram vícios comprometedores de linguagem jurídica. Também deve ser feito aos professores do ensino fundamental e médio, a fim de que leiam a Constituição Federal em sala de aula, aproximando o aluno de uma linguagem própria do direito, além de ensinar-lhes seus direitos e deveres como cidadão.

Apresente abordagem constata que, quando presente, o pedantismo da linguagem jurídica pode demonstrar, muito além de um simples rebuscamento, a busca pelo poder, pelo domínio, atitude essa que afasta a população da justiça. Outro aspecto a se considerar é a qualidade do ensino brasileiro tem deixado, e muito, a desejar, formando uma população ignorante, incapaz de compreender textos e contextos à sua volta, sendo facilmente manipulada, colocando-se à mercê do que outros dizem o que é certo, sem questionamentos.

Espera-se que ações que visem à simplificação da linguagem jurídica obtenham sucesso, a fim de que a população leiga compreenda as leis. Espera-se também que o nível educacional brasileiro seja adequado para que o cidadão leia e interprete adequadamente qualquer texto destinado a ele.

Prossegue-se com o anseio pelo dia em que nem a linguagem e nem o direito sejam empecilhos aos cidadãos brasileiros de obter acesso à justiça, lutar pelos direitos e praticar seus deveres.

São inegáveis as vantagens da simplificação da linguagem jurídica. Para o leigo, ler uma sentença sem ter que telefonar ao seu advogado, para que ele lhe esclareça o que está escrito, é um grande benefício.

Já àqueles que não foram ou foram deficientemente e, por pouco tempo introduzidos ao mundo da leitura e escrita, as vantagens não são interpretativas diretas, mas indiretas. Se um leigo não consegue entender a linguagem jurídica para si mesmo, como ele vai explicar a um analfabeto funcional?

Já os profissionais do direito não gastarão horas a fio procurando expressões pomposas ou arcaicas para se expressarem, receosos de que a linguagem utilizada em suas peças seja considerada simplista e/ou medíocre. Além disso, perder-se-á menos tempo em tentar entender o que o outro quis dizer, podendo responder objetivamente ao que a outra parte propôs.

Conforme preceitua Andréa Medeiros Dantas:

A linguagem jurídica é científica, mas não precisa ser como uma língua estrangeira, alheia à realidade e incompreensível. Linguagem simples e transparente não afeta a inteligibilidade do discurso, que é o objetivo de todo profissional e, principalmente, o do direito. Uma campanha para a simplificação da linguagem jurídica começa pela elaboração das leis mais transparentes. Como representantes do povo é obrigação dos legisladores trabalharem através de uma linguagem acessível para seus representados, em bom português e sem rebuscamentos e subterfúgios [...]. Depois de colocar o

texto legal ao alcance do cidadão, essa mudança de concepção deve atingir os cientistas jurídicos, os doutrinadores, os mestres e os advogados, que são tomados como exemplos pelos jovens que ingressam nas faculdades e são o símbolo da solidez do conhecimento. Novamente, a cientificidade e a técnica não precisam ser abolidas do Direito. A Matemática e a Medicina são ciências que não extinguiram a técnica e conseguiram adaptar suas linguagens para se aproximar do povo. Petições em estilo rococó (movimento artístico que pregava o exagero decorativo) devem permanecer na era barroca. (BRASIL, 2013, site)

A linguagem jurídica do cotidiano é ferramenta essencial para a profissão, não uma arte para ser contemplada e admirada.

Uma das grandes dificuldades do tema é encontrar o limite entre o que deve ou não ser simplificado na linguagem jurídica, o que é ou não essencial ao completo e correto entendimento do que se diz.

Não se pode exaltar o entendimento em detrimento do conteúdo. A linguagem jurídica tem suas especificidades e por causa delas, faz-se necessária a dedicação a ela de um profissional do direito, seja na faculdade, seja nos estágios que a maioria dos alunos faz, ao longo do curso, para aprimoramento do conhecimento teórico.

A desvantagem é tornar a linguagem jurídica coloquial. A crítica, neste trabalho refere-se ao exagero de formalismo e pompa neste tipo de linguagem, não à falta de conhecimento vocabular das pessoas.

A simplificação nada tem a ver com negligência lexical. A facilitação da compreensão por parte das pessoas busca uma verdadeira aproximação do texto com o interlocutor, de maneira geral e irrestrita. (WARAT, 1995, p. 53)

Não se deve escrever como os que estão à margem da gramática, mas deve-se fazer ser entendido também por eles.

A banalização da linguagem jurídico não deve ser incentivada, pois não se deve tratar a ciência jurídica sem o *status* de ciência, possuidora de expressões próprias. Com o devido respeito a todos os profissionais que se dedicam diariamente ao estudo e ao aperfeiçoamento da língua brasileira, porém, deve-se evitar ao máximo que essa ciência seja inalcançável, objeto de poder e manipulação somente de alguns.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a simplificação da língua busca uma verdadeira popularização do conhecimento das leis, o coloquialismo trata de peculiaridades e regionalidades, algo muito comum no sistema brasileiro. (WARAT, 1995, p. 65) Muitos exemplos podem ser citados que remetem a situações e peculiaridades distintas. Expressões do cotidiano das pessoas, como “agravar”, significam piorar a situação, enquanto, na seara jurídica, tal terminologia, tal expressão significa “recorrer de uma decisão interlocutória, proferida durante o trâmite processual”.

Diante de tudo que foi apresentado, o tema ora apresentado assume relevantíssima importância, de modo a alterar o modo de interação entre o direito e a linguagem, para

facilitar a interação social e compreensão dos direitos e deveres inerentes a todos, de maneira mais natural e proporcionado assim essa leitura mais real da realidade social brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDO, Helena. **Mídia e processo**. São Paulo: Saraiva, 2011.

AGÊNCIA SENADO. **Site** - Guerra contra o 'juridiquês' pode levar a mudanças em projetos de lei. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/06/27/guerra-contra-o-2018juridiques2019-pode-levar-a-mudancas-em-projetos-de-lei>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ALVES, Virgínia Colares Soares Figueiredo. **Inquirição na justiça**: estratégias linguístico-discursivas. Tese (Doutorado em Linguística). Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

ANDRADE, Valdeciliana da Silva Ramos. **O juridiquês e a linguagem jurídica**: o certo e o errado no discurso. Disponível em: www.amatra17.org.br/arquivos/4a1d8f3c15d4d.doc. Acesso em: 16 nov. 2015.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. – **Site Senado Federal**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/06/27/guerra-contra-o-2018juridiques2019-pode-levar-a-mudancas-em-projetos-de-lei>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=333090>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8200A2C6A83BA1D50020FFF0BD396778.proposicoesWeb1?codteor=416293&filename=Tramitacao-PL+7448/2006. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. Estratégia na Advocacia – **Site relacionado a assuntos atuais jurídicos**. Disponível em: <https://www.estrategianaadvocacia.com.br/artigos2.asp?id=156#.UnG-bBhTtdg>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. Jus Navigandi – **Site sobre assuntos jurídicos**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20812/linguagem-juridica-e-acesso-a-justica>. Acesso em: 12 nov. 2013.

_____. Matéria publicada no site da Associação dos Magistrados do Brasil. Disponível em: http://www.amb.com.br/?secao=campanha_juridiques. Acesso em: 13 abr. 2013

_____. Matéria publicada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/site/publicacoes/vocabulario_juridico/entendendo_a_linguagem_juridica/. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. **O Brasil e o direito** – *Site sobre assuntos jurídicos*. Disponível em: <http://obrasileodireito.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. **Portal do Senado Federal**. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/06/27/guerra-contra-o-2018juridiques2019-pode-levar-a-mudancas-em-projetos-de-lei>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Portal do Senado Federal**. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119869> Acesso em: 23 nov. 2015.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DE ANDRADE, Carlos Drummond. **As palavras que ninguém diz**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DE CARVALHO, Adilson. **Linguagem jurídica, uma porta fechada para o acesso à justiça**. Matéria publicada no *Correio Braziliense* em 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/140750/linguagem-juridica-uma-porta-fechada-para-o-acesso-a-justica>. Acesso em: 13 ago. 2013.

DE CARVALHO, Luiz Gonzaga Brandão. **A democracia da palavra no judiciário** – Juiz e justiça. Disponível em: <http://www.tjpi.jus.br/site/modules/noticias/Noticia.mtw?id=2760>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DE CASTRO, Ana Paula. **A escrita online e suas relações com a aprendizagem**: Um olhar Bakhtiniano. Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

DE OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro. **Do formalismo no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Vocabulário de direito processual**. In: DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. t. I. São Paulo: Malheiros, 2010.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, Eulália. **Teorias de aquisição da linguagem**. In: GOLDFELD, Márcia. *Fundamentos em fonoaudiologia – linguagem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

LIMA, Ari. **Abaixo o juridiquês**. Disponível em: <http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/51/artigo181709-1.asp>. Acesso em: 10 nov. 2013.

NETO, Aristides. **Além da revisão textual**. Brasília: Senac-DF, 2008.

WARAT, Luis Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

WATANABE, Kazuo. **Assistência judiciária como instrumento de acesso a ordem justa**. In: Revista da Procuradoria Geral do Estado, n. 22, São Paulo, 1984.

A POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO E SUAS CONFLUÊNCIAS SOB O PRISMA DA PEC DA BENGALA

Vinicius Araújo Silva

Faculdade de Direito da Universidade
Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Campus
Higienópolis

Michelle Asato Junqueira

Faculdade de Direito da Universidade
Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Campus
Higienópolis

RESUMO: O presente trabalho pretende contemplar, em síntese, a atuação do regime político-institucional brasileiro incidente sobre a atual conjuntura existente no judiciário nacional. Consiste, portanto, panoramizar a relação existente entre prestação jurisdicional das cortes superiores versus o sistema de escolha de seus membros, na medida em que esta se dá pela efetiva sobremaneira pelo Executivo pátrio, suprimida pelo Legislativo, respeitando-se, dessa forma, o princípio da tripartição dos poderes consagrado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 60, § 4º, III. Aspira-se, então, na tarefa de identificação dos elementos intrínsecos e extrínsecos acostados sob a perspectiva da elegibilidade dos membros das cortes superiores em consonância ao eixo plano de governo e plano político.

PALAVRAS-CHAVE: Judiciário; Política; Elegibilidade; Projeto de Emenda Constitucional; Cortes superiores.

ABSTRACT: The present work intends to contemplate, in short, the role of the Brazilian political and institutional arrangements over the current existing fortuity in the national judiciary. This work offers, thus, an overview of the current existing relationship between jurisdictional provision of superior courts versus its member choosing system, as long as this relation occurs through the effective Executive, suppressed by the legislative power, respecting, in this way, the principle of separation of powers cherished by Federal Constitution of 1988 in article 60, paragraph 4, item III. Aspires, then, in the task of identifying the intrinsic and extrinsic elements, under the perspective of the eligibility of superior courts' members in harmony to the Government plan and political plan.

KEYWORDS: Judiciary; Politics; Elegibility; Constitutional Amendment Bill; Higher Courts.

1 | ASPECTOS PRELIMINARES

A Carta Política de 1988, à época de sua criação, foi apelidada por “cidadã”, porquanto imbuída e adstrita na preocupação de consubstanciar as diretrizes normativas voltadas à cidadania e a consagração de direitos sociais não antes contemplados de maneira expressiva pelas constituições nacionais anteriores.

Na verdade, diante dessa situação,

vigoram-se os direitos básicos e universais à cidadania, quais sejam, a saúde, a moradia, a educação, a segurança, a previdência social, a assistência social, entre outros, bem como os aspectos atinentes à dignidade da pessoa com relação à razoável duração do processo, ao devido processo legal ou até mesmo à normas que disciplinem a atividade jurisdicional pelo poder judiciário nacional, como é o caso da garantia da apreciação da lide pelo juízo natural.

Neste ínterim, não seria diferente, portanto, a regulamentação do exercício da atividade jurisdicional nas cortes superiores de seus membros frente aos dispositivos constitucionais que normatizam esta, a saber:

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 100: Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal.¹

Há de se considerar, também, acerca do sistema de nomeação de ministros, em que pese os requisitos a serem observados: o candidato deve ser brasileiro nato (CF, art. 12, § 3º, IV); estar no gozo dos direitos políticos (CF, art. 14, § 1º, I); ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade. Além desses requisitos objetivos, adstringe-se os subjetivos quais sejam, reputação ilibada e notável saber jurídico (CF, art. 101). A indicação é feita pelo Presidente da República que, depois de aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal, nomeará o Ministro (CF, art. 101, parágrafo único).

Embora, como mencionado acima, alguns aspectos atinentes à organização e ao gerenciamento do poder judiciário estejam previstos na Constituição, não seria diferente tê-los nos regimes internos dos tribunais superiores, regionais, estaduais e distritais, sendo que, no entanto, cabe ao Congresso Nacional, consoante prescreve o permissivo constitucional, dispor e regulamentar matérias que versam a apreciação e interesse da União, inclusive, referentes ao poder judiciário:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

(...)

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;

(...)

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Com efeito, consolidada as ideias preliminares que dispõem sobre a estruturação

1. BRASIL. Constituição, 1988.

e sistemática abarcada com relação à estrutura do judiciário nacional, registra-se, como verificado anteriormente, que o sistema vigente na atualidade está galgado na harmonia entre os poderes da República, na medida em que o ato de escolha pelo presidente da República de ministros das cortes superiores (i), perpassa pelas mãos do Congresso Nacional e, quando aprovado (ii), é exercido e praticado pelo magistrado (iii), destrinchando, assim, na verdadeira consonância entre os princípios republicanos e o da tripartição de poderes – fenômeno já consolidado e prescrito na Carta Política de 1988.

2 | O ATIVISMO JUDICIAL E SUAS VERTENTES SOB A PERSPECTIVA DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Tocar no assunto “controle de constitucionalidade”, seja qual for sua espécie, faz necessária a citação do episódio histórico *Marbury v. Madison*, haja vista sua implicação no plano político-social. A bem da verdade, o precedente *Marbury v. Madison* trouxe a ideia de que o campo constitucional concretizado pelo Estado-juiz não se perfaz tão somente por seu viés político - tendo em vista o modo de indicação pelos demais poderes que não o judiciário -, mas também implica dizer da importante observação dos requisitos prescritos na própria Carta Política do Estado, de maneira que, como bem preceitua Pedro Lenza em suas lições sobre direito constitucional (LENZA, 2011) “havendo conflito entre a aplicação de uma lei em um caso concreto e a Constituição, deve prevalecer a Constituição por ser hierarquicamente superior”. Resultante dessa premissa e, tendo como fato gerador a jurisprudência americana e não a vontade do constituinte propriamente dita, vigorou a ideia de que o controle de constitucionalidade dá-se pelos dois planos: o político e o jurídico (FILHO, 2003) - sendo que o magistrado deve estar necessariamente adstrito a discricionariedade autorizada pela Constituição. Daí porque a inobservância e o descumprimento desses preceitos limitadores (previstos na constituição) enquadram-se ao que a doutrina denomina como “arbitrariedade” e que, mormente se conhece como *ativismo judicial*.

Não obstante ao já delineado, é doutrinariamente sabido por ativismo judicial, que o aludido termo teve suas origens no século passado e fora idealizado por Arthur Schlesinger quando da publicação de artigo na revista *Fortune* (KOERNER, 2013). Tal acepção designa, em breves palavras, num “espontaneísmo” da atividade judicante, sobrepondo-se até mesmo aos limites constitucionais prescritos que regem a matéria.²

Em contrapartida, muitos juristas, em defesa da atividade judicante, têm dito que não se trata de casuísmo ou arbitrariedade contida nas decisões judiciais, mas de uma mudança no status, em que a figura do magistrado passou de mero “*bouche de la loi*” para agente *predisposto* na resolução de conflitos frente à demanda social que clama

² Proposto como tema de um seminário internacional em 1992, publicado na revista *International Political Science Review*, nº 15, 1994 e, em seguida, em livro TATE, C. N. e VALLINDER, T. *The global expansion of Judicial Power*. Nova York: New York University Press.

por justiça.

A presença do ativismo judicial transitado nas demandas sociais destrincha o debate acerca da conjunção política *versus* direito. Sendo a primeira arraigada por aspectos subjetivos e adjacentes a natureza humana e social, e o segundo corroborado ao plano da objetividade, normatividade e, intrínsecos a essas vertentes, à positivação do direito, isto é, ao condicionamento da demanda social frente ao paradigma do dever-ser.

Evidencia-se, a partir daí, um contrassenso consubstanciado na problematização de duas situações que geram consequências vertiginosas no seio do estado democrático de direito: a atividade judicante, que não passaria de uma simples escolha de interpretação da Constituição, expandindo seu sentido e alcance (BARROSO, 2010), e a tocante situação da judicialização da política que viraliza o fenômeno da “explosão litigiosidade” - como explicita o sociólogo português Boaventura Souza Santos -, na medida em que o cidadão comum passou a buscar seus direitos através da via judicial, submetendo-se às suas formalidades e aos ritos impressos no devido processo legal (ainda que sua demanda seja julgada tardiamente). Como consequência disso, atenta-se ao fato de que o significativo aumento da demanda da prestação jurisdicional associado à pequena oferta desta atividade sinaliza a lentidão da máquina judiciária, isto é, da morosidade do judiciário.

Frente a isso, o fenômeno da judicialização da política encontra respaldo na sociedade brasileira atual porquanto, o Excelso Tribunal, que, não raro provocado pelos próprios agentes políticos, passou a decidir questões complexas que deveriam ser apreciadas e solucionadas pelo próprio Executivo e Legislativo (exemplo: a fidelidade partidária, o financiamento de campanhas eleitorais, pesquisas com células-tronco entre outros) (SOUZA, 2015). Isso denota, no entanto, a necessidade com que o judiciário se ocupa e atua frente às demandas que batem à sua porta. Observa-se, assim, uma situação de fragilidade e coadjuvação do legislativo (WALDRON, 2006), haja vista a sua falta de potencialidade em regulamentar e suplantar matérias de cunho normativo, bem como a incapacidade do executivo em efetivar e cumprir as leis da república e seu plano de governo, de forma que, como bem explicita o professor Rubens Beçak “o processo de deslocamento da atividade legislativa para os Tribunais parece vir acelerando e, sobretudo, configurando processo de latitude mundial, de certa forma inexorável”³.

Por essa razão, tendo em vista a fase de amadurecimento com que as instituições políticas do país balizam na atualidade e continuamente a têm praticado, mister se faz um olhar sob uma outra ótica acerca da atuação do judiciário frente à perspectiva positivada da atuação deste.

Na verdade, o poder judiciário não constitui uma posição carregada na ultrapassagem dos limites constitucionais impostos na sua atuação, mas adstringe-se além de uma perspectiva positiva para uma natureza principiológica que carrega

3 Congresso Nacional do CONPEDI 17. Salvador, 2008. Anais, 2768p.

os pilares da República e do estado democrático de direito (isonomia, razoabilidade, imparcialidade, dignidade da pessoa humana dentre outros). Registra-se o fato de que a atividade judicante não perpassa pela via constitucional de maneira a exorbitá-la, mas se encontra galgada na necessidade de se resolver os diferentes conflitos que demandam por sua prestação ante a omissão das demais instituições políticas associada a plena abertura de recorribilidade com que o cidadão comum busca na via judicial para a garantia e efetivação de seus direitos ou, como sinaliza Ackerman, “o mero exercício interpretativo pela Suprema Corte consiste no empreendimento da soberania popular voltada para o futuro.” (ACKERMAN, 2006).

3 | O CNJ COMO INSTITUIÇÃO INDEPENDENTE – A TENTATIVA DE AFASTAMENTO ENTRE A POLÍTICA-PARTIDÁRIA E A JUDICATURA

As tentativas de desvinculação da atividade jurisdicional frente aos interesses político-partidários tem trazido a tona debates acerca da predisposição em instrumentalizar políticas públicas que emancipariam a relação política versus direito. Mais que do que instrumentalizar essa necessária separação, cinge-se, pois, a corriqueira busca em dar maior independência e autonomia institucional ao judiciário observando-se desde então a preponderância harmônica entre os poderes da república (SOUZA, 2015).

Historicamente, data-se no ano de 1977 uma das pioneiras tentativas efetivas de instrumentalização da autonomia do judiciário concernente à sua estrutura disciplinar e funcional. A emenda constitucional n. 7/1977, editada pelo presidente da república no recesso do Congresso Nacional e com base no Ato Institucional n. 5/1968, introduziu ao art. 120 da Constituição Federal vigente o Conselho Nacional da Magistratura e, posteriormente, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), advinda da Lei Complementar n. 35/1979, sendo que tais ações foram praticadas com o intuito de dar mais autonomia ao próprio judiciário de maneira à potencializar ainda mais sua prestação jurisdicional em todo o território nacional. (SAMPAIO, 2007).

Art. 120 O Conselho Nacional da Magistratura, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de sete Ministros do Supremo Tribunal Federal, e por este escolhidos.

§ 1º Ao Conselho cabe conhecer de reclamações contra membros de Tribunais, sem prejuízo da competência disciplinar destes, podendo avocar processos disciplinares contra juízes de primeira instância e em qualquer caso, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria de uns e outros, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 2º Junto ao Conselho funcionará o Procurador-Geral da República.

Como sinaliza Gonçalves, as principais pretensões com a criação do Conselho Nacional da Magistratura foram duas:

[...] a primeira em dar autonomia financeira, aí se salientando a participação direta no estabelecimento de seu orçamento e a segunda dar aos tribunais o provimento de cargos de juiz, livrando os magistrados de deverem favores ao Executivo.

Não raro a essa situação, necessária se fez a busca por dispositivos que disciplinassem com mais vigor toda a estrutura, gerenciamento e sistemática administrativa do judiciário, colocando-o à margem da atividade jurisdicional, do idealismo, subordinação e intervencionismo político-partidário. Foi então com a Emenda Constitucional 45 de 2004 (que ficou conhecida como Reforma do Judiciário), que as atribuições incumbidas ao Conselho Nacional da Magistratura associadas à outras universalizou-se e deu plena existência ao atual Conselho Nacional de Justiça (BERMUDES, 2005), passando, assim, de mero órgão institucional disciplinar da magistratura para órgão de controle externo do judiciário nacional. Assim passou a ser corroborado pela autonomia e controle administrativo do judiciário e consubstanciou-se como programa inclusivo de membros exteriores à magistratura tais quais advogados, sociedade civil e membros do ministério público. Nota-se que a inclusão e a participação de membros exteriores à magistratura denota a contundente democratização administrativa interna e externa do judiciário frente a composição homogênea à época do Conselho Nacional da Magistratura que nas palavras de Manoel Gonçalves tratava-se de um “lobby dos magistrados” (FERREIRA FILHO, 1995).

Muito embora parte do setor civil associe a criação do Conselho Nacional de Justiça como mecanismo de sobreposição à soberania da imparcialidade objetiva e subjetiva do magistrado somado às suas atribuições típicas de controle administrativo e financeiro do judiciário, bem explana o respeitável constitucionalista Alexandre de Moraes (MORAES, 2011) que

[...] o CNJ somente poderá analisar a legalidade do ato, e não o mérito – na hipótese de atos administrativos discricionários –, que deve ser entendido como juízo de conveniência e oportunidade do administrador, no caso, os membros ou órgãos judiciais, que poderão, entre as hipóteses legais e moralmente admissíveis, escolher aquela que entender como a melhor para o interesse público.

Conquanto existam particularidades referentes ao âmbito de atuação do Conselho Nacional de Justiça, essas devem ser analisada *cum grano salis*, na medida em que seu campo de atuação está condicionado a duas vertentes: (i) observância aos dispositivos constitucionais e ao próprio (ii) Supremo Tribunal Federal, tido como típico de dar sentido e alcance às normas constitucionais, bem como guardião da própria Constituição Federal. À primeira vertente não subsistem novidades, já que não

só o Judiciário está condicionado à Constituição Federal, como ao próprio Legislativo e Executivo também. Por outro lado, basta olhar o manual da Justiça em Números de 2015 do Conselho Nacional de Justiça⁴, por exemplo, em que este revela consigo dados estatísticos de todos os tribunais do país, ressalvado, no entanto, o próprio Supremo Tribunal Federal, vide julgado a seguir como exemplo ilustrativo do condicionamento institucional do CNJ:

São constitucionais as normas que, introduzidas pela EC 45, de 8-12-2004, instituem e disciplinam o CNJ, como órgão administrativo do Poder Judiciário nacional. Poder Judiciário. Caráter nacional. Regime orgânico unitário. Controle administrativo, financeiro e disciplinar. Órgão interno ou externo. Conselho de Justiça. Criação por Estado-membro. Inadmissibilidade. Falta de competência constitucional. Os Estados-membros carecem de competência constitucional para instituir, como órgão interno ou externo do Judiciário o conselho destinado ao controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar da respectiva Justiça. Poder Judiciário. CNJ. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições do controle da atividade administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do STF. Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos ao seu controle jurisdicional. Inteligência arts. 102, caput, I, letra r, e 103-B, § 4º, da CF. O CNJ não tem nenhuma competência sobre o STF e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito.” (ADI 3.367, rel. min. Cezar Peluso, julgamento em 13-4-2005, Plenário, DJ de 22-9-2006).

Insta consignar que tal manual possui previsão expressa na Resolução CNJ 76, de 12 de maio de 2009 e a sua análise e dados estatísticos dá-se por meio do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), de maneira que os tribunais abarcados por essas estatísticas são: Superior Tribunal de Justiça (STJ); Superior Tribunal Militar (STM); Tribunal Superior do Trabalho (TST); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 5 Tribunais Regionais Federais (TRFs); 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs); 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); 3 Tribunais de Justiça Militar (TJMs); 27 Tribunais de Justiça (TJs). Caso semelhante ao CNJ é o próprio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que, dentre as funções de controle externo e financeiro atinentes ao *Parquet* também se coloca na mesma posição do CNJ. Exemplo disso é o episódio ocorrido em que a Exma. Min. Rosa Weber sustou o procedimento administrativo instaurado pelo Conselho Nacional do Ministério Público contra o Procurador-Geral da República Roberto Gurgel no julgamento do MS 31.578, por entender que a mesma situação

[...] é simétrica à posição dos Ministros do STF frente ao Conselho Nacional de Justiça; e como os Ministros do STF não se submetem ao controle administrativo do CNJ (a decisão liminar da Ministra Rosa Weber cita a “preeminência” do STF sobre o CNJ, termo que teria sido expressamente utilizado no julgamento da ADI nº 3367-1), o Procurador-Geral da República também não se submeteria ao controle administrativo do CNMP.” (GENTIL, 2012).

4. Conselho Nacional de Justiça. Justiça em Números – 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros>> Acesso em: 24 de abril de 2016.

Em apartada síntese, apesar de todas as pretensões político-ideológicas e classicistas não se centralizarem na proposta do trabalho em questão, verifica-se que dentro da própria estrutura do Judiciário nacional o controle interno e externo atinente às funções incumbidas ao CNJ e ao próprio CNMP são autorreguláveis e limitadas a algumas condicionantes, de maneira que, apesar de constituir mecanismo de autonomia institucional dos órgãos do judiciário e do próprio judiciário frente aos elementos extrínsecos a sua função típica, seu processo de prospecção e gerenciamento está submetido a uma vertente hierarquicamente superior e, como tal, prevalece às determinações e decisões por elas delineadas.

4 | PEC DA BENGALA: PLANO POLÍTICO OU PLANO DE GOVERNO?

Já dizia Aristóteles que o homem é um animal político (*zoon politikon*), cuja vida isolada arraigam duas vertentes acerca deste: ou vive-se isoladamente por se tratar efetivamente de um animal em seu sentido *strictu sensu* ou o mesmo trata-se de um ser altamente divino. A tese sobre a sociabilidade do homem perpassa pela necessidade da relação entre homem-comunidade que, dando concretude a essa relação e em virtude dessa regenera e se direciona ao interesse comum da *polis*, isto é, a tendência social (e política) da natureza humana se realiza quando o homem alcança o estatuto ontológico de um ser que vive na comunidade política (*polis*). (RAMOS, 2014)

De igual modo, não seria diferente dizer que a vida em sociedade abarca o caráter subjetivo dentro da política (valores culturais, históricos) de determinado grupo ou comunidade em detrimento de outro e, por essa razão, as pretensões e interesses de um se defrontam em face do outro. Nesta esteira, registra-se que tal fenômeno também não é diferente nas atividades rotineiras dos Estados nacionais, haja vista que em seus elementos constitutivos a formação do estado, em seu plano material, isto é, conteúdo, consubstancia-se na ideia tradicional de “povo, soberania e território” e, de outra banda, no plano formal, prevalece o *poder político* na Sociedade, que, segundo Duguit, surge do domínio dos mais fortes sobre os mais fracos.⁵ Portanto, o universo político cinge-se de aspectos que constituem o elo dominador-dominado, na medida em que, como explicitou Bonavides, há o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos e, nesta toada, vale dizer que semelhante se apresenta os interesses dos mais fortes sobre os mais fracos.

Dessa forma, um projeto de lei, de emenda constitucional ou qualquer que seja a natureza jurídica da espécie normativa não estaria isento de valorações políticas e, portanto, de interesses políticos. Já dizia Gonçalves (FERREIRA FILHO, 1995):

[...] que os atos praticados pelos demais poderes da República que não o judiciário são legítimos e que visem o interesse geral mantêm-se no plano jurídico-formal, pois, do plano da opinião pública, os interesses políticos são

5. BONAVIDES, P. Ciência Política. São Paulo: Malheiros. 10ed, 2001. Disponível em: <<http://unifra.br/professores/14104/Paulo%20Bonavides-Ciencia%20Politica%5B1%5D.pdf>> Acesso em: 23 de abril de 2016.

A PEC da Bengala, objeto deste trabalho, mostra-se como um mecanismo do mundo deôntico, isto é, do paradigma do “dever-ser” que, galgada por suas motivações, implica na sistemática do modo de elegibilidade dos ministros das cortes superiores nacionais. Implica dizer, dessa maneira, que por detrás de todo o plano normativo, objetivo, prescrito, há também as valorações e condicionantes sociais, plano subjetivo que, dessa maneira, influenciariam a escolha por A ou B.

Afinal, resta saber, a PEC da Bengala que aumenta a idade para aposentadoria compulsória dos ministros das cortes superiores de 70 para 75 anos se trata de um plano político ou um plano de governo associado ao campo da governança (leia-se ação política praticada pelo Estado, por meio de seus representantes visando o interesse geral) ante a situação particular com que o país se depara atualmente?

Inicialmente, mister se faz delinear a ideia de que a PEC da Bengala, como todo projeto normativo, no estado democrático de direito, cinge-se de ideias a favor desta como contrária a essa, na medida em que a diversidade é o elo representativo da democracia e, portanto, abarcam diferentes opiniões acerca do mesmo objeto; sendo assim, há tanto argumentos favoráveis quanto desfavoráveis a tal.

Nesta toada, o aumento da idade para aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores, num primeiro momento, consiste em assumir que tal atitude procura vislumbrar e dar mais voz ao campo da experiência com que juízes possuem e podem contribuir em sua atividade judicante plena. Vale dizer que o aumento da idade para aposentar-se busca potencializar mais ainda o amadurecimento das convicções dos juízes frente às demandas sociais que chegam a suas mãos e, sendo assim, como resultante dessa situação, vale dizer que acarretaria no aumento do grau de eficiência do Estado, haja vista que este racionalizaria seus gastos quanto à previdência. Em outras palavras, ao aposentar-se aos 70 anos, o Estado gastaria com plano de previdência de um ministro que estaria em plena condição de exercer a judicatura e, ao mesmo tempo, gastaria com salários do juiz admitido.

A mesma ideia ainda carrega consigo um elemento bastante importante que é o aumento da expectativa do brasileiro, de maneira que tal acepção demonstra a plena capacidade com que o brasileiro ou brasileira possuem e exercem em suas funções diárias, quais sejam, domésticas, profissionais.

Por outro lado, tal ideia conduz ao que a Associação dos Magistrados do Brasil denomina de “engessamento dos tribunais”, isto é, ao retardamento na promoção da carreira, já que a composição dos tribunais continuaria sendo assentada por ministros que já atuam nas cortes superiores (AMB, 2015) e, associado a isso, ocorreria a desestimulação dos magistrados em ingressarem na carreira ante à promoção tardia dos mesmos.

Vê-se, no entanto, que urge à baila a vaga ideia de que as cortes superiores são

o ápice da carreira jurídica. Não obstante, tal acepção enseja paulatinamente a ideia de que o progresso da carreira jurídica está adstrito à chegada as cortes superiores. Denota-se, daí, que a ideia supracitada implica no que o próprio Bonavides em seus ensinamentos sobre Ciência Política descreveu: o ápice da cadeia está afeito da aquisição do poder, isto é, do domínio dos mais fortes sobre os mais fracos que, transmitindo para uma situação semelhante, vale dizer que a afeição do poder estaria no paradigma daquele que tem em suas mãos a caneta e o poder de decidir sobre aqueles que sutilmente estão submissos por tais decisões.

De toda sorte, a carreira jurídica é pluri e, quando construída tão somente pela técnica jurídica, torna o operador jurídico mero operário da técnica, colocando-o numa posição de sujeição à técnica - o que, no mundo contemporâneo, é inadmissível, porquanto o direito, por ser pluri, deve se comunicar com os demais setores sociais (intersectorialidade), condicionando-se para além da rotina dos tribunais as rotinas da academia e de diversos outros seguimentos que necessitam de seu apoio jurídico.

A pluralidade de ideias a favor ou contra transgridem a vaga noção de que o debate é uno e, por essa razão, a diversidade representa ao requisito mais transparente que é a formação de ideias: a tese, antítese e a síntese. Com efeito, os argumentos, pouco deles, mas expressivos, trazidos à baila, denotam a verificação de que a PEC da Bengala, como qualquer outro elemento normativo perpassa necessariamente pelas pretensões galgadas pelo legislador que, precipuamente, em tese, deveriam estar adstritas ao interesse geral e não parcial porque, como bem se observa o termo “Congresso” denota a ideia de que congrega a união de partículas fazendo dessas um conjunto de interesses gerais e não parciais.

Levando em conta tais considerações, a PEC da Bengala por meio de suas motivadas fundamentações corrobora-se como plano de governo associada a governança, desde que se dê essencialmente em prol do interesse geral, isto é, levando-se em consideração os aspectos econômicos (questão da previdência social), a eficiência do Estado (facultar ao ministro das cortes superiores a sua aposentadoria de acordo com sua capacidade de atuação, experiências pessoais e profissionais, amadurecimento de ideias que podem contribuir para os diferentes pleitos que chegam as suas mãos).

Por outro lado, se esta fosse considerada pelo plano político-partidário corroborar-se-ia como mecanismo de articulação de poderes, isto é, como troca de favores ou coisa semelhante, porque daí, a nomeação dos ministros das cortes superiores pelos demais poderes, partindo-se dessa premissa, tornaria o Judiciário nacional como mero “cartório de interesses políticos”, sujeitando-o aos interesses de certas parcelas e, dessa forma, macularia o princípio da garantia da imparcialidade do juiz que, como bem sinaliza Sylvia Di Pietro invocando os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

[...] os membros do judiciário e exclusivamente a figura do juiz como agentes

públicos e não políticos, porque o agente político liga-se a ideia de governo e função política, a primeira dando impressão de órgão – aspecto subjetivo – e, a segunda, de atividade – aspecto objetivo, todos esses dirigidos pelo baforro da estrutura organizacional-política do país.

Neste sentido, a aludida imparcialidade se torna mais próxima da realidade fática como neutra, já que o juiz, sendo agente público e não político, bem como não inodoro e insípido das condicionantes sociais que o rodeiam, deve prezar pela equidistância de tais condicionantes, mas não exíguo de tais, na medida em que as submetendo aos ritos presentes no devido processo legal e no contraditório passa a julgar o caso concreto com o manto do ordenamento jurídico associado às particularidades do próprio caso concreto sem que as pretensões políticas as dissolvam aos interesses de determinada parcela em detrimento do interesse público e geral.

5 | A PEC DA BENGALA SOB O PRISMA JURÍDICO E A POLÊMICA SOBRE SUA INCONSTITUCIONALIDADE

A PEC da Bengala (PEC n. 457/2005) atualmente consagrada na Constituição Federal de 1988 pela EC n. 88 de 7 de maio de 2015, trouxe à tona diversos motivos e fundamentos sob o plano político-social; diferente não seria, também, sob o plano jurídico-formal. Deste, há que se fazer breves considerações acerca de sua formação até a sua vigência. Sob a ótica da Associação dos Magistrados do Brasil e de algumas outras entidades representativas, a aludida PEC tem vícios desde a sua germinação, isto porque matérias que versam sobre o funcionamento e a sistemática do judiciário devem ser propostas por iniciativa do próprio Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 96, II, “a” e “b” da Constituição Federal, a saber:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

- a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Tecendo algumas considerações a respeito do presente tema, verifica-se que a PEC supracitada teve iniciativa do Senador da República Pedro Simon (PMDB), isto é, do próprio Legislativo, o que, na visão dos magistrados e dos juristas contrários a PEC da Bengala, tornaria tal proposta inconstitucional formalmente por violar o preceito constitucional abarcado no aludido dispositivo qual seja, o de que cabe ao próprio Supremo Tribunal Federal ou aos Tribunais Superiores a propositura de ação

ao Congresso Nacional de matérias que versam sobre o funcionamento do judiciário, nos termos do art. 96, II, “a” e “b” da Constituição Federal de maneira que, muito embora o art. 40, II da Carta Política de 88, através da EC n. 88/2015, passou a vigorar com a expressão “na forma da lei complementar”, sujeitando-a, dessa maneira, a uma norma integralizadora - o art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que se refere sobre o aumento da aposentaria compulsória dos ministros dos tribunais superiores de 70 para 75 anos – a inconstitucionalidade material estaria contida na parte final do próprio artigo 100 do ADCT, na medida em que esse condiciona o aumento da idade da aposentadoria compulsória a estrita observância ao art. 52 da Constituição Federal que dispõe sobre as atribuições incumbidas ao Senado Federal, inclusive e principalmente em seu inciso III, alíneas “a” e “b” que fazem alusão a escolha de magistrados e ministros para comporem os tribunais superiores.

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 88

Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativamente ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 40 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.40.

§1º

II –compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será acrescido do seguinte art. 100: Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo a ANAMATRA e a AMB, tal acepção resulta em inconstitucionalidade material e revela deficiência em técnica legislativa, porquanto num mesmo projeto de emenda constitucional se transfigura a aposentaria em seu sentido *latu versus* a aposentadoria de magistrados dos tribunais superiores, cingindo, dessa forma, uma mistura de classes e elementos que deveriam ser normatizados separadamente tendo em conta as peculiaridades e particularidades carregadas por cada um.

Neste entendimento, bem esclarece a exordial da ADI n. 5613 proposta perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal trazendo à tona a inconstitucionalidade revelada:

[...] se os ministros terão de se submeter, novamente, à disciplina do art. 52 da CF, que é expresso ao dizer da “aprovação prévia”, “por meio de voto secreto” após a “arguição pública” daquele que tenha sido “escolhido”, parece lógico supor que está condicionando também a uma nova nomeação, já que se trata de uma “aprovação prévia”.⁶

Isto porque, o próprio artigo 100 do ADCT que dispõe sobre o limite de idade para aposentadoria compulsória dos ministros das cortes superiores, isto é, ao processo de desligamento do magistrado, então ministro atuante como julgador, passa a condicioná-lo, na ausência de lei complementar, a estrita observância do artigo 52 do permissivo constitucional que trata efetivamente do processo de aprovação dos candidatos ao cargo de ministro do tribunal superior.

Por outro lado, na mesma peça processual, as entidades de classes supracitadas assentam o seguinte entendimento:

(...) Com efeito, esta nova submissão ao Senado Federal afetará a liberdade e a independência do Ministro interessado em permanecer no seu cargo até os 75 anos, pois o mesmo estará refém do Senado e de interesses político-partidários.

Conquanto haja considerações prós e contras acerca da mesma proposta de emenda constitucional, atenta-se ao fato de que a inconstitucionalidade material revelada também feriria frontalmente ao princípio garantidor não só da imparcialidade do juiz, como já analisado anteriormente, mas inclusive e principalmente o princípio da vitaliciedade do próprio magistrado, vez que, reflexamente, essas prerrogativas arraigam numa projeção que não repercute tão somente na carreira magistratura, mas na própria prestação jurisdicional, prevista constitucionalmente, isto é, na vida do jurisdicionado, na medida em este ao clamar por justiça por meio de um juiz togado que resolva a lide de maneira imparcial e coerente em suas decisões, passa a ficar refém, em último caso, de qualquer pretensão político-partidária ou até mesmo de qualquer valoração pessoal ou própria atinentes aos interesses do magistrado ou de terceiros o que, de certa forma, traria prejuízos vertiginosos não só na prestação jurisdicional, mas também na própria harmonia entre os poderes da república, daí porque tal situação denotaria o fenômeno da politização do judiciário, sob a perspectiva da elegibilidade dos ministros das cortes superiores brasileiras, assunto central deste trabalho.

6 | CONCLUSÃO

Em conclusão, delinear sobre o tema politização seja lá qual for o âmbito de incidência deste fenômeno requer-se uma análise apurável e delicada haja vista seu caráter subjetivo intrínseco e extrínseco que perpassa necessariamente pela aquisição de poder do mais forte sobre o mais fraco, isto é, a afeição ao poder resguarda objetivamente o caráter dominante do poder político nas atividades rotineiras

6 Petição inicial da ADI n.5613.

estatais, sendo estas controladas diretamente pelos agentes políticos responsáveis pela administração e gerenciamento do Estado versus a atividade indireta do poder judiciário como forma de instrumentalizar os dispositivos constitucionais de maneira a delimitar os casuísmos e arbitrariedades praticados por aqueles que detêm o poder.

Numa visão aristotélica, o indivíduo de per si é um ente politizado que está em consonância com a vida em sociedade e, conseqüentemente, está engajado nas atividades rotineiras da polis, ou, num contexto atual, do Estado.

No entanto, em que pese a visão aristotélica corroborar o indivíduo como um ente politizado, diferente não seria também situar a figura do magistrado como um ente politizado que, sobretudo, antes de se tornar um magistrado ou de recobrir-se com a toga que lhe foi outorgada trata-se de um cidadão comum que não está imune a qualquer vinculação política engajada no dia-a-dia do Estado.

Isto porque, apesar de togado, o magistrado está adstrito aos preceitos e deveres que qualquer cidadão comum o possui quais sejam, o de votar, o de contribuir ao Estado por meio da tributação, o de ser julgado quando descumprido o ordenamento jurídico etc.; sua função necessariamente perpassa em influir ainda que indiretamente ou, em último caso, quando provocado, nas atividades estatais, de modo que sua intervenção, como bem pontuou a jurista Maria di Pietro, coloca-o como agente público na função de resguardar o interesse público e dar solução a um litígio e não na função de administrar ou gerenciar os interesses da polis, função esta denotada aos agentes políticos.

Neste mesmo entendimento, a figura do magistrado não se porta como agente político porque, apesar do magistrado não ser eleito pelo voto direto do cidadão comum e, conseqüentemente, não tomar lado no âmbito de sua atividade jurisdicional, este está adstrito a vontade emanada da própria Constituição Federal e não de uma parcela, como é o caso dos partidos políticos que carregam seus candidatos na missão de elegê-los por meio de uma maioria de um público-alvo com determinados interesses e anseios.

Por outro lado, a PEC da Bengala, atual Emenda Constitucional n. 88/2015, objeto deste trabalho, traz a tona debates significativamente delicados quanto ao seu âmbito de atuação. Isso porque, ao denotar-se um assunto eminentemente político fundido sob o prisma jurídico requer-se um certo e cauteloso cuidado para que a vontade política não macule ou influencie a imparcialidade presente na atividade jurisdicional garantida pela Carta Política de 1988. Cumpre ressaltar, que ao delinear sobre o campo da aposentadoria dos ministros das cortes superiores, a mesma está-se a incidir, reflexamente, no entendimento jurisprudencial das cortes superiores, nos elementos e requisitos acostados na promoção da carreira da magistratura, bem como e principalmente na articulação com a qual o poder judiciário passa a dirimir-se e policiar-se perante os demais poderes da república.

Desta feita, como bem denotado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 principiou de maneira potencial e efetiva o respeito à tripartição de poderes, de maneira

a estabelecer suas atribuições e competências institucionais, bem como angariou as funções típicas e, conseqüentemente, atípicas para que sejam resguardadas a autonomia institucional e a fiscalização de um poder sobre o outro verticalizando, dessa maneira, a estrita observância dos princípios que carregam o estado democrático de direito.

Por conseguinte, o mesmo permissivo delimitou ao judiciário a função de julgar, quando provocado, porquanto lhe é incumbido à necessária tarefa de interpretar o ordenamento jurídico, isto é, de vestir o véu do ordenamento jurídico nas demandas sociais que estão litigadas. No entanto, ao delimitar tal tarefa, também possibilita que o mesmo atue como instrumento de efetivação dos direitos e deveres do cidadão comum, ante a inércia ou, quiçá, a omissão dos demais poderes da República. Vale dizer, portanto, que para além da função típica do poder judiciário, constitucionalmente, insurge a necessidade de trazer à baila os princípios e preceitos que estão imersos, mas não explícitos, nos dispositivos constitucionais.

Daí porque se diz que o judiciário não atua com grau de ativismo de maneira a exorbitar suas atribuições e competências constitucionais, mas com um grau de protagonismo que lhe perfaz atuar sem que viralize os fenômenos do casuísmo e da arbitrariedade sem fundamentação, já que na prática da judicatura este se utiliza da discricionariedade ofertada pelo ordenamento jurídico para solucionar as diferentes demandas que chegam a suas mãos.

Atualmente, verifica-se que o judiciário nacional ganhou mais notoriedade, isto é, protagonismo social, ante a composição colegial das cortes superiores e dos tribunais regionais e locais, sendo comumente reportada a emissão de opiniões por parte dos magistrados sobre determinados temas do dia-a-dia. Noutras palavras, o judiciário nacional passar ter uma nova face transformadora - de inodoro, insípido e incolor para instrumento neutralizador, engajado nas demandas sociais, sendo, no entanto, obedecidas a estrita observância da liturgia do cargo, isto é, a emissão de opiniões por parte do magistrado pode sinalizar o que o mesmo pensa acerca de determinado tema, mas não garante e o obriga a agir em determinada demanda da maneira como bem entende, sem antes que haja fundamentação e resguardo pelo ordenamento jurídico.

Por essa razão, é necessário com que a figura do juiz mantenha-se equidistante de assuntos atribuídos aos partidos políticos, às organizações sociais, porque daí este, apesar de angariar simpatia popular ante a sua atuação, estar-se-ia numa situação de agente político ou, em último caso, de ator político, pois a função que lhe foi designada para arbitrar os diferentes litígios evidenciar-se-ia uma notória parcialidade e, com isso, afrontaria o princípio da imparcialidade consubstanciado na Constituição Federal brasileira vigente.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, B. **Nós, o povo Soberano - Fundamentos do Direito Constitucional**. Belo Horizonte:

Del Rey, 2006. v.4, 369p.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **AMB e ANAMATRA entram com ADI no STF contra aposentadoria de magistrados aos 75 anos.** 2015. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/novo/?p=25780>> Acesso em: 23 de abril de 2016

BARROSO, L.R. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática.** Revista EMARF, Cadernos Temáticos: Seminário Nacional sobre Justiça Constitucional, 2010. 389p.

BERMUDES, S. A. **Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45.** Rio de Janeiro: Forense, 2005. 176p.

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2015. 28ed, 654p.

FERREIRA FILHO, M.G. **Poder Judiciário na Constituição de 1988: judicialização da política e politização da justiça.** Revista Jurídica 1/21-42. São Paulo: Procuradoria Geral do Município de São Paulo, 1995.

FILHO, P.K. **A primeira decisão sobre controle de constitucionalidade: Marbury vs. Madison (1803).** Revista Brasileira de Direito Constitucional, N. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.olibat.com.br/documentos/50-98-1-SM.pdf>> Acesso em: 24 de abril de 2016.

GENTIL, M. **Submissão dos Ministros do STF ao controle do CNJ.** 2012. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/mauriciomonteiro/ler.asp?id=133362>> Acesso em: 24 de abril de 2016.

KOERNER, A. **Ativismo Judicial?: Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88.** Novos estud. - CEBRAP. 2013, n.96, p.69-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200006&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24 de abril de 2016.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado.** São Paulo: Saraiva, 2011. 15ed, 1196p.

MORAES, A. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2011. 26ed.

RAMOS, C.A. **Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo.** Kriterion. Belo Horizonte. v. 55, n. 129, p. 61-77, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24 de abril de 2016.

SAMPAIO, J. A. L. **O Conselho Nacional de Justiça e a independência do Judiciário.** Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 240p.

SOUZA, A.C. **Resolução de Demandas Repetitivas: Comunicação de Demanda Individual Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Recursos Repetitivos.** São Paulo: Almedina, 2015. 230p.

WALDRON, J. **The core of the case against judicial review.** The Yale Law Journal, 2006, n. 115, p.1346-1359.

O CÓDIGO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: AS INTERPRETAÇÕES JURÍDICAS POSSÍVEIS PARA OS AMBIENTES DE INOVAÇÃO BRASILEIROS DE NATUREZA PÚBLICA

Carolina Leite Amaral Fontoura

Mestre em Direito pela Universidade Federal do
Rio de Janeiro

carolinafontoura.adv@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca analisar o chamado Novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/16), que se propôs a alterar diversos normativos vinculados à área da inovação visando realizar uma grande reforma no marco regulatório do setor, precisamente o seu impacto sobre os ambientes de inovação de natureza pública, que usualmente possuem liberdade de atuação mais reduzida. Essa grande mudança legal do setor teve início com a Emenda Constitucional nº 85 de 2015, através da qual passou a ser dever estatal incentivar a inovação e pesquisa, cujo tratamento deve ser prioritário preconizando, inclusive, que isso deveria ser feito em cooperação com a Iniciativa Privada - ponto relevante para os ambientes de inovação que vivem e se estruturam da relação público-privado. As mudanças trazidas vão desde a forma de ceder o espaço público a empresas em atividade de parceria com foco na inovação, à forma de disciplinar essa seleção, pontos vitais para ambientes submetidos de alguma forma ao regramento público. Dito isso, a importância dessa análise se reforça ao pensarmos na correlação entre o

desenvolvimento econômico e os investimentos em inovação, e no quanto os entraves legais afetam o desenvolvimento nacional como um todo. Por esses motivos, o intuito da legislação é dar segurança jurídica e reforçar as redes de cooperação entre academia e pesquisa com o mundo empresarial, que é um desafio característico de ambientes de inovação. Para além dessas questões, a legislação atual como um todo é recente, havendo até regulamentação por decreto em fevereiro deste ano, de forma que as discussões jurídicas ainda estão muito em voga.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Tecnológicos; Público; Novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação; Controle finalístico.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the so-called New Code of Science, Technology and Innovation (Law nº 13.243/16), which proposed to change several regulations related to the area of innovation aimed at achieving a major reform in the regulatory framework of the sector, precisely its impact on the innovation environments with a public nature, which usually have less freedom of action. This big legal change in the sector began with Constitutional Amendment No. 85 of 2015, through which it became a state duty to encourage innovation and research, whose treatment should be a priority, including that this would be done in cooperation with the Private

Initiative - a relevant point for the innovation environments that live and structure the public-private relationship. There are many changes, like the way to transfer public space to companies in a partnership activity with a focus on innovation, and the way of disciplining a public selection, vital points for environments submitted in some way to the public regulation. That said, the importance of this analysis is reinforced when we think of the correlation between economic development and investment in innovation, and how legal hurdles affect national development as a whole. For these reasons, the aim of the legislation is to provide legal certainty and strengthen the networks of cooperation between academic and research with the business world, which is a characteristic challenge of innovation environments. In addition to these issues, the current legislation as a whole is recent, and there is even a regulation brought in February this year, so that legal discussions are still very much in vogue.

KEYWORDS: Technology Parks; Public Nature; New Code of Science, Technology and Innovation; Finalist control.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.243/2016, intitulada de novo marco legal da área de ciência, tecnologia e inovação, é fruto do Projeto de Lei nº 2.177/11 que tramitava há alguns anos no Legislativo Brasileiro e veio com a promessa de ser o grande divisor de águas na regulamentação do setor e de seus atores. Nesse sentido, este trabalho busca analisar a legislação e todas as alterações por ela efetuadas, com foco nos ambientes de inovação cuja face com o direito público seja proeminente, visando definir as novas possibilidades de atuação, a partir das premissas legais atuais.

Nesse sentido, para empreender o presente estudo, buscaremos a abordagem indutiva, partindo de casos relacionados a ambientes da natureza pública, para estabelecer premissas gerais do que passou a ser possível efetivar e executar em Parques e Polos Tecnológicos situados no espectro do direito público. Terá como base a utilização de pesquisa bibliográfica e artigos científicos, além das próprias disposições legais e entendimentos jurisprudenciais sobre as mesmas, caso sejam identificados para o estudo.

Antes de adentrar nas peculiaridades do normativo que basicamente altera, acrescenta e revisa outras legislações afetas à inovação, precisamos abordar o contexto em que se situa, ainda que de forma residual. O ambiente legal, muitas vezes, é fator decisivo para o desenvolvimento de dado setor, ao falarmos de inovação e tecnologia, a conclusão não poderia ser outra a não ser que leis que incentivem a atividade produtiva e desburocratizem as relações são vitais, principalmente para ambientes de inovação vinculados à esfera pública, a exemplo dos Parques Tecnológicos com personalidade jurídica pública ou de alguma forma vinculado ao regime administrativo. Nessa linha, sabemos que a realidade do mundo jurídico por vezes se distancia da realidade de um ambiente de inovação, razão pela qual se impõe a necessidade de

discutir melhorias, dentro do que permite a segurança jurídica de cada ambiente.

Sendo assim, há diversos estudos que apontam uma considerável correlação entre o crescimento econômico e os investimentos em ciência, tecnologia e inovação (CTI), os quais foram inclusive utilizados nas discussões legislativas acerca do projeto. O investimento brasileiro em inovação é, ainda, mediano, dados do Banco Mundial (2016) apontam que, no ano 2000, o país investia 1% do seu PIB, aumentando paulatinamente até 1,15% em 2012 (28 bilhões de dólares), com um máximo de 1,16%, em 2010. Muito embora o montante de 2012 seja o maior da América Latina (Argentina investe 0,49%, México, 0,42%), é muito menor do que o dos maiores investidores em CTI no mundo: Israel (4,1%), Coréia (4,03%), Finlândia (3,64%) e Japão (3,8%). (NAZARENO, 2016, p.4)

Não se pode dizer que o arcabouço regulatório brasileiro do setor de CTI seja de todo incipiente, a exemplo da própria Lei nº 10.973/2004 que completou quinze anos de vigência em 2018, contudo, ainda se afirma que o país não conseguiu romper a barreira intermediária de desenvolvimento em que se encontra, há pelo menos uma década (NAZARENO, 2016, p.4). Assim, situando a problemática do ambiente legal em que nasceu a Lei nº 13.243/16, poderíamos elencar motivos apontados como limitadores do florescimento das atividades de inovação no Brasil, o excesso de burocracia e formalismo, insegurança jurídica para a atuação dos atores do Sistema de Inovação, e para os ambientes pautados no direito público, há ainda a desconfiança institucionalizada por parte dos órgãos de controle.

O novo marco legal veio com a promessa de ser uma das maiores reestruturações do setor desde 2004, quando foi promulgada a Lei de Inovação (10.973/04). Vale ressaltar que sua tramitação foi longa, foram cerca de cinco anos de discussões entre os diversos atores do cenário da inovação e pesquisa, mas poderíamos elencar um consenso: a necessidade de superar os entraves legais que impediam a competitividade plena no setor brasileiro, visando conferir segurança jurídica e flexibilidade dentro dos parâmetros legais estabelecidos.¹ Esse fato torna-se especialmente relevante para ambientes de inovação públicos, como mostraremos mais adiante.

Nesse diapasão, fato interessante é que nas discussões parlamentares verificou-se dois pontos principais para a transformação do setor de CTI brasileiro, a integração com o setor privado e maiores flexibilizações do que aquelas já previstas na Lei de Inovação. Porém, um fato que talvez explique a longa tramitação do projeto de lei e o momento em que a legislação foi publicada, eram as disposições constitucionais que não abordavam, de maneira detalhada e expressa, a articulação entre entes públicos e privados (NAZARENO, 2016, p. 6).

Tal articulação é vital para ambientes de inovação, principalmente Parques

¹ O novo marco legal da inovação aprovado em 11 de janeiro de 2016, Lei nº 13.243/2016, foi resultado de aproximadamente cinco anos de discussões entre os atores do Sistema Nacional de Inovação (SNI), que tinham como ponto de partida o reconhecimento e a necessidade de alterar pontos na Lei de Inovação e em outras nove leis relacionadas ao tema, de modo a reduzir obstáculos legais e burocráticos e conferir maior flexibilidade às instituições atuantes neste sistema. (RAUEN, Cristiane

Tecnológicos que, usualmente, pressupõe a relação entre Iniciativa Privada, Universidade e Comunidade Acadêmica, gerando conhecimento e produzindo riquezas. Para introduzir essa nova visão para o setor, surgiu a PEC nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, por meio da qual se instituiu a promoção da inovação justamente pela articulação entre entes públicos e privados de ciência e tecnologia, criando e institucionalizando o que podemos chamar de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2 | A LEI Nº 13.245/16: INOVAÇÃO COMO OBJETIVO CONSTITUCIONAL EXPRESSO E SUAS BASES

A Lei nº 13.245/16 se propôs a alterar diversos dispositivos de outros normativos vinculados de alguma forma à área da inovação, bem como a acrescentar matérias e disposições novas, com intuito de realizar uma grande reforma no marco regulatório do setor. Se antes da publicação da Emenda Constitucional nº 85 de 2015 existia uma espécie de lacuna normativa quanto à previsão expressa de que era dever estatal incentivar a inovação e pesquisa, ou de que isso deveria ser feito em cooperação com a Iniciativa Privada, após o dia 26 de fevereiro de 2015, a Constituição Federal passou a vigorar acrescida de importantes alterações consubstanciadas no capítulo IV intitulado “DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”.

É importante discutir o que foi tal alteração constitucional, para o entendimento das bases que sedimentaram o novo arcabouço legislativo brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, posto que é tida como o grande impulso para a publicação do que antes era um mero projeto de lei. Dito isso, dentre os diversos pontos alterados pela Emenda, poderíamos citar os que mais se relacionam e impactam a atuação dos ambientes de inovação brasileiros, exposição que passamos a desenvolver aqui.

Um grande primeiro passo foi a alteração das competências constitucionais dos entes federativos, administrativas, por meio das quais exercem suas atividades de gestão pública, e legislativas, relacionadas basicamente à competência de legislar sobre dado tema. Dessa forma, passou a ser competência comum administrativa dos entes federativos “proporcionar os meios de acesso (...) à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (Art. 23, V, CRFB/88), bem como passou a ser competência legislativa concorrente entre União, Estado e DF os temas da “ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação” (Art.24, IX, CRFB/88).

No intuito de situar o leitor no espectro da alteração constitucional, trazemos uma outra mudança relacionada à flexibilidade de manejo orçamentário, já que passou a ser permitido, de forma excepcional, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo (Art.167, § 5º, CRFB/88). Tal alteração tem

Vianna. O NOVO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO NO BRASIL: O QUE MUDA NA RELAÇÃO ICT-EM-PRESA? p.1, Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6051/1/Radar_n43_novo.pdf

como objetivo viabilizar e efetivar os resultados de projetos restritos a essas funções, conferindo maior flexibilidade aos trabalhos e otimização de recursos estratégicos, bastando mero ato do Poder Executivo (NAZARENO, 2016, p.9).

Ademais, foi instituída também a possibilidade de financiamento público a instituições de pesquisa, tanto públicas quanto privadas, nas diversas esferas de governo, já que as “as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (Art. 213, § 2º, CRFB/88).

Passemos agora ao relevante Capítulo IV e sua nova redação, já no início, em seu primeiro artigo, foi estabelecido que o Estado passou a ter a obrigação de “promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”, de forma que a pesquisa científica deve receber tratamento prioritário. Um ponto de extrema relevância aos ambientes de inovação, como os Parques Tecnológicos e Incubadoras – os quais vivem e se estruturam da relação entre entes e atores diversos, públicos e privados – foi que, durante a execução dessas atividades de fomento, o Estado passou a ter o dever de estimular a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo (Art. 218, caput, § 1º e 6º, CRFB/88).

Aprofundando o protagonismo dos ambientes de inovação, a Emenda Constitucional fez mais, inseriu os Parques e Polos Tecnológicos em previsão expressa de que o Estado deverá estimular o fortalecimento e a manutenção desses ambientes, na mesma medida em que deverá buscar o fortalecimento da inovação por parte da atividade privada, em seus termos: “O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, **a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos** e de demais ambientes promotores da inovação (...)” (Art. 219, CRFB/88). (grifos nossos)

Tal Capítulo IV passou a vigorar acrescido de dois importantíssimos artigos, o 219-A e 219-B, igualmente vitais para ambientes de inovação, vejamos. O primeiro trata da formalização de instrumentos de cooperação de Entes Federativos com órgãos e entidades públicos, bem como com entidades privadas, com foco na execução de projetos de P&D, mediante contrapartida financeira ou não financeira, assumida pelo ente beneficiário (Art. 219-A, CRFB/88), reforçando a ideia já estabelecida em outros dispositivos, a parceria público e privado pode e deve ser estimulada pelo Estado.

Nessa mesma diretriz, foi instituído formalmente e constitucionalmente, o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), cujo foco é, justamente, “o regime de colaboração entre entes, públicos e privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação” (Art. 219-B). Restava, portanto, estabelecido, um importante sistema que já existia na realidade prática, o Sistema Nacional de Inovação a englobar todos os seus complexos e múltiplos atores. Nesse momento, seria possível responder à eventual indagação: Por que dissemos acima

que essa Emenda Constitucional sedimentou as bases do Marco Legal?

Caso essa resposta ainda não tenha, por qualquer motivo, ficado evidente, a mesma pode ser obtida pela simples análise do parágrafo primeiro deste artigo, que afirma: “ Lei Federal disporá sobre as regras gerais do SNCTI” (Art. 219-B, e § 1º). Esse simples parágrafo protagonizou uma grande mudança, o já existente Projeto de Lei nº 2.177/11 passou a ostentar o status de verdadeira regulamentação das novas diretrizes constitucionais e hoje, publicado, busca incentivar uma importante vertente para Parques Tecnológicos especificamente: a integração de empresas privadas ao sistema público de pesquisa, é a relação Parque Tecnológico/Ambiente Promotor da Inovação, Universidade e Empresa.

Vale pontuar apenas, a título de reflexão futura e novas perspectivas, sobre a lacuna estabelecida pelo Art. 219-B § 2º, lacuna essa que deve ser preenchida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, ao que se afirma que “legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades”, deixamos aqui em aberto a reflexão do que poderíamos chamar de base para a edição e publicação dos Marcos Legais Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação, na medida da realidade legislativa já existente em cada estado.

Nesse sentido, há diversos estados que já possuem as suas Lei Estaduais de Inovação, e uma discussão se abre no sentido da necessidade de alterar tais normativos, a fim de compatibilizá-los com o que dispõe a lei federal, sabendo que cada ente federativo tem suas próprias competências legislativas. A partir do que dispõe o artigo constitucional supracitado, no que for afeto à peculiaridade de dado estado ou município suas legislações prevalecerão, e assim dispõe o Art. 24 que trata da competência legislativa concorrente, de forma que a competência da União se limitará às normas gerais.²

Muito embora não seja o foco específico deste ensaio, a questão que se abre para as legislações estaduais é de fato relevante, considerando que muitos estados possuem suas legislações, visando fomentar e incentivar seus sistemas locais de inovação, espelhadas nos preceitos gerais estabelecidos pelo Marco Legal federal. Esses normativos costumam ser relevantes para Parques Tecnológico e Incubadoras em função dos incentivos previstos para sua atuação, bem como podem prever incentivos fiscais e subvenções econômicas para projetos de inovação de empresas no Estado. A título de exemplo, temos o Estado do Rio de Janeiro com as Leis nº 5.361/08 e seu Decreto nº 42.302, de 12/2/2010, e o Estado do Rio Grande do Sul com a Lei nº 13.196, de 13/7/09. Está aberta a possibilidade de revisão dos normativos estaduais, de forma a incorporar as mudanças, avanços e flexibilizações dispostos na Lei Federal.³

2 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (...) § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

3 “Com esta lei e seus desdobramentos nas estaduais, um novo cenário começou a se configurar. Com

2.1 Leis alteradas pelo Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

A despeito de existirem dispositivos novos e independentes, o novo Marco Legal se dedica em grande medida à função de alterar normativos já existentes, os principais selecionados dentro do objetivo deste artigo - que é tratar do impacto das disposições legislativas sobre ambientes de inovação - são: Lei de Inovação (10.973/04), Lei que trata das Relações entre as Universidades e suas Fundações de Apoio (8.958/94) e a Lei que institui o Regime Diferenciado de Contratação (12.462/11).

Iniciaremos pela Lei de Inovação, considerando que comporta grande parte das principais mudanças normativas, tendo sido reescrita em diversas partes. De início, vale dizer que esse normativo foi um dos primeiros grandes marcos legais do setor, abordando de forma extensiva os diversos mecanismos de incentivo à interação ICT-Empresa – interação essa que é o cerne de ambientes promotores da inovação - e a consolidação dos agentes que de alguma forma intermediam essa relação, por exemplo, o caso dos Parques Tecnológicos e das Instituições de Apoio que os gerem, como o é o Parque Tecnológico da UFRJ, por exemplo.

Apesar desse possível pioneirismo legal e de ter estabelecido um regramento jurídico específico de mecanismos de estímulo à interação de Entes Públicos com Empresas, não foi suficiente para alterar totalmente a dinâmica da pesquisa no Brasil (RAUEN, 2016, p. 12). Na mesma linha do que dissemos acima, a burocracia e os entraves legais desempenham papel importante nesse cenário, poderíamos elencar como dificuldade, justamente, a ausência legal de definições claras e objetivas sobre as práticas e o modo de operação da gestão da inovação por ICTs em parcerias com instituições privadas.

Considerando que a Lei de Inovação disciplina as ações do Ente Público – e que, por vezes, no modelo jurídico do setor público brasileiro prevalece a legalidade estrita, a despeito de sua inadequação no Direito Administrativo Moderno – em situações dúbias ou incertas do regramento, os agentes públicos acabam de certa forma paralisados acerca da melhor forma de seguir e formular os projetos e ideias, o que pode atrasar e conferir obstáculos a ações na área da inovação – na qual usualmente vigoram a celeridade e eficiência.

Dessa forma, a insegurança relacionada às formas de procedimento na gestão da inovação leva, muitas vezes, o agente público a optar por não se envolver em atividades de parceria, ou ainda, é possível ter diferentes pareceres sobre os procedimentos a serem adotados, levando a modos de operacionalização das atividades de gestão da inovação díspares entre as instituições (RAUEN, 2016, p. 23).

Visando apontar os pontos principais de mudança, passamos à exposição. De

ela, pretendia-se uma maior mobilidade de pesquisadores acadêmicos para uma atuação efetiva em projetos empresariais de desenvolvimento, além de maior flexibilidade para a alocação de recursos públicos que efetivamente levassem ao aumento da taxa de inovação no país.” (SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVEIRA, Mariana. Avanços e retrocessos no marco legal da ciência, tecnologia e inovação: mudanças necessárias. Cienc. Cult. vol.68 n°2 São Paulo Apr/June 2016. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000200002&script=sci_arttext)

início podemos citar que, anteriormente, a formalização dos Convênios para pesquisa e inovação era limitada às empresas nacionais, e para o desenvolvimento de produtos. Hoje, já são autorizados instrumentos com empresas estrangeiras, e também para a geração de serviços. Dessa forma, foi dado o primeiro passo para abrir caminho e fortalecer a internacionalização das relações firmadas por ambientes de inovação, os quais, inclusive, podem ser o foco dessas parcerias.

A nova redação do Artigo 3º estabelece, em linhas gerais, que os Entes Federativos e suas agências de fomento podem constituir alianças estratégicas para o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs (Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação) e Entidades privadas sem fins lucrativos – como as Fundações gestoras de Parques Tecnológicos. E esse apoio pode ser justamente a formação de uma rede internacional de pesquisa, empreendedorismo tecnológico e criação de ambientes de inovação, inclusive parques tecnológicos.

Obviamente, será necessário aguardar uma eventual regulamentação e até o posicionamento dos órgãos de fiscalização para uma avaliação mais precisa do sucesso dessa disposição, mas a despeito disso, a mesma já é dotada de eficácia e o horizonte por ela estabelecido é promissor.⁴

Na mesma linha do que foi alterado na Lei de Inovação, trazemos a inserção dos Artigos 3º-B e 3º-C por sua relevância para ambientes de inovação, o primeiro, em seu caput, faculta aos Entes Federativos que apoiem a criação, implantação e consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos Parques e Incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico. Isso significa que os ambientes de inovação foram alçados ao status que de fato possuem, motivadores da economia, competitividade nacional e relação entre iniciativa privada e Instituições Científicas, a ensinar o fomento e incentivo do estado, em todas as suas vertentes.

Já no Artigo 3º-B, em seu parágrafo primeiro⁵ temos outra mudança impactante, é o Poder Normativo dos Ambientes de Inovação, que passou a permitir que Incubadoras de Empresas, Parques e Polos Tecnológicos e os demais ambientes promotores da

4 É preciso aguardar a consolidação do posicionamento dos órgão de controle (MP, TCU, CGU), mas pelo texto legal atual abre-se a possibilidade de entes federativos, constituírem alianças estratégicas para o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos (Fundação), e esse apoio pode ser justamente a criação de ambientes de inovação, inclusive parques tecnológicos. Nesse sentido: as flexibilizações conferem um tratamento preferencial às instituições e trabalhadores do setor de CTI, o que não é visto em outras esferas da Administração. Isso poderá suscitar, na visão de seus críticos, dificuldades para os órgãos encarregados de fiscalizar e controlar as atividades realizadas por parte das instituições de pesquisa, de apoio e de fomento, assim como o setor produtivo integrado. O RDC, por exemplo, é fonte constante de preocupação por parte de órgãos de controle, do parlamento e da sociedade organizada. (NAZARENO, Cláudio AS MUDANÇAS PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 (NOVO MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) E SEUS IMPACTOS NO SETOR – Estudo Técnico Junho 2016 (Câmara dos Deputados), p.15. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016_7581_mudancas-promovidas-pela-lei-13-243-marco-legal-cti-claudio-nazareno.)

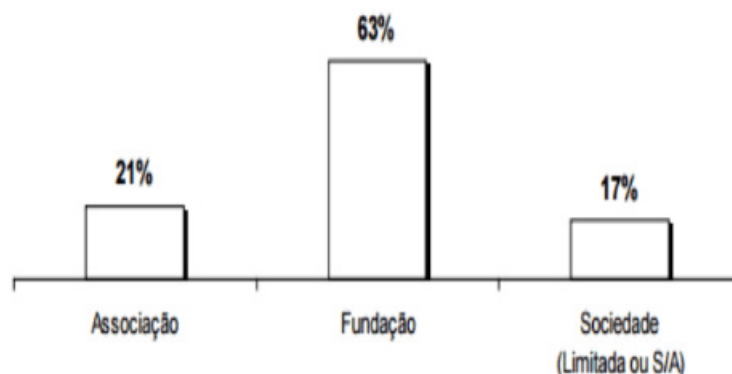
5 § 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em

inovação estabeleçam suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria e para seleção de empresas para ingresso em seus ambientes. Essa possibilidade foi abordada no Decreto nº 9.283/18, a exemplo do Art. 9º que se limita a afirmar que as Entidades Gestoras privadas estabelecerão regras para seleção de empresas e instituições, elencando outras possibilidades de forma não taxativa.

Retornando à discussão da Lei nº 13.243/16, que é o foco deste trabalho, afirmamos que traz importantes avanços, como a autorização do apoio em todos os níveis da federação à inovação, seja cedendo imóveis – ponto de extrema relevância ao qual voltaremos mais à frente – ou promovendo a criação e gestão de Parques, impondo também a atração de Centros de Pesquisa Estrangeiros, conforme redação do Artigo 3º-C⁶.

2.2 Ambientes de Inovação de natureza pública e o impacto da nova legislação

Em que pese sejam possíveis diversas modelagens jurídicas para Parques Tecnológicos, que vão desde configurações eminentemente públicas como os vinculados à Administração Direta, às privadas sem fins lucrativos como as Associações e Fundações de Direito Privado, há diversos estudos que evidenciam a predominância da modelagem fundacional, como evidencia o gráfico abaixo.⁷



Esse quadro reforça a importância da disposição apresentada no Art.18⁸, que passou a permitir expressamente que a Fundação de apoio, com registro no MCTI, possa fazer a captação, gestão e aplicação das receitas geradas por ICT's Públicas

parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.

6 Art. 3º-C. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estimularão a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras, promovendo sua interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.

7 Figura 1. Parques Tecnológicos no Brasil. Estudo, Análise e Proposições.

Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf>

8 Art. 18. A ICT pública, na elaboração e na execução de seu orçamento, adotará as medidas cabíveis para a administração e a gestão de sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 4º a 9º, 11 e 13, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e o pagamento devido aos criadores e aos eventuais colaboradores.

Parágrafo único. A captação, a gestão e a aplicação das receitas próprias da ICT pública, de que tratam os arts. 4º a 8º, 11 e 13, poderão ser delegadas a

em projetos e até no compartilhamento de seus espaços, o que se torna especialmente relevante no caso de Parques Públicos, geridos por Fundações de Apoio, tendo em vista que solidifica a modelagem, conferindo ares de legalidade e segurança jurídica.

Cabe abrir uma breve digressão, acerca da já mencionada dificuldade interpretativa das disposições da Lei de Inovação e do posicionamento por vezes legalista das instâncias de controle e do mundo jurídico, especificamente com relação às Fundações de Apoio. As Fundações que atuam em projetos de pesquisa de ICTs – incluídas as que gerem administrativamente ambientes de inovação - em parceria com empresas, passam por constante escrutínio, através dos mecanismos de *accountability* protagonizados pela Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União. Poderíamos afirmar que as interpretações e questionamentos que recaem sobre as atividades de apoio à inovação em ICTs, desempenhadas pelas fundações, são reflexo da insegurança jurídica (RAUEN, 2016, p. 23).

Essa dita insegurança se relaciona, antes de qualquer coisa, à dificuldade enfrentada pelo Direito Administrativo contemporâneo e suas propostas inovativas, bem como, relaciona-se ao que está previsto na Lei de Inovação e na própria Lei das Fundações de Apoio e às lacunas e dificuldades interpretativas desses normativos. Além desse fato, há o que alguns autores chamam de sobreposição legal, considerando que a Lei de Licitações e a Lei de Inovação, embora tenham por vezes objetos comuns, possuem formas de condução de tais atividades conflitantes em dados momentos (RAUEN, 2016, p. 23).

Indo além, na verdade, há um conflito de ideais e perspectivas jurídicas sobre a atuação desses entes que agem ao lado do Estado *lato sensu* ou em regime paraestatal, em cooperação com o Poder Público como as entidades do Sistema S, por exemplo. Vejamos, a Lei nº 8.666/93 rege as licitações e contratações de serviços dos entes públicos, enquanto as Fundações de Apoio têm seus próprios regulamentos, aplicando a primeira de forma subsidiária, assim dispõe a Lei nº 8.958/94 que disciplina a atuação das Entidades Fundacionais.⁹

Ocorre que essa aplicação subsidiária por vezes é muito semelhante ao que dispõe a própria Lei de Licitações, gerando a sobreposição entre diversas formas de atuação fundação de apoio, quando previsto em contrato ou convênio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação. ”

9Art. 3º - Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei que envolvam recursos provenientes do poder público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo de cada nível de governo. Sobre entendimentos de Tribunais de Contas: “Salientou ainda que, embora o SEBRAE tenha regulamentos internos próprios para a contratação de serviços, “aplicam-se a estes os princípios gerais da Lei 8.666/93”. Acolhendo o voto do relator, decidiu o Plenário considerar improcedente a representação. ” (BRASIL,

dos Entes Públicos e das Fundações que os amparam, gerando como consequência a diminuição da flexibilidade antes proposta para essas entidades e pela própria Lei de Inovação e Lei das Fundações. Esse cenário acaba engessando as possibilidades de atuação das ICTs Públicas, enquanto Entidades com missão institucional de desenvolver pesquisa, incluídas as IFE's, e das instituições intermediadoras dessa atuação.

Nessa linha, será interessante observar o entendimento dos órgãos fiscalizadores, acerca da nova disposição trazida com a Lei nº 13.243/2016, no sentido de que as contratações que não envolvam recursos públicos poderão submeter-se às regras instituídas pela instância superior da fundação de apoio, respeitados os princípios gerais do direito público.¹⁰ Resta, portanto, explicada a importância do que dispõe o novo Marco Legal, conferindo segurança à atuação dos atores do Sistema Nacional de Inovação, incluídas as Universidades e suas Entidades de Apoio.

Voltando às alterações da Lei de Inovação, seguindo a linha que estabelece o seu Art.3º, em sua nova redação, ao falar das alianças estratégicas e cooperação desenvolvidas entre os Entes Federativos, Agências de Fomento, ICTs, Entidades sem fins lucrativos e a Iniciativa Privada, com foco na difusão do conhecimento tecnológico, incluída a consolidação de ambientes de inovação, o Art.19¹¹ aborda o fomento estatal ao setor. Esse normativo descentraliza a função, considerando ser competência de todos os Entes, de forma que haja incentivo – concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura – e que o mesmo possa se materializar em ações relacionadas à criação, implantação e consolidação de ambientes promotores da inovação, como Parques Tecnológicos e Incubadoras.

Outro ponto que é de grande relevância se refere ao compartilhamento e permissão de utilização de instalações de ICTs, é o que passou a dispor o Art.4º, disciplinando o uso de espaço público focado em inovação e pesquisa. De certa forma, as parcerias entre entes públicos e iniciativa privada em prol do desenvolvimento e pesquisa não alcançaram o crescimento esperado com a publicação da Lei nº 10.973/04. Uma mudança importante no novo cenário é que o compartilhamento de instalações passou a permitir contrapartidas não financeiras e com qualquer modalidade de empresa, não Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 552/2010-Plenário, TC-003.165/2010-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.03.2010)

10 § 3º Aplicam-se às contratações que não envolvam a aplicação de recursos públicos as regras instituídas pela instância superior da fundação de apoio, disponíveis em seu sítio eletrônico, respeitados os princípios mencionados no art. 2º desta Lei.

11 Art. 19. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as ICTs e suas agências de fomento promoverão e incentivarão a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras e em entidades brasileiras de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos e destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas industrial e tecnológica nacional.

§ 6º As iniciativas de que trata este artigo poderão ser estendidas a ações visando a:

III - criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação; (grifos nossos)

somente com PME's ou empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.

Vale exemplificar que as contrapartidas não financeiras podem ser de diversas naturezas, envolvendo basicamente projetos de cooperação, considerando uma empresa que esteja instalada em dado Parque Tecnológico – que pode ou não ter relações com uma Universidade ou Instituto de Pesquisa, embora seja uma modelagem possível e até comum na realidade brasileira – poderíamos elencar, Programas de estágio; Utilização de laboratórios; e Capacitação, Treinamento e Serviços, dentre diversas possibilidades. De certa forma, caracteriza-se o espaço público de dada ICT não só pela onerosidade, mas pelo potencial de interações que seriam geradas.

Uma questão relevante sobre esse Artigo 4º especificamente, é que em seu parágrafo único ainda persistia uma celeuma, embora a nova redação tenha deixado clara e evidente a possibilidade da permissão e o compartilhamento de instalações da ICT Pública, deixava em aberto a insegurança jurídica quanto à forma como se alcançará essa *igualdade de oportunidades*. É possível garanti-la por meio da publicação dos instrumentos convocatórios, na Imprensa Oficial ou nas páginas eletrônicas dos ambientes de inovação ou ICT's, e assim foi estabelecido no Art.7º do Decreto regulamentador.

Um ponto é que essa modalidade exclui as demandas pontuais e espontâneas de instalação em tais ambientes, considerando que é, por óbvio, necessário respeitar os trâmites jurídicos formais, salvo a hipótese excepcional de inexigibilidade da oferta pública por inviabilidade de competição prevista no § 1º do Art. 7º do Decreto. Sabe-se que tais hipóteses devem ser justificadas e dentro dos requisitos legais, o que significa que não serão usadas na maioria dos casos, sendo variável que o ambiente de inovação público precisará lidar. É o conflito entre dois princípios importantes que pautam a atuação pública em ambientes de inovação: Flexibilidade e Celeridade x Publicidade e Legalidade, sendo necessário uma verdadeira ponderação entre eles.

Nessa linha, um dos fatores já mencionados acima como entrave ao desenvolvimento e competitividade brasileiros é a burocracia, e não surpreendentemente o novo Marco Legal de Inovação impõe como diretriz de priorização, a simplificação da burocracia no ambiente de CTI e inserção do Controle Finalístico (Art. 27 e Art. 27-A)¹². Vale fazer uma breve digressão sobre a administração de resultados e a busca estatal por ela, o que deve – ou deveria impulsionar a discussão do controle de contas, da fiscalização em si.

Dessa forma, a Lei nº 13.243/16 evidencia que o próprio Estado Brasileiro já apresenta preocupações nesse sentido, pois, ao alterar a Lei de Inovação propõe como princípio basilar o foco nos resultados, para a avaliação de projetos que envolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento, e também a simplificação dos

12 Art. 27 - Na aplicação do disposto nesta Lei, serão observadas as seguintes diretrizes: V - promover a simplificação dos procedimentos para gestão dos projetos de ciência, tecnologia e inovação e do controle por resultados em sua avaliação;

procedimentos de gestão, a saber:

Art. 1º - Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos dos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição Federal.

Parágrafo único. As medidas às quais se refere o caput deverão observar os seguintes princípios: XII – simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

Em áreas que prezam acima de tudo pela eficiência, como a afeta à pesquisa e desenvolvimento, já observamos a mudança de paradigma aqui analisada e proposta, é o controle finalístico que, inserido em uma boa accountability¹³, considera o atendimento - ou não - aos anseios sociais e constitucionais de fomento e desenvolvimento tecnológicos. Essa foi a motivação exposta na sanção do Projeto de Lei, qualificando o normativo como “uma reforma profunda” na legislação que regula o sistema de ciência, tecnologia e inovação, para alcançar agilidade, flexibilidade e menos barreiras à ação integrada entre agentes públicos e privados do setor.

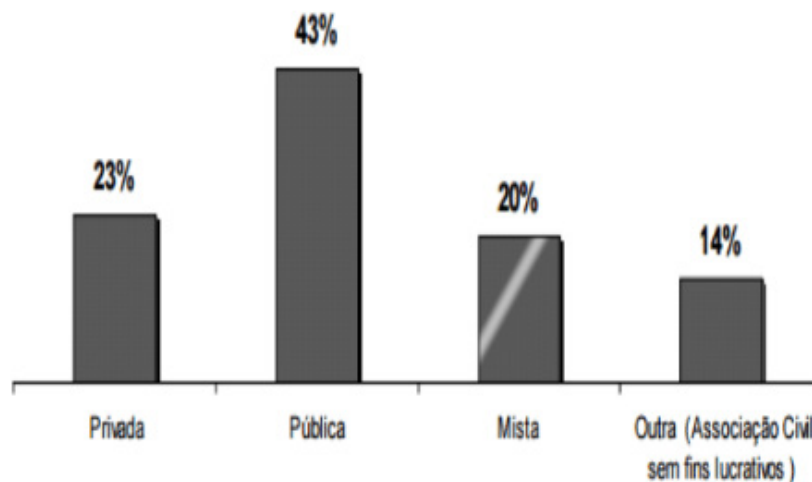
Nesses moldes vai a melhor doutrina acerca do controle e fiscalização, de forma que o controle da Administração Pública *lato sensu*, incluídas as entidades que atuam em regime paraestatal e sem fins lucrativos, tenha como foco o resultado: “A responsabilização pelo controle dos resultados na administração pública consiste na avaliação a posteriori das políticas e dos programas de governo como meio de mensurar o desempenho e exigir a prestação de contas dos diretores e funcionários públicos responsáveis, tanto por sua execução como pelos resultados obtidos” (QUIRÓS, GRAU, 2006, p.166).

A despeito do novel normativo supracitado e de toda a sua importância, a verdade prática é que estamos muito distantes desse parâmetro de controle finalístico, muito embora estejamos, hoje, mais próximos do que alguns anos atrás. O fato é que o Art.27-A do Novo Marco Legal impõe uma regulamentação dos procedimentos de prestação de contas dos recursos repassados com base nesse normativo, o que evidencia a relevância dessa discussão, com a ampla participação dos atores que compõe o Sistema de Inovação Brasileiro.

Essa realidade e a importância da discussão presente se torna ainda mais imperiosa para os Parques de natureza pública, que são a maioria na realidade brasileira, dado amparado por pesquisas diversas, a exemplo:¹⁴

13 O termo accountability não comporta uma tradução literal para o português, mas pode ser definido como “a existência de instituições estatais que têm o direito e o poder legal e que estão factualmente dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina à aplicação de sanções legais ou até o impeachment contra ações e omissões de outras instituições estatais que possam ser qualificadas como ilícitas” (WILLEMANN, Montebello Marianna. Desconfiança institucionalizada, democracia monitorada e Instituições Superiores de Controle no Brasil. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, nº 263, p.233, maio/ago.2013).

14 Figura 2. Parques Tecnológicos no Brasil. Estudo, Análise e Proposições. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20>



Outra importante mudança foi a alteração da Lei que rege as relações entre as Universidades e suas Entidades de Apoio (Lei nº 8.958/94)¹⁵, passando a permitir, expressamente, que as Fundações de Apoio façam a gestão de Parques e Polos Tecnológicos, assim como validou o repasse de recursos diretamente a essas entidades. Esse fato é relevante na medida em que, como mostra a pesquisa acima, o viés público perpassa grande parte dos Parques Tecnológicos, o que impõe por vezes a baixa autonomia e flexibilidade para estabelecer e gerenciar contratos vivenciada por Pessoas Jurídicas que de alguma forma encontram-se vinculadas à Administração Pública *lato sensu*. Esse ponto é natural e decorre do arcabouço normativo – necessário, ressalte-se – que influencia a atuação estatal.

Visando minimizar essa condição, é possível se valer de intervenientes administrativos, como as Fundações de Apoio, as quais por sua vez também restam submetidas aos ditames dos Entes que apoiam, já que mesmo tendo personalidade privada sem fins lucrativos, o regime público é aplicado de forma subsidiária.¹⁶ É inegável que há flexibilidade maior em uma Entidade Privada sem fins lucrativos do que na Administração Pública Direta, por exemplo, mas a aplicação analógica imposta por órgãos de controle do regime normativo público impõe desafios e estabelece a importância de desburocratização com segurança jurídica e legalidade, e dessa nova disposição legal.

Ainda na análise de mudanças extensivas às Fundações de Apoio, precisamos abordar a mudança no conceito de ICT. De acordo com a melhor interpretação legislativa

e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf

15 Art. 1º - § 6º: Os parques e polos tecnológicos, as incubadoras de empresas, as associações e as empresas criados com a participação de ICT pública poderão utilizar fundação de apoio a ela vinculada ou com a qual tenham acordo. § 7º Os recursos e direitos provenientes dos projetos de que trata o caput e das atividades e dos projetos de que tratam os arts. 3º a 9º, 11 e 13 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão ser repassados pelos contratantes diretamente para as fundações de apoio.

16 “A obrigação de licitar, por parte da Fundação de Apoio, decorre da lei específica que regula as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e as respectivas fundações de apoio” (BRASIL. Tribunal de Contas da União. AC-0371-11/05-P. Acórdão: 371, 2005. Colegiado: Plenário. Processo: 012.855/2001-3. Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO (REPR). Interessado: Responsáveis: Alfredo de Oliveira da Costa Soares (Secretário Executivo - Fade), CPF 013.979.824-20; e Mozart Neves Ramos (Reitor), CPF 185.030.714-87.)

da redação original, acaba-se por alcançar apenas a aceção pública, já que apenas os Entes da Administração Pública – órgãos ou entidades - que executassem atividades de pesquisa poderiam ser enquadrados como ICTs, como exemplos teríamos as Universidades e Institutos de pesquisa públicos.

Hoje, a redação legal traz a pessoa jurídica de direito privado da Administração Pública Indireta, ex: Petrobrás, Embrapa, além da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, como as organizações sociais e até as Fundações gestoras de Parques. Essa mudança legaliza um fato inerente ao Sistema Nacional de Pesquisa que é a diversidade e a multiplicidade de atores, além do já mencionado elemento parceria público-privada. Nessa mesma trilha segue o PL nº 5752/2016 que declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, a existência dos Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).

Conforme prevê a EC nº 85/15 e seu novo tratamento às atividades de P&D desempenhadas por entes públicos e privados, esse projeto visa criar a categoria dos Centros de Pesquisa de sociedades empresariais. A finalidade é justamente afirmar que a iniciativa privada tem relevante papel para o sistema, e acima de tudo, nos Parques Tecnológicos, como bem pontua a justificativa do projeto e seus dispositivos, a saber:

Os parques tecnológicos, **compostos pelas mais variadas instituições científicas e tecnológicas, contam com participação expressiva de instituições de pesquisa e inovação privadas, cuja interação com as instituições públicas beneficia fortemente todo o sistema brasileiro** de ciência, tecnologia e informação.

Art. 2º - Entende-se como CPIE **a pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional, em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa, seja básica, aplicada, de caráter científico ou tecnológico, bem como promova o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, desde que estejam situadas ou vinculadas em parceria direta com os Parques e/ou Polos Tecnológicos de instituições de ensino e pesquisa.**

Art. 3º - Aos CPIEs serão **aplicáveis toda legislação pertinente à matéria tais como programas de estímulos, fomentos e regimes tributários especiais**, sendo indispensável estar o Parque e/ou Polo Tecnológico reconhecido formalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ou outro órgão que lhe suceder.¹⁷ (grifos nossos)

Corroborando o que dispõe o Art.18 da Lei de Inovação em sua nova redação, as Fundações de Apoio tiveram seu papel reforçado, legalmente, de forma que sua atuação junto às IFE's que apoiam seja efetivado e restem diminuídas as inseguranças

17 BRASIL, PL nº 5.752/2016. Ementa: Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empre-

jurídicas que sempre pesaram sobre suas ações. Nesse sentido, o novo Marco Legal de Inovação alterou a Lei nº 8.958/94, incluindo o parágrafo 6º, de forma que Parques e outros ambientes de inovação, associação e empresas criados com participação de ICT pública, poderão utilizar-se de fundação de apoio a ela vinculada.

Nessa mesma linha, o parágrafo 7º foi incluído no Artigo 1º¹⁸ da Lei nº 8.958/1994, de forma que os recursos financeiros de contrapartidas “poderão ser repassados pelas contratantes diretamente para as fundações de apoio”, tornando claro que os recursos advindos de atividades de inovação poderão permanecer na instituição. Trata-se, portanto, de um grande avanço na diminuição de insegurança jurídica sobre procedimentos para captação de recursos externos, além de um grande incentivo ao envolvimento de ICTs em atividades inovativas. Isso se torna especialmente importante para os casos de Parque geridos ou que sejam Fundações de Apoio.

Embora não se pretenda fazer uma análise jurisprudencial extensa neste trabalho, fica o alerta de que já há alguns entendimentos do TCU no sentido de restringir a aplicabilidade das novas disposições legais, reforçando a ideia de que não adianta mudar só a legislação e sim a concepção do sistema jurídico e fiscalizatório. Os trechos das decisões são evidentes nesse sentido, a saber:

(...) a Lei 10.973/2004, mormente com as noveis alterações introduzidas pela Lei 13.243/2016, ao incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, cria situações de intensa interação entre as Ifes e outros atores da pesquisa e da inovação, em que o liame que divide o interesse público do privado resta cada vez mais tênue, como, por exemplo, os seguintes dispositivos: Art. 3º-B. § 2º, inciso I (...) muitas dúvidas ainda persistem em sua implementação, que podem levar tanto a práticas ilegais quanto à não utilização plena dos mecanismos¹⁹

2.2.1 Uso do Espaço e as relações de interação - Novo regime ou Lei 9.636/98 revisitada?

Um dos pontos mais importantes para ambientes de inovação com interface pública é a exploração e uso do seu espaço, a despeito da possibilidade do conceito não territorial, Parques Tecnológicos usualmente possuem um aspecto territorial – ou seja, falamos de um espaço que une iniciativa privada e pública em prol da ciência, tecnologia e inovação. A partir desse elemento físico relevante, passamos a abordar a cessão de espaços e seu novo regime pós Marco Legal.

O Artigo 3º-B aborda, basicamente, as hipóteses em que o Estado lato sensu – união, estados, Distrito Federal ou municípios, agências de fomento e ICTs – poderão atuar na consolidação de ambientes de inovação, consolidação essa que visa aumentar a competitividade e promover a interação com a iniciativa privada. Não

sas (CPIEs). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090461>.

18 § 7º Os recursos e direitos provenientes dos projetos de que trata o caput e das atividades e dos projetos de que tratam os arts. 3º a 9º, 11 e 13 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão ser repassados pelos contratantes diretamente para as fundações de apoio.

19 Brasil. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - PLENÁRIO - 17/05/2017.

surpreendentemente, uma das formas elencadas para fazê-lo foi a cessão de uso de imóveis – leia-se área – diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques – como Fundações de Apoio - mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento. Essa disposição normativa estabelece importantes marcos para a discussão: cessão direta à empresa interessada; por meio de Entidade sem fins lucrativos – reforçando a viabilidade do modelo já usado por alguns Parques; por contrapartida não financeira; na forma de regulamento.

A partir desse dispositivo, é possível debatermos sugestões de interpretações legais que visem garantir a segurança jurídica para a empresa que receberia a cessão direta dessa área ou imóvel, mantendo as garantias e prerrogativas inerentes aos demais contratos de concessão de uso firmados, por exemplo, afastando-se da precariedade do instituto da permissão.

O novo Marco Legal tem por objetivo maior promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, na mesma linha do que dispõe a nova redação do Art. 218 da Constituição Federal, após alteração pela Emenda Constitucional nº 85/15. Da mesma forma orienta o já citado Art. 219, Parágrafo Único, da CRFB/88, ao prever a função estatal de fomentar a pesquisa nas empresas e a constituição e manutenção de Parques Tecnológicos. Por essa razão, o espírito da lei vai no sentido de incentivar parcerias, com foco na modernização da pesquisa e desenvolvimento e no estímulo à inovação, o que pressupõe uma necessária desburocratização do ambiente legal.

A regulamentação da Lei nº 13.243/2016 trouxe grande oportunidade para o aprimoramento dos procedimentos que vêm sendo adotados no âmbito dos terrenos públicos e das relações de pesquisa desenvolvidas nesse espaço, precisamente no que se refere ao uso de imóvel ou espaço público em relação de cooperação com a iniciativa privada.

No caso de Parques ou Polos de Inovação instalados em terrenos públicos, a forma de ocupação usualmente tem sido a Concessão de Uso, o que atrai a incidência da Lei de Licitações pelo disposto no Art. 23, § 3º da Lei nº 8.666/93. Vale dizer que o tipo de licitação adotado, por força do disposto no Art. 23, § 3º e no Art. 45 IV da referida Lei, tem sido o de “maior lance ou oferta”, o que prejudica a seleção de certa forma, pois critérios qualitativos e técnicos, tão relacionados ao desenvolvimento da pesquisa nesses ambientes inovadores, não são levados em consideração da forma como deveriam, neste tipo de seleção.

Voltando ao caso da Permissão de Uso, poderíamos afirmar que não é a melhor forma de ocupação, pois sendo discricionário e precário, permite a revogação a qualquer tempo, independentemente de indenização. Para uma sociedade empresária que vai investir na construção de um prédio a ser utilizado por vinte anos, por exemplo, um contrato de permissão de uso não é adequado, uma vez que o mesmo poderia ser rescindido a qualquer momento, sem o oferecimento de qualquer indenização ou

segurança jurídica, elemento muito importante em um contrato que espelha relação de cooperação entre as partes.

Nessa linha, a Lei nº 9.636/98 trata de forma geral do uso de bens da União e tem um caráter urbanístico e de regularização fundiária, ex: a Concessão disciplinada é a para fins de moradia, por essa razão é aplicada subsidiariamente quanto a essas questões, sendo a Lei 8.666 o normativo aplicado para os casos de concessão de direito de uso em espaços públicos. Ainda que se fale sobre a Lei nº 9.636/98 ser o normativo aplicável, trata-se do uso de espaço regido pelo direito público eminentemente, estejamos falando da figura que for, locação ou cessão de uso,²⁰ o que indica a necessidade de compatibilizar as necessidades de ambientes de inovação em um novo regime.

Passando ao que diz o novo Código de C&T, I, o Art. 3º-B e 4º II tratam do uso de espaço público, seja através do compartilhamento de estruturas físicas e materiais, ou cessão de uso de imóveis por parte das ICTs Públicas ou de Entes Estatais, diretamente às empresas e outras ICTs interessadas, ou por meio de Entidades de Apoio, embora não especifique como seria essa cessão direta. A despeito de termos o procedimento da Oferta Pública e do Compartilhamento de espaços detalhados, respectivamente, nos Artigos 7º e 10º do Decreto, nenhuma legislação será absoluta e livre de dúvidas, o que reforça a necessidade de efetivar *um novo regime* que atente para a necessidade de eficiência e rapidez, inerentes à área de P&D, compatibilizando-o com os princípios que regem a atuação pública.

Especificamente sobre esse novo regime, decorre também da necessidade de atender aos ditames das parcerias entre o público e privado no âmbito do desenvolvimento tecnológico e da eficiência, regime esse que não poderia ser simplesmente o que já está vigente sem quaisquer alterações, o que desnaturaria o esforço da legislação de criar esse novo ambiente normativo.²¹

3 | O VETO AO ART.20-A E O FOMENTO ÀS MPE'S

Diversos foram os vetos na redação original do Projeto de Lei, e muito embora existam manifestações contrárias por parte de atores importantes do setor de inovação, a discussão no âmbito deste artigo fica restrita à redação que foi de fato aprovada.

20 “Às vezes são tantas as derrogações que o instituto praticamente se desvirtua e passa a assumir feição diversa, mais próxima do direito público do que do direito privado. É o que ocorre com a locação de bens públicos, regida pelo Decreto-Lei nº 9.760/46. O seu art. 64 prevê a possibilidade de serem os bens imóveis da União alugados, aforados ou cedidos. Porém, não se trata da locação regida pelo Código Civil (....) Por outras palavras, trata-se de locação regida pelo direito público” (DI PIETRO, 2013, p. 15).

21 Sobre novos regimes jurídicos para a atuação cooperativa entre poder público e iniciativa privada: “Em nome da eficiência, do maior apego aos princípios da ordem econômica (em especial a livre iniciativa e a livre competição) e da defesa dos direitos fundamentais do homem, procuram-se novos institutos, novas formas de atuação das funções administrativas do Estado, novo regime jurídico (que diminua as prerrogativas do poder público e coloque a Administração Pública no mesmo nível do particular).” (DI PIETRO, 2013, p.13)

Contudo, considerando que a cadeia produtiva de um Parque Tecnológico pressupõe a presença de diferentes portes de empresas, incluindo as pequenas e médias. Por essa razão, o veto à redação original acabou por afetar a política de fomento às MPE's que vinha sendo desenhada desde a LC nº 123/06, considerando que as discussões prévias eram muito relacionadas à cadeia de fornecedores de estatais.

A ideia deste dispositivo, antes do veto, era a formação e fortalecimento da camada de MPE's brasileiras com alto desempenho em atividades de P,D&I, as quais muitas vezes acabam perdendo as seleções, diante da competição com empresas de outros portes e até nacionalidades, porque muitas vezes a Lei de Licitações e seus critérios de fomento não são suficientes.²²

Sugeria-se que a regulamentação esclarecesse o que seria esse tratamento preferencial e favorecido previsto na redação do Art.20-A cumulado com Art.27²³, até porque a dispensa de licitação é excepcional e não pode ser interpretada de forma genérica e indefinida. É preciso levar em consideração, quando da concessão de tratamento diferenciado, os princípios da administração pública, como a ampla competitividade e isonomia, sem esquecer da necessidade de possibilitar o acesso das empresas de menor porte às contratações públicas, como forma de fomentar essa importante categoria dentre as demais sociedades empresárias.²⁴

O Regulamento se limitou a abordar a subvenção econômica no Art.24 e o Bônus Tecnológico no Art.26, e sabendo que costuma prevalecer a legalidade estrita no direito público, entendimentos de que o que não está na legislação como tratamento diferenciado não são cabíveis poderão surgir. Isso porque a orientação tradicional é que o rol dos benefícios concedidos às Micro e Pequenas empresas em um processo licitatório/seleção pública é taxativo, não admitindo interpretação extensiva, a exemplo de alguns acórdãos que abordam o Art. 48 da LC n.123/06. Essa breve colocação

22 “Este era o instrumento inicial para a formação da camada de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) brasileiras com alta capacidade de P,D&I e densidade tecnológica. Há sugestão para que regulamentação da Lei seja o mecanismo adequado para esclarecer o caráter de excepcionalidade da dispensa de licitação, visando garantir a harmonia entre políticas de desenvolvimento nacional e os princípios da administração pública. Os elementos para caracterizar a excepcionalidade ficaram excessivamente amplos, a exemplo do Art.20-A.” Posicionamento Anpei: vetos presidenciais ao Marco Legal de C,T&I. Disponível em: http://anpei.tempsite.ws/news/images/20160113_Posicionamento_Anpei_sobre_vetos_Marco_Legal_de_CT&I.pdf.

23 Art. 20-A. § 4º Nas contratações de que trata este artigo, deverá ser observado o disposto no inciso IV do art. 27.

Art. 27. Na aplicação do disposto nesta Lei, serão observadas as seguintes diretrizes:

IV - dar tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pelo poder público e pelas fundações de apoio para a execução de projetos de desenvolvimento institucional da instituição apoiada, nos termos da Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e às microempresas e empresas de pequeno porte de base tecnológica, criadas no ambiente das atividades de pesquisa das ICTs. (grifos nossos)

24 “Não faz sentido inviabilizar a possibilidade, em condições especiais, como no caso das empresas de pequeno porte e de áreas estratégicas (Art.20-A), a simplificação do processo de compra, com dispensa de processo licitatório. A burocracia excessiva compromete os bons resultados principalmente de projetos na área de inovação no Brasil. – Espírito geral da lei.” Posicionamento Anprotec sobre Código de CT&I. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2016/01/posicionamento-anprotec-sobre-codigo-de-cti/>.

apenas reforça a necessidade de construir interpretações jurídicas, viáveis e atuais, sobre os dispositivos publicados.

4 | CONCLUSÃO

O novo Marco Legal solidifica e intensifica o processo de integração, simplificação e flexibilização das atividades direta e indiretamente relacionadas às pesquisas desenvolvidas por instituições públicas, iniciado pela Lei de Inovação e EC nº 85/15, visando à integração de empresas privadas ao sistema nacional público de pesquisa.²⁵ Em termos de perspectivas futuras, de imediato, vislumbramos que a sua regulamentação recém publicada já se apresenta como um desafio regulatório-administrativo e principiológico, pressupondo uma ampla participação dos atores do Setor de Inovação na discussão de sua aplicabilidade, principalmente do sistema público, que por suas restrições legais enfrenta entraves e burocracias de forma mais intensa.

O texto legal possui um cunho programático e aberto em muitas de suas disposições e mesmo com a recente regulamentação, um entrave que se abre é a *accountability* exercida pelos órgãos de controle sobre a atuação de ICTs Públicas e Entidades Privadas sem fins lucrativos que com essas se relacionem. Hoje, há uma discussão em andamento sobre o teor do marco legal no âmbito do TCU. Nesse sentido:

Entretanto, as flexibilizações conferem um tratamento preferencial às instituições e trabalhadores do setor de CTI, o que não é visto em outras esferas da Administração. Isso poderá suscitar, na visão de seus críticos, dificuldades para os órgãos encarregados de fiscalizar e controlar as atividades realizadas por parte das instituições de pesquisa, de apoio e de fomento, assim como o setor produtivo integrado (NAZARENO, 2016, p.15).

Dessa forma, é preciso que as diversas normatizações publicadas nos últimos dois anos sejam compatibilizadas, inclusive com o restante do arcabouço legal do setor de inovação, e principalmente com as disposições do setor público – sabendo que há diversos ambientes de inovação com tal natureza. Em um ambiente que pede celeridade e certo cunho criativo, já que há o envolvimento com pesquisa e desenvolvimento, há um conflito inerente com o Direito Administrativo em sua acepção mais restrita. É nesse embate que residem as diversas possibilidades jurídicas criadas

25 Poderíamos afirmar que o novo Marco Legal visa concretizar a chamada tripla hélice de fato, tida aqui como a abordagem conceitual que considera a universidade, as empresas e o governo como promotores da inovação. Nesse sentido, “a Anpei reconhece os avanços que serão gerados pela aprovação do Marco Legal, como a desburocratização de diversos pontos que alavancarão a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) do Brasil e a aproximação das empresas e universidades, que garantirão maior segurança jurídica para os atores do Sistema Nacional de Inovação (SNI). A Anpei acredita que o desenvolvimento de uma nação se dê a partir da parceria entre público e privado. Nos países desenvolvidos isso já é realidade. Mas, lamentavelmente, o Brasil ainda caminha devagar nesse sentido. (Posicionamento Anpei: vetos presidenciais ao Marco Legal de C,T&I. Disponível em: http://anpei.tempsite.ws/news/images/20160113_Posicionamento_Anpei_sobre_vetos_Marco_Legal_de_CT&I.pdf.)

pelo chamado Novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro da segurança jurídica e das disposições já existentes.

Em ambientes como os aqui abordados, o regime jurídico poderia ser considerado híbrido, entre o público e o privado, fruto das próprias parcerias estabelecidas entre Setor Público e Privado, nos moldes do que dispõe, inclusive, a redação atual da nossa Constituição Federal quando fala do Sistema Nacional de Inovação. Nesse sentir, a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro nos apresenta precisa lição (2013, p. 8): A convergência do público e do privado realça a universalidade do direito, a sua indivisibilidade em partes estanques, a comunicabilidade de normas, princípios e institutos. (...) regime jurídico híbrido, em que predomina ora o direito público ora o direito privado.

REFERÊNCIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (org.). *Direito privado administrativo*. São Paulo: Atlas, 2013.

NAZARENO, Cláudio. **AS MUDANÇAS PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016 (NOVO MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) E SEUS IMPACTOS NO SETOR – Estudo Técnico** Junho 2016 (Câmara dos Deputados), p.4. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2016_7581_mudancas-promovidas-pela-lei-13-243-marco-legal-cti-claudio-nazareno.

QUIRÓS, Mario Mora. **Responsabilização pelo controle de resultados**. In BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Responsabilização na Administração Pública. São Paulo: CLAD/Fundap, p.166, 2006.

RAUEN, Cristiane Vianna. **O NOVO MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO NO BRASIL: O QUE MUDA NA RELAÇÃO ICT-EMPRESA?** p.1 Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6051/1/Radar_n43_novo.pdf 2016.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVEIRA, Mariana. **Avanços e retrocessos no marco legal da ciência, tecnologia e inovação: mudanças necessárias**. Cienc. Cult. vol.68 no.2 São Paulo Apr./June 2016. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000200002&script=sci_arttext>.

WILLEMAN, Montebello Marianna. **Desconfiança institucionalizada, democracia monitorada e Instituições Superiores de Controle no Brasil**. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, nº 263, p.233, maio/ago.2013.

Figura 1. **Parques Tecnológicos no Brasil. Estudo, Análise e Proposições**. Disponível em <Fonte: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf>

Figura 2. **Parques Tecnológicos no Brasil. Estudo, Análise e Proposições**. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Parques%20Tecnol%C3%B3gicos%20-%20Estudo%20an%C3%A1lises%20e%20Proposi%C3%A7%C3%B5es.pdf>

BRASIL, Lei nº 13.243, de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei

no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>.

BRASIL, LEI nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8958.htm>.

BRASIL, PL nº 5.752/2016. Ementa: Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090461>>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 552/2010-Plenário, TC-003.165/2010-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 24.03.2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1003/2017 - PLENÁRIO - 17/05/2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. AC-0371-11/05-P. Acórdão: 371, 2005. Colegiado: Plenário. Processo: 012.855/2001-3. Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO (REPR). Interessado: Responsáveis: Alfredo de Oliveira da Costa Soares (Secretário Executivo - Fade), CPF 013.979.824-20; e Mozart Neves Ramos (Reitor), CPF 185.030.714-87.

Posicionamento Anpei: vetos presidenciais ao Marco Legal de C,T&I. Disponível em: http://anpei.tempsite.ws/news/images/20160113_Posicionamento_Anpei_sobre_vetos_Marco_Legal_de_CT&I.pdf.

Posicionamento Anprotec sobre Código de CT&I. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/2016/01/posicionamento-anprotec-sobre-codigo-de-cti/>.

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme - Pós-Doutor em Educação, historiador e pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-268-5

